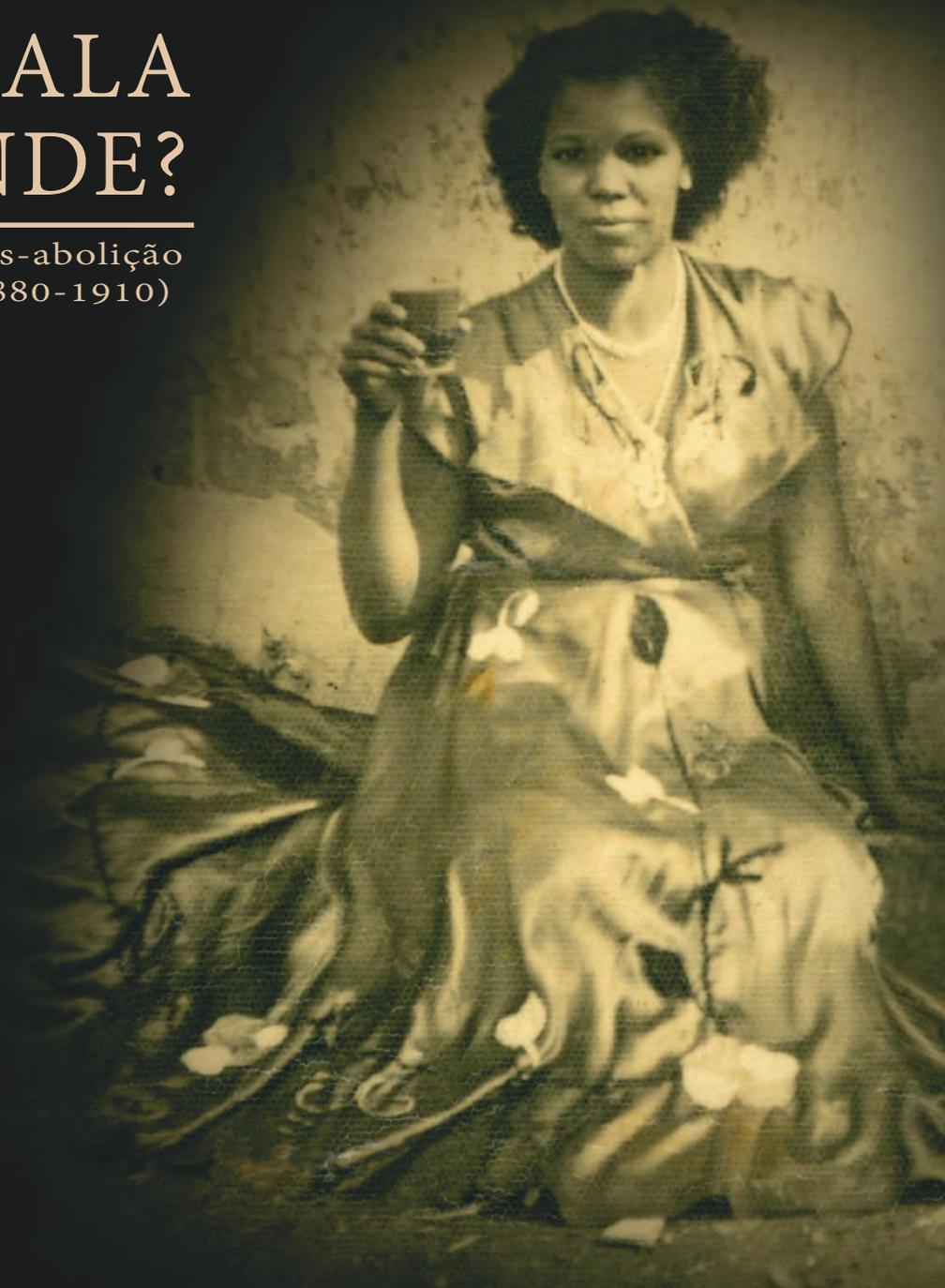


DA SENZALA PARA ONDE?

Negros e negras no pós-abolição
em São Carlos-SP (1880-1910)



Joana D'Arc de Oliveira

Fundação Pró-Memória de São Carlos
Praça Antonio Prado, s/n. Centro. CEP 13.560-046
São Carlos/SP | Tel: (16) 3373-2700 | <http://promemoria.saocarlos.sp.gov.br>

Organização
Leila Maria Massarão (DPD-FPMSC)

Revisão e Diagramação
RA Design e Diagramação

Foto da capa: Acervo de Aparecido de Oliveira. Restauro Digital: Paulo Ceneviva, 2015. Maria Aparecida de Oliveira nasceu em Araraquara em 1927, filha de Paulino de Oliveira e Filomena da Conceição Almeida. Morou em São Carlos, onde se ocupou, assim como muitas mulheres negras no pós-abolição, em serviços domésticos e na prostituição. Teve três filhos: José Carlos de Oliveira, Geraldo de Oliveira e Aparecido de Oliveira (meu pai). Morreu jovem, solteira, aos 28 anos de idade acometida por uma bronquite crônica asmática. Até onde a memória familiar nos leva, cuidou sozinha dos três filhos, os quais ficaram com seus pais após a sua morte. Nenhum deles conheceu o pai, possíveis homens importantes da cidade, e foram registrados como filhos de "pai desconhecido".

O48s

Oliveira, Joana D'arc de.

Da senzala para onde? Negros e negras na pós-abolição em São Carlos - SP (1880-1910) [recurso eletrônico] / Joana D'arc de Oliveira. -- São Carlos : FPMSC, 2024.

278 p.

Livro digital, no formato PDF, convertido do livro impresso
Modo de acesso: www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br
ISBN 978-65-89494-13-3

1. História – Brasil. 2. População negra – São Carlos (SP). 3. Abolição da escravidão. I. Autor. II. Título.



Joana D'Arc de Oliveira

Da Senzala para Onde?
Negros e negras no pós-abolição em
São Carlos-SP (1880-1910)

1ª edição

FPMSC
São Carlos, SP
2024

Apresentação

A Fundação Pró-Memória de São Carlos, no intuito de difundir trabalhos sobre a história e a memória da cidade e em consonância com o aniversário de 130 anos da Lei Áurea, apresenta o livro “Da senzala para onde? Negros e negras no pós-abolição em São Carlos”, fruto da tese de doutoramento de mesmo nome da socióloga Joana D’Arc de Oliveira.

Este livro traz uma visão pouco comum à historiografia tradicional pois possibilita repensar a escravidão, a Lei Áurea e o pós-abolição como uma luta construída pelos negros e negras, através de estratégias de sobrevivência e de construção social. Nessa perspectiva, novos temas são explorados e esta comunidade assume posição de protagonista de sua história.

Ao concentrar suas análises na cidade de São Carlos, a autora nos traz aspectos de nossa história ainda desconhecidos, ampliando não apenas nosso conhecimento sobre a cidade, mas apresentando-o a partir do ponto de vista de novos personagens.

Na perspectiva documental, ao explorar documentos diversos e ainda desconhecidos do público em geral existentes nos acervos da Fundação Pró-Memória de São Carlos, Joana D’Arc demonstra a importância da preservação e da difusão dos arquivos históricos e, assim, a relevância dos trabalhos desenvolvidos por nossa instituição.

Participando desta publicação, a Fundação Pró-Memória consolida uma de suas missões mais importantes que é a de contribuir para a recuperação, conservação e difusão do conhecimento local, tanto no apoio aos pesquisadores como no lançamento de materiais sobre São Carlos.

Fundação Pró-Memória de São Carlos

Agradecimentos

Quão cheio de surpresas e aprendizados fora o caminho até aqui. Quantas alegrias, descobertas e redescobertas pudemos vivenciar. Como foi importante perceber e descobrir que uma inquietação particular era um campo fértil de investigação. Sim! Eu sempre quis saber qual era o lugar destinado a nós negros, na sociedade. Inquietações de infância, de uma menina que não encontrava o seu lugar, sendo sempre estigmatizada por seus traços afrodescendentes. O fato é que, mesmo diante de tantas adversidades, meus questionamentos me levaram adiante e eu nem imaginava o quão longe poderia chegar. Concluir esta pesquisa é antes de tudo, reestabelecer os laços com meus antepassados e poder compartilhar com eles, histórias outras de resistência. E esse concluir não teria sido possível sem a participação de tantas pessoas, que de alguma forma, estiveram dispostas a colaborar e, às quais fazemos questão de registrar a nossa gratidão.

Agradeço primeiramente a minha querida orientadora, Profa. Dra. Maria Angela Pereira Castro e Silva Bortolucci, a qual, sempre acreditou em nossos objetivos, nos orientando com dedicação e competência, ímpares. Foram inúmeras as suas sugestões de análises, livros, documentos e caminhos a serem trilhados. Valorizando e incentivando nossas descobertas, ela nos direcionou sempre para o melhor campo de análise, dividindo conosco as emoções que essa pesquisa suscitou. A ela dedico meu respeito e admiração, construídos ao longo destes vários

anos que passamos juntas, aprendendo e nos emocionando com os meandros das lutas e estratégias de sobrevivência dos sujeitos que protagonizam nossas investigações.

Agradeço também aos professores que encontramos ao longo do caminho da pesquisa os quais em suas disciplinas compartilharam seus conhecimentos, dentre eles, destacamos, Cibele Rizek, que sempre nos parabenizou pelo tema escolhido, sugerindo inclusive o título desse livro e indicando, sempre novas fontes de leituras; aos professores Ruy Sardinha Lopes e Roberto Monteiro de Andrade, que decidiram compartilhar seus conhecimentos e métodos nos aceitando no estágio PAE. Igualmente importantes, foram os professores da FFLCH, Wagner Gonçalves que nos descortinou o universo das religiões afro-brasileiras e Maria Helena Pereira Toledo Machado, que com toda maestria dos mestres, nos colocou em contato com as principais produções teóricas da história social da Abolição e Pós-Abolição. Em sua disciplina conhecemos os meandros das histórias de sujeitos ávidos pela liberdade. E foi nesse universo efervescente de produção acadêmica que tive a oportunidade de conhecer Clícea Miranda, Maria Clara Carneiro Sampaio, Marília Ariza, Débora Michels Mattos, Maíra Chinelatto, Luciana da Cruz Brito, mulheres incríveis, intelectuais sábias que compartilharam seus conhecimentos, sem nenhum tipo de entrave, com esta novata aqui. A vocês dedico meu carinho, agradecimento e votos de amizade eternos.

No desenvolvimento da pesquisa pude ainda contar com a participação da arquiteta Natália Alexandre Costa, *querida Nati*. Com temas de pesquisas próximos e afins nos tornamos companheiras em uma longa caminhada, dividindo angústias, descobertas, novos aprendizados e a paixão pelo tema. Igualmente importante foi o apoio do querido amigo, Rodrigo Sartori Jabur, que sempre com muita disposição, nos ensinou sobre temas variados e ainda nos socorreu em nossas constantes dificuldades com as tecnologias computacionais. Às queridas e companheiras, Thais Troncon Rosa e Magali Marques Pulhez, agradeço as conversas, as trocas de experiências, as palavras de incentivo, amizade e carinho compartilhados. A vocês deixo minha gratidão e admiração.

Fazemos questão ainda, de agradecer a cada um dos entrevistados que dividiram suas vidas, em momentos aconchegantes, onde conhecemos por meio de suas histórias narradas, entre risos e lágrimas, os meandros de suas lutas. Obrigado: Aparecido de Oliveira, Benedita Ribeiro (in memoriam), Claudomiro Francisco “Bira”, Cleide Fermiano Teixeira, Dirce Felício Gomes da Silva, Dirceu Roberto Ananias, Filomena Mota Barbosa, Francisco Fermiano, Geralda Fermiano da Silva, José Cipriano, Jorge Henrique Gomes da Silva, Margarida Pereira Ramos, Nelson Pereira Ramos, Ramiro Antônio da Silva, Romilda dos Santos Silva, Sebastiana Ananias da Silva e Sebastião Nunes.

Fundamentais, também foram os funcionários do Instituto de Arquitetura e

Urbanismo da USP de São Carlos, dos quais destacamos Marcelo Celestini, Paulo Ceneviva, Osvaldo de Andrade, Mara Aparecida Lino dos Santos, os quais sempre nos socorreram em nossas solicitações. Agradeço ainda, ao pessoal do LCC, pelo convívio diário. Aos amigos da USP, Marieli, Ariel, Pedro e Adriana (Dri) agradecemos a amizade e os momentos de alegria e sufoco compartilhados. Aos funcionários da Creche da USP também registramos todo nosso carinho e gratidão por cuidarem com tanto amor e dedicação, de nossas preciosidades, Pedro e Maria Clara, permitindo que com total tranquilidade pudéssemos nos dedicar integralmente ao desenvolvimento dessa pesquisa.

Agradecemos também a paciência e atenção dos funcionários dos arquivos, cartórios e museus visitados. Da fundação Pró-Memória de São Carlos, agradecemos em especial a querida Heloisa Santini, que com muito carinho sempre atendeu nossas infindáveis solicitações; à historiadora e amiga Leila Maria Massarão que também ingressou conosco pelas fimbrias e lacunas da história local. Em nome de Matheus Luiz, estendemos a nossa gratidão àqueles que subiram e desceram, com caixas e caixas de arquivo, para nos atender. A todos vocês, nosso muito obrigado.

Fora do universo da academia também foram fundamentais o apoio e compreensão de amigos, que sempre entenderam a nossa constante ausência em nome da pesquisa, obrigado aos queridos: Lola Ponchio, pelo apoio e amizade dispendidos em todos os momentos, bons e ruins,

dessa jornada; Eduardo Ponchio que com sua alegria contagiante tornou muito mais fácil e feliz nossa caminhada, Adriana Queiroz pelo ombro de irmã sempre ofertado; Kelli Riguetto Pozzi pelo apoio na área jurídica; Tati Celestino pelo carinho e amizade e a Melissa Bossolan, pelas risadas e angústias divididas.

Por fim, agradecemos a nossa família, começando por aquela que é nossa base estrutural, amor, porto seguro, companheira e maior incentivadora: nossa mãe Fatima Suely Bessi, mulher guerreira e destemida, que mesmo em meio a tantas dificuldades criou e conseguiu *formar* suas três filhas, sempre com muito amor e dignidade. Sem o seu apoio, com certeza não teríamos chegado até aqui. Agradecemos ainda, ao amado e querido pai, Aparecido de Oliveira, pelos ensinamentos diários, apoio, amor e carinho recebidos. Às irmãs, Regina e Weli, pelo amor, comunhão e amizade que sempre nos uniu. Aos meus sobrinhos Hiamara. Júnior

e Lucas, *meus ticos*, os momentos de alegria e distração. Agradecemos também, à irmã e prima Priscilla, que mesmo distante, sempre nos nutriu com palavras de amor, carinho e incentivo. À Bel (companheira do meu pai) e segunda mãe, agradecemos o amor recebido. A todos vocês, familiares, deixamos registrada a nossa eterna gratidão, por nos fornecerem o incentivo necessário para continuar, quando, já havíamos pensado em desistir.

Deixamos também um axé a Deus e a Nossa Senhora Aparecida, a qual, sempre presente nos lares dos nossos entrevistados, ornando altares de crenças e devoções, esteve também ao nosso lado, em todas as etapas do trabalho, fazendo com que nossa fé renascesse a cada obstáculo surgido, nos protegendo e abrindo caminhos.

Por fim agradecemos todo o aporte financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, sem o qual, tal trabalho não teria se materializado.

*Aos meus amores Alexandro, companheiro de uma vida e aos
nossos filhos, Pedro, Maria Clara e Francisco*

À Regina Célia de Oliveira, minha "Eiê" (in memorian).

*Dos meus antepassados herdei a fé,
a determinação e o gosto pela liberdade.*

Joana D'Arc de Oliveira

Sumário

PREFÁCIO	17
INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1 - Os caminhos para liberdade.....	23
1.1. As leis Emancipacionistas e suas aplicações	27
1.2. Outras formas de luta pela liberdade.....	37
1.3. O pós-abolição: um campo de análise em construção	52
CAPÍTULO 2 - Conflitos e vivências no espaço urbano no pós-abolição	59
2.1. Nem vale a pena ver: a invisibilidade das vítimas negras nos crimes de homicídio	67
2.2. Aquele preto, aquela preta, cujos nomes se desconhecem: a manutenção da invisibilidade do negro nos crimes de lesão corporal.....	81
2.3. Nem vadios nem desordeiros: na contramão da visibilidade que se tentou construir sobre o negro.....	145
CAPÍTULO 3 - Estratégias de resistência no espaço urbano no pós-abolição	157
3.1. A presença negra no espaço urbano a partir do Recenseamento Populacional de 1907	162
3.1.1. Negros e Negras do Centro	164
3.1.2. Negros e Negras da Vila Nery.....	169
3.1.3. Negros e Negras da Vila Pureza	171
3.1.4. Negros e Negras da Vila Izabel	174
3.1.5. Negros e Negras do Subúrbio	176
CAPÍTULO 4. Estratégias outras: família, trabalho, moradia e cidadania no pós-abolição	181
4.1. José Cipriano, o gosto pelo campo e a dura realidade na cidade	184
4.2. Dirce Felício Gomes da Silva, entre a vida religiosa e o enclausuramento doméstico	192
4.3. Margarida Estevam Ramos, em meio a tantas dificuldades, o medo da cidade	204
4.4. Geralda Fermiano da Silva, entre a vida na lida e a liberdade no barraco.....	216
4.5. O casal Ramiro Antônio da Silva e Sebastiana Ananias da Silva, vivências divergentes e destinos iguais.....	227
4.6. Sebastião Nunes, do pai, escravo fugido, herdou o gosto pela liberdade	240
4.7. Romilda dos Santos Silva, com a mãe cozinheira aprendeu a importância da educação.....	249
4.8. Benedita Ribeiro: mulher desquitada protagonista de sua história (1929-2016).....	253
Conclusão	261
Referências	267
Lista de Figuras	273
Lista de Tabelas	274
Lista de Gráficos.....	275
Lista de Mapas	275

Prefácio

Conheci Joana em 2001 quando veio cursar nossa disciplina Produção Arquitetônica Paulista do Século XIX até Meados do Século XX no Programa de Pós-Graduação do IAU/USP como aluna especial. Ela era estudante do segundo ano de graduação em Ciências Sociais na UNESP de Araraquara e tinha apenas 24 anos! Naquele momento eu não fazia a menor ideia de quanto nossas vidas estariam entrelaçadas e nem o quanto sua experiência de vida e sua visão de mundo contribuiriam para meu próprio crescimento como pesquisadora e ser humano. Em 2005, Joana ingressou no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo no IAU/USP para desenvolver a dissertação intitulada Olhares invisíveis: arquitetura e poder na fazenda São Roberto, em que analisou a relação entre arquitetura e poder numa fazenda de café da região de São Carlos. Seria um dos primeiros desafios vencidos pela jovem socióloga que iniciava sua aproximação com a arquitetura e suas múltiplas significações.

Desde o início de minha atuação no Programa, passaram por minha orientação grandes pesquisadores, grandes indivíduos, que se tornaram grandes amigos. Construímos fortes afinidades profissionais e pessoais e nesse processo certamente aprendi muito mais do que ensinei. Joana é um desses casos! Devo a Joana, especialmente, o alargamento de minha compreensão do significado de nascer negro no Brasil e de quanto reproduzimos padrões de

comportamento discriminatórios tão antigos e profundamente arraigados em nossa sociedade e que estão longe de serem resolvidos. Para nossa sorte, Joana se faz sempre presente, muito sagaz e atenta, a flagrar o subliminar de palavras e atitudes que por vezes deixamos deslizar, sem nos darmos conta do tom preconceituoso e segregacionista. Seu apoio tem sido fundamental em nossas conversas, nos atendimentos aos orientandos, nas acaloradas reuniões do grupo de pesquisa, ou na colaboração em nossa disciplina no Programa de Pós-Graduação.

Desse modo, é com grande satisfação que vemos a publicação deste livro que é fruto de sua tese de doutorado *Da senzala para onde? Negros e negras no pós-abolição em São Carlos-SP - 1880-1910*, desenvolvida no período de 2010-2015, com bolsa FAPESP. Pautada no argumento de que, apesar do crescimento de pesquisas e publicações sobre o pós-abolição, ainda são escassos os estudos sobre relatos de vida dos negros numa perspectiva não passiva, Joana buscou através da história oral recuperar suas estratégias e formas de organização de vida, seja no espaço doméstico, seja no espaço urbano. Além das entrevistas e de autores consagrados, como Maria Helena Machado, Emília Viotti da Costa, Robert Slenes, Maria Odila Leite da Silva Dias, Hebe Mattos, Walter Fraga Filho, Wlamira Albuquerque, entre outros, Joana se utilizou de vasta documentação alocada principalmente na Fundação Pró-Memória de São Carlos-SP – processos crimes, cartas de

liberdade, jornais, recenseamentos populacionais, plantas, mapas etc... Por meio desses “rastros deixados por eles e por elas”, buscou comprovar a hipótese de participação ativa desses sujeitos na conquista da liberdade e nos enfrentamentos no espaço urbano de São Carlos nesse período de franca política eugênica e racista. Joana materializa uma contribuição relevante para as áreas de arquitetura, urbanismo e ciências sociais. Sua obra se torna leitura imprescindível aos interessados em desvendar o universo de mulheres e homens negros na luta pela liberdade e afirmação do direito à cidadania. É impossível deixar de se comover ou se identificar com os relatos de Aparecido de Oliveira, Benedita Ribeiro, Claudomiro Francisco “Bira”, Cleide Fermiano Teixeira, Dirce Felício Gomes da Silva, Dirceu Roberto Ananias, Filomena Mota Barbosa, Francisco Fermiano, Geralda Fermiano da Silva “Dona Gegê”, José Cipriano, Jorge Henrique Gomes da Silva, Margarida Pereira Ramos, Nelson Pereira Ramos, Ramiro Antônio da Silva, Romilda dos Santos Silva, Sebastiana Ananias da Silva e Sebastião Nunes.

Ainda em 2015, Joana deu início ao programa de pós-doutorado sob nossa supervisão no IAU/USP, dando prosseguimento a inquietações

surgidas no desenvolvimento de sua tese. Dessa vez, ainda dentro do universo das relações raciais no espaço urbano e seus respectivos territórios, dedica-se mais especificamente à agência de mulheres negras no pós-abolição. Procura, principalmente através da história oral, recuperar as “trajetórias sócio-espaciais de mulheres negras que optaram pela vida no espaço urbano no pós-abolição no município de São Carlos-SP de 1910 a 1950, analisando os diversos papéis sociais por elas desenvolvidos nas ruas e em suas moradias, e as estratégias de sobrevivência por elas adotadas para se apoderarem de uma cidadania que lhes fora constantemente negada” (trecho extraído de seu projeto de pesquisa aprovado no IAU/USP: Negras na cidade: trajetórias, moradias e cotidianos no pós-abolição em São Carlos-SP - 1910-1950). Atualmente, está em fase final do programa de pós-doutorado e ambas sabemos que se aproxima o momento de Joana bater asas, afinal. Seguir alçando voos cada vez mais altos e enfrentando novos desafios. Vou sentir sua falta!

São Carlos, setembro de 2017
Maria Angela P. C. S. Bortolucci

Introdução

O tema de nossa investigação se situa nas recentes análises sobre o processo de desmonte da escravidão, da conquista da liberdade e dos primeiros tempos do pós-abolição no Brasil, particularmente no município de São Carlos-SP. Como socióloga sempre me interessei pelas histórias outras! Aquelas que geralmente são varridas para embaixo do tapete. Histórias dos porões, dos cantos e antros, escritas no cotidiano por sujeitos anônimos e invisibilizados socialmente. No mestrado¹, o oculto nas entrelinhas das fontes documentais motivou nossas análises com o intuito de desvelar aspectos intrínsecos às relações que permeiam sujeitos e espaços, sujeitos e construções, sujeitos e territórios. Desse modo analisamos o cotidiano de trabalhadores e proprietários numa fazenda cafeeira e nos chamou a atenção, na documentação pesquisada, a pouca presença de negros e negras nos primeiros anos do pós-abolição. Mas como esses sujeitos não eram nosso foco analítico naquele momento, percorremos nosso caminho sem conseguir esquecer de todo esta questão. Mais tarde, depois de concluído o mestrado, essa inquietação veio à tona, se tornando o objetivo central de nossa pesquisa de doutorado: para onde teriam ido os negros e negras que construíram, sob a égide da escravidão, a história daquela propriedade rural? E essa questão inicial foi ganhando corpo e, depois de algumas leituras, lá estávamos nós com um problema a ser elucidado, que se materializou na

seguinte questão: Da senzala para onde? O que nos levou a percorrer rastros deixados por negros e negras no pós-abolição no município de São Carlos, tendo como campo de análise, não mais o meio rural e sim o espaço urbano, tão complexo, dialético, plural e multifacetado. Cenário de atuação dos mais variados segmentos sociais que dele se apropriaram de formas diferenciadas. Objetivos estabelecidos e campo de análise definido, sentimos a necessidade de conhecer mais sobre o pós-abolição no Brasil e, a cada nova leitura, sentíamos um vácuo analítico, o qual só foi elucidado quando tivemos contato com as produções teóricas da história social que investigam o desmoronamento do sistema escravista. Foi então que nos demos conta de que o pós-abolição só poderia ser interpretado se conhecêssemos os meandros do processo de abolição da escravidão no município que escolhemos para o nosso objeto de pesquisa.

Assim como no mestrado e nos inspirando em pesquisas similares demos início ao trabalho de vasculhar arquivos, cartórios, museus e acervos pessoais, com a convicção de que, nas pilhas de documentos ali conservados, encontraríamos registros de uma história a ser contada. O primeiro trabalho empreendido foi o desenvolvimento de um inventário da população negra em 1907, construído, a partir do Recenseamento Populacional realizado no município neste ano.

¹ Mestrado desenvolvido no IAU-USP que resultou na dissertação: “Olhares Invisíveis: arquitetura e poder na fazenda São Roberto”, 2008.

Em seguida, com o apoio do Professor Álvaro Rizzoli (UFSCar), construímos uma planilha de todos os processos criminais que envolveram negros e negras, desde a escravidão até o final da década de 1980. Estabelecendo, nesse momento, um recorte temporal, partimos para o Arquivo Público Municipal para acessar e digitalizar todos os processos registrados entre os anos de 1880 até 1910. Concomitantemente, analisamos cartas de alforria registradas no Primeiro Cartório de Ofícios da cidade. Igualmente importantes, inventários e processos de liberdade também foram digitalizados.

Em posse dessa vasta documentação, selecionamos os processos de crimes ocorridos no espaço urbano, 24 ao todo, gerando um acervo de 2784 imagens que foram transcritas e analisadas. Os quais nos revelaram aspectos importantes e fundamentais dos meandros da vida de homens e mulheres negros que, por algum motivo, recorreram ou foram levados à Justiça. Em meio a uma série de conflitos envolvendo-os, emergiram estratégias ímpares de sobrevivência driblando diariamente a sociedade civil e o poder público para se estabelecerem socialmente.

Além da documentação primária, recorreremos à história oral realizando dezoito entrevistas com descendentes de negros que vivem no município de São Carlos. Que entre outros fatores nos permitiram perceber a importância da questão de gênero nas diferentes formas de sobrevivência como descendentes de libertos.

Nas duas últimas décadas do século XX vimos florescer uma vasta literatura historiográfica marcada por uma reviravolta nas formas de ver e

analisar o negro, durante a vigência do sistema escravista e também a sua participação no processo de conquista da liberdade. Paradigmas até então instituídos começaram a ruir, cedendo lugar para as análises que passaram a destacar, cada vez mais, a agência escrava. Dentre os pesquisadores que influenciaram tal ruptura no Brasil, destacamos Emília Viotti da Costa, Robert Slenes, Maria Odila Leite da Silva Dias, Maria Helena Machado, entre outros. A partir de então, vieram à tona, inúmeras pesquisas historiográficas, que passaram a revelar uma série de estratégias elaboradas por homens e mulheres negros que tinham sido até então negligenciados pela história, dita oficial. Essa nova conjectura analítica acabou por promover uma série de questionamentos sobre as experiências de vida dos libertos no pós-abolição, tornando este também, um campo fértil de investigação. No Brasil, dentre os percussores que se embrenharam na tentativa de desvelar o cotidiano desses sujeitos, destacamos, Ana Lugão Rios, Hebe Mattos, Flávio Gomes, dentre outros, que muito contribuíram para a nossa investigação.

Assim, movidos pelas mesmas inquietações, analisamos a participação de homens e mulheres negros de São Carlos-SP, na árdua conquista pela liberdade e também os arranjos por eles empreendidos para se inserirem na sociedade no pós-abolição. Os deslocamentos espaciais, os meandros do cotidiano e as estratégias de sobrevivência desses sujeitos passaram a nortear as nossas investigações.

Para tal, nossa tese está organizada em três capítulos, sendo que o primeiro trata do processo

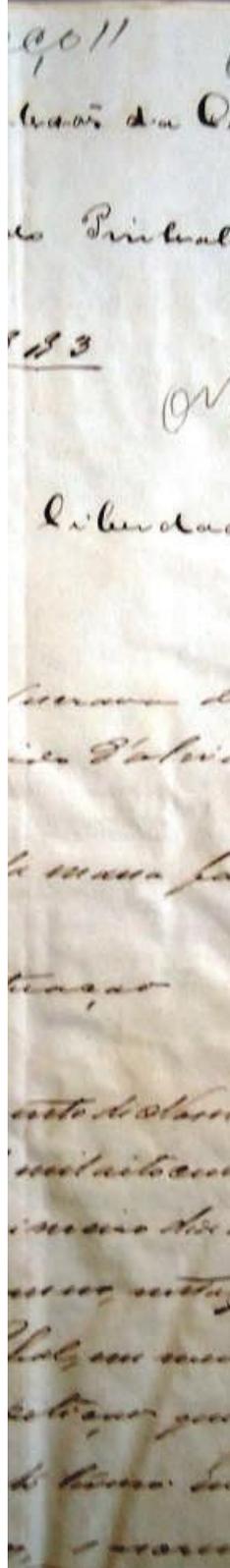
de desmonte da escravidão e da participação de escravos e escravas na conquista da liberdade, ainda na vigência do sistema escravista, passando pela abolição e trazendo, por fim, uma discussão teórica de como o pós-abolição se tornou um campo de investigação, ainda em construção. No segundo capítulo analisamos o cotidiano de homens e mulheres negros através dos processos criminais com o objetivo de trazer à tona as estratégias de sobrevivência por eles adotadas no espaço urbano no pós-abolição. E no terceiro capítulo, realizamos um mapeamento do perfil da população negra presente no espaço urbano, tendo como aporte documental o Recenseamento

Populacional de 1907. Incluímos também a análise das histórias de vida de nossos entrevistados, com o objetivo de revelar o que chamamos de “estratégias outras” de sobrevivência, materializadas, a nosso ver, na organização da família e do território doméstico como espaço de resistência.

Acreditamos que a estrutura proposta nos permitiu narrar uma pequena parte da história de homens e mulheres que, devido a sua cor, tiveram suas vidas marcadas pela luta, dor, sofrimento, mas, também, por estratégias de sobrevivência e pela conquista do direito de moldarem seus destinos, mesmo diante de tantos obstáculos e de toda uma conjuntura social que insistia em não os reconhecer enquanto cidadãos.

CAPÍTULO I

Os caminhos para liberdade



Os caminhos para liberdade

Os caminhos para a conquista da liberdade no Brasil foram marcados por inúmeros percalços, embates ideológicos, políticos, culturais e sociais. Tanto do lado dos indivíduos conservadores quanto dos liberais, haviam adeptos a causa abolicionista assim como contrários a ela, e havia também aqueles que mesmo sendo favoráveis não desejavam a transformação de negros e negras em cidadãos, como veremos ao longo dessa pesquisa. De acordo com Maria Helena Machado², o processo de Abolição brasileiro se deu de forma lenta e gradual, assim como aconteceu em Cuba, como destacou Rebecca J. Scott. Machado apontou o quanto o Estado, os fazendeiros e os abolicionistas conservadores estavam preocupados em transformar a emancipação num processo lento, longo e gradual, mantendo praticamente inalteradas as formas de trabalho e o domínio da elite agrária e escravista nacional. Além disso, desejavam manter controlados os ânimos dos escravos e escravas ávidos pela liberdade³.

As ideias e ações em prol da liberdade que ecoavam do outro lado do Atlântico, segundo apontam pesquisas recentes, influenciaram as ações dos movimentos abolicionistas no Brasil.

Essas reivindicações surgiram na Europa no fim do século XVIII exigindo o fim do tráfico e a extinção do trabalho escravo influenciando na extinção da escravidão nas colônias inglesas do Caribe em 1834; na Revolução escrava do Haiti em 1791 e também na Guerra Civil nos EUA em 1861, demonstrando que as informações circulavam entre as diferentes culturas. A conquista da liberdade alcançada por meio da guerra civil no Haiti, por exemplo, preocupava os dirigentes e agitava os ânimos dos escravos no Brasil. As Américas partilharam dessas preocupações, métodos e pensamentos e tentaram sufocar qualquer tipo de revolta escrava que pudesse vir à tona. As pesquisas, porém, nos mostram que estas tentativas de controle não silenciaram as revoltas e reivindicações, tanto no período das abolições como no pós-emancipação.

Ao analisar São Paulo pré-abolição, Robert Brent Toplin⁴, destacou o quanto o processo em prol da extinção da escravidão foi marcado pela violência, sendo este o principal ingrediente, a seu ver, para a extinção da escravidão no país. Ele ainda destacou, que o Oeste paulista, fora a região onde mais ocorreram revoltas violentas

² Machado, Maria Helena P. T. A emancipação gradual. Resenha Publicada na Folha de São Paulo, Jornal de Resenhas, 13/05/2000.

³ Scott, Rebecca. Emancipação Escrava em Cuba: A transição para o trabalho livre 1860/1899. Tradutor: Lamounier, Maria Lúcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, SP: EdUNICAMP, 1991.

⁴ Toplin, Robert Brent. Upeaval, Violence, and the Abolition of Slavery in Brazil: the case of São Paulo. The Hispanic American Historical Review, vol. 49, nº 4, nov., 1969.

em prol da liberdade. Essa observação também pode ser contatada nas análises de Warren Dean⁵ o qual destacou que, por volta de 1871, petições e abaixo-assinados, foram organizados por um grande número de fazendeiros do Oeste Paulista e enviados ao presidente da Província solicitando proteção militar, demonstrando a preocupação e o medo da camada senhorial frente a onda de revoltas e levantes organizados por escravos em nome da melhoria de suas condições de vida. Para o autor, estavam aí às razões para a promulgação da Lei do Ventre Livre aprovada em setembro de 1871. Ou seja, por mais que alguns historiadores tenham focado nas ações individuais de parlamentares e do próprio Imperador, as leis emancipacionistas e a consequente liberdade em 1888 resultaram da ação coletiva de escravos, escravas, libertos entre outros.

A intenção das elites cafeeiras, principalmente da região Sudeste, era que a escravidão se prolongasse o máximo de tempo possível. Para isso, argumentavam que o escravo não estava preparado para a vida em liberdade, que sua saída do campo aumentaria a criminalidade nas cidades, que eles se tornariam vadios e ociosos no cenário urbano. Para resolver tal impasse, propunham que a abolição fosse realizada em etapas e há longo prazo, e que recebessem indenização pela

perda de seus investimentos. Pediam ainda, um conjunto de leis para garantir a manutenção do escravo em suas propriedades. Na contramão, os escravos acreditavam na liberdade próxima e agiram em prol da aceleração do fim da escravidão, fugindo, formando quilombos e se rebelando cotidianamente⁶. As ações dos escravizados acabaram por amedrontar seus proprietários que trataram logo de recorrer aos meios “legais” para acalmar os ânimos dos revoltosos e angariar proteção física e financeira por parte do Governo.

A movimentação dos escravos teve repercussão política e influenciou decisivamente o processo da abolição. Influenciou inclusive a forma como os políticos encaminharam as discussões sobre as leis emancipacionistas. Deputados, senadores e conselheiros do Império, muitos deles grandes proprietários de escravos, estavam atentos ao que acontecia à sua volta e muitas das suas decisões foram tomadas sob pressão do que viam nas ruas e nas senzalas (Albuquerque, Fraga, 2006, p. 176).⁷

Essa conjuntura de pânico por parte dos fazendeiros interessados numa forma de dissolução do sistema que lhes garantisse lucro e sobrevivência, e o desejo desenfreado em conquistar a liberdade por parte dos escravos,

⁵ Dean, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920). Tradução de Waldívia Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

⁶ Albuquerque, Wlamyra R. de. Fraga Filho, Walter. Uma história do Negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

⁷ Albuquerque, Wlamyra R. de, Fraga Filho, Walter. Uma história do Negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

fez com que o Governo Imperial desenvolvesse estratégias políticas que acalmassem os ânimos dos revoltosos, assegurando a manutenção do poder, em partes, da elite escravista. Assim, surgiram as leis emancipacionistas, num contexto de contestação da escravidão na arena judiciária, dando início a um lento e gradual caminho para a abolição. Vale lembrar que o Brasil e Cuba foram os únicos países das Américas a manterem a escravidão ainda em vigência em pleno século XIX e de acordo com Camillia Cowling⁸, *embora o timing fosse parecido, as circunstâncias políticas que moldaram o curso da abolição foram muito diferentes nos dois contextos.*

1.1. As leis Emancipacionistas e suas aplicações

As ações dos escravizados e do nascente movimento abolicionista no final dos anos de 1860, agitaram as preocupações das elites, que recorreram ao governo em busca de soluções. Este por sua vez, representado pelo Imperador D. Pedro II, tomou, cautelosamente como sugerem Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga, algumas medidas, tais como, a proibição em

1865 dos castigos com chicotes em escravos condenados a trabalhos forçados, as extinções em 1866 do emprego de escravos em obras públicas, a proibição em 1869 do leilão público de escravos, bem como da separação do marido da esposa nas operações de compra e venda e do menor de 15 anos de sua mãe.⁹

Já Silvia Hunold Lara¹⁰, aponta que o caminho para a liberdade começou em 1831, com a promulgação da lei que proibia o tráfico transatlântico, pois ela determinava livre todos os africanos desembarcados no Brasil depois daquela data. Ela enfatiza que com a segunda lei de proibição do tráfico em 1850 todos aqueles que eram ilegalmente escravizados podiam requerer seu direito à liberdade. Foi neste cenário que homens, como Luís Gama¹¹ e seus amigos atuaram junto aos escravos/as em prol de suas liberdades tornando a cena abolicionista extremamente intensa. Ainda no conjunto de leis que foram promulgadas no Brasil visando postergar a abolição da escravidão, tivemos, em 1871 a lei 2.040, conhecida popularmente como “Lei do Ventre Livre”. Nos debates sobre a sua definição participaram setores opostos

⁸ Cowling, Camillia. Como escrava e como mãe: mulheres e abolição em Havana e no Rio de Janeiro. In: Machado, Maria Helena P.T. Castilho, Celso. Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

⁹ Albuquerque, Wlamyra R. de, Fraga Filho, Walter. Uma história do Negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

¹⁰ Lara, Silvia Hunold. Prefácio. In: Azevedo, Elciene. O Direito dos Escravos: lutas jurídicas e o abolicionismo na província de São Paulo. Campinas. Editora Unicamp. 2010.

¹¹ Luís Gama foi um abolicionista da ala radical, ex-escravo atuava como curador de escravos e escravas em processos em prol da liberdade.

com ideais e opiniões distintas. Segundo Tâmis Parron¹².

De um lado da linha que então dividiu o país, figuraram D. Pedro II, o ministério do Partido Conservador liderado pelo visconde do Rio Branco e uma série de deputados que aderiram à libertação do ventre. Do outro, a oposição parlamentar, também formada por gente conservadora, sobretudo por delegados da região cafeeira (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais - províncias que, sozinhas, congregavam metade dos cativos do país e perfaziam quase 50% do valor total exportado pelo Império). Mas se engana quem pensa que a arenga se restringiu às paredes do Parlamento e ao ano de 1871. Afora o interesse dos mais de 1,5 milhão de escravos espalhados em todas as províncias, desde 1865, letrados e proprietários, homens e mulheres, cidadãos livres e ex-escravos entraram paulatinamente na contenda como podiam - escrevendo panfletos, votando em deputados e enviando representações (petições coletivas).

Finalmente promulgada em 28 de setembro, apontada por Wlamyra Albuquerque como a principal lei emancipacionista, a lei do Ventre Livre garantia liberdade às crianças nascidas de ventres escravos, bem como obrigavam os senhores a cuidarem delas até os oito anos de idade. Depois disso, os senhores podiam escolher entre receber

uma indenização ou usar o trabalho dos menores até completarem 21 anos de idade¹³.

É importante salientarmos que apesar de muitos fazendeiros terem tentado, no interior paulista, burlar a lei, fazendo com que menores trabalhassem sem direitos, em resposta aos cuidados que lhe foram externados até os oito anos de idade, suas prerrogativas trouxeram esperanças aos cativos que vivenciaram cada qual a sua maneira e alcance, os benefícios que ela proporcionou.

No caso do município de São Carlos do Pinhal, segundo Álvaro Rizzoli¹⁴, de acordo com os batismos de ingênuos registrados na Cúria Diocesana do município a partir de 29 de outubro de 1871 a 12 de fevereiro de 1888, foram amparados pela lei o total de 2.026 ingênuos. Os anos na tabela 1 se referem ao ano de nascimento das crianças e não podemos apontar certamente que este número seja exato, pois, muitos ingênuos podiam não ter seus batismos registrados na Cúria local. De qualquer forma, temos uma visão parcial do número de ingênuos que se beneficiariam da lei do “Ventre Livre”. Se nos atentarmos à Tabela 1 veremos que a partir de 1880 os registros subiram consideravelmente nos apontando o interesse das mães em garantir a liberdade de seus filhos, já que o batismo era uma documentação comprobatória da idade da criança, no ápice do período das lutas abolicionistas.

¹² Parron, Tâmis. *Escravidão: coleção de panfletos (1858-1874)*. In: <http://www.brasiliana.usp.br/node/390>.

¹³ Albuquerque, Wlamyra R. de. *Fraga Filho, Walter. Uma história do Negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

¹⁴ Rizzoli, Álvaro. *Inventário Analítico da Escravidão em São Carlos*. Pesquisa CNPQ. São Carlos, 1995.

Tabela 1. Batismo de Ingênuos São Carlos do Pinhal (1871-1888)

Ano de nascimento	Masculino	Feminino	Total de ingênuos
1871	9	3	12
1872	36	33	69
1873	33	21	54
1874	28	26	54
1875	42	34	76
1876	46	37	83
1877	48	41	89
1878	54	54	108
1879	69	53	122
1880	69	60	129
1881	89	60	149
1882	93	95	188
1883	92	78	170
1884	85	76	161
1885	111	79	190
1886	117	71	188
1887	104	77	181
1888	1	2	3
TOTAL	1.126	900	2.026

Vale ressaltarmos que o município de São Carlos do Pinhal, integrava o promissor Oeste Paulista no que tange à produção cafeeira e foi um dos municípios que utilizou a mão de obra escrava para o trabalho na lavoura e também no espaço urbano. Com as proibições ao tráfico transatlântico de escravos os fazendeiros recorreram ao tráfico interprovincial, tendo no Estado da Bahia seu maior mantenedor. Mesmo que já houvessem experiências com outras formas

de trabalho, o negro escravizado foi fundamental para o funcionamento do sistema econômico e social do município. Emília Viotti da Costa¹⁵ afirma que a maioria das fazendas abertas no Oeste paulista, já pelos idos de 1860 usavam escravos como a principal força de trabalho. Na mesma perspectiva Warren Dean¹⁶ aponta que a convivência do trabalhador contratado e o escravo não impediram que o número de escravos aumentasse consideravelmente em Rio Claro, o

¹⁵ Costa, Emília Viotti. Da senzala à colônia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

¹⁶ Dean, Warren, Rio Claro, Um sistema brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1977.

que também pode ser observado em São Carlos, pois em 1874 o número de escravos era de 1.568 passando para 2.464 em 1877. Oito anos depois, de acordo com “Apuração Geral da População escrava da Província de São Paulo” de 1885, São Carlos possuía um total de 3.725 escravos, sendo destes, 2.228 homens e 1.498 mulheres¹⁷.

Ao analisarmos 40 inventários realizados no município de 1880 a 1888 conseguimos traçar o perfil de 672 escravos e escravas, dos quais 398 eram homens e 275 mulheres. Esses homens e mulheres vieram de vários locais do país, sendo 104 do Estado e do interior de São Paulo, 42 dos Estados e cidades do norte e nordeste, 3 do Estado de Minas Gerais, 9 do Rio Grande do Sul, 4 do Continente Africano e os demais de origem não identificada. Dos escravos de origem africana, como por exemplo, encontramos: Bernardo de 54 anos de idade, casado; Manoel, 56 anos, casado; Adão de 54 anos, também casado. Todos eles eram da cor preta e pertenciam a Joaquim Antônio de Paula, que teve seu inventário lavrado em 1883. Por último, encontramos a escrava Catharina de 50 anos de idade, casada, filiação desconhecida e cozinheira, natural de Cabo Verde. Ela era de propriedade de Joaquim Fabiano da Cunha, cujo inventário é datado de 1886.¹⁸ Com relação a atividade profissional, dos 673 escravos e escravas inventariados, 402 eram de lavoura, sendo o restante distribuído em atividades mais urbanas, como: carreiros, carpinteiros e serviços domésticos.

Voltando ao conjunto de leis emancipacionistas, destacamos que a Lei do Ventre Livre, além de alterar a relação entre o senhor e o ingênuo, que antes nascia escravo, criou também o Fundo de Emancipação que libertava cativos, de acordo com uma série de critérios classificatórios. Ele era composto pelo dinheiro arrecadado, especialmente, a partir da taxa de escravos, dos impostos gerais sobre transmissão de propriedade dos escravos, do produto de seis loterias anuais isentas de impostos, das multas impostas em virtude desta lei, e de subscrições, doações e legados com esse destino. Esta lei tornou também obrigatória a matrícula dos escravos, os tornando livres em caso de não registro.

A classificação dos cativos que seriam libertos era organizada dando primazia às famílias, seguidas dos indivíduos. Dentre os escravos com famílias constituídas, os seguintes critérios deveriam ser respeitados: os cônjuges que fossem escravos de senhores diferentes e seus filhos; os cônjuges com filhos ingênuos em função da lei e menores de oito anos; os cônjuges com filhos livres menores de vinte e um anos; os cônjuges com filhos escravos menores de vinte e um anos; as mães solteiras com filhos menores; os cônjuges sem filhos. Em segundo lugar estavam os indivíduos, cujos critérios para a avaliação eram os seguintes: os que tivessem filhos livres; os que possuíssem entre doze a cinquenta anos, começando pelas mulheres mais jovens e homens mais idosos. Para além destes critérios a primazia era realmente dada às famílias e

¹⁷ Apuração Geral da População Escrava da Província de São Paulo, 1885. Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.

¹⁸ Rizzoli, Álvaro. Inventário Analítico da Escravidão em São Carlos. Pesquisa CNPQ. São Carlos, 1995.

indivíduos, que por si ou por outrem contribuíssem com certa quota para a sua libertação. Para os que não possuíam o valor necessário caberia aos senhores decidirem. Assim apontava a lei: *Em igualdade de condições, a sorte decidirá*¹⁹.

Salientamos que eram preteridos na ordem de emancipação indivíduos “desajustados” socialmente, ou seja, que foram indiciados em crimes, pronunciados em sumário de culpas, condenados, fugidos e os habituados à embriaguez.

O valor apontado ao escravo classificado, que nada mais era que a indenização ao senhor, se dava a partir da soma do preço taxado sobre as suas condições da idade, saúde e profissão. Ainda segundo a regulamentação ordenada no decreto, a carta de liberdade era incontestável e garantia ao liberto seu pleno exercício, desde que esse adotasse um comportamento considerado plausível, ou seja, deveria trabalhar registrado, não perambular pelas ruas, possuir endereço fixo, não perturbar, não consumir álcool, evitar manifestações culturais e religiosas e ainda percorrer espaços públicos munido da carta de alforria, tendo em vista que sua ausência implicava na prisão do liberto. Tratava-se, portanto, de uma liberdade tutelada, cerceada e frequentemente requerida pelas autoridades mediante a apresentação da carta, o que nos leva a concluir que o liberto não possuía acesso ao direito pleno de ir e vir.

Em São Carlos do Pinhal, o Fundo de Emancipação, como nos apontam os dados

levantados no Cartório do Segundo Ofício, pelo professor Álvaro Rizzoli²⁰, teve uma atuação restrita e seu primeiro registro data de 1879, oito anos após a promulgação da lei. Nesta Ação de Liberdade, consta que a escrava Feliciano, mulata, viúva, entre 40 e 50 anos de idade, que sofria de moléstia crônica e incurável, requereu a compra de sua liberdade baseada no Art.492 da lei de 28 de setembro de 1871. Ela declarava que havia formado um pecúlio, proveniente de seu trabalho e com consentimento de seu senhor, no valor de 518\$00 (Quinhentos e Dezoito Mil Réis). A escrava foi avaliada em 400\$000 (Quatrocentos Mil Réis) e alforriada em 19 de março de 1881, recebendo a diferença monetária que lhe cabia. Neste caso, podemos perceber claramente a manutenção do poder do proprietário, pois a formação do pecúlio era instituída por lei e não precisava do consentimento do senhor, mesmo assim, a classe de proprietários agia com o intuito de manter inalterado o seu poder. Por outro lado, demonstra também o conhecimento dos escravos com relação aos direitos que a lei 2.040 lhes garantiam.

No ano de 1881, foram arbitrados a obterem a liberdade: o escravo Manoel, que era casado com liberta, era mulato, tinha 25 anos de idade, trabalhava na roça e possuía um pecúlio de 100\$000 (Cem Mil Réis); a escrava Miquelina, preta, 43 anos de idade, cozinheira, casada com liberto e mãe de ingênuos; a escrava Cândida, preta, 32 anos de idade, de roça e casada com

¹⁹ Lei 2.040 de 1871. In: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00846400#page/1/mode/1up>.

²⁰ Todos os dados relacionados aos escravos libertos pelo Fundo de Emancipação que foram discutidos, com exceção do casal Paulino e Jesuína, foram obtidos a partir de: Rizzoli, Álvaro. Inventário Analítico da Escravidão em São Carlos. Pesquisa CNPQ. São Carlos, 1995.

liberto; a escrava Felicíssima, preta de 10 anos de idade e filha de Miquelina e, por fim, o escravo Manoel Antônio, preto, 68 anos de idade, casado e trabalhador de roça. Depois de serem avaliados, e terem seus valores aceitos pelos seus proprietários, os cinco escravos foram alforriados em 28 de junho de 1881 em audiência pública onde receberam suas respectivas cartas de liberdade.

No ano seguinte, foram contemplados mais cinco escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação. O processo teve início no dia 15 de outubro a partir do envio de um relatório à província de São Paulo contendo os nomes de quatro escravos e de uma escrava, considerados aptos para receberem a liberdade. Nesse processo há um ofício, assinado pelo presidente da província, Conselheiro Francisco de Carvalho Brandão e também, por Joaquim Gonçalves de Mattos, presidente da Junta do município, com a explicação de que *a Junta local tinha dado preferência aos escravos casados com libertas e, num segundo momento, às famílias com filhos libertos*, alegando o desejo dos cidadãos locais em não mais verem casos de famílias separadas no município. Constavam, assim, os escravos: Malachias, Narcizo, Antônio e o casal Paulino e Jesuína, todos casados e avaliados com boa aptidão para o trabalho²¹.

Malachias tinha 35 anos de idade, era pardo, exercia a ocupação de administrador na propriedade de João Baptista de Arruda, teve sua moralidade apontada como *ótima* e era chefe de

uma família composta por cinco membros, sendo provavelmente sua esposa e mais três filhos sobre os quais, no entanto, não há nenhuma menção. Narcizo tinha 42 anos de idade, se ocupava na lavoura em uma das fazendas de seu proprietário o Barão do Pinhal, teve sua moralidade apontada como *boa* e sua família era composta por mais três membros. Antônio possuía 43 anos de idade, era preto, trabalhava na lavoura, teve sua moralidade avaliada como *boa*, possuía uma família com três membros e tinha como proprietário Antônio Caetano Magalhães. Paulino e Jesuína eram casados, ambos eram de propriedade de Dona Maria Miquelina Antônia S. Fagundes, ele tinha 37 anos e ela 26, trabalhavam na lavoura, tiveram suas moralidades avaliadas como *boa* e possuíam três filhos.

Quatro meses depois no dia 15 de fevereiro de 1883, foi realizada no município de São Carlos do Pinhal, às onze horas da manhã, a audiência extraordinária de “Libertação de Escravos” dando continuidade ao relatório acima descrito. Neste ato foram libertos os escravos Narcizo, Malachias e Antônio, sem constar, no entanto, na relação, o escravo Paulino e sua esposa, a escrava Jesuína. Na seção estavam presentes os respectivos proprietários com exceção do Barão do Pinhal que se fez representar por seu procurador o Doutor Fernando Leite de Faria. As cartas de liberdades foram entregues aos referidos libertos que se encontravam presentes e em seguida foi encerrada a audiência.

²¹ Processo de Libertação de escravos de São Carlos do Pinhal, 1882-1884. Arquivo do Estado de São Paulo. Arquivo Digital disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/escravos.php>.

Os nomes de Paulino e Jesuína não constavam da relação de libertos porque a proprietária deles não havia, até o momento, entrado em acordo sobre o valor da indenização que lhe caberia, que no momento era de 1.100\$000 (Um Conto e Cem Mil Réis) e 700\$000 (Setecentos Mil Réis) respectivamente. Insatisfeita, ela deu entrada em um processo no dia 18 de abril de 1883, solicitando inicialmente a avaliação em juízo do referido casal. No dia 2 de junho do mesmo ano a junta municipal encaminhou ao Estado um ofício declarando que as dúvidas suscitadas pela Senhora Maria Miquelina Antônia quanto à avaliação de seus escravos não haviam ainda permitido que ambos fossem libertos.

O processo se alongou ainda mais, pois o juiz de direito da Comarca julgou nula a solicitação da proprietária de Paulino e Jesuína no dia 20 de junho de 1883. Em nova avaliação executada no dia 16 de outubro do mesmo ano, Paulino foi avaliado em 2.000\$000 (Dois contos de Réis) e Jesuína em 1.000\$000 (Um Conto de Réis), a qual, por sua vez, foi refutada pelo coletor das rendas gerais que em ofício ao juiz pediu que a avaliação fosse refeita a seu justo preço. O juiz reduziu os valores a 1.000\$000 (Um Conto de Réis) e 630\$000 (Seiscentos e Trinta Mil Réis) respectivamente, os quais acabaram sendo aceitos, muito a

contragosto, pela proprietária, que fez questão de dizer que *não havia em São Carlos do Pinhal escravo nas condições de Paulino e que se sentia lesada quanto aos valores estipulados*²².

Assim, teve fim o processo em 14 de novembro de 1884, dois anos e um mês após o seu início. Paulino e Jesuína foram libertos pela 3ª Cota do fundo no município, pelo valor estipulado na última avaliação do juiz em outubro de 1883. Neste momento foi declarado que os cônjuges possuíam filhos menores de 10 anos de idade, outro ponto positivo, que contribuía para a libertação imediata do casal.

Esse processo nos revela que a concessão da liberdade pelo fundo de emancipação era vista pelos proprietários como uma transação comercial, por meio da qual deveriam receber um valor que eles consideravam indenizatório. Dona Maria Miquelina Antônia Soares Fagundes não mediu esforços para obter o maior retorno possível de seu investimento e recorreu às avaliações executadas. Já o Estado, tentava mostrar seu poder não aceitando as reivindicações da senhora que, por fim, aceitou a conduta estatal. Aqui podemos perceber também, o descontentamento, por parte dos senhores, com a perda gradativa de seu poderio que vinha sendo cada vez mais assumido pelo Estado, como nos aponta Maria Helena Machado:

²² Processo de Liberdade de escravos de São Carlos do Pinhal, 1882-1884. Arquivo do Estado de São Paulo. Arquivo Digital disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/escravos.php>.

(...) desde os anos de 1870, era político e jurídico o palco principal no qual se digladiavam diferentes tendências políticas interessadas na definição dos caminhos para a constituição de um mercado de mão-de-obra livre no Brasil. Isso porque, desde a promulgação da Lei Rio Branco, ficava consagrada no Brasil a intervenção do Estado, teoricamente agente externo, a agir de maneira impessoal nas disputas entre senhores e seus cativos, estes últimos obviamente sempre assistidos por outros homens livres, advogados e curadores, a quem cabia de fato responder judicialmente pelo escravo em suas reivindicações jurídicas contra seus senhores.²³

Voltando às ações da Junta de Classificação do Município de São Carlos do Pinhal, tivemos no ano de 1884 a libertação de mais sete escravos pelo Fundo, eram eles: Maria, preta, 35 anos de idade, solteira, de lavoura; Perpétua, fula, 16 anos, casada, de lavoura; Elvira, preta, 20 anos, solteira e de lavoura; Faustino, preto, 42 anos, casado, de lavoura; Pedro, pardo, 39 anos, casado, de lavoura; e também o escravo José e a escrava Amélia, que não tiveram seus perfis detalhados. Estas liberdades foram conquistadas sem nenhuma interferência por parte dos senhores, que concordaram com as avaliações realizadas pelo Estado. O mesmo, porém, não ocorreu como o escravo João pertencente a Jesuíno José Soares de Arruda, que recorreu à justiça para poder tratar de

sua liberdade, já que, segundo suas palavras, *não era possível recorrer ao proprietário sem que passasse por constrangimentos*. Assim, João, mulato, 52 anos de idade, casado, filho de Quitéria, carapina de profissão, sofrendo das “cadeiras” e inflamação nos pés requereu a intimação de seu senhor, para que fosse efetuado o acordo para a sua liberdade, a qual estava amparada na lei 2.040, para tal, o escravo recolheu à tesouraria da fazenda o valor de 200\$000 (Duzentos Mil Réis) para vencer a juros da lei. O escravo afirmava ainda, que, caso seu proprietário se negasse a realizar tal acordo, propunha que fosse realizada outra audiência, com a presença de testemunhas²⁴, demonstrando assim, total percepção sobre os seus direitos.

Em 1885, tivemos apenas a libertação de três escravos: Adão, pardo, 34 anos, feitor carpinteiro, de propriedade de Francisco da Cunha Bueno; Victoria, preta, 31 anos de idade, de propriedade de Anna Joaquina de Jesus e por fim, Tobias, preto, 58 anos de idade, pertencente à José de Camargo Penteado. Porém, no ano seguinte a Junta local superou os números e arbitrou a liberdade de 16 escravos, provavelmente em decorrência dos debates acirrados em torno da abolição que vinham cada vez mais ganhando forças e espaços, contando cada vez mais com a participação ativa dos homens e mulheres que ainda estavam sob o domínio do cativo.

²³ Machado, Maria Helena P. T. A emancipação gradual. Resenha Publicada na Folha de São Paulo, Jornal de Resenhas, 13/05/2000.

²⁴ Petição de Liberdade. São Carlos do Pinhal, 1884. Caixa nº49. Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos. Processo Indicado no inventário Analítico da Escravidão em São Carlos do Professor Álvaro Rizzoli.

Os escravos libertos em 1886 foram: José, 48 anos, casado, pertencente a Joaquim Maria de Sampaio; Senhorinha, preta, 32 anos, casada, propriedade de Lucas de Arruda Campos; Constança, preta, 58 anos, casada, pertencente a José Franco de Lacerda; Cândida, preta, 32 anos, casada, propriedade de Francisco Ignácio de Camargo. De propriedade de José Gonçalves Bueno, constavam, Florêncio, preto, 34 anos, casado e Joanna, parda, 34 anos. Do senhor José Moraes de Aguiar, foram libertos, Luíza, preta, 34 anos, casada e Ponciário, preto, 40 anos, casado. De Leolino Xavier Cotrim, foi liberta a escrava Rosa, de 44 anos, casada e Elias, 46 anos, casado; do Senhor Alfredo Vaz Cerquinho, o escravo, Joaquim, preto, 41 anos, casado. O escravo Ignácio, preto, 34 anos, casado, de José Fernando de Moraes; o escravo Felipe, 52 anos de idade, propriedade de Floriano de Camargo Penteado; a escrava Florinda, preta, 50 anos, casada, pertencente a Jesuíno Soares de Arruda e as escravas Lauriana e Carolina de Amélia Hygina de Souza Mesquita.

Além do Fundo de Emancipação, esta lei trazia também em um de seus capítulos a possibilidade do escravo/a acumular pecúlio para comprar sua alforria, independente da vontade do senhor. Possuindo a quantia com que foram avaliados, estes se faziam representar

por curadores e lutavam na justiça pela liberdade. Como destaca Elciene Azevedo (2010)²⁵, os escravos não só pagaram por suas liberdades como lutaram nas instâncias jurídicas para obtê-las.

Foi este o caso de Raimunda, que no ano de 1883, sendo escrava do finado Manoel Cândido de Oliveira Guimarães, entrou com uma petição para comprar sua liberdade, tendo como procurador Florêncio B. de Campos Aranha. Ela alegou que no inventário do antigo senhor havia sido avaliada em 500\$000 (Quinhentos Mil Réis) e que *possuindo o referido valor desejava comprar sua alforria mediante a convocação do representante da massa falida*, do antigo senhor, para receber o dinheiro pela sua carta de liberdade. Afirmava ainda, que *tinha plenos direitos para comprar sua alforria*, pois a lei de 1871 instituíra que *no caso de inventários, poderia ser concedida liberdade ao escravo que exibisse a vista o valor de sua avaliação*. E assim procedeu, o senhor José Pedro de Almeida Pernambuco, juiz de órfãos do município, que ordenou a convocação do representante da massa falida para que fosse receber em juízo a importância de 500\$000 (Quinhentos Mil Réis) para que em cumprimento da lei a escrava Raimunda tivesse sua carta de liberdade expedida²⁶.

²⁵ Azevedo, Elciene. O Direito dos Escravos: lutas jurídicas e o abolicionismo na província de São Paulo. Campinas. Ed. Unicamp. 2010.

²⁶ Petição de Liberdade em favor da escrava Raimunda. São Carlos do Pinhal, 1883. Processo nº2647. Caixa nº10/11. Arquivo Público de São Carlos. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Recto 2647 Maço 11 Orphan
Juiz de Orphanaria da Cidade
de
São Paulo do Rio de Janeiro

1883

Petição para liberdade.

Escritura
Luz

Assim sendo (veremos do fundo
Joaquim Cândido da Silva Juiz
marcial)
O Deputado da mesa fallista

Luz
Luz

Apostrophe

Assim do conhecimento do Sr. Luiz
Joaquim Cândido da Silva Juiz
marcial, ao Sr. Luiz de Souza
de Souza, do dito nome, sendo
deputado do Rio de Janeiro, em nome do Sr.
Luiz de Souza da Silva Juiz
marcial, a petição que se
segue para a liberdade do Sr.
Luiz de Souza da Silva Juiz
marcial.

Figura 1: Petição de Liberdade, 1883.

As ações de escravos e escravas em São Carlos do Pinhal que buscaram, por meio da justiça, alcançar suas liberdades demonstravam claramente a agência destes atores, dentro do universo de possibilidades que lhes era possível. Como bem salientou Warren Dean²⁷, estas ações, dentre outras, *comprovam que os escravos tinham conseguido questionar claramente sua servidão* (p. 127).

As atuações do Estado não pararam por aí, para acalmar os ânimos dos escravos e escravas, cada vez mais tomados pelo espírito abolicionista e garantir, como já salientamos, a liberdade gradual para satisfazer os proprietários, foi promulgada em 1885 a “Lei do Sexagenário”. Assim como previa um dos artigos da Lei Moret, aprovada em 1870 pelo governo Espanhol para conter os ânimos abolicionistas em Cuba, a lei do Sexagenário decretava livres os escravos com 60 anos, mas estipulava aos libertandos a obrigatoriedade da prestação de serviços pelo espaço de três anos ou mais. Para Karl Monsma²⁸, a lei do sexagenário não causou tanto impacto no Brasil, pois o número de escravos com idade superior a 60 anos era extremamente reduzido, e havia ainda a cláusula da prestação de serviços, quase sempre requerida pelos proprietários. Em São Carlos do Pinhal, de acordo com Álvaro Rizzoli²⁹, foram

beneficiados pela lei do sexagenário de 1885 a 1888 um total de 205 escravos, entre homens e mulheres. Sendo que destes, dois estavam fugidos e 78 tiveram que prestar serviços entre um e três anos para somente depois disso gozarem de suas liberdades.

O conjunto de leis decretadas pelo Estado encerrou-se com a promulgação em 1886 da proibição do uso do açoite, tirando o instrumento disciplinar mais básico das mãos dos senhores e de seus administradores e feitores (Mattos)³⁰. Nesta conjuntura extremamente tensa em que o Estado ia tomando o lugar dos senhores no controle da população cativa, surgiram tensões por parte dos variados atores sociais. Senhores enfurecidos tentaram fazer prevalecer seus privilégios, poder e comando, enquanto os escravizados, conscientes de seus direitos, lutaram de formas variadas para conquistar a liberdade.

1.2. Outras formas de luta pela liberdade

No decorrer do processo de desintegração do sistema escravista, várias providências foram tomadas pelos dirigentes estatais bem como pelos proprietários de escravos para acalmar os ânimos

²⁷ Dean, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920). Tradução de Waldívnia Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

²⁸ Monsma, Karl. A Polícia e as populações “perigosas” no Interior Paulista, 1880-1900. In: http://www.brasa.org/_sitemason/files/lwNnkQ/Monsma%20Karl.pdf

²⁹ Rizzoli, Álvaro. Inventário Analítico da Escravidão em São Carlos. Pesquisa CNPQ. São Carlos, 1995.

³⁰ Mattos, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

aboliconistas. Estas ações se fizeram representar na instauração do conjunto de leis emancipacionistas discutidas no tópico anterior. É importante salientarmos, no entanto, que houve outras formas pelas quais os escravos alcançaram a alforria. João José Reis destaca que os escravos inventaram o seu viver, através da negociação mais imediata, corriqueira e mesmo pacífica, na qual encontraram uma brecha para atuar contra o sistema que os escravizava. Para ele, o resistir escravo não tinha de ser necessariamente manifesto em atos violentos, pois, *em geral atitudes extremas como fugas, crimes e suicídios só entravam em cena quando a negociação falhava ou não acontecia por intransigência senhorial ou impaciência escrava*³¹ (p. 19).

Nessa perspectiva, o comportamento intencional adotado por alguns escravos/as influenciava na concessão de outra forma de conquista da liberdade, que era a carta de alforria. Esse documento de valor legal, que após ser redigido devia ser registrado em cartório para que o escravo ou escrava tivesse reconhecido juridicamente o seu direito à liberdade, era também segundo Chalhoub *resultado dos esforços bem-sucedidos de um negro no sentido de arrancar a liberdade a seu senhor*³².

No entanto, quase sempre a carta de

alforria, trazia em seu conteúdo algumas prerrogativas que mantinham sem abalo o poder de posse do proprietário sobre o libertando que, salvo exceções, não recebia de imediato a condição de liberto ou forro, pois podia gozar de sua liberdade plenamente somente após cumprir algumas condições estabelecidas e condicionadas pelo seu senhor no documento.

Sidney Chalhoub³³ aponta que a escravidão no Brasil foi marcada por uma característica que a diferenciava de outras sociedades escravistas modernas, que era a maior possibilidade de acesso à alforria. Ele salienta, no entanto, que a experiência da liberdade tinha seus problemas e riscos para os egressos da escravidão e seus descendentes. Dentre as dificuldades vivenciadas estava a liberdade “sob condição”, costume comum aos proprietários de terras e escravos/as.

Para Paiva³⁴, a carta de alforria raramente libertava o escravo de uma vez, pois o forro/a tinha que cumprir, por período determinado, algumas condições, como pagar pela liberdade ou cuidar do senhor até a sua morte. Neste contexto as cartas de alforria “sob condição”, ganharam papel de destaque e passaram a servir como instrumento de dominação e controle

³¹ Reis, João José. Silva, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1989.

³² Chalhoub, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

³³ Chalhoub, Sidney. *Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)*. <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/315>.

³⁴ Paiva, Clotilde Andrade. *Libertos em uma economia escravista: Minas Gerais em 1831*. *Estudos Econômicos*, São Paulo, USP/IPE, v.27, nº2, pp.177-335, 1997.

social, pois a sua emissão gerava no escravo o sentimento de esperança da liberdade próxima e no senhor a manutenção praticamente inalterada de seu domínio e poder, como bem salienta Kátia Mattoso³⁵ as cartas de alforria apresentavam um caráter *ambíguo e dialético*, já que suscitavam esperanças e ilusões nos homens e mulheres que *palmilharam um caminho minado de armadilhas*.

Consideramos que a carta de alforria proporcionava ao escravo/a uma liberdade tutelada, que funcionava eficazmente como instrumento de manutenção e controle, moldando o comportamento escravo por prazo e período determinado, garantindo assim, a continuidade do poder do proprietário. Alguns autores apontam que estas iniciativas eram usadas pelo senhor como forma de garantir a “ordem” na fazenda. Dentre eles, destacamos, Lilia Moritz Schwarcz³⁶ que enfatizou o quanto os proprietários acreditavam acalmar os ânimos dos escravos/as com a concessão dessa liberdade, principalmente na última década de vigência do sistema escravista. Além disso, o senhor esperava ser reconhecido como um *bom senhor* e por tal esperava a *gratidão* do escravo. Schwartz salienta que não só os senhores, mas também a mídia local, contribuíram para que essas alforrias, principalmente aquelas em massa,

se tornassem grandes eventos, tornando o senhor um grande benfeitor.

Em São Carlos do Pinhal, os fazendeiros locais não fugiram a regra e agiram rapidamente na última década de vigência da escravidão registrando um considerável número de alforrias por meia da carta de liberdade. No período de análise de nossa pesquisa tivemos o registro de 26 cartas de liberdade, pelas quais foram alforriados 34 escravos e oito escravas, num total de 42 indivíduos. Das 42 alforrias expedidas ao longo dos oito anos 22 foram registradas em 1887, entre os meses de novembro e dezembro, nos parecendo indicar um ato de desespero por parte dos senhores que ansiavam manter o controle sobre seus cativos.

Registradas nos livros de notas, as cartas locais, apresentam um teor informativo extremamente sucinto e não fazem muitas referências sobre as características dos escravos/as, no entanto, a condição para a obtenção da liberdade aparece na maioria delas. Esta informação atrelada ao motivo da alforria, presente em algumas, nos permitem conhecer alguns aspectos da relação estabelecida entre senhores e escravos/as bem como as estratégias desenvolvidas pelos escravizados para obter a liberdade.

³⁵ Mattoso, Kátia de Queirós. A carta de alforria como fonte complementar para o estudo da rentabilidade da mão-de-obra escrava (1819/1888). In: Pelaez, M.; Besci, M. (Ed.) A moderna história econômica. São Paulo: Apec, 1975.

³⁶ Schwartz, Lilia Moritz. Dos males da Dádiva: sobre as ambiguidades no processo de Abolição Brasileira. In: Gomes, Flávio dos Santos e Cunha, Olívia Maria Gomes. (organizadores). Quase Cidadão: histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Analisando as cartas locais percebemos claramente o objetivo dos senhores em registrar a liberdade do escravo, sem, no entanto, concedê-la imediatamente. Vejamos, no dia 11 de abril de 1884, o Senhor Camargo Penteado rascunhou, ainda em Campinas, a liberdade de seu escravo Tobias. Quatro meses depois, quando já residia em São Carlos do Pinhal, o proprietário registrou o documento no 1º Cartório de Ofícios do município, com o seguinte teor:

Por minha livre vontade dou a liberdade ao meu escravo Tobias pelos bons serviços que se tem prestado, porém com a condição de me servir a mim ou qualquer de minha família por dois anos, porém ganhando o salário de duzentos mil réis por ano, sujeitando-se a regulamento de minha casa como se ainda fosse cativo como outros que tenho. São Carlos do Pinhal 9 de agosto de 1884. O tabelião interino Ernesto Gonçalves³⁷.

Como podemos perceber o senhor libertou seu escravo Tobias, lhe ofereceu remuneração financeira, mas não permitiu que este gozasse de sua liberdade imediatamente, pois solicitou que continuasse a prestar-lhe serviços por mais dois anos, exigindo ainda que ele mantivesse seu comportamento de cativo inalterado, ou seja, deveria ocupar neste período a mesma posição

social de antes. Diante disso, nos parece certo afirmar, que não houve alteração na vida de Tobias por dois anos e que a ação do senhor, certamente, garantiu a fidelidade do libertando a ele e às condições da carta. Mesmo diante destas prerrogativas não podemos deixar de destacar que o mesmo Tobias, teve plena participação na concessão da alforria condicionada, pois a recebeu pelos bons serviços que prestou ao proprietário. Demonstrando assim, a sua agência, dentro do campo de possibilidades que lhe era possível.

Outro documento extremamente interessante é a carta de liberdade registrada por Dona Maria Izabel Cardozo a seu escravo Albino o qual, lhe foi transferido por meio do inventário de seu falecido marido. Ela declarou ser de sua boa vontade conceder a liberdade ao escravo por conta dos *bons serviços prestados*, por sua *fidelidade e dedicação* e destacou que *ele poderia gozar de sua liberdade como bem entendesse*, mas mediante as seguintes condições: *servir-me por toda a minha vida e para a minha morte. Fazendo as despesas do enterro (ilegível), porém sem ostentação*³⁸. Somente após cumprir esta condição o escravo seria considerado livre, o problema, no entanto, estava na incerteza para a conquista da liberdade para Albino, já que a morte de sua senhora não tinha data marcada para acontecer. Aqui também, acreditamos

³⁷ Carta de Liberdade em favor do escravo Tobias. 1º Tabelião de Notas e Ofícios de São Carlos. Livro 37, fls.34, 1884.

³⁸ Carta de Liberdade em favor do escravo Albino. 1º Tabelião de Notas e Ofícios de São Carlos. Livro 8, fls.50, 1874.

ter o escravo adotado um comportamento intencional, prestando bons serviços, sendo fiel e dedicado à sua senhora, consciente de que uma *hora ou outra*³⁹ poderia ser recompensado com a liberdade.

Como apontamos, foi no ano de 1887 que a maioria das cartas de alforrias foram registradas no município. Dentre os proprietários envolvidos nas concessões destes documentos destacamos, Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal e Leopoldo de Almeida Prado, pois juntos libertaram entre novembro e dezembro do referido ano doze escravos/as respectivamente, contabilizando 81% dos registros para o período.

O Conde do Pinhal vivo na memória e história local⁴⁰ como o bom senhor que libertou seus escravos antes da Abolição, no natal do ano anterior, se revela, a partir da análise do conteúdo das alforrias, um homem preocupado em manter seu poder e escravos/as sob seu controle, pois, como podemos averiguar na Tabela 2, das doze alforrias concedidas, onze estipulavam como condição a permanência na fazenda e o exercício do trabalho por um determinado período,

Uma das cartas registradas neste ano se reportava ao escravo Eloy, que era da cor parda,

era solteiro e tinha trinta e cinco anos de idade. O conteúdo do documento destacava:

Concedo liberdade (...) para que goze como se nascesse de ventre livre, com a condição, porém de prestar-me serviços de lavoura por cinco anos, a contar da data desta carta de liberdade sem que por esses serviços tenha direito a qualquer indenização e dando-lhe alimentação, vestuário e tratamento em suas enfermidades⁴¹.

Esta alforria apresenta condições ainda piores em comparação a primeira carta aqui discutida, pois o escravo Eloy, não teve direito a indenização financeira durante o período em que cumpriria as condições previstas no documento. Sem receber salário, deveria continuar a trabalhar por mais cinco anos como escravo em troca de alimentação, vestuário e tratamento de saúde caso precisasse. Como podemos perceber Eloy não teve alteração alguma na sua condição como escravo e como tal ainda deveria permanecer por mais cinco anos para que então pudesse usufruir de sua liberdade. Com esta ação, podemos apontar que o Conde do Pinhal visava garantir, assim como outros proprietários de escravos no período, a dedicação, fidelidade e o bom comportamento de Eloy, e que esperava por sua ação a gratidão do escravo.

³⁹ Grifo nosso.

⁴⁰ Ver Gordinho, Margarida Cintra. Casa do Pinhal. São Paulo: Knapp, 1985.

⁴¹ Carta de liberdade registrada no livro de notas nº40, f. 67v.. 1º Tabelião de notas e Protestos de São Carlos. 1887.

Tabela 2. Cartas de Liberdade registradas pelo Conde do Pinhal

Ano	Nome	Sexo	Idade	Cor	Tipo de Alforria
1887	Eloy	M	35	Pardo	Sob condição
1887	Felício	M	40		Sob condição
1887	Joaquim	M	40		Sob condição
1887	Rufino	M	40		Sob condição
1887	João	M	40		Sob condição
1887	Manoel	M	40		Sob condição
1887	Alfredo	M	23		Sob condição
1887	Theresa	F	35		Sob condição
1887	Brasíliana	F	40		Sob condição
1887	Celestina	F	40		Sob condição
1887	Josefa	F	34		Sob condição
1887	Clementino	M		Preto	Imediata

Dando sequência aos seus objetivos, no mês seguinte, o Conde do Pinhal registrou a carta coletiva de mais 6 escravos e 4 escravas, impondo como cláusula para a obtenção da liberdade a prestação de serviços até dezembro de 1889.

Pela presente concedemos a carta de liberdade com a *cláusula de prestação de serviços por dois anos*, aos meus escravos: Felício, com quarenta anos, matriculado sob o número 2.762; Joaquim 40 anos, matriculado sob o número 2.761 da relação; Rufino de quarenta anos, matriculado sob o número 2.755; Theresa, trinta e cinco anos, matriculada sob o número 2.774; João, quarenta anos, matriculado sob o número 2.756; Brasília, quarenta anos, matriculada sob o número 2.762; Manoel, quarenta anos, matriculado sob o número 2.763; Celestina, quarenta anos, matriculada sob o número 2.786;

Alfredo, vinte e três anos, matriculado sob o número 2.788; Josefa, trinta e quatro anos, matriculada sob o número 2.919. Para documento dos libertos acima mencionados mandamos pagar a presente, que assinamos. Fazenda do Pinhal, vinte e três de abril de 1887. Visconde do Pinhal, Viscondessa do Pinhal⁴².

Do grupo de escravos listados para serem libertos estava Felício que se autodenominava o braço direito do Conde do Pinhal, e que em 1917 escreveu uma carta detalhando sua relação com o fazendeiro⁴³. Nem mesmo ele obteve a liberdade imediata e supomos que tenha continuado a prestar serviços a ao Conde para além do fim da escravidão, pois Gordinho, em sua pesquisa sobre a fazenda Pinhal em São

⁴² Carta de liberdade registrada no livro de notas nº40, f. 80. 1º Tabelião de notas e Protestos de São Carlos. 1887.

⁴³ Ver carta do escravo Felício In: <http://www.casadopinhal.org.br/>

Carlos, pertencente ao Conde Pinhal, destaca que familiares que visitaram a propriedade após a Abolição constataram que, *nem parecia que havia ocorrido este grande acontecimento (Abolição) os escravos trabalhavam como dantes, tudo estava calmo e sereno.*⁴⁴ Corroborando ainda mais com a nossa constatação, recorremos a outra passagem de Gordinho que aponta que os escravos continuaram a trabalhar na fazenda e que em 1890 apareceram registrados como libertos, recebendo salários, o que nos leva a pensar na possibilidade do cumprimento da cláusula de prestação de serviços por dois anos, como estabelecido na carta de liberdade que registrou a alforria sob condição dos 10 escravos/as.

O caso do fazendeiro Leopoldo de Almeida Prado, é mais um exemplo do anseio dos proprietários locais em manterem o poder, a dominação, garantindo a permanência do trabalho escravo frente a Abolição que se fazia cada vez mais próxima e real. Leopoldo registrou em 01 de dezembro de 1887 a concessão da liberdade “sob condição” a dois escravos e três escravas. A condição era a prestação de serviços até 31 de dezembro de 1889. Apesar das cartas terem sido escritas individualmente elas foram registradas na mesma data e apresentam o mesmo conteúdo, mudando apenas o nome do beneficiado/a. Vejamos:

Por meio desta concedo liberdade ao meu escravo de nome Hylario, matriculado na coletoria de Rendas Geraes desta cidade sob o número 1.751, estando desde já em gozo de sua liberdade como se livre nascesse, com a condição de continuar a prestar seus serviços a minha família até 31 de dezembro de 1889. Podendo, cumprida, a condição de sua liberdade considerar-se livre e desembaraçado de qualquer ônus com o abaixo assignado. 10/07/1887. Leopoldo de Almeida Prado.⁴⁵

A carta acima, ou papel de liberdade, como também eram chamadas, não faz referência sobre as características físicas, sociais e profissionais do escravo, que tem exposto apenas seu número de matrícula. O conteúdo apesar de sucinto era certo e direto, pois dizia que Hylario poderia sentir-se livre como se *de ventre livre tivesse nascido*, porém, com a condição de continuar a servir como escravo por mais dois anos e meio.

O mesmo aconteceu com as escravas Perpétua e Amélia, porém o caso de Perpétua nos chamou bastante a atenção, pois se tratava de uma alteração na condição, que provavelmente foi estabelecida em uma carta anterior. No novo documento ela foi dispensada do tempo de prestação de serviços estabelecido anteriormente, recebendo, no entanto, a obrigação de continuar trabalhando para seu senhor por mais dois anos. Em outras palavras, Perpétua não era liberta, não

⁴⁴ Gordinho, Margarida Cintra. Casa do Pinhal. São Paulo: Knapp, 1985, p. 88.

⁴⁵ Carta de liberdade registrada no livro de notas nº41. F. 68 v. 1º Tabelião de notas e Protestos de São Carlos. 1887.

passou a ser liberta e continuou como “libertanda” exercendo seu papel de escrava.

Por meio deste concedo a liberta Perpétua a dispensa do tempo que é obrigada a prestar serviços, sendo que como clausula dessa dispensa continuará a prestar-me serviços até o dia 31 de dezembro de 1889. E depois da data em diante será livre de toda e quaisquer obrigação com o abaixo assinado. 10/07/1887. Leopoldo de Almeida Prado.⁴⁶

Porphídio e Benedicta, que tiveram suas cartas lavradas e registradas no dia 01 de dezembro de 1887, não obtiveram alterações no conteúdo de suas alforrias, as condições para o gozo da liberdade plena e futura, impunham aos sujeitos um comportamento grato para com o senhor, que tinha como único objetivo a manutenção do escravo/a em sua propriedade.

Concessão de liberdade ao escravo Porphidio, matriculado na coletoria de rendas geraes da cidade, sob o número 1.748. Estando desde já a seu gozo a liberdade, como se livre nascesse. Com a condição, porém de continuar a prestar seus serviços a mim e a minha família até o dia 30 de dezembro de 1889. Podendo, portanto, cumprida a clausula da sua liberdade, considerar-se livre e desembaraçado de todo e qualquer ônus para com o abaixo assinado. Leopoldo de Almeida Prado⁴⁷.

Concessão de liberdade a escrava de nome Benedicta matriculada na coletoria de rendas geraes da cidade, sob o número 1750. Estando ela desde já ao gozo da liberdade, como se livre nascesse, com a condição prima de continuar a prestar seus serviços a mim e a minha família até a data de 31/12/1889. Podendo, portanto, após cumprida gozar da sua liberdade, considerar-se livre e desembaraçada de todo e qualquer ônus para com o abaixo assinado. Leopoldo de Almeida Prado⁴⁸.

Como podemos perceber as cartas de alforrias expedidas no último ano de vigência do sistema escravista no município de São Carlos do Pinhal, momentos antes da Abolição oficial, foram usadas pelos senhores de escravos como instrumentos de controle social visando a manutenção da ordem e do sistema escravista. Os conteúdos expressos nos documentos bem como as condições neles estabelecidas, retratam, assim como as leis emancipacionistas, o objetivo dos dirigentes e senhores em garantir que o caminho para a liberdade fosse lento e gradual. Por mais que o sistema viesse ao longo da Campanha Abolicionista e da constituição das leis emancipacionistas apresentando sinais de desmoronamento, os senhores locais lutaram com todos os seus artifícios para manterem até o limite a escravidão, recorrendo a estratégias e artimanhas muito bem elaboradas e planejadas.

⁴⁶ Carta de liberdade registrada no livro de notas nº41. F. 68 v. 1º Tabelião de notas e Protestos de São Carlos. 1887.

⁴⁷ Carta de liberdade registrada no livro de notas nº41. F. 68. 1º Tabelião de notas e Protestos de São Carlos. 1887.

⁴⁸ Carta de liberdade registrada no livro de notas nº41. F. 68 v. 1º Tabelião de notas e Protestos de São Carlos. 1887.

Nesse cenário complexo em que se chocavam senhores, escravos, libertos, libertandos, abolicionistas radicais e abolicionistas conservadores, a liberdade ia se tornando cada vez mais palpável. Mesmo diante de tantas falcatruas por parte dos senhores, de tantas tragédias em prol da emancipação, negros e negras foram trilhando caminhos e descaminhos na superação da escravidão. Como bem apontou Warren Dean, o Oeste Paulista tornar-se-ia uma importante arena da iminente batalha entre senhores e escravos⁴⁹.

Maria Helena Machado enfatiza que as ações de revolta podiam se manifestar de diferentes maneiras:

Concretizada através de estratégias diversas, a defesa da autonomia escrava podia manifestar-se tanto por meio acomodativos - fugas, sabotagem do trabalho, “preguiça”, etc, como expressar-se numa criminalidade violenta que atingia preferencialmente os senhores e seus prepostos⁵⁰.

Assim, os fazendeiros iam tomando cada vez mais consciência, como salienta Maria Helena Machado⁵¹, de que estavam sentados sob um vulcão que poderia explodir a qualquer momento, colocando em risco não apenas a viabilidade

econômica de suas plantações, como a si próprios e suas famílias. Este clima de agitação, insegurança e revoltas pode ser percebido também em São Carlos do Pinhal, que teve entre o período de 1880 a 1888, o desenrolar de sete processos crimes envolvendo negros escravizados e libertos. Todos se referiam a homicídios, sendo que em cinco deles o negro, escravo ou liberto, foi o indiciado e em dois configurou como vítima. É importante salientar que muitas ocorrências ficavam restritas ao âmbito da fazenda sendo ali resolvidas e que por mais que este universo nos pareça pequeno ele nos revela detalhes das tensões sociais nos momentos finais da escravidão. A violência que pautava as relações sociais estabelecidas neste agitado período pode ser percebida nas variadas maneiras que motivaram os crimes registrados no município.

Vejamos: no dia 18 de março de 1880 o pardo André Cunha foi assassinado por Manoel Gouvêa. O motivo apontado teria sido a cobrança de uma dívida. No processo, composto por 248 laudas, as testemunhas convocadas, agiram em defesa do réu, apontando a ação de Gouvêa como um ato de legítima defesa. As poucas referências sobre André Cunha indicam que se tratava de *um pardo, trabalhador de roça, com aproximadamente quarenta anos de idade, estatura mais que regular,*

⁴⁹ Dean, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920). Tradução de Waldívnia Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

⁵⁰ Machado, Maria Helena. O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora UFRJ/ EDUSP, 1994, p. 32.

⁵¹ Machado, Maria Helena. O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora UFRJ/ EDUSP, 1994.

*com a musculatura bem desenvolvida, cabelos e barbas pretas e que estava vestido com camisa preta de chita, calça branca de algodão, e japonsa escura.*⁵² Diante das breves descrições podemos considerar que André Cunha era liberto, pois em nenhum momento ele foi mencionado como escravo, não havendo no decorrer do processo nenhuma referência há um possível proprietário. As roupas descritas pelos peritos também colaboram com nossa consideração, pois apesar de serem simples, eram diferentes da indumentária usada pelos escravos.

O processo de investigação da morte de André Cunha é extremamente confuso, pois, num primeiro momento, o réu foi considerado culpado, e condenado à prisão, porém em agosto de 1880, foi solicitado ao juiz municipal que atribuísse pena mínima ao réu já que não havia sido encontrado no processo nenhum agravante contra o mesmo. Assim, em nova sessão realizada no dia 05 de agosto de 1880, tendo em mãos a decisão, o júri alegou em unanimidade que o réu teria agido em legítima defesa. Desta forma, o juiz municipal absolveu Manoel Gouvêa, ordenou que o mesmo fosse colocado imediatamente em liberdade e que tivesse seu nome riscado do rol de culpados. O mais interessante deste caso, foi a ausência de testemunhas de defesa, sem haver no processo nenhuma explicação sobre tal fato.

Este clima de tensão que marcou o século XIX, principalmente a partir de 1850,

era representado por meio das relações sociais entre senhores, feitores, trabalhadores livres e escravos e também entre escravos e escravos. Devemos lembrar que estes últimos, apesar de suas condições, eram sujeitos e apresentavam cada qual, a sua maneira de ver e avaliar suas condições. Torná-los seres sem vontade própria, foi até 1980, uma estratégia do pensamento dominante e desde então, vem sendo desmistificado, principalmente pela história social. Havia sim, entre os próprios negros, diferenças ideológicas, disputas, brigas, mas também solidariedade, sentimento de pertencimento e ainda o compartilhamento de ideais.

Foi o que pudemos perceber no processo que investigou o assassinato do escravo Germano ocorrido no dia 23 de maio de 1879. O autor do crime teria sido o escravo Marcelino, ambos de propriedade de Antônio de Abreu Sampaio, proprietário da Fazenda Santo Antônio do Lobo⁵³. A vítima não teve morte imediata conforme testemunhou o feitor da fazenda, o Sr. Malachias de 32 anos de idade, casado e natural de Mogi Mirim, que disse ainda em seu depoimento que um dia depois do crime teria ido buscar os escravos para o trabalho e que a vítima, escravo Germano, havia lhe dito que estava com indigestão omitindo a lesão causada por Marcelino. Diante disso o escravo acabou sendo liberado do serviço recebendo a ordem de retornar para casa. Conjecturamos sobre o

⁵² Processo Crime nº3324, de 1880, São Carlos, Fundação Pró-Memória de São Carlos.

⁵³ Processo nº6015, de 1879, São Carlos do Pinhal, Fundação Pró-Memória de São Carlos.

motivo que teria levado Germano a esconder o crime, se teria sido medo em revelar o ocorrido e por tal ser castigado ou em delatar o escravo Marcelino e este também ser castigado. O fato é que a notícia do ocorrido se espalhou entre os trabalhadores da fazenda, chegando aos ouvidos do patrão, o senhor Abreu Sampaio que acabou punindo Marcelino no tronco, costume que segundo Maria Helena Machado⁵⁴ continuou a ser praticado pelos senhores no interior de suas propriedades mesmo com todo o barulho que anunciava o fim da escravidão e as leis que proibiam os castigos físicos. Depois do castigo Marcelino foi levado, pelo próprio fazendeiro à delegacia local para ser preso.

No decorrer do processo, após a condenação de Marcelino, seu proprietário mudou de posição e nomeou o Sr. Procópio de Toledo Malta como procurador do escravo, dando-lhe poderes ilimitados para a defesa do mesmo. Numa disputa que se estendeu por um longo período entre o proprietário e o Estado, fica visível o desejo do primeiro em manter seu poder, usando de várias artimanhas para inocentar seu escravo. Nos parece que o Senhor Abreu Sampaio acreditava já ter castigado Marcelino pelo seu delito e não havia a necessidade da intervenção da justiça. E ainda mais, o fazendeiro não podia arriscar a ter problemas com a manutenção de sua lavoura, com a perda de mais um escravo, pois já havia perdido o escravo Germano.

Os motivos alegados pela defesa iam desde alienação mental até legítima defesa, sendo este último, compartilhado pelo réu, que no auto de qualificação realizado no dia 23 de junho de 1879, disse chamar-se Marcelino, ser filho de Ângelo e Stacia, dois escravos. Disse ter *20 anos de idade, não saber ler e nem escrever, ser solteiro, trabalhador de roça* na propriedade de Abreu Sampaio, brasileiro e natural do Maranhão. Disse ainda ter matado Germano *porque ele teria sumido com o seu chapéu*. Destacamos, porém, que as testemunhas acusaram Marcelino pelo assassinato de Germano e negaram que ele sofresse de problemas mentais.

A grande questão que norteia o caso é a reviravolta no processo, que num primeiro momento condena o réu com apoio de seu senhor, uma vez que ele mesmo o levou à cadeia para ser preso. Na tentativa de recuperar seu escravo, ele nomeou um procurador para inocentá-lo resultando na liberdade do escravo. O processo, porém, acabou tomando outro rumo, com a morte do senhor nesse meio tempo. O promotor público municipal apelou da sentença de liberdade, porém a viúva não ficou alheia ao processo e nomeou, além do curador, um advogado para defender Marcelino, que acabou sendo absolvido novamente. Neste conflito de interesses, a disputa de poder entre Estado e senhores fica evidente, demonstrando o quanto estes lutaram para não perder o controle e o poder que acreditavam ainda possuírem.

⁵⁴ Machado, Maria Helena. Crime e Escravidão: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888). São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

Diante da complexidade desse momento, em que a escravidão ia desmoronando, foram muitas as estratégias usadas pelos escravizados para a conquista da liberdade. Estas iam desde o exercício dos direitos garantidos pelas leis emancipacionistas, na conduta adotada pelo escravo em relação a seu proprietário e também nas ações coletivas e individuais de revoltas, suicídios, assassinatos e fugas. Em São Carlos do Pinhal, algumas fugas foram registradas nos Inventários realizados entre 1880 e 1888, como no caso de dois escravos de nome José, pertencentes à Umbelina Leopoldina de Andrade, sendo um deles casado, preto, de lavoura e com 55 anos de idade e o outro também de cor preta, casado, de lavoura e com 50 anos de idade, os quais apareceram como fugidos no inventário realizado em 1883. O mesmo se deu com a escrava de nome Ana pertencente a Guilherme Luiz Hoppe, que foi registrada como fugida em 1885 e com o escravo Rufino de propriedade de Manoel Gomes Marcondes em 1887, inventariado como fugido e descrito como preto, com 37 anos de idade, solteiro, de roça e natural do Maranhão⁵⁵.

Num processo-crime em que foram acusados João Barboza dos Santos pelo assassinato a fogo do escravo Miguel, e também, os escravos Tito e Abraham acusados pela morte a golpes de machado e foice de José da Siqueira Franco, foi registrada a fuga coletiva de alguns escravos. O fato ocorreu em fevereiro de 1879 quando os escravos

Miguel, Tito, Antônio e Abraham decidiram findar suas condições como escravos e fugiram da fazenda de Joaquim Manoel Alves. O plano de fuga teria sido elaborado pelo escravo Miguel, pois Tito em seu depoimento afirmou: *fomos incitados a fugir pelo escravo Miguel que estranhou o serviço da fazenda*⁵⁶. Os escravos relataram que se esconderam na mata da fazenda Babylônia no município de São Carlos e que lá foram afrontados pelos camaradas: José Barbosa dos Santos, José Henrique da Silva, José Antônio de Souza e José da Siqueira Franco que lhes deram voz de prisão em cumprimento à ordem que haviam recebido do senhor Joaquim Manoel Alves, proprietário dos foragidos, o qual teria enfatizado desejar rever seus escravos *vivos ou mortos*. Segundo o relato das testemunhas a captura não aconteceu de forma pacífica, pois os escravos reagiram e armados de um machado e uma foice partiram para cima dos camaradas os quais responderam com disparos de armas de fogo. A luta entre eles resultou no ferimento do escravo Tito, na morte do escravo Miguel e na morte de José da Siqueira Franco.

Com relação aos fugitivos consta na escritura de compra que: Abraham era preto, solteiro, tinha trinta e dois anos, possuía filiação desconhecida e era natural da Bahia, matriculado em treze de abril de 1.872 sob o número 395 na Coletoria do Rio das Contas na Província da Bahia; Tito, também preto, era solteiro, tinha vinte e dois anos, possuía filiação desconhecida, era natural da Bahia, matriculado em 04 de

⁵⁵ Rizzoli. Álvaro. Inventário Analítico da Escravidão em São Carlos. Pesquisa CNPQ. São Carlos, 1995.

⁵⁶ Processo nº3077, de 1879, São Carlos do Pinhal, Fundação Pró-Memória de São Carlos.

setembro de 1.872 sob o número 4.514 na mesma coletoria que Abraham. Comparando a data em que foram comprados percebemos que os escravos Tito e Abraham fugiram logo após a compra, pois o conflito se deu em fevereiro de 1878 e eles foram adquiridos em agosto de 1877, demonstrando o que Chalhoub aponta em *Visões de Liberdade*, quando evidencia que os escravos que eram negociados para o Oeste Paulista fugiam antes ou logo depois da negociação demonstrando suas insatisfações com os destinos dados às suas vidas⁵⁷.

Em seus depoimentos os escravos acusados disseram que não foram responsáveis pelo assassinato do camarada José Siqueira, e afirmaram terem fugido do local do conflito, deixando para trás o escravo Miguel. Abraham e Tito foram enfáticos em suas falas:

(...) estando ele interrogado com outros escravos, foragido da casa de seu senhor e dentro do mato. Ali apareceram alguns indivíduos, mas ao avistá-los foram fazendo fogo contra ele interrogado e seus companheiros. Ele, interrogado e outros escravos trataram de fugir, alias fugiu e quem ficou lutando com esses indivíduos foi o escravo de nome Miguel. Depois, foi que soube que o escravo Miguel e outro indivíduo, que ignora o nome, morreram nessa luta, na qual ele interrogado não tomou parte, pois como já disse, tratou de evadir-se⁵⁸. (Abraham, 1879)

(...) juntamente com o escravo Abraham, seduzidos por Miguel, que havia estranhado o serviço da fazenda fugiram da mesma e internaram-se no mato. Dias depois, ele e seus companheiros foram intimados a se entregarem a prisão por pessoas que os perseguiram até o mato em que eles se achavam. Nessa ocasião, ele interrogado sentiu-se ofendido nas mãos e nas pernas por um tiro que o alcançou e fugiu. Afirmou mais uma vez que somente depois soube do ocorrido e quis voltar a fazenda em que se deu o conflito. Disse mais uma vez que não teve participação no conflito e que somente Miguel possuía um machado de cortar lenha. Disse que na fuga foi acompanhado de Abraham tendo ficado na mata somente o escravo Miguel⁵⁹. (Tito, 1879)

No decorrer do processo, o proprietário dos escravos Joaquim Manoel Alves resolveu nomear dois curadores para defenderem Tito e Abraham, demonstrando assim, o seu intuito em não os perder para a justiça. Apesar da defesa, em conformidade com o júri, em maio de 1881, os escravos foram condenados pela morte do camarada José da Siqueira Franco, recolhidos à cadeia pública e sentenciados a receber *cento e cinquenta açoites cada um e seis meses de ferro no pescoço*. O desfecho do processo demonstra o quanto à justiça se empenhava em condenar os negros, pois sobre o assassinato do escravo Miguel nada foi averiguado e os camaradas contratados

⁵⁷ Chalhoub, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

⁵⁸ Processo nº3077, de 1879, São Carlos do Pinhal, Fundação Pró-Memória de São Carlos.

⁵⁹ Processo nº3077, de 1879, São Carlos do Pinhal, Fundação Pró-Memória de São Carlos.

pelo fazendeiro continuaram livres, não sendo, portanto, condenados por seus atos.

Apesar de não termos encontrado no decorrer da pesquisa um grande número de fugas que foram registradas na justiça, não podemos negar que elas tenham ocorrido e que provavelmente foram resolvidas no âmbito das fazendas. De qualquer maneira, a fuga coletiva aqui apresentada demonstrava o anseio destes escravos pela liberdade, marcando a história do município com a reprodução de uma das ações que foram adotadas por muitos escravos no Brasil adentro. Segundo Wlamyra de Albuquerque e Walter Fraga Filho *as fugas coletivas são consideradas o maior movimento de desobediência civil da nossa história*⁶⁰.

Diante dos fatos apresentados, fica perceptível que os negros e as negras, que foram submetidos à escravidão agiram cada qual a sua maneira, para conquistar a liberdade. Fosse adotando intencionalmente um comportamento “agradável” ao senhor, juntando pecúlio para comprar sua alforria ou a de familiares e companheiros, recorrendo aos direitos gerados pelas leis emancipacionistas, ou ainda, ao suicídio, ao assassinato dos senhores e feitores e à fuga, estes atores sociais deram nítidos sinais de seus descontentamentos demonstrando para

a sociedade que o sistema escravista estava se desintegrando. O pânico social gerado por estas ações, como aponta Maria Helena Machado⁶¹, contribuiu sobremaneira para que a escravidão chegasse ao fim no dia 13 de maio de 1888. Considerada a maior conquista popular da história brasileira, a abolição foi resultado, como pudemos perceber, de ações coletivas, individuais e de setores sociais favoráveis a essa conquista e teve como protagonistas negros e negras, escravos ou libertos.

Em São Carlos do Pinhal, o fim da escravidão, como sugere a história dita oficial, teria ocorrido anteriormente ao dia 13 de maio e teria sido, ao contrário do que nos apontaram os documentos, algo dado pelos “bons” senhores aos seus escravos e escravas. Foi assim que o encarte da Abolição, preparado pelo “Jornal do Senado do Império”, no dia 14 de maio de 1888, noticiou: *Em São Paulo, diversas cidades libertaram seus escravos no ano passado. Em São Carlos do Pinhal, o fim do cativo foi proclamado em dezembro*⁶².

Este ato pioneiro fora atribuído aos fazendeiros e políticos: Antônio Carlos de Arruda Botelho - Conde do Pinhal -, Antônio Carlos Ferraz de Salles e Joaquim José de Abreu Sampaio, os quais teriam redigido um documento ordenando que fossem entregues cartas de liberdade plena aos

⁶⁰ Albuquerque, Wlamyra R. de, Fraga Filho, Walter. Uma história do Negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

⁶¹ Machado, Maria Helena. O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora UFRJ/Edusp, 1994.

⁶² Jornal do Senado. Rio de Janeiro, 14 de maio de 1888. In: http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/arquivos_jornal/arquivosPdf/encarte_abolicao.pdf

escravos do município. O conteúdo explicitava: *Que sejam entregues cartas de liberdade plena no dia 31 de Dezembro de 1887 aos escravos pertencentes as propriedades do Município de São Carlos do Pinhal por seus senhores presentes.*⁶³ Apesar dessa informação ter sido incansavelmente reproduzida por alguns historiadores locais⁶⁴ não encontramos nenhuma referência sobre o assunto e sem saber a origem e a guarda de tal documento, algumas inquietações passaram a nortear nossa discussão a respeito da suposta Abolição prematura no município. A primeira delas questiona à legalidade de tal documento, visto que os senhores que o assinaram não faziam parte da Câmara Local. A segunda coloca em xeque o objetivo de tal ato, pois pode ter sido um ato meramente político, tendo em vista apenas acalmar os ânimos locais, assim como ocorreu em outras cidades do país como nos apontou Maria Helena Machado em seu livro *O Plano e o Pânico*⁶⁵, ou ainda, que teve em vista transformar a Abolição num ato solene, festivo e em dádiva concedida pelo senhor, como destacou Lília Schwarcz em seu ensaio “*Dos males da dádiva*”⁶⁶, angariando assim, a gratidão do ex-escravo. A terceira questiona a execução do documento na prática.

Diante de tais inquietações e analisando alguns documentos pudemos perceber que tal

informação não apresenta consistência histórica, tendo em vista que não há registro algum de que o fim da escravidão tivesse realmente chegado ao fim no município. O que temos, comprova exatamente o contrário, pois as cartas de alforria registradas pelo próprio Conde do Pinhal em 1887, concederam em sua maioria, como já vimos anteriormente, liberdade sob condição aos escravos/as, sendo que, em apenas uma delas foi concedida liberdade imediata a um escravo.

Nas atas da Câmara municipal, também, não encontramos referência de que a Abolição teria ocorrido em dezembro de 1887, contribuindo assim, para a nossa constatação, de que a escravidão não foi encerrada no município em dezembro de 1887, e que todo o murmúrio a sua volta não passou de uma jogada política por parte de seus idealizadores. O próprio Conde do Pinhal fez cair por terra tal informação quando no início do ano de 1888, no dia primeiro de fevereiro, escreveu uma carta a sua esposa Ana Carolina, dizendo entre outras coisas que tudo estava sossegado com relação *aos escravos* e que pretendia fazer algo mais por eles, porém até essa data, ou seja, dois meses depois da dita abolição na cidade, o Conde do Pinhal ainda mantinha em sua fazenda seus escravos.

⁶³ In: Gordinho, Margarida Cintra. *Casa do Pinhal*. São Paulo: Knapp, 1985, p. 86.

⁶⁴ Autores como Cincinato Braga, Maria Cintra Gordinho e Ary Pinto das Neves.

⁶⁵ Machado, Maria Helena. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro /São Paulo: Editora UFRJ/ EdUSP, 1994.

⁶⁶ Schwarcz, Lília Moritz. *Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da abolição brasileira*. In: Gomes, Flávio dos Santos, Cunha, Olivia Maria Gomes (org.). *Quase Cidadão: histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

Naninha

Aqui cheguei hoje vindo do Jaú cuja viagem fiz sem novidade. Li a Vossa carta e muito estimei vêr que tem passado algua coisa melhor e que o Amadêo não tem mais a fêbre. Muito contente fiquei com o telegrama de Caldas noticiando as melhoras do Caminha, Deos queira que elle reanine que eu tomarei contas sevêras na continuação de seu tractamento. Amanhã passarei aqui até a tarde, quando sairei para Santo Antonio e depois para o Palmital. **Tudo se acha ainda em socêgo em relação aos escravos porem a vista do sitio em que estou me parece que não poderei deixar de fazer alguma coisa mais em favor d'elles.** Aceitai com os filhos minhas saudades. Vosso Antonio Carlos.

Nas atas da Câmara não há também nenhum registro sobre a chegada do dia 13 de maio no município que indique o posicionamento dos políticos locais sobre a lei Áurea. Há apenas uma referência sobre o fim da escravidão no Almanaque de 1894⁶⁷, onde Cincinato Braga enfatiza que a liberdade teria sido recebida com aplausos pela população são-carlense. O silenciamento documental sobre a Abolição não impede a afirmação de que o fim do cativeiro chegou a São Carlos, mudando sobre maneira o traçado urbano e o perfil da população local. Donos de seus destinos e suas vontades, estes agentes

se colocaram diante de uma nova configuração social e as consequências da liberdade conquistada bem como as estratégias por eles adotadas para enfrentarem os novos desafios serão a partir de agora o alvo de nossa investigação.

1.3. O pós-abolição: um campo de análise em construção

O Pós-Abolição vem, nos últimos dez anos, se estruturando como um campo fértil de investigação para as mais diferentes áreas de estudo. As experiências e vivências dos libertos chegam no tempo presente, por meio de pesquisas que enfocam suas trajetórias pessoais, sociais, espaciais, culturais e simbólicas, dando assim, som às vozes, há muito, silenciadas. De acordo com Wlamyra Albuquerque⁶⁸, os estudos sobre emancipacionismo e pós-abolição ganharam fôlego e problemas próprios a partir de 1990.

Desde então, títulos que abordam relações e espaços de trabalho, divergências e especificidades de grupos e personagens da militância abolicionista, estratégias políticas e culturais que configuraram os lugares sociais de egressos da escravidão e, mais especificamente, as aspirações de liberdade e trajetórias de vida dos

⁶⁷ Almanach/Editora da Universidade Federal de São Carlos. Ano 1, nº1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; São Carlos (SP): EdUFSCar, 2007.

⁶⁸ Albuquerque, Wlamyra. A vala comum da "raça emancipada": abolição e racialização no Brasil, breve comentário. In: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/317>, p. 98. 2010.

emancipados, tem ocupados espaços nas vitrines e bibliotecas. Para Hebe Mattos, este campo que vem crescendo cada vez mais se consagrou no ano 2000. Recentemente a autora publicou uma reflexão sobre o Pós-abolição em seu blog “Conversa de Historiadores” onde destacou que:

No Brasil, se a década de 1980 representou um marco para a historiografia da escravidão, podemos pensar que os anos 2.000 foram decisivos para a historiografia sobre as formas, condições e concepções de liberdade no pós-abolição. A produção de livros, documentários, a realização de eventos nacionais e internacionais e a formação de grupos de pesquisa adjetivados pelos termos “pós-emancipação” e “pós-abolição”, de Norte a Sul do país, atestam a emergência de um destacado campo de investigação, comprometido em reconstituir trajetórias, processos e experiências de liberdade da população negra no Brasil e nas Américas após a proibição legal da escravidão⁶⁹.

Ainda que o *boom* do pós-abolição tenha tido seu marco no ano 2000 foi a partir da década de 1970, que este começou a ser construído como campo de investigação. Na introdução da obra “Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição” Hebe Mattos e Ana

Lugão Rios⁷⁰ destacam que foi a partir do ano acima mencionado que cientistas sociais em geral se debruçaram sobre o negro no pós-abolição. Estas primeiras análises apontavam a situação vivenciada pelos libertos no pós-abolição, principalmente nos Estados Unidos e Brasil, como resultado direto da escravidão e tinham como parâmetro teórico Gilberto Freyre que destacou o caráter paternalista e a acomodação dos conflitos gerados na escravidão como motes para o caráter harmonioso das relações brasileiras e Frank Tannebaum, que apesar de ter sido o pioneiro na análise comparativa e na preocupação com o papel do direito e da cidadania como questões fundamentais para a compreensão das relações raciais no pós-emancipação, não deixou, no entanto de fazer uma análise estrutural do sistema jurídico, nos tempos da escravidão e do pós-abolição. Este pensamento analítico se estendeu como paradigma até 1950, ano em que começou a ser questionado pela academia. Esta nova corrente teve em Florestan Fernandes⁷¹, o seu ícone, o qual, apesar de questionar o paradigma anterior, atrelava a vida do liberto à herança devastadora da escravidão, a qual seria um dos elementos deformadores para explicar a desorganização

⁶⁹ Mattos, Hebe. Pós-Abolição no Mundo Atlântico. In: <http://conversadehistoriadoras.com/2014/09/15/pos-abolicao-no-mundo-atlantico/>. 2014.

⁷⁰ Mattos, Hebe. Rios, Ana Lugão. Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁷¹ A principal obra de investigação do autor sobre o pós-abolição é “A integração do Negro na sociedade de Classes” de 1978 onde ele investiga o destino dos libertos, apontando que a escravidão teria desqualificado o negro o impedindo de se inserir na sociedade.

social a que estava submetida à população negra. Assim analisava Fernandes:

A escravidão deformou o seu agente de trabalho, impedindo que o negro e o mulato tivessem plenas possibilidades de colher os frutos da universalização do trabalho livre em condições de forte competição imediata com outros agentes humanos⁷².

A partir de 1970, surgiram tanto no Brasil como nos Estados Unidos, novas análises criticando os paradigmas estabelecidos, inclusive a teoria analítica de Florestan Fernandes. Autores com Guttman e Genovese⁷³ se tornaram pilares de uma nova abordagem sobre o negro escravo que passou a ser analisado como agente social de seu destino, fazendo com que os paradigmas de visão estruturalista fossem, cada vez mais, cedendo lugar aos estudos que enfatizavam o papel social desses atores. No Brasil, foi a partir da década de 1980, que a história social passou a conferir lugar de destaque aos homens e mulheres negros no cenário da escravidão, da abolição e do pós-abolição, rompendo assim com os paradigmas até então estabelecidos. De acordo com Hebe Mattos e Ana Lugão Rios⁷⁴:

Esta mudança de perspectiva implicou uma

abordagem das sociedades pós-emancipação mais centrada na experiência dos libertos, no estudo de suas aspirações e de atitudes em face do processo emancipacionista e dos novos contextos sociais por ele produzidos. Afinal o escravo que emergia da nova história social da escravidão era cada vez mais capaz de ação histórica. Tinha adquirido família, vida cultural e comunitária, negociava e muitas vezes atuavam no mercado produzindo e vendendo bens e serviços por conta própria.

Wlamyra Albuquerque⁷⁵ no entanto, nos chama a atenção, para algumas exceções de trabalhos que antecederam esta geração, dos quais ela destaca: “Da Monarquia a República” de Emília Viotti da Costa de 1979, “The Abolition of Slavery in Brazil” de Robert Toplin de 1972 e “Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888”, de 1978. Todos, porém bem próximos dos anos de 1980.

A partir de então começaram a surgir pesquisas centradas nos destinos dos libertos e mais do que isso, preocupadas em trazer à tona o olhar deste sujeito diante da liberdade vivenciada. Em 1988, para o caso dos Estados Unidos, foi lançado pelo historiador norte-americano o livro “Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado” que enfatizou a atuação política dos

⁷² Fernandez, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus Editora, 1965, p. 31.

⁷³ Ver: Guttman, Herbert G. *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925*, Nova York, Pantheon Books, 1976. Genovese, Eugene D. *A terra prometida, o mundo que os escravos criaram*. Tradução de Maria Inês Rolim, Donaldson Magalhaes Garschagem, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁷⁴ Mattos, Hebe. Rios, Ana Lugão. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 26.

⁷⁵ Albuquerque, Wlamyra. *A vala comum da “raça emancipada”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário*. In: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/317>. 2010.

libertos, analisando a resistência do trabalhador negro frente ao processo de proletarianização, em vias de desenvolvimento. Para este autor a abolição da escravidão foi um processo revolucionário e suas consequências para os libertos elementos-chaves para a compreensão das sociedades capitalistas:

Entre os processos revolucionários que transformaram o mundo do século XIX, nenhum foi tão dramático em suas consequências humanas ou teve implicações sociais tão profundas como a abolição da escravatura. Realizada por revolução negra, legislação ou guerra civil, a emancipação não apenas eliminou uma instituição em crescente antagonismo com a sensibilidade moral da época, como também introduziu questões difíceis acerca do sistema de organização econômica e de relações sociais que substituiria a escravidão.⁷⁶

Foner ainda destaca de forma pioneira que depois do fim do sistema escravista, surgiram novos desafios para os negros, tais como a conquista por direitos civis, acesso à terra, moradia, trabalho, educação, etc. Ele aponta que mesmo com a persistência da exploração do trabalho do negro e todas as medidas coercitivas em prol do seu adestramento, a emancipação representava, para os libertos, a principal linha divisória de suas

vidas.⁷⁷ Assim, não foram isoladas as realizações por parte destes atores em moldarem seus destinos de acordo com suas expectativas.

Neste caminho e olhando para o Brasil, Albuquerque⁷⁸ salienta que cada vez mais a historiografia vem desconstruindo a *idéia de que os cativos e libertos viveram irremediavelmente subjogados e privados de qualquer poder de decisão sobre suas vidas*. Nesta perspectiva, a autora coloca como fundamental para as análises do pós-abolição a abordagem da representação da liberdade para o ex-escravo. Este tipo de análise requer segundo Flávio dos Santos Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha⁷⁹, disposição para o enfrentamento direto dos desafios que estão postos face ao silenciamento que se operou desde 1888. Segundo estes autores, é preciso que os olhares sejam direcionados para o cotidiano de marginalização, bem como para as estratégias de sobrevivência enfrentadas pelos negros/as nos anos que se seguiram, considerando também, o universo cultural que lhes conferiram inteligibilidade e densidade histórica. É preciso como destaca Flávio Gomes, que o liberto, saia da invisibilidade histórica que lhe foi conferida após o fim da escravidão e para que esse objetivo se efetive o pesquisador deve percorrer os rastros

⁷⁶ Foner, Eric. Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁷⁷ Foner, Eric. Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁷⁸ Albuquerque, Wlamyra. A vala comum da “raça emancipada”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. In: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/317>, p. 99. 2010.

⁷⁹ Gomes, Flávio dos Santos e Cunha, Olívia Maria Gomes. (organizadores). Quase Cidadão: histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

deixados por estes sujeitos, que até então foram negados⁸⁰.

Como podemos perceber, o pós-abolição vem se constituindo como campo de análise desde o final do século XX e início do século XXI e ganhando cada vez mais espaço na academia. A quantidade e a qualidade das publicações sobre o período são, cada vez mais, frequentes e destacam a atuação destes sujeitos em face da materialização da liberdade. Sujeitos concretos, vozes até então silenciadas, estratégias de sobrevivência, reivindicações e uma gama variada de temas emergem em centenas de páginas, frutos de pesquisas cada vez mais recentes e consistentes. Neste contexto, muitas questões ainda surgem a cada nova abordagem fazendo do Pós-Abolição um campo de investigação em permanente construção⁸¹, demonstrando cada vez mais que a liberdade conquistada no dia 13 de maio por homens e mulheres, escravos em maio de 1888, não colocaria fim aos enfrentamentos

que estes sujeitos teriam no pós-abolição. As insígnias de ex-escravos os acompanhariam estreitando seus caminhos e até mesmo colocando obstáculos materiais e simbólicos⁸², na tentativa de dificultar ou impedir a construção e consolidação da liberdade. Porém, mesmo diante de tais adversidades colocadas pelo Estado e pela sociedade civil, estes homens e mulheres não mediram esforços para usufruir dos direitos de escolhas que agora lhes cabiam. Em seu livro, “Libertas entre sobrados” Telles⁸³ destaca que a alternância nos serviços domésticos exercida por mulheres negras em São Paulo no pós-abolição reflete o empoderamento por parte delas com relação aos seus destinos.

Assim, temos que o tornar-se livre no pós-abolição foi uma construção pautada em elementos sociais, culturais, econômicos, políticos e simbólicos, extremamente complexa e que fez com que o negro passasse a cobrar diariamente os direitos que lhes foram até então negligenciados.

⁸⁰ Na expectativa de dar voz aos sujeitos envolvidos nos processos históricos, o pesquisador, passou a dispor de uma série de recursos metodológicos e fontes inéditas, até então desqualificadas pelas pesquisas eruditas. Memórias, depoimentos constantes em processos criminais, boletins de ocorrência, contratos e registros de trabalho, entre outras, vem cada vez mais permitindo que se obtenha a vivência da liberdade bem como a visão que o liberto tinha sobre esta.

⁸¹ Dentre os pesquisadores que se debruçaram sobre o pós-abolição e que serão usados no decorrer do trabalho, destacamos, Hebe Mattos, Martha Abreu, Flávio Gomes, Sidney Chalhoub, Lília Moritz Schwarcz, Maria Odila Leite da Silva Dias, Maria Cristina Cortez Wissenbach, Walter Fraga Filho, George Reid Andrews, Rebeca Scott, Karl Monsma, entre outros.

⁸² Relacionamos o termo simbólico ao conceito de “poder simbólico” definido por Pierre Bourdieu, como aquele poder invisível, que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não sabem que estão a eles subordinados ou mesmo que o exercem. Um dos mecanismos de legitimação desse poder é o que o autor nomeia de violência simbólica que é o poder de impor, e mesmo de inculcar, instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários, embora ignorados como tais, da realidade social. Para mais detalhes ver: Bourdieu, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

⁸³ Telles, Lorena Feres da Silva. *Libertas Entre Sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)*. São Paulo: Alameda, 2014.

Educação, saúde, trabalho e o viver em família se tornaram as principais pautas de reivindicações por parte destes sujeitos que deram início a uma nova batalha: construir uma nova forma de inserção na sociedade. A escolha entre permanecer no campo, ou seguir para o espaço urbano, ou vice-versa, era agora uma decisão pessoal. Por mais que essas decisões fossem influenciadas por questões relacionadas a trabalho, moradia,

cultura, educação e saúde, cabiam, a partir de agora, aos negros decidirem sobre os seus destinos. Nesta perspectiva, no próximo capítulo, à luz da documentação inédita e algumas reflexões teóricas adentraremos nos meandros de muitas histórias, conflitos e disputas que acabaram na justiça local e que elucidam importantes aspectos do cotidiano da *vida de negro*⁸⁴.

⁸⁴ Considerando todo o repertório teórico que nos deparamos no decorrer da pesquisa, podemos sugerir que o negro estabeleceu uma vida para si e para os seus. Fosse essa marcada por redes de solidariedade e ou conflitos as suas estratégias de sobrevivência diante de uma conjuntura política, econômica, social e cultural extremamente excludente demarcaram um jeito negro de ser que pode ser lido no que chamamos de vida de negro.

CAPÍTULO II

Conflitos e vivências no espaço urbano no pós-abolição



Conflitos e vivências no espaço urbano no pós-abolição

Aparentemente possuidor de uma gama variada de atividades e serviços os núcleos urbanos das cidades brasileiras, ainda na vigência do período Imperial, atraíram muitos homens e mulheres negros que decidiram vivenciar a liberdade longe dos espaços rurais. Nesse período as condições de ocupação que estes espaços ofereciam eram determinadas pelas Câmaras Municipais que por meio de Códigos de Posturas estabeleciam as regras de organização e controle do espaço urbano. Em São Carlos do Pinhal, de acordo com Renata Priore Lima⁸⁵ de 1857 a 1929 a área urbana era controlada pela Câmara Municipal, sendo esta a principal responsável pela expansão do território. Assim, como muitas cidades do interior paulista, as terras no meio urbano eram doadas ou concedidas a indivíduos que quisessem se estabelecer no município, porém a preocupação dos dirigentes locais era garantir que a terra não deixasse de estar concentrada na mão da elite agrária. Em termos nacionais essa questão do acesso à terra vinha sendo controlado desde a Lei de Concessão de Terras de 1850 que estabeleceu a sua venda monetária proibindo doações e concessões.

Em São Carlos, porém, o acesso à terra se deu até 1889 em grande parte por doação ou venda a baixo custo e a partir desta data tiveram início os primeiros loteamentos com terras que

foram comercializados.⁸⁶ Compreendemos que estas ações eram uma resposta à abolição da escravidão, com o intuito de dificultar a inclusão do negro no espaço urbano fazendo com que estes permanecessem atrelados aos trabalhos e espaços de morar ofertados pelos antigos senhores e também uma forma de impedir que se tornassem proprietários de terras no município.

Ao optarem pela vivência no espaço urbano em São Carlos do Pinhal, estes homens e mulheres teriam suas condutas direcionadas pelo então vigente Código de Posturas de 1880. Lima⁸⁷ nos chama a atenção para o fato de que no município entre o período de 1886 e 1929 foram criados e aprovados quatro Códigos de Posturas, os quais determinavam as regras de ocupação e uso do solo, proibindo ainda uma série de condutas que afetavam particularmente a população negra recém-liberta. Destes quatro documentos, os de 1880 e 1905 abarcam o período de análise de nossa investigação e nos dão pistas de como a cidade lidou com os negros e negras que ali viviam.

Em 13 de maio de 1888, quando se deu a abolição da escravidão, não existia ainda no perímetro urbano nenhum loteamento regularizado e o espaço urbano compreendia 274 hectares. Após 1888, mais precisamente de 1889 a 1893, houve um crescimento de quase 50% da área urbana que resultou na criação de quatro loteamentos passando a

⁸⁵ Lima, Renata Priore. Limites da Legislação e o (des)controle da expansão urbana: São Carlos (1857-1977). São Carlos: Edufscar, 2008.

⁸⁶ Lima, Renata Priore. Limites da Legislação e o (des)controle da expansão urbana: São Carlos (1857-1977). São Carlos: Edufscar, 2008.

⁸⁷ Lima, Renata Priore. Limites da Legislação e o (des)controle da expansão urbana: São Carlos (1857-1977). São Carlos: Edufscar, 2008.

ter o perímetro urbano 364 hectares⁸⁸. Com relação a este aumento populacional concordamos com Challoub⁸⁹ que aponta a abolição da escravidão e a imigração europeia, como as grandes responsáveis pelo crescimento populacional dos núcleos urbanos no final do século XIX e início do XX no país.

As concessões e as doações de terras realizadas pela Câmara Municipal e pela Igreja foram encerradas em 1889 dando início ao estabelecimento dos primeiros loteamentos de iniciativa privada. Em 23 de março de 1889 foi implantado em área de 16 hectares na direção leste da cidade, em terras de Joaquim Alves S. Nery o primeiro loteamento urbano, o qual recebeu o nome de Vila Nery. Dois anos depois, em 1891 foi loteada a Chácara Mattos de propriedade do Major Manoel Antonio de Mattos, a qual recebeu o nome de Vila Pureza e estava localizada na região oeste do município onde posteriormente foi construída a Santa Casa⁹⁰. O parcelamento da Chácara Mattos se deu por meio da venda de terras e também por “doação” aos empregados em troca de trabalho. Sebastião Nunes⁹¹ que nasceu em 1927 em São Carlos na Vila Pureza, se recorda das histórias que seu pai José Nunes, ex-escravo de Mattos, lhe contava quando

ele ainda era criança. Uma delas dizia respeito à Vila Pureza e a um pedaço de terra que seu pai recebeu do senhor Mattos⁹².

A Vila Pureza que era a chácara do Mattos, ele deu um pedaço de terra pra cada um ali, depois que ele doou aquele terreno que não foi vendido, foi doado pra todo mundo montar uma casa. Era pra quem trabalhava na fazenda, então todo mundo tinha o seu rancho, um fazia num canto, outro fazia no outro. (2013)

Segundo Lima⁹³, *A Vila Pureza foi implantada em área de 27 hectares, tendo 380 lotes e uma praça central* (p. 65). No mesmo ano, ou seja, em 1891, foi implantada a Vila Izabel, em terras de propriedade de Casimiro C. O. Guimarães em uma área rural afastada do limite da área urbana. Seu espaço era composto por 17 hectares que foram divididos em 10 datas e 16 quarteirões como nos aponta Ari Pinto das Neves⁹⁴. Este autor também destaca a formação da Vila Prado por Leopoldo de Almeida Prado em 1893 num espaço de 58 hectares, a qual teve como primeiros habitantes, majoritariamente, ferroviários e seus familiares, devido principalmente a proximidade do bairro da Estação Ferroviária.

⁸⁸ Lima, Renata Priore. Limites da Legislação e o (des)controle da expansão urbana: São Carlos (1857-1977). São Carlos: EdUFSCar, 2008.

⁸⁹ Chalhoub, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

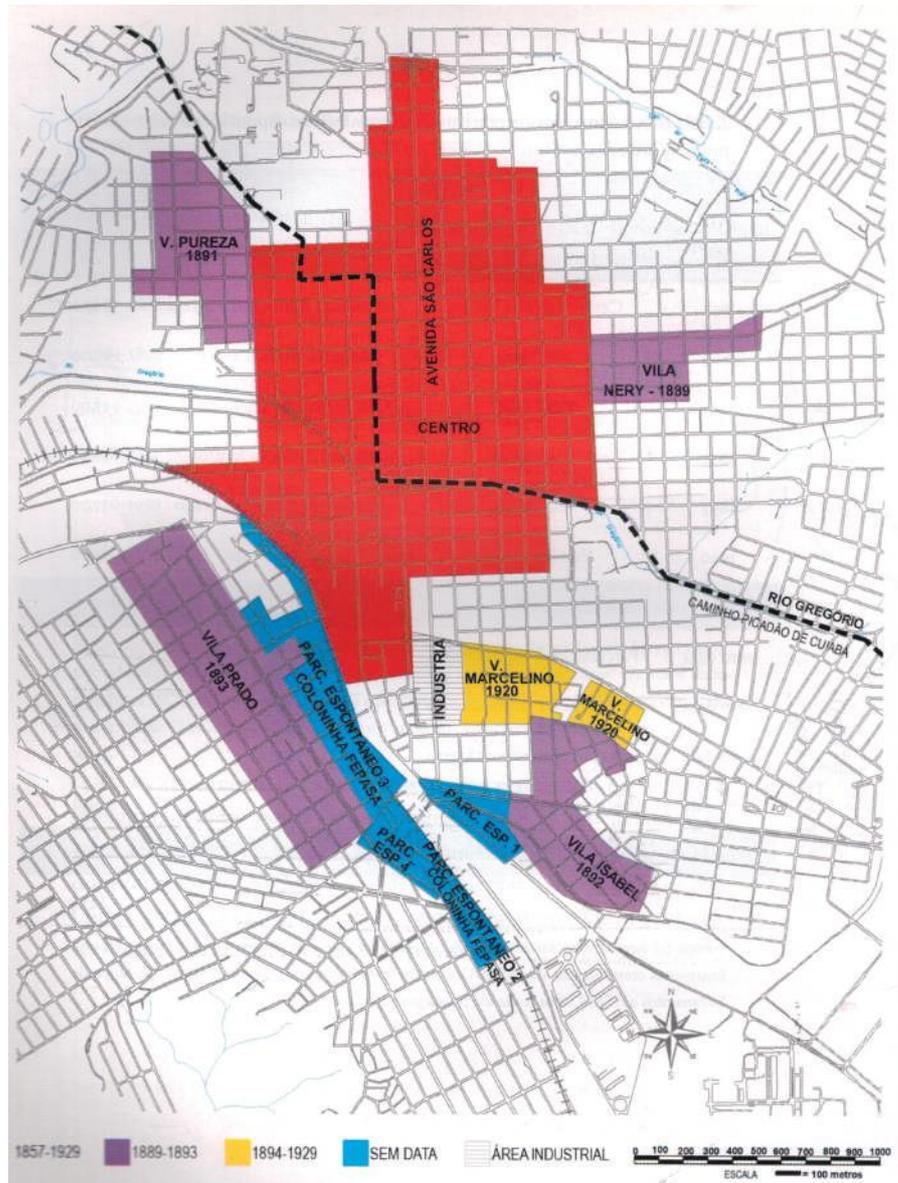
⁹⁰ A região onde foi construída a Santa Casa de São Carlos do Pinhal foi escolhida pelos dirigentes locais, por ser um lugar distante do perímetro central, ideal para abrigar os detentores de moléstias conforme podemos contatar no Almanaque Álbum de São Carlos de 1894.

⁹¹ Sebastião Nunes, entrevista concedida à autora da tese na sala, ornada por muitas fotos e quadros da família, na casa do entrevistado. São Carlos, 2013.

⁹² Segundo Lília Moritz Schwarcz, a concessão de terras ao ex-escravo, depois da abolição oficial da escravidão, foi uma estratégia adotada pelo antigo senhor para mantê-los sob seu controle.

⁹³ Lima, Renata Priore. Limites da Legislação e o (des) controle da expansão urbana: São Carlos (1857-1977). São Carlos: EdUFSCar, 2008.

⁹⁴ Neves, Ary Pinto das. São Carlos na esteira do tempo. São Carlos: s/e, 1984. (Álbum comemorativo do Centenário da Ferrovia).



Mapa 1: Parcelamentos realizados no município de São Carlos de 1857 a 1929.

Paralelamente à implantação dos loteamentos São Carlos do Pinhal vinha sendo dotada de alguns equipamentos urbanos, provenientes da riqueza gerada pela economia cafeeira e dos materiais e técnicos que chegaram à cidade por meio da ferrovia. De acordo com Bortolucci:

Durante as últimas décadas do século passado e as primeiras do atual, São Carlos recebeu muitos melhoramentos em construções e serviços urbanos (...) que ampliaram em muito as condições de conforto e higiene da população (1991, p. 15)⁹⁵.

A autora ainda destaca que foi implantado no município em 1886 o Matadouro Municipal, que deveria seguir as normas estabelecidas no Código de Posturas Municipais⁹⁶. Dois anos depois, em 1888, foi instalado o Lazareto, espaço destinado ao isolamento compulsório dos indivíduos portadores de doenças consideradas contagiosas, como a lepra. Complementando o conjunto de espaços destinados à garantia e manutenção da salubridade no espaço urbano, foi criado em 1890 o cemitério novo. É importante destacarmos que essas medidas tinham como alvo

principal, a massa de libertos que se dirigiu para as cidades, se aglomerando em espaços coletivos, como moradias plurifamiliares e cortiços. Além das medidas voltadas para o controle da saúde pública, foram instalados, de acordo com Bortolucci⁹⁷, espaços destinados ao lazer e à cultura como: o Teatro Ipiranga em 1892, a luz elétrica particular e pública em 1893, o Jockey Club São-carlense em 1894, o Jardim da Matriz em 1894, destinado ao lazer e diversão das elites locais, o qual foi circundado em 1895, por um gradil de ferro, costume comum na época e que impunha materialmente e simbolicamente um distanciamento entre a elite local e os habitantes pobres.⁹⁸ Ainda em 1895 passaram a circular nas ruas da cidade os bondes de tração animal, e em 1889, a cidade recebeu o abastecimento de água e os bondes elétricos em 1914. A autora ainda destaca que em 1890 e 1891 foram criadas três casas bancárias: casa bancária do Conde do Pinhal, banco União de São Carlos e banco São Carlos.

Assim, as transformações urbanas que fervilharam no município neste período estavam diretamente ligadas, de acordo com nossa

⁹⁵ Bortolucci, Maria Ângela. *Moradias Urbanas Construídas em São Carlos No Período Cafeeiro*. São Paulo: FAU-USP. Tese de Doutorado, 1991.

⁹⁶ O Código de Posturas do Município de 1886 incorporava no capítulo IV, que determinava as regras de higiene e saúde pública, na primeira sessão, normas para o funcionamento dos Matadouros e açougues, proibindo o abatimento de gado no município que não fosse realizado no Matadouro.

⁹⁷ Bortolucci, Maria Ângela. *Moradias Urbanas Construídas em São Carlos No Período Cafeeiro*. São Paulo: FAU-USP. Tese de Doutorado, 1991.

⁹⁸ Em vários depoimentos que recolhemos ao longo da nossa pesquisa, muitos entrevistados falaram sobre a não entrada no Jardim Público, espaço o qual acreditavam não estar disponível a eles, negros e negras, moradores da cidade. Mesmo após a retirada das grades, como veremos em momento oportuno, o distanciamento simbólico se manteve.

perspectiva, com as transformações sociais e políticas resultantes primeiramente da abolição da escravidão e da imigração europeia e em segundo da decadência do Governo Imperial e da subsequente Proclamação da República. Salientamos ainda que foi neste cenário complexo, onde interagem e divergiam saberes e fazeres culturais diversos, que foram registrados os primeiros conflitos envolvendo como vítimas ou réus homens e mulheres negros advindos da escravidão. Os meandros destas disputas bem como as vivências e o cotidiano destes sujeitos ecoam registrados nas inúmeras páginas dos processos criminais instaurados no município. Sobre os processos criminais compartilhamos da visão de Sidney Chalhoub⁹⁹ de que eles são a fonte principal para a recuperação dos episódios da história, trazendo à tona as diferentes versões que os agentes sociais envolvidos nos casos apresentavam sobre o fato. Ele ainda destaca que *Cada história recuperada através dos jornais e principalmente dos processos criminais é uma encruzilhada de muitas lutas*. (2012, p. 41) As análises dos processos fornecem elementos preciosos sobre o universo social, espacial, cultural e econômico dos envolvidos nos conflitos que foram capturados por meio das falas das testemunhas, vítimas e réus, os quais, por meio de testemunhos dialéticos ora acusavam e ora defendiam, deixando transparecer os preconceitos e agressões de uma sociedade que estava disposta a

tornar cada vez mais difícil a vivência da liberdade para ex-escravos e ex-escravas.

Em São Carlos do Pinhal, entre os anos de 1892 e 1910, foram localizados 24 processos criminais¹⁰⁰ envolvendo homens e mulheres negros que ora apareciam como vítimas ora como réus. Conforme podemos perceber na Tabela 3 o número de delitos em que os homens negros se envolveram ou foram envolvidos é aproximadamente quatro vezes maior que o número em que as mulheres apareceram. As explicações para essas diferenças podem ser inúmeras, porém, resultam primeiramente, como observa Maria Helena Machado¹⁰¹, das formas diferenciadas com que homens e mulheres vivenciaram a liberdade, pois a questão de gênero teria tornado muito mais frágil à sobrevivência de libertas no pós-abolição. O baixo índice de registros e as falas das muitas mulheres negras que testemunharam nos processos aqui analisados apontam, como veremos ao longo deste capítulo, uma vida quase que exclusivamente voltada para garantir o sustento da família por meio de longas e exaustivas horas de trabalho as impossibilitando, dentre outras coisas, de se envolverem em conflitos dessa natureza.

Dentre os delitos, os que mais se destacaram foram as lesões corporais seguidas dos processos de homicídios. Os motivos dos

⁹⁹ Chalhoub, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3ª ed. Campinas, SP: EdUNICAMP, 2012.

¹⁰⁰ Foram registrados 27 processos, porém localizamos apenas 24 na Fundação Pró-Memória de São Carlos.

¹⁰¹ Machado, Maria Helena. Corpo, Gênero e Identidade no Limiar da Abolição: o caso de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Benedicta, escrava (Sudeste, 1880), Revista Afro-Ásia, nº42, 2010, pp. 157-193.

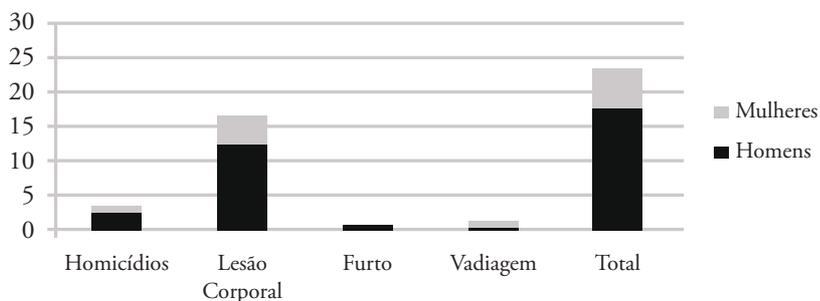
conflitos bem como o universo social de cada réu, vítima e testemunha serão trabalhados nos subitens seguintes. No Gráfico 01, visualizamos as disparidades envolvendo homens e mulheres negros envolvidos em delitos no pós-abolição.

Nesta documentação poderemos observar o quanto a cor da pele no pós-abolição ainda era um elemento de inferiorização do indivíduo como nos indica Maria Helena Machado (2012)¹⁰², ao afirmar que a ciência no

Tabela 3. Processos Crimes registrados entre os anos de 1892 e 1910 em São Carlos do Pinhal

	Homicídio	Lesão Corporal	Furto	Vadiagem	Totais de Processos
Homem negro Vítima	2	10	0	1	14
Homem Negro Réu	1	3	1	0	4
Mulher Negra Vítima	1	4	0	1	6
Mulher Negra Ré	0	0	0	0	0
					24

Gráfico 1: Registros Criminais (1892-1910)



¹⁰² Machado, Maria Helena. Aula proferida na disciplina: Abolição da escravidão e a construção dos conceitos de liberdade, raça e tutela nas Américas, USP, São Paulo, 09/10/2012.

século XIX voltou a sua atenção para a análise do corpo negro, tentando provar que o negro era biologicamente e fisicamente distinto e, portanto, racialmente inferior. Esse pensamento, que deu origem ao racismo científico, ganhou adeptos no Brasil escravista e se estendeu para o pós-abolição como elemento legitimador para apartar os negros da sociedade branca e elitizada que os dirigentes pretendiam. As condutas e leis, por eles elaboradas, limitaram o ir e vir destes agentes que tiveram que elaborar uma série de estratégias para driblar tal conjuntura. A lei cerceava, disciplinava, proibia e punia, em contrapartida, o negro exigia, caso fosse necessário, até mesmo na justiça a consolidação de seus direitos se apropriando e internalizando a liberdade conquistada no dia 13 de maio. E foi na labuta diária que tantos Joãos, Marias, Antônio, Joanas e Josés construíram suas histórias há muito silenciadas pela historiografia dita oficial e que cada vez mais ecoam por meio de pesquisas que recolhem os rastros deixados por eles nos mais variados suportes documentais.

2.1. *Nem vale a pena ver: a invisibilidade das vítimas negras nos crimes de homicídio*

A invisibilidade sobre o negro, tanto da justiça como da sociedade civil foi uma constante nos conflitos travados entre negros e brancos e

negros e negras no espaço urbano do município de São Carlos do Pinhal no pós-abolição. A fala *nem vale a pena ver* que compõe o título deste subitem foi registrada por uma das testemunhas e retrata a invisibilidade e o descaso conferidos a uma mulher negra, que foi assassinada na cidade. Assim, nosso objetivo é rastrear os caminhos deixados por negros e negras nos processos criminais que indiquem suas lutas na tentativa de se apropriarem de um espaço e de uma sociedade que também lhes pertenciam. É importante salientarmos que quando foi registrado o primeiro delito em São Carlos do Pinhal no pós-abolição envolvendo negros, o país vinha construindo uma série de leis, normas e condutas que objetivavam transformar o ex-escravo em “cidadão”, e para tal, o Estado, a polícia e a elite tornaram-se vigilantes dos homens e mulheres de cor, na tentativa de flagrar delitos considerados agressivos à moral e ao bom costume.

Como podemos perceber nos dados apresentados anteriormente nos gráficos, os fantasmas da desordem, como observa Chalhoub (2012)¹⁰³, que permearam as mentes da elite brasileira logo após o dia 13 de maio parecem não terem se materializado no espaço urbano de São Carlos do Pinhal logo após a abolição, pois o primeiro conflito envolvendo negros foi registrado na delegacia local somente no ano de 1892, quatro anos após a abolição oficial da escravidão. Essa ausência de conflitos no imediato pós-abolição pode ser explicada, de acordo com nossa avaliação, por dois fatores: Primeiro, por

¹⁰³ Chalhoub, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3ª ed. Campinas, SP: EdUNICAMP, 2012.

uma pequena presença negra no espaço urbano nesse período, o que contraria os discursos de que os negros teriam saído majoritariamente do espaço rural logo depois o dia 13 de maio, presos talvez por conta de contratos, como defende Maria Helena Machado (2012)¹⁰⁴ que ainda vigoraram após a abolição ou por desejarem, de acordo com suas prerrogativas e interesses, continuarem a viver no meio rural. Segundo, pelo fato destes homens e mulheres ainda não serem ouvidos pela justiça local, indicando que não estava aberto este caminho para eles e que este também era um direito a ser conquistado.

O primeiro crime registrado no município envolvendo negros foi um assassinato que ocorreu no ano de 1892, quando o país já vivia os primeiros anos do governo republicano tendo como dirigentes até 1930 as oligarquias agrárias do país. A vítima era o pardo José Domingos¹⁰⁵, o qual, era casado, exercia a ocupação de camarada na Chácara de Antonio Dias Ferraz e tinha por volta de trinta anos de idade. Sua esposa Cândida Maria do Espírito Santo, de cor preta, tinha 27 anos de idade, era natural de Pernambuco, analfabeta e trabalhava nos serviços domésticos, ora como cozinheira e ora como lavadeira. O acusado Laurindo Rodrigues da Silva, tinha 26 anos de idade mais ou menos, era casado, natural da Bahia, analfabeto e também trabalhava como camarada na Chácara de Antonio Dias Ferraz. De acordo com Samuel P. do Valle, de 31 anos

de idade, casado, negociante, natural de Tietê, que testemunhou no processo, a briga teve início em sua casa e foi motivada porque o réu teria oferecido suas roupas para lavar à Cândida, esposa de José Domingos, o qual não aprovando tal atitude teria trocado palavras agressivas com Laurindo. Depois disso a vítima teria se retirado conforme indicou a testemunha:

Em seguida, saiu José Domingos e me deu boa noite e dirigiu-se a sua casa que fica próxima da minha. Depois de beberem, Laurindo e José Senador, seguiram para a casa de José Domingos e ficaram no meio da rua a cavalo, saindo José Domingos, armado de um cacete, para tomar satisfação de Laurindo. Depois de discutirem verbalmente, Domingos começou a bater em Laurindo que logo desceu do cavalo dando início a luta.¹⁰⁶

A esposa da vítima, no entanto, não confirmou o motivo do crime apontado por Samuel e em seu segundo depoimento, dado no dia do julgamento, disse que o motivo teria sido a negação de seu esposo ao pedido de Laurindo em abrigar-se um tempo na casa deles. Cândida, assim como muitas mulheres negras no pós-abolição, exercia uma gama de ocupações para complementar ou garantir a renda familiar, o que a fazia deitar-se sempre cedo, por conta do cansaço ocasionado por longas horas de atividades

¹⁰⁴ Machado, Maria Helena. Aula proferida na disciplina: Abolição da escravidão e a construção dos conceitos de liberdade, raça e tutela nas Américas, USP, São Paulo, 11/09/2012.

¹⁰⁵ Processo Crime nº6803, Maço, 256, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1892.

¹⁰⁶ Processo Crime nº6803, Maço, 256, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1892.

que ela exercia fora e dentro de sua casa. Por tal motivo, às oito horas da noite do dia 02 de julho, dia do crime, ela relatou no processo:

(...) no dia anterior às 8 horas da noite, estando já deitada, ouvi vozes de briga na rua e logo entrou meu marido José Domingos para levar um cacete, o que fez. Meu marido encontrou com Laurindo e José Senador na porta e disse “vão-se embora” e deu uma bordoadada em Laurindo que disse “você não soube dar e me paga” e montando em seu cavalo apeou logo em seguida e a luta recomeçou da qual meu marido saiu ferido por uma facada. Depois do conflito Laurindo e Senador saíram a cavalo e meu marido faleceu logo em seguida.¹⁰⁷

Nos depoimentos de Cândida podemos perceber que o casal levava uma vida desprovida de muitos recursos financeiros e que ambos precisavam exercer ocupações remuneradas para garantir a manutenção da casa. As ocupações de Cândida, no entanto, eram informais e possibilitavam o seu livre trânsito no universo do trabalho no pós-abolição, sendo este um comportamento comum, como já vimos anteriormente, das mulheres negras neste período. Supomos que a renda do casal era majoritariamente voltada para a manutenção da casa, como aluguel e alimentação e que poucos recursos eram empregados na saúde e nas vestimentas, já que a vítima trajava roupas

confeccionadas com tecidos de baixo custo e apesar da jovem idade não possuía a arcada dentária completa como sugeriram os peritos, Joaquim Rodrigues da Siqueira e Antonio Nunes Galvão no exame de corpo de delito que foi realizado no dia 03 de julho, um dia após o ocorrido. Os médicos avaliaram:

Trata-se de um corpo de cor parda, de mais ou menos trinta anos de idade. O mesmo traja camisa de meia, calça de algodão e botina de couro branca. O indivíduo tem bigode e dentadura incompleta com falta principalmente dos dentes incisivos da mandíbula superior. A lesão foi causada na região peitoral esquerda atingindo o coração.¹⁰⁸

José Domingos e Laurindo, respectivamente vítima e réu, trabalhavam como camaradas para Antonio Dias Ferraz, um português, proprietário de uma chácara no município. O patrão em seu depoimento deixou transparecer o exercício pleno de seu poder sobre seus empregados quando disse ao delegado que no dia seguinte ao crime dirigiu-se a sua Chácara e lá prendeu Laurindo e lhe encaminhou para a delegacia local. O comportamento do patrão denuncia a manutenção de atitudes típicas do sistema escravista, no qual o proprietário tinha o livre arbítrio sobre o castigo de seus escravos e escravas. Aqui temos o que Maria Helena Machado (1987)¹⁰⁹ aponta como a linha tênue que separava Estado e

¹⁰⁷ Processo Crime nº6803, Maço, 256, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1892.

¹⁰⁸ Processo Crime nº6803, Maço, 256, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1892.

¹⁰⁹ Machado, Maria Helena. *Crime e Escravidão: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

fazendeiros no exercício sobre o controle e o castigo dos cativos no final da escravidão, e que acabou se estendendo no pós-abolição. Antonio Dias Ferraz também analisou o perfil de seus empregados envolvidos no conflito e demonstrou sua atitude racista e preconceituosa para com o pardo José Domingos. Disse ele em seu depoimento:

Laurindo me disse que havia ferido José Domingos em legítima defesa já que o mesmo havia lhe dado várias bordoadas e vi no rosto de Laurindo muitas marcas roxas feitas por cacete. Eu soube também que ambos estavam embriagados e que Domingos foi o provedor do conflito. Conheço Domingos e Laurindo, que são meus camaradas, sendo que o primeiro tinha o costume de provocar desordens e o segundo era um homem trabalhador.¹¹⁰

Na fala do patrão temos o uso do que Challoub (2012)¹¹¹ nomeia de armas ideológicas as quais eram usadas pelos construtores da ética capitalista para reforçar uma acusação e desqualificar o indivíduo, apontando o como “desordeiro”, portanto merecedor do ato contra ele impetrado. Outras testemunhas, no entanto, não compartilharam da mesma visão sobre José Domingos, e enfatizaram que a vítima, apesar de ter discutido inicialmente com Laurindo, havia se retirado do local da discussão e se dirigido a sua

casa, para evitar assim, maiores conflitos. O réu insatisfeito com a situação perseguiu a vítima, e acompanhado de seu amigo José Senador, continuou a provocar José Domingos no meio da rua. O pardo não aceitou as injúrias recebidas e como homem livre, reagiu às provocações e munido de um cacete proferiu algumas bordoadas em Laurindo, o qual em *legítima defesa deu* uma facada no coração de José Domingos. O alibi do patrão em defesa do agressor era o fato de que ele estava embriagado e, portanto, não era capaz de pensar sobre o que havia cometido e a vítima, que também estava embriagada, assim se apresentava por ser homem desordeiro. No Código Penal Brasileiro de 1890¹¹², que foi reformulado neste ano tendo em vista as transformações sociais imputadas pela Abolição da Escravidão, estabelecia no Art.396 que era crime passível de prisão celular por quinze a trinta dias, embriagar-se por habito, ou apresentar-se em público em estado de embriaguez manifesta. Se este, assim como a prática do homicídio eram crimes, Laurindo então deveria ter respondido por duas infrações, porém, o estado de embriaguez acabou lhe sendo benéfico assim como o homicídio, já que o mesmo, de acordo com seu relato e de algumas testemunhas havia sido praticado em sua defesa.

Não podemos deixar de salientar que o conflito foi estabelecido por dois indivíduos que

¹¹⁰ Processo Crime nº6803, Maço, 256, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1892.

¹¹¹ Chalhoub, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3ª ed. Campinas, SP: EdUNICAMP, 2012.

¹¹² Código Penal Brasileiro de 1890. In: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>.

exerciam a mesma ocupação, trabalhavam para o mesmo patrão e estavam ambos embriagados. Porém, ao que tudo indica a cor da pele de José Domingos, que nasceu por volta de 1862, e que, provavelmente havia sido escravo, foi um elemento determinante para a absolvição de Laurindo. Se num primeiro momento o réu foi considerado culpado, preso e teve seu nome inserido no rol dos culpados no dia 21 de outubro de 1892, num segundo momento, quando da realização do julgamento no dia 21 de dezembro, o réu foi absolvido, pois o júri alegou por unanimidade que o réu havia agido em legítima defesa, que não havia cometido o crime por motivo frívolo e que não teria sido o responsável pela briga.

Assim, passados cinco meses do dia do conflito, a morte de José Domingos foi esquecida e seu praticante foi colocado em liberdade e teve seu nome riscado do rol dos culpados, por mais que os depoimentos com exceção do patrão apontassem para a inocência de José Domingos, ainda sim os atos de Laurindo foram legitimados pela justiça local, considerando que o mesmo havia agido legalmente ao defender-se de um ex-escravo, pardo e *desordeiro*. A vida de Laurindo voltou a ser a mesma, porém os seus atos marcariam a vida de Cândida, que também ex-escrava, teria que ocupar-se ainda mais para garantir o seu sustento. Não sabemos se Cândida veio para São Carlos ainda escrava ou para cá se dirigiu após a Abolição, porém, ela permaneceu no município até 1907, pois no Recenseamento Populacional¹¹³,

realizado neste ano, ela aparece como viúva, proprietária, sem ocupação identificada, o que confirma nossa hipótese de que ela ainda se ocupava em atividades informais, e habitando um imóvel de sua propriedade no bairro Vila Izabel, bairro localizado na região sul do município e desprovido, como veremos no próximo capítulo, de infraestrutura e melhoramentos urbanos e que abrigava um número grande de homens e mulheres negras. A posição de proprietária conferida a Cândida demonstra o quanto ela, assim como outras mulheres negras no pós-abolição, mesmo diante de tantas adversidades, conseguiu se estabelecer socialmente, assumindo, dentro das possibilidades disponíveis, o papel de protagonista de sua trajetória. Cândida, porém, não terminou sua vida em São Carlos do Pinhal, pois seu óbito não foi encontrado no município, seu destino nos é incerto bem como os motivos que a levaram deixar a cidade.

No ano seguinte, em 1893, outro homicídio foi registrado no município envolvendo mais um negro como vítima e o seu desfecho não foi diferente. Dessa vez, o preto Martins foi espancado por um português de nome Francisco Bernardo. Uma das testemunhas, disse ter encontrado a vítima caída na rua durante a noite do dia 06 de abril e que a princípio achou tratar-se de um *bêbado*, visão compartilhada por muitos indivíduos com relação aos homens negros. Como já vimos anteriormente, o negro era frequentemente associado à bebida sendo essa uma das formas

¹¹³ Recenseamento Populacional de São Carlos do Pinhal, Fundação Pró-memória de São Carlos, 1907.

encontradas pela sociedade para desqualificá-lo socialmente. Antonio Francisco Moraes Penteado, que encontrou a vítima, tinha 37 anos de idade, era casado, lavrador, natural de Piracicaba e assim descreveu o fato:

No dia 06 de abril, estava voltando de carro da casa de Julião de Salles quando encontrei um indivíduo deitado na rua, que pensei estar bêbado, mas ao me aproximar vi que estava soltando sangue pelos olhos e pela boca e que não estava armado. Parecia também estar com a perna quebrada, um braço largado e um ferimento no pulso, no cotovelo e outro no braço. Logo depois reconheci o indivíduo e vi que era Martins de Tal, empregado de Manoel Duarte de Souza Lima. Em seguida o conduzi a casa de Antonio José de Freitas e fui avisar Lima que soube por outros que foi Francisco de Tal, genro de Malachias de Arruda, que produziu em Martins os ferimentos que o levaram a morte no dia seguinte.¹¹⁴

Os peritos Seraphim Vieira de Almeida e Joaquim Rodrigues Siqueira que realizaram o exame de corpo de delito na vítima disseram que *encontraram um indivíduo de cor preta de trinta anos de idade, pouco mais ou pouco menos, trajando calça e camisa de algodão, apresentando uma contusão na cabeça que causou uma comoção cerebral*¹¹⁵. Tratava-se, portanto, de um indivíduo jovem que nasceu por volta de 1863, provavelmente como

escravo em local não explicitado no processo e que no pós-abolição morava em São Carlos do Pinhal e trabalhava como camarada para Manoel Duarte de Souza Lima e que teria perdido a vida por conta de uma dívida que havia contraído com Francisco Bernardo, seu agressor, no valor de 2\$000 Réis, como afirmou a testemunha, Antonio José de Freitas, 48 anos de idade, alfabetizado, casado, lavrador e natural de Portugal, que teria ouvido do preto João Cypriano, que estava em companhia da vítima no momento do conflito, o seguinte:

Estava em companhia de Martins indo da cidade ao sítio, quando na frente da casa de Malaquias fomos abordados por Francisco de Tal, o qual indagou a Martins se este não lhe pagaria os dois mil réis devidos partindo logo em seguida com um cacete pra cima dele¹¹⁶.

A versão de João Cypriano que era camarada, preto e amigo de Martins foi confirmada no depoimento de duas testemunhas, porém foi ignorada pela justiça local, pois em nenhum momento o mesmo foi convocado para testemunhar. Das cinco pessoas que testemunharam três eram portugueses e dois brasileiros, nenhum deles, com exceção do patrão, pertencente ao círculo de convívio de José Domingos. Mesmo assim, foram unânimes em afirmar que souberam que os ferimentos que

¹¹⁴Processo Crime, nº3792, Maço 286, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1893.

¹¹⁵Processo Crime, nº3792, Maço 286, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1893.

¹¹⁶Processo Crime, nº3792, Maço 286, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1893.

tinham levado José Domingos à morte tinham sido realizados por Francisco Bernardo, o que levou o promotor público a pedir a condenação do réu no grau máximo do Art.294 do Código Penal¹¹⁷ em 1893. Pena essa que não pode ser executada, pois o réu estava foragido desde o dia em que havia cometido o delito. Dois anos depois Francisco Bernardo foi recolhido finalmente à cadeia local no dia 05 de agosto de 1895, onde foi qualificado, interrogado e relatou desconhecer o motivo de sua prisão. Francisco Bernardo era português, casado, tinha 25 anos de idade, era analfabeto, residia na cidade há cinco anos e era trabalhador de roça na propriedade de Joaquim Mendonça. A sua permanência na cadeia durou pouco mais de um mês, pois no julgamento realizado em 13 de setembro de 1895, o júri concluiu, por mais que o processo indicasse a culpabilidade do réu, que o mesmo não tinha sido o responsável pelos ferimentos feitos em Martins e pediu sua absolvição. Assim, o juiz determinou a soltura do réu, ordenou que seu nome fosse riscado do rol de culpados e que fosse dada baixa em sua culpa.

A invisibilidade da justiça local para com as duas vítimas negras de homicídio, relatadas acima, demonstram plenamente a indisposição do júri em averiguar a veracidade dos fatos, tendo como fator determinante para suas decisões, a

nosso ver, a cor da pele das vítimas, as quais, por mais que tivessem sofrido as agressões indicadas, não passavam de negros, que provavelmente tinham sido escravos e que, portanto eram vistos como propícios à *vagabundagem, embriaguez, desordem e violência*, estereótipos que vinham sendo construídos paralelamente ao desmonte da escravidão, na tentativa de, como já apontamos, apartar o negro da sociedade, destituindo-o de direitos. Mesmo assim, num campo restrito de possibilidades, podemos perceber que José Domingos e Martins cujo sobrenome não consta no processo, tentaram afirmar cotidianamente suas liberdades se empregando em atividades remuneradas, apresentando endereço fixo e se deslocando no espaço urbano, ora para fazer compras e vender galinhas no caso de Martins, ora para visitar amigos e frequentar botequins no caso de José Domingos. É importante salientar que o botequim era um espaço de vivência e lazer das diferentes classes sociais. Estes espaços não se restringiam apenas à venda e ao consumo de álcool, mas também se constituíam em lócus de vivência entre os pares e os diferentes, que buscavam compartilhar causos, alegrias, tristezas, disputas políticas e também amores. Eram espaços, de acordo com Chalhoub¹¹⁸, nos quais os indivíduos fugiam da disciplina vivenciada nos espaços fechados do trabalho e até mesmo do lar. E foi

¹¹⁷ Código Penal de 1890. Art. 294. *Matar alguém: § 1º Si o crime for perpetrado com qualquer das circunstancias aggravantes mencionadas nos §§ 2º, 3º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 16º, 17º, 18º e 19º do Art. 39 e § 2º do Art. 41: Pena de prisão cellullar por doze a trinta annos. § 2º Si o homicidio não tiver sido aggravado pelas referidas circunstancias: Pena de prisão cellullar por seis a vinte e quatro annos.*

¹¹⁸ Chalhoub, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

exatamente num destes espaços, que ocorreu o último crime de homicídio envolvendo negros no município entre os anos de 1888 e 1910, como veremos depois de analisar o caso da parda Anna Mendes a seguir.

Anna Mendes foi assassinada depois de cinco anos da morte do pardo Martins no ano de 1898¹¹⁹ por conta de uma dívida contraída por atrasos no aluguel de sua moradia. Anna Espada¹²⁰ como também era chamada Anna Mendes, tinha 45 anos de idade, era viúva, brasileira e residia na Rua Riachuelo na casa de número 13. A vítima parecia ser a única responsável por seu sustento, garantido, como ela mesma havia declarado antes de morrer, por meio das roupas que lavava para soldados e outros indivíduos, como faziam grande parte das mulheres negras no pós-abolição, que por meio do exercício em atividades informais eram as responsáveis pela manutenção da família. De acordo com Maria Odila Dias (1995)¹²¹, era comum que as mulheres pobres que viviam às margens do trabalho formal se tornassem vendedoras de tabuleiros, ambulantes e lavadeiras na tentativa de se inserirem no universo do trabalho e garantir sua cidadania no processo de urbanização de São Paulo no final do século XIX.

Também analisando São Paulo entre os anos de 1880 e 1920, Telles (2013, p. 89) verificou que:

Para as libertas e descendentes, migrantes ou nascidas na capital, que deixaram as cidades de origem sem posses, os serviços domésticos, a faina diária, e a dependência dos seus patrões e seus salários minguados constituíram a forma de sobrevivência possível num mercado de trabalho pouco generoso.¹²²

A situação de Anna Mendes não fugia à regra e assim como grande parte das mulheres pobres paulistas ocupando-se com atividades às margens do trabalho formal. Essa informalidade apresentava prós e contras, pois se, por um lado lhes garantia a liberdade de ir e vir, por outro dificultava honrar seus compromissos nas datas previstas. Foi esse o motivo que acabou levando Anna Mendes à morte, uma vez que sem receber os pagamentos que lhe eram devidos pelo ofício de lavadeira, acabou contraindo uma dívida com o proprietário do imóvel em que residia. A lavadeira foi descrita como *uma mulher de cor parda, de estatura regular e constituição fraca, vestida com um paletó de chita fina e saia da mesma fazenda já desbotada*.¹²³ A descrição proferida pelos peritos indicava ser uma mulher

¹¹⁹ Processo Crime nº4217, Maço 279, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1898.

¹²⁰ O apelido de Espada conferido a Anna Mendes não foi explicitado no decorrer do processo e podem ter inúmeros significados os quais poderiam estar atrelados a aparência de Anna, seu comportamento, suas crenças.

¹²¹ Dias, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984.

¹²² Telles, Lorena Feres da Silva. Libertas Entre Sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920). São Paulo: Alameda, 2014.

¹²³ Processo Crime nº4217, Maço 279, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1898.

frágil, de estatura pequena e franzina. Sua roupa confeccionada de chita¹²⁴ contribui também para a nossa constatação de que, além de não poder prover regularmente o pagamento do aluguel, não podia vestir-se com roupas confeccionadas com tecidos de melhor qualidade e o adjetivo de desbotada atribuído ao traje de Anna também indicava que sequer possuía muitas trocas de roupas.

O conflito ocorreu no dia 22 de outubro de 1898 quando o italiano Chiomino Giovanni Francisco, que trabalhava como carroceiro para o Padre Matheo Pugliasi proprietário do imóvel em que Anna Mendes residia, se dirigiu à casa da inquilina com o intuito de lhe cobrar os alugueis devidos ao seu patrão que somavam a quantia de 20 Mil Réis. Chiomino tinha 23 anos de idade, era casado, carroceiro, alfabetizado e residia na Rua do Carvalho, atual Rua Episcopal, nº4. Em seu depoimento declarou que:

Atendendo o pedido do padre Mateus e em obediência a ele, dirigi-me a casa de Anna Mendes a fim de cobrar os alugueis vencidos. Chegando lá encontrei com Anna Espada e lhe expliquei que estava ali a pedido do proprietário da casa a fim de receber os alugueis ao que ela respondeu que não podia ainda pagar, pois não havia recebido o dinheiro dos soldados pelas roupas deles que

ela lava. Diante disso, eu disse a Anna que fosse pessoalmente desculpar-se com o padre.¹²⁵

Conforme indicado no depoimento de Chiomino, Anna não tinha o dinheiro necessário para saldar sua dívida, porém, de acordo com os depoimentos constantes no processo, sua justificativa não convenceu o carroceiro que travou com ela uma discussão. Anna Mendes, provavelmente fragilizada diante da situação por ser mulher, devedora e negra, não teria reagido às injúrias de Chiomino, e foi defendida por sua vizinha Serafina, que interferiu na discussão fazendo com que o empregado do padre se retirasse do local. A briga, porém, não teria fim aí, pois, o carroceiro voltou em seguida insistindo na cobrança. Serafina di Face, vizinha da vítima, tinha 39 anos de idade, era italiana, viúva, analfabeta e residia na Rua Riachuelo, nº9. Em seu depoimento contou que:

No dia do ocorrido Chiomino foi até a casa de minha vizinha Ana Espada cobrar dela o aluguel referente à sua moradia de propriedade do patrão de Chiomino, o padre Matheus. Eu por conhecer Chiomino, tive com ele uma ligeira discussão que o fez ir embora. O mesmo voltou por volta do

¹²⁴ A importação massiva de produtos ingleses para o Brasil segmentava a população em seu modo de vestir: as pessoas com poder aquisitivo alto vestiam roupas de cores sóbrias e tecidos pesados ao estilo inglês, o povo, com pouca ou nenhuma posse, vestia o tecido de algodão cru ou o estampado, a chita. Em virtude da Abolição da Escravatura, em 1888, já a partir de 1880 chegaram ao Brasil levas de imigrantes contratados, o que fez com que a chita permanecesse ainda mais restrita aos trabalhadores, pois os recém-chegados faziam questão de usar as suas roupas de origem, também, como forma de se diferenciarem da população mais pobre de trabalhadores, camponeses e ex-escravos. (2010, p. 2)

¹²⁵ Processo Crime nº4217, Maço 279, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1898.

meio dia insistindo em receber o aluguel e então mais uma vez discuti com Chiomino, trocando injúrias com ele. Neste instante peguei um tijolo para arremessar em Chiomino, mas não o fiz porque minha filha me puxou para dentro de casa¹²⁶.

O ímpeto de defesa de Serafina nos indica que em alguns casos, as questões de gênero e do cotidiano se sobressaíam às étnicas e raciais, unindo indivíduos que partilhavam vivências similares. Anna e Serafina eram antes de qualquer diferença racial, mulheres pobres e viúvas, que se constituíam diariamente como agentes de suas vidas, provendo recursos por meio da ocupação informal. Estas semelhanças acabaram estabelecendo laços de amizade e convívio entre elas sem, no entanto, garantir que Anna Mendes se inserisse no mesmo universo social que Serafina. A apatia de Anna poderia resultar do sentimento de não pertencimento dela àquele local, ocupado como veremos adiante, majoritariamente por brancos e italianos. Ainda sobre este aspecto destacou a italiana Fortunata Francisca de 28 anos de idade, casada residente na Rua Riachuelo, nº5, ter visto a discussão entre Chiomino e Serafina, e que, enquanto esta última o mandava embora, *Anna Espada estava de braços cruzados*.¹²⁷

Neste caso, podemos perceber que mesmo habitando os mesmos lugares, disputando empregos, compartilhando crenças religiosas e tradições culturais, o negro não era tomado pelo sentimento de pertencimento no espaço em que vivia, o qual, de acordo com Wissenbach (2010)¹²⁸, apenas se materializava nos territórios negros, onde estes podiam compartilhar com seus pares as dificuldades e alegrias das estratégias de sobrevivência por eles adotadas.

O indiciado pela morte de Anna Mendes foi Thomaz Giampá de 22 anos de idade, casado, marceneiro na oficina de Raphael Faro, residente na Rua Riachuelo, nº11, que sabia ler e escrever, e era genro de Serafina di Face. De acordo com o relato de algumas testemunhas, ele teria atingido Anna sem intenção, pois na tentativa de espantar Chiomino do local teria disparado dois tiros contra Chiomino os quais acabaram atingindo Anna Mendes. Em contrapartida Giampá negou ser o culpado pela morte de Anna e em sua defesa alegou não estar em sua casa na hora do conflito, o que foi rebatido por Chiomino o qual afirmou em seu depoimento ter sido abordado por Thomaz Giampá, lhe perguntando por que ele *sempre estava ali amolando* ao que ele teria respondido que estava *apenas cumprindo ordens de seu patrão*¹²⁹.

¹²⁶ Processo Crime nº4217, Maço 279, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1898.

¹²⁷ Processo Crime nº4217, Maço 279, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1898.

¹²⁸ Wissenbach, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à Liberdade: Dimensões de uma privacidade possível. In: Novais, Fernando A. (Coord. Geral) História da Vida Privada no Brasil. Vol. 2. Império: a corte e a modernidade nacional. Alencastro, Luiz Felipe de. (Org. do vol.) São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹²⁹ Processo Crime nº 4217, Maço 279, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1898.

Nos depoimentos de Giampá e Chiomino não ficou evidente a autoria do crime, pois ambos, além de não reconhecerem a culpa, alegaram não saber quem havia atingido a vítima, compactuando, assim, com as oito testemunhas que afirmaram que não viram quem havia realizado os disparos, demonstrando um alto grau de proteção para com os brancos italianos envolvidos no delito, pois das oito testemunhas convocadas para deporem, sete eram de nacionalidade italiana e uma de nacionalidade portuguesa.

Entre idas e vindas, a investigação da morte de Anna Mendes não acabou de forma diferente das outras vítimas negras já mencionadas anteriormente. O indiciado, apesar de ter sido considerado pela justiça o autor do crime, não foi condenado, uma vez que o júri avaliou que o mesmo agiu sem intenção de matar. Vale destacar que a última testemunha do processo, o português José Ferreira, solteiro, negociante, 29 anos de idade e analfabeto, disse, que ouviu *mais de quinhentas pessoas comentando o fato, dizendo uns que o assassino era o réu e outros o carroceiro Chiomino*, levantando assim suspeitas sobre o carroceiro Chiomino, o qual, no entanto, nem sequer foi mencionado como possível

suspeito do crime, talvez pelo fato de ser Chiomino empregado do padre Pulhesi, o que certamente lhe proporcionava proteção. O português disse ainda que estava em sua casa, mas não foi ver o fato que se passava na vizinhança *porque alguém disse no momento que não valia a pena ir ver*¹³⁰. Nessa fala, podemos perceber todo o preconceito racial resultante da conjuntura social e cultural que veio se estruturando ainda durante a escravidão, para se consolidar no pós-abolição, cuja premissa principal foi estereotipar o homem negro e a mulher negra, ofertando-lhes uma série de elementos desqualificadores. Corroborando com esta análise está Flávio Gomes¹³¹, quando destaca que o negro transitava entre a nitidez e a invisibilidade e numa mesma conjuntura podia exercer papéis diferenciados, sendo, portanto visíveis ou invisíveis de acordo com os interesses do Estado e da sociedade branca civil. Foi exatamente nesta conjuntura que nossa agente, Anna Mendes, que lavava roupas para sobreviver e que foi mencionada no decorrer do processo, ora como rapariga, ora como mulata e ora pelo seu apelido de Anna Espada, transitou da nitidez, demarcada principalmente pela questão racial, econômica e de gênero que a tornava diferente, uma *outsider*¹³² num

¹³⁰ Processo Crime nº 4217, Maço 279, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1898.

¹³¹ Gomes, Flávio. Domingues, Petrônio. (org.) Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.

¹³² Nobert Elias e Jonh L. Scotson, na obra "*Os estabelecidos e os Outsiders*" realizaram um estudo de uma pequena comunidade que tinha por núcleo um bairro relativamente antigo e, ao redor dele, duas povoações formadas em época mais recente. Os moradores do bairro antigo se identificavam como um grupo superior, detentor de poder, educação, bons costumes e identificavam os moradores dos outros espaços como seres inferiores desprovidos das qualidades que lhes eram inerentes. Os autores nomearam o grupo antigo como os *estabelecidos* e os recém-chegados como os *outsiders*, os de fora. Para mais detalhes ver a obra.

espaço ocupado majoritariamente por brancos italianos, para enfim atingir a incompleta invisibilidade, depois de morta. Nesse ambiente em que fervilhavam disputas envolvendo dinheiro, moradia, companheirismo e inquilinato, Anna Mendes era só mais uma negra que morria e, portanto, *não valia a pena ir ver*, porque certamente deveria tratar-se de alguma *prostituta, desordeira, ou vagabunda*, características frequentemente atribuídas às mulheres negras no pós-abolição, e das quais diariamente elas lutavam para se livrar dentro dos seus campos de possibilidades.

Para encerrar o palco de conflitos, que envolveram negros em São Carlos do pinhal, cujo resultado foi a morte de um dos envolvidos trazemos para discussão e análise o homicídio cometido pelo pardo Vicente Xavier contra o preto Cypriano de Barros¹³³ que ocorreu nos primeiros anos do século XX, em 1902. Desta vez, o conflito envolvia um preto como vítima e um pardo como acusado e, diferentemente dos casos anteriores, o indiciado foi condenado. Isto nos leva a constatar, novamente, sobre a influência que a cor da pele exercia sobre as averiguações, andamento e julgamento dos casos. O pardo Vicente Xavier da Rocha era praça de polícia e foi acusado de ofender fisicamente o preto Cypriano de Barros, também praça de polícia, no dia 13 de abril do mesmo ano. O ocorrido se deu no bar de *Pão Chinês* localizada

na Rua José Bonifácio esquina com a Rua Municipal, atual Rua Major José Ignácio, região central da cidade.

O réu Vicente Xavier da Rocha tinha 19 anos de idade, era solteiro, brasileiro, filho de Joaquim de Paredes, natural de Piracicaba e analfabeto. Foi descrito no auto de qualificação como um sujeito *de cor morena, pouca barba, cabelos pretos, buço, nariz e boca regulares, com 1m68cm de altura*. Ao ser questionado sobre o fato disse:

Há tempos me apaixonei da rapariga de nome Joaquina residente na Rua do Mercado, não sei o número, com quem vivi bem há uns três ou quatro meses. Joaquina era mulher da vida virada e eu não era positivamente amasiado com ela. Há um mês foi destacado para São Carlos o praça Cypriano que já havia morado aqui e tido um relacionamento com Joaquina. Ao voltar para cá retomou o relacionamento com ela e sabendo do meu ciúme todos os dias me falava que tinha passado a noite com Joaquina.¹³⁴

Como podemos perceber, a partir da fala de Vicente, o conflito envolvendo os negros, praças de polícia foi gerado por conta do ciúme que Vicente sentia da *mulata Joaquina*¹³⁵ com quem teve um relacionamento amoroso. Joanna Augusta Silvestre de Oliveira tinha

¹³³ Processo Crime nº3431, Maço 266, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1902.

¹³⁴ Processo Crime nº3431, Maço 266, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1902.

¹³⁵ Joanna foi constantemente chamada de “rapariga” ou “mulata Joaquina” pelas testemunhas que depuseram no processo.

18 anos de idade, era natural de Queluz, RJ, solteira, analfabeta, declarou exercer a ocupação de doméstica e residir na Rua do Mercado, atual Geminiano Costa, nº3. A declaração de Joanna de se empregar em atividades domésticas se contrapôs às falas de Vicente e das outras testemunhas que a apontaram como *rapariga, prostituta e mulher da vida virada*. Assim se referiu Carolina Joaquina da Conceição, de 23 anos de idade, natural de Campinas-SP, casada, doméstica, analfabeta e residente na Rua Jesuíno de Arruda à Joanna: *a rapariga de nome Joanna*¹³⁶.

Vicente ao longo de seu depoimento deixou transparecer a sua inconformação com a conduta de sua amada, a qual mesmo não tendo um relacionamento sério com ele, de acordo com sua premissa, lhe devia satisfações. Na fala abaixo ele demonstra o poder e o controle que o homem tentava exercer sobre a mulher, a qual estava sujeita, além do preconceito racial, ao de gênero, tornando muito mais difícil a vivência e o exercício da liberdade para elas¹³⁷.

Dois camaradas meus disseram que Joaquina tinha ido ao baile no restaurante de Isidoro na Rua do Mercado acompanhada dos soldados

Gabriel e Cypriano e que Gabriel havia pegado Joaquina pelo pulso e passado a noite com ela. No domingo Benjamin me disse que Cypriano e Joaquina estavam pintando na venda do Pão-Chinês e então para lá segui com o intuito de surrar Joaquina.¹³⁸

Tomado pelo sentimento de controle e orgulho ferido Vicente se dirigiu para o bar de *Pão Chinês*, onde encontrou Joaquina, outras mulheres e o soldado Cypriano, que foi descrito no exame de corpo e delito como tendo *25 anos de idade, cor preta, desenvolvimento ósseo regular e estatura mediana*. Vicente então quis tirar satisfações com Cypriano, o qual lhe afirmou, num claro intuito de provocá-lo, que Joaquina tinha dormido com Gabriel na noite passada e com ele em várias outras. Diante de tais afirmações o acusado quis *surrar*¹³⁹ Joaquina que foi defendida por Cypriano iniciando-se a briga entre eles e resultando na morte de Cypriano. As testemunhas foram unânimes quanto à acusação do réu e todas estavam na venda de *Pão Chinês*, na hora do conflito. Mais uma vez, o botequim, a venda ou o bar foram palcos de conflitos envolvendo negros no município. A venda do *Pão Chinês* além de ser um espaço de convívio e lazer ainda fornecia gêneros variados aos seus fregueses, que mantinham crediários com o proprietário, como era o caso de Joaquina

¹³⁶ Processo Crime nº3431, Maço 266, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1902.

¹³⁷ Maria Helena Machado enfatiza em suas falas sobre as mulheres negras o quanto estas tiveram que enfrentar muitos mais obstáculos para vivenciarem a liberdade por serem mulheres.

¹³⁸ Processo Crime nº3431, Maço 266, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1902.

¹³⁹ Nas falas das testemunhas fica evidente que Vicente já havia agredido fisicamente Joanna por conta do ciúme que ele sentia dela, resultante, provavelmente, da não aceitação da ocupação de Joanna.

que em seu depoimento, afirmou ter ido à venda para saldar débitos. Ao que tudo indica, Joanna era uma mulher jovem e independente, sendo responsável por seu sustento, que era garantido por meio do exercício em atividades domésticas, conforme ela mesma declarou, e por meio da prostituição, como afirmaram outras testemunhas. Ela nasceu por volta de 1884 ainda na vigência do sistema escravista, porém, vale lembrar que apesar de ser legalmente livre, conforme estabelecia a lei de 1871, ela estava inserida num contexto em que ainda prevalecia o domínio e o controle do proprietário de escravos. É importante destacarmos, que se tratava de uma negra jovem, provavelmente bonita, já que despertou tantos amores e admirações, e que deixou sua cidade natal, talvez, em busca de melhores condições de vida.

Vicente assumiu a culpa do crime desde o início do processo e no dia 19 de abril de 1902 foi declarado culpado. Nos testemunhos ficou claro que o réu era um homem *valente* embora não fosse *dado a brigas*¹⁴⁰, mas que ficava nervoso quando outros soldados brincavam com ele com relação à Joaninha. Isso foi confirmado pelo próprio Vicente que no dia de seu julgamento alegou em sua defesa ter agido para desforrar-se das injúrias e ofensas que Cypriano de Barros vivia a lhe fazer com o intuito de *ridicularizá-lo*. Assim, o júri avaliou ter sido Vicente o responsável pela morte de Cypriano, provocada por instrumento cortante, com superioridade de armas, porém por motivo

não frívolo e que havia atenuantes a favor do réu: seu comportamento exemplar e sua menoridade. Mesmo assim o júri o considerou culpado, não levando em consideração as atenuantes que muito provavelmente absolveria um branco: o juiz municipal determinou a sua sentença em dez anos e seis meses de prisão celular. Dois dias depois o advogado do réu, o Senhor Aurélio Neves, recorreu da determinação do juiz alegando que não se conformava com a decisão e no dia 10 de junho foi realizada nova seção onde o defensor do réu apresentou leis e provas que atenuavam o ato de Vicente e pediu sua absolvição. O júri, porém, manteve a pena e o juiz assim procedeu.

Os envolvidos no processo tiveram assim suas vidas marcadas pelo conflito motivado principalmente pelo desejo de poder e controle que os homens ansiavam exercer sobre a mulher, mesmo sendo ela solteira e independente, como Joaninha, a personagem deste conflito, que ganhava a vida exercendo a prostituição e outras atividades. Muito provavelmente ela se tornou a protagonista desta história, não apenas por ter sido o alvo da disputa, mas também por ter sido uma jovem agindo com tamanha liberdade num espaço ainda dominado pelos costumes da escravidão recém-abolida. Sua vida parece ter sido marcada pela mobilidade espacial, pois, vinda do município de Queluz no Rio de Janeiro, aqui se estabeleceu provisoriamente, morando num hotel local, ao que parece um espaço destinado a prostituição, e já não mais se encontrava na cidade em 1907,

¹⁴⁰ Em defesa do acusado, declarou o Tenente Coronel José Alípio Ferreira que o réu tinha, enquanto era praça do destacamento local, um comportamento exemplar que devia ser seguido.

uma vez que seu nome não foi cadastrado no recenseamento populacional. A mobilidade espacial parece ter sido a maior representação da liberdade para homens e mulheres negros que vislumbraram vivenciá-la no pós-abolição não apenas em São Carlos do Pinhal, mas também em outros municípios brasileiros como nos aponta Walter Fraga Filho¹⁴¹, o qual destaca que foram muitos os libertos e livres que seguiram rumo aos centros urbanos, refazendo nestes espaços relações familiares e de solidariedade estabelecidas ainda no espaço rural. As condições para a migração, ainda segundo este autor, eram influenciadas por uma série de circunstâncias, das quais se destacavam a condição de gênero e a idade, pois para as mulheres com filhos e para os idosos a mobilidade era um tanto reduzida enquanto que para os homens esta era praticamente ilimitada. Mesmo assim a busca por uma vida melhor foi uma determinante para a vivência da liberdade através do exercício do direito de ir e vir.

2.2. Aquele preto, aquela preta, cujos nomes se desconhecem: a manutenção da invisibilidade do negro nos crimes de lesão corporal

O processo de construção da invisibilidade social sobre o negro teve início ainda na vigência

do sistema escravista, quando este vinha apresentando sinais de decadência, como nos sugerem Célia Maria Marinho de Azevedo, Maria Helena Machado, João José Reis e Flávio Gomes¹⁴² tendo em vista o medo das elites diante da liberdade que se apresentava cada vez mais nítida. Nesta perspectiva, uma série de justificativas associadas ao medo das elites face às revoltas negras fez com que se moldasse um perfil único e desqualificador sobre o negro no país. Desse modo, como já apontamos, todo homem negro e toda mulher negra no pós-abolição era sinônimo de: banditismo, vadiagem, mendicância, embriaguez e prostituição. Seus costumes e raízes culturais tornaram-se alvo de perseguição e, a qualquer tipo de manifestação, lá estavam os inspetores de quarteirões, praças de polícia e dirigentes locais cumprindo seu papel repressor. Em São Carlos do Pinhal, assim como em outros municípios, o Código de Posturas de 1886 que vigorou até 1905, determinava na seção de segurança urbana no Art.59:

Salvo o caso de haver licença policial, são proibidos na cidade e suburbios batuques, tambaques ou catêretês. Multa de 10\$ ao que prestar sua casa para taes reuniões e, quando estas se derem nas ruas ou praças multa de 5\$, a cada infractor, alem de ser dispersado o ajuntamento.¹⁴³

¹⁴¹ Filho, Walter Fraga. Migrações, Itinerários e esperança de mobilidade social no Recôncavo Baiano após a abolição. Cad. AEL, v.14, nº26, 2009.

¹⁴² Os autores citados se debruçaram na análise e compreensão do processo de liberdade e apontaram uma universalização do que eles denominaram de “medo branco”.

¹⁴³ Código de Posturas de 1886 de São Carlos do Pinhal. Acervo pessoal da Profa. Dra. Maria Angela P. C. S. Bortolucci.

Nos artigos 103 e 104 do mesmo código, na seção de “outras e diversas medidas de higiene” também se explicitava multas contra indivíduos que desenvolvessem práticas religiosas de caráter sobrenatural, feitiços e adivinhações:

Art.103. Os que se intitularem curandeiros e effectivamente empregarem orações e outros quaisquer embustes a pretexto de ourarem incorrerão em multa de 30\$, e seis dias de prisão, além das penas que possam incorrer por lei geral.
Art.104. Os indivíduos que se fingirem inspirados por algum ente sobrenatural, prognosticarem acontecimentos que possam causar serias apprehensoes no animo dos crédulos, incorrerão na multa de 30\$, e seis dias de prisão.¹⁴⁴

Estas condutas, relacionadas ao povo negro e suas culturas, sofriam repressões ao simples fato de serem expressas publicamente. João José Reis¹⁴⁵ destaca o quanto a perseguição ao negro liberto, ainda na vigência do sistema escravista, foi acentuada ao detalhar a vida do africano e adivinho Domingos Sodré, que em sua trajetória passou por um processo

de ladinização¹⁴⁶, mantendo vivos elementos de sua cultura e acrescentando novos saberes à sua vivência. Ainda assim, Sodré, foi extremamente perseguido por policiais atentos às suas práticas religiosas, as quais também eram proibidas em Salvador e recebeu em sua morada, inúmeras vezes, a visita de policiais que faziam questão de apreender os objetos considerados de culto africano e encaminhá-lo à cadeia¹⁴⁷. É importante destacarmos, que além de sofrer perseguições dos dirigentes e representantes do Estado, os negros estavam constantemente sob o olhar vigilante da sociedade civil, no caso de São Carlos, composta majoritariamente por brancos europeus¹⁴⁸.

Neste cenário multifacetado culturalmente, brasileiros e imigrantes ocupavam, muitas das vezes, o mesmo espaço geográfico, habitando casas unifamiliares nos bairros do município, ou moradias coletivas e cortiços nas regiões mais centrais da cidade. A fixação na área central podia estar relacionada, dentre outros motivos, à facilidade de deslocamentos entre a moradia e o emprego no espaço urbano, tendo em vista

¹⁴⁴ Código de Posturas de 1886. Acervo particular Prof. Dra. Maria Angela P.C. S. Bortolucci.

¹⁴⁵ Reis, João José. Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁴⁶ João José Reis definiu como ladinização o processo de vivência do africano escravizado no Atlântico, no qual ele manteve elementos de sua cultura e aprendeu e apreendeu novos saberes e práticas, como ele mesmo disse: uma prática cultural.

¹⁴⁷ Vale lembrar, como foi apontado por João José Reis, que imerso aos perseguidores existiam aqueles que, mesmo possuindo a obrigação de punir Sodré, acabam facilitando as coisas para ele, pois em muitos casos, estes mesmos sujeitos faziam usos dos serviços prestados pelo adivinho e curandeiro.

¹⁴⁸ A população em São Carlos do Pinhal, de acordo com Osvaldo Truzzi, em seu livro *Café e Indústria*, no final do século XIX era composta majoritariamente por brancos italianos que vieram para a cidade movidos pela política imigratória brasileira, que foi motivada, principalmente, pelo desejo de branquear a população brasileira, que até então era em sua maioria, composta por negros.

EDITAES

Demolição de cortiços

De conformidade com os arts. 59 §§ 5.º e 6.º e 194 do Código de Posturas, faço publico que, pelo presente edital são intimados os proprietarios dos cortiços abaixo declarados para, no prazo improrogavel de doze (12) dias contados da publicação deste, demolir os ditos cortiços, sob pena de, não o fazendo naquelle prazo, serem elles demolidos por ordem do Intendente Municipal e á custa dos proprietarios.

Rua Jezuíno de Arruda ns. 19, 38, 5, 58, 56, 35, 45, 43, 66, 57, 80, 78, 73, 68 e 56. Rua Visconde Inhaúma ns. 35, 33, 31, 29, 27, 12, 14, 16, 18, 4, e 6. Rua Uruguayana ns. 54 e 52. Rua de S. Carlos ns. 42, 40, 20 e 30. Rua Aquidaban n. 2. Rua Riachuello ns. 14, 16, 18, 20, 22, 24, 28 e 13. Rua José Bonifacio ns. 13, 15, 23, 25, 27, 37, 39, 41 e 43. Rua do Mercado ns. 2, 7, 9 e 36. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguem possa allegar ignorancia, se possou o presente edital, que, depois de affixado no Paço da Camara Municipal, vae publicado pela imprensa. S. Carlos do Pinhal, 7 de Maio de 1896.— O fiscal geral—*Francisco Luiz Gonçalves.*

Figura 2: Edital publicado solicitando a demolição de cortiços. Jornal O São Carlos do Pinhal, 1896.

que grande parte da população negra se ocupava em serviços domésticos ou serviços ofertados na região central da cidade, como veremos no perfil da população negra urbana ainda neste capítulo. Os espaços destinados a esta população na região central eram geralmente moradias precárias ou ainda cortiços que eram casas ou casarões que abrigavam inúmeras famílias e nos quais os espaços de higiene eram de uso comum a todos¹⁴⁹. Não há muitas referências sobre a existência de cortiços na cidade, porém, um edital publicado no jornal local “O São Carlos do Pinhal”¹⁵⁰, em 1896, ordenando a demolição de 80 (oitenta) cortiços, nos indica uma grande possibilidade deles terem existido no município. Segundo o edital, o pedido de demolição foi expedido pelo fiscal geral, Francisco Luiz Gonçalves¹⁵¹, embasado nos artigos 50 e 194 do Código de Posturas vigente. Entretanto, ao consultar o código de 1886¹⁵², constatamos que os artigos citados no edital não se referem a cortiços e nem a outro tipo de moradia. Isso nos sugere que, ou a demolição foi uma ordem arbitrária e sem fundamento legal, ou existiu outro código aprovado neste intervalo temporal e sobre o qual não encontramos nenhum registro.

A ocupação dos mesmos espaços habitacionais, ou ainda o frequentar de lugares comuns, não eram, no entanto, sinônimos de aproximação social e cultural e não garantia, em hipótese alguma, que os negros estivessem blindados contra o preconceito racial, ou ainda que não ocorressem conflitos entre brancos e negros. Os processos de lesões corporais indicam exatamente o contrário, pois dos 17 conflitos registrados, seis, ou seja, 36% foram cometidos por brancos contra negros e motivados por rixas, ciúmes e dívidas. Com relação aos conflitos envolvendo negros contra negros tivemos o registro de nove casos, que fizeram um percentual de 53%, e que podem indicar que as relações sociais eram, majoritariamente, estabelecidas dentro do grupo o que certamente contribuía para um maior índice de desentendimentos entre eles. Os conflitos eram iniciados por discussões verbais e frequentemente terminavam em agressões físicas, ocasionadas por instrumentos cortantes, paus ou armas de fogo¹⁵³. Percebemos que era frequente, tanto para brancos como para negros, o uso de armas e instrumentos de defesa, o que nos sugere um ambiente urbano inseguro e de muita vulnerabilidade, principalmente para os negros egressos da escravidão.

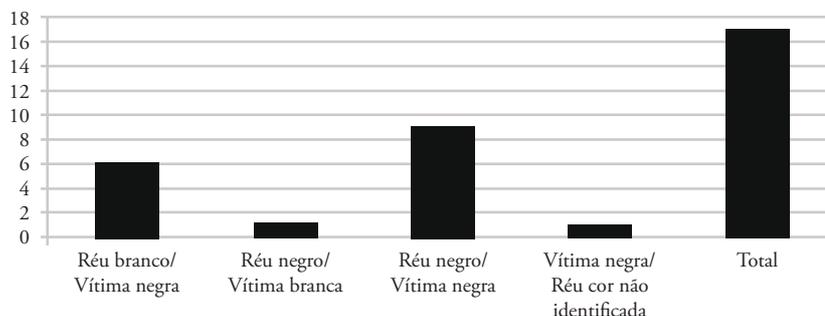
¹⁴⁹ Sobre os cortiços e a fiscalização sobre ele ver Nicolau Shevchenko, que ao retratar o desejo de modernização no Rio de Janeiro destacou as perseguições às camadas pobres da população alojadas em cortiços e moradias populares.

¹⁵⁰ O São Carlos do Pinhal, 05 e 07 de maio de 1896. Arquivo do Estado de São Paulo. Imagens Natália Costa, 2014.

¹⁵¹ O cargo público de fiscal geral era determinado pela Câmara e o mesmo tinha a função de fiscalizar o uso e ocupação do solo.

¹⁵² Como já vimos anteriormente, temos o conhecimento que em São Carlos do Pinhal, foram aprovados quatro Códigos de Posturas entre os anos de 1866 e 1905.

¹⁵³ O uso de um objeto de ataque e defesa parecia ser comum nesta época, pois em todos os casos o réu estava munido de faca, pau ou ferro. Dos 17 casos, em 11 o réu estava com faca, em três estava com pau, em dois com arma de fogo e em um com tranca de ferro.

Gráfico 2: Cor dos indivíduos envolvidos nos processos de Lesão Corporal em São Carlos do Pinhal. (1880/1910)

As relações entre brancos e negros pareciam marcadas por conflitos constantes, principalmente nos espaços destinados ao divertimento, como bares, restaurantes, prostíbulos e outros, como pudemos constatar no primeiro processo de lesão corporal registrado no município e que foi motivado por rixa.

A noite do dia 22 de agosto de 1896 para a negra Maria Olímpia¹⁵⁴ seria mais uma daquelas dedicadas ao divertimento, conversas com amigos e também ao trabalho, pois, apesar de ocupar-se em serviços domésticos como ela mesma declarou em seu depoimento, exercia também a atividade de prostituição. Por volta das

22 horas, acompanhada da parceira Luisa Maria Augusta (Luisinha)¹⁵⁵ e do lavrador João Dória¹⁵⁶ seguiu para o restaurante de Alberto de Carvalho Osório¹⁵⁷, localizado na região central da cidade, na Rua Sete de Setembro a fim de conversar e tomar cerveja. Maria Olímpia, era conhecida pela alcunha de “Fia Pedreira”¹⁵⁸, tinha 30 anos de idade mais ou menos, era solteira, natural de Diamantina - MG e não sabia ler nem escrever. Ao delegado apresentou a sua versão sobre o fato:

Chegando ao restaurante de Alberto de Tal estive de conversa com outras mulheres, Leopoldina amasia do dono do restaurante, Mariquinha, Sebastiana, Lola espanhola e Julia

¹⁵⁴ Processo Crime nº3134, Maço 200, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1894.

¹⁵⁵ Luisa Maria Augusta tinha 21 anos de idade, era costureira, casada, natural de Tathuy, e residia na cidade. As mulheres que se ocupavam da prostituição e que surgem nos conflitos relatados, na maioria dos casos não eram naturais do município, forte indicativo de que elas, apesar de prostitutas, não sentiam a mesma liberdade para exercerem suas ocupações em sua terra natal.

¹⁵⁶ João Galdino de Oliveira Dória, 24 anos, solteiro, lavrador, residente em São Carlos do Pinhal.

¹⁵⁷ Alberto de Carvalho Osório, 23 anos de idade, solteiro, negociante, natural de Portugal.

¹⁵⁸ O apelido conferido a Maria Olímpia resultava por ser ela filha de Rita Pedreira.

Polaca, todas de reputação duvidosa. Alí eu estava tomando cerveja, e estando depois já um pouco embriagada dirigi algumas palavras um pouco injuriosas a Julia Polaca que respondeu com outras me chamando de canhão, atoa e outros nomes, e em seguida me convidou para brigar. Na primeira vez não aceitei, mas acabei aceitando mediante a insistência de Julia e também por eu estar esquentada. Saímos da casa onde estávamos e quando cheguei a porta, fui ferida por Julia com duas canivetadas, sendo uma no peito, do lado esquerdo e outra no ventre. O ataque foi tão rápido que não tive tempo de me defender¹⁵⁹.

Após o conflito, de acordo com algumas testemunhas, Maria Olímpia foi levada à farmácia de Theophilo Novaes¹⁶⁰ onde foi avaliada e medicada e em seguida encaminhada para a sua casa. No dia seguinte procurou a delegacia local, para denunciar o conflito demonstrando tratar-se de uma mulher conhecedora de seus direitos. Além disso, parecia ser ousada, pois ela mesma afirmou que no dia do conflito estava *esquentada* e ainda assumiu ter iniciado a briga dizendo *palavras injuriosas* a Julia Polaca. Maria Olímpia escolheu São Carlos do Pinhal para se estabelecer por um período¹⁶¹ e, apesar de ter um

círculo de relações estabelecido, ela e a espanhola Julia Peres desfrutavam de um sentimento de animosidade. Julia era também conhecida como Julia Pollaca tinha 22 anos de idade, era solteira, analfabeta, ocupava-se em serviços domésticos e também na prostituição. Ela residia no restaurante onde se deu o conflito, o qual, segundo algumas testemunhas, funcionava também como pensão¹⁶². A ré declarou que a briga foi motivada pelo fato de “Fia” não gostar dela por *questões havidas entre mulheres* demonstrando existir um clima de disputa entre as duas prostitutas, o qual poderia ser ainda mais acirrado quando consideradas as questões raciais. Em seu depoimento ela relatou:

Eu estava no dia 22 deste mês, às onze horas da noite mais ou menos, na casa onde moro, Restaurante pertencente a Alberto de Tal na Rua Sete de Setembro, número 50, quando lá apareceu “fia Pedreira” a fim de cear, a qual se dirigiu a uma sala e lá convidou Luisinha e João, moço baixo e vermelhinho, para cearem com ela. Fia Pedreira dirigiu-se a sala onde eu estava e me dirigiu vários insultos (...). Neste momento parti pra cima dela e começamos a brigar e eu estava com um canivete de unha e que sem querer atingi Fia¹⁶³.

¹⁵⁹ Processo Crime nº3134, Maço 200, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1894.

¹⁶⁰ A farmácia de Theophilo ficava localizada na Rua Municipal, nº 35. Theophilo era gerente e proprietário da farmácia e, conforme foi anunciado no Almanaque de São Carlos de 1894, ele era *farmacêutico formado e cirurgião-mór da Guarda Nacional*.

¹⁶¹ Não podemos afirmar também até quando ela permaneceu na cidade, porém constatamos que 1907 ela não mais residia em São Carlos, pois seu nome não foi cadastrado no Recenseamento Populacional.

¹⁶² O restaurante onde se deu o conflito parecia servir, de acordo com os relatos, como espaço para o exercício da prostituição.

¹⁶³ Processo Crime nº3134, Maço 200, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1894.

Como podemos perceber a ré negou ter atingido a vítima intencionalmente, porém, não foi o que constamos nos depoimentos. Luisinha afirmou que Maria Olímpia apesar de estar embriagada e ter iniciado a briga, não queria dar continuidade a ela, mas foi instigada por Julia, que a chamou para brigar fora do restaurante e lá a feriu com um canivete. Sobre a insistência de Julia, disse também Olliveto¹⁶⁴ que: *Algum tempo depois a prostituta Julia, que é hóspede ou pensionista no mesmo restaurante, começou a passear pela sala enraivecida e disse: quem tiver coragem chegue, e que ele depoente não sabe a quem foi dirigida essa ameaça, mas desconfia que fosse para Fia.* João Dória¹⁶⁵, também enfatizou a provocação constante de Julia direcionada à Maria Olímpia. Alberto, dono do restaurante, absteve-se de opinar sobre o conflito talvez motivado por questões pessoais e profissionais, e disse não ter ouvido discussão alguma entre as envolvidas.

Nesta disputa protagonizada por duas mulheres jovens, que exerciam a prostituição como ocupação, a cor da pele parece ter sido mais uma vez a determinante para a conclusão do caso, pois Maria Olímpia, que foi ferida por Julia, não foi apontada como vítima pelo júri, que numa inversão tática de valores, transformou a vítima em algoz e absolveu a ré, a qual provavelmente retomou suas atividades,

certa de que ferir uma mulher negra era legítimo e absolutamente natural.

Considerando que o júri apontou que a Ré não cometeu o crime por motivos frívolos, que não estava em superioridade de armas que impossibilitasse a vítima de se defender (...) que cometeu o crime em legítima defesa, que empregou os meios adequados para se defender e que não houve por parte dela provocações que justificassem as agressões, determino a absolvição da ré e ordeno que seu nome seja riscado do rol dos culpados¹⁶⁶.

Vale destacar ainda, que o comportamento adotado por Maria Olímpia nos sugere que se tratava, mais uma vez, de uma mulher capaz de agir dentro dos limites impostos pela sociedade vigente. Pois tomar cerveja, fumar, envolver-se em conflitos e ainda ocupar-se da prostituição, num período extremamente marcado pela discriminação ao negro e à mulher, era no mínimo um comportamento de extrema coragem, frente aos obstáculos que poderiam surgir em seu caminho. Ela não parecia preocupar-se com os olhares da sociedade branca e não pensou duas vezes em discutir com Julia, pois, afinal, o que era uma discussão para uma mulher negra, migrante, que teria nascido, provavelmente, como escrava no ano de 1864 e suportado todos os males que esta condição lhe impunha, dentre os quais, os

¹⁶⁴ Olivetto Soares de Arruda, de 24 anos de idade, solteiro, natural de Araraquara, empregado público, residente nesta cidade.

¹⁶⁵ João Galdino de Oliveira Dória, de vinte e quatro anos, solteiro, lavrador, residente em São Carlos do Pinhal.

¹⁶⁶ Processo Crime nº3134, Maço 200, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1894.

constantes abusos sexuais por parte de senhores e os maus tratos por parte de toda uma sociedade¹⁶⁷.

A nossa busca por referências sobre a vinda de Maria Olímpia para São Carlos do Pinhal não trouxe resultados positivos, portanto não podemos afirmar, quando ela chegou ao município, nem tampouco se veio comercializada por meio do tráfico interprovincial¹⁶⁸, ou por vontade própria com o fim da escravidão, buscando, assim como tantos outros, uma vida melhor. Migrar, como já apontamos citando Walter Fraga (2009), era sinônimo de liberdade, para os egressos da escravidão e foram muitos os sujeitos que deixaram as antigas senzalas em busca de outros espaços, tanto no meio urbano como no meio rural, fazendo da mudança uma constante em suas vidas. Rebeca Scott¹⁶⁹ aponta que a prática da liberdade para os egressos da escravidão era um

exercício contínuo e complicado nas sociedades modernas, que se organizavam com o propósito de dificultar o exercício da cidadania para estes sujeitos. Ainda assim, eles migravam com o objetivo de restabelecer antigos laços, buscar empregos que acreditavam dignos para si, ou simplesmente para vivenciar o direito de ir e vir. Maria Olímpia, no entanto, não migrou para outra cidade além de São Carlos do Pinhal, pois em seu possível óbito¹⁷⁰ registrado em 31 de maio de 1899 consta que ela foi acometida aos 35 anos por uma *nephrit chronica* que a fez perder a vida após cinco anos do conflito entre ela e Julia Perez.

Em 1899, foi o negro Jorge David que vivenciou as mazelas resultantes do preconceito racial. O conflito ocorreu, mais uma vez, num restaurante, que ficava na Rua General Osório esquina com a Rua Aquidaban, região

¹⁶⁷ Ana Maria Gonçalves em seu livro “Um defeito de Cor” narra a trajetória de uma negra africana que foi capturada em seu país, trazida para o Brasil ainda criança e escravizada. Sua trajetória foi marcada por todos os tipos de abusos, dentro os quais, o sexual, praticado pelo seu senhor, o que acabou resultando em gravidez. Kehinde, que aqui recebeu o nome de Maria Luiza, deixou registrada, sua difícil trajetória, marcada por lutas, fugas, revoltas, abusos, tragédias pessoais e também muitas conquistas pelo exercício, de seu interesse em aprender e transformar sua vida. A vida de Kehinde é sinônima dos enfrentamentos que muitas mulheres negras passaram no período escravista e no pós-abolição.

¹⁶⁸ O tráfico interprovincial foi um recurso extremamente utilizado pelos comerciantes de escravos e os fazendeiros para suprir a necessidade de mão de obra nas fazendas do oeste paulista diante da proibição do tráfico de escravos determinada pela Lei Eusébio de Queiroz em 1850. É importante salientar que mesmo com a determinação da lei o tráfico continuou a ser realizado ilegalmente e os africanos para cá trazidos, que segundo a lei caso fossem desembarcados no Brasil seriam livres, também foram escravizados ilegalmente. Muitos processos de liberdade foram impetrados por africanos ilegalmente escravizados na tentativa de provar sua liberdade. No Livro de BERTIN, Enildece, intitulado: “Os meia-cara. Africanos livres em São Paulo no século XIX” podemos conhecer a luta destes sujeitos para reconquistar uma liberdade que lhes pertencia por direito.

¹⁶⁹ Cooper, Frederick; Scott, Rebecca; Holt, Thomas. Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹⁷⁰ Atestado de Óbito de Maria Olímpia Ferraz, maio de 1891. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

também central da cidade. O fato foi descrito pelo promotor público como *um cômico*¹⁷¹ *incidente que resultou no espancamento do preto Jorge David*¹⁷². A vítima que decidiu denunciar as agressões sofridas declarou que tinha 44 anos de idade, era natural de São Francisco da Califórnia, solteiro, cozinheiro, residente na cidade e não sabia ler nem escrever. Sobre o fato ele relatou:

(...) Hoje às 10 horas da manhã fui com um brasileiro almoçar no restaurante de Victorino José, na Rua General Osório. Terminando o almoço veio Victorino José me cobrar, e como o almoço foi pago pelo brasileiro meu companheiro, respondi isso mesmo a Victorino; o qual me enxotou de sua casa me empurrando para a rua. Ao ser empurrado cai na calçada e me feriu na testa e em seguida Victorino armou-se de um cacete e me deu uma cacetada na cabeça. Nesse momento, chegou a polícia e prendeu Victorino¹⁷³.

O réu foi autuado pelo inspetor de quarteirão Alberto que compareceu à delegacia local dizendo que havia efetuado a prisão de Victorino José em ato de agressão a cacetadas no preto Jorge David às 11 horas. Disse também que o fato ocorreu da seguinte forma:

Eu estava na Rua Aquidaban e ao passar pela Rua General Osório vi o preto Jorge David sair correndo da casa de número 22 e correndo atrás Victorino José, armado de um cacete. O mesmo conseguiu alcançar o preto Jorge David e lhe deu uma cacetada. Neste momento, passavam no local, dois praças que chamei e juntos efetuamos a prisão do réu e o conduzimos as autoridades locais¹⁷⁴.

O agressor era Victorino José, português, solteiro, de 40 anos de idade, o qual, residia em São Carlos há dois anos mais ou menos, sabia ler e escrever e trabalhava no restaurante em que se deu conflito. Ele contou às autoridades locais que estava por volta das 10 horas na casa de nº22 na Rua General Osório, onde é empregado quando lá apareceu *o preto Jorge David* e lhe pediu um almoço. Victorino então o mandou entrar e ordenou que lhe servissem.

Enquanto ele almoçava fiquei no armazém para onde foi Jorge depois que terminou o almoço e me disse que já havia almoçado. Então cobrei o almoço, e o preto Jorge David me disse que não pagaria porque não havia trazido dinheiro. Em resposta, repreendi Jorge dizendo que isso não se fazia, que ele não devia entrar em uma padaria se não tinha dinheiro para pagar, e o preto me respondeu com

¹⁷¹ O termo cômico empregado pelo promotor público exemplifica o descaso com que as vítimas negras eram tratadas pelas autoridades locais. O que havia de cômico em ser espancado por um empregado de um restaurante por não ter dinheiro para saldar o almoço consumido? O que teria de cômico em ser arremessado para fora do restaurante, como um pano velho? O fato, certamente, teria tido outra conotação, caso a vítima fosse branca.

¹⁷² Processo Crime 6188, Maço 464. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1899.

¹⁷³ Processo Crime 6188, Maço 464. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1899.

¹⁷⁴ Processo Crime 6188, Maço 464. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1899.

malcriações e insultos. Sentindo-me insultado, dei-lhe um empurrão jogando-o para a rua, caindo ele na calçada e ferindo-se na testa¹⁷⁵.

As testemunhas¹⁷⁶, disseram ter visto um preto, *cujo nome desconheciam ser enxotado* e agredido com uma bengala por Victorino, o qual afirmou em seu depoimento que havia ficado nervoso *com os insultos do preto que fazendo trejeitos de capoeira o convidou para a briga*. O réu disse ainda, *que foi motivado à briga pelo próprio preto, que sobre o pagamento, teria respondido brutalmente: eu não tenho dinheiro*. Vale lembrar, que a capoeira¹⁷⁷ era vista pela sociedade branca como uma afronta por parte do negro e por tal

motivo, sua manifestação era proibida por lei¹⁷⁸ e altamente desqualificada cultural e socialmente. No conflito em questão ela foi usada pelo réu para justificar as agressões proferidas na vítima. Além dos ferimentos cometidos por Victorino, Jorge David também foi agredido pelo inspetor de quarteirão e pelos dois praças de polícia, que teoricamente, teriam que defendê-lo. Ao relatar detalhes do ocorrido o réu disse ao delegado:

O inspetor de quarteirão e os dois praças que efetuaram a prisão de Jorge David lhe deram um empurrão que o levou a cair na sarjeta e bater a cabeça, causando-lhe uma brecha na cabeça, além de lhe darem várias pancadas com o rifle¹⁷⁹.

¹⁷⁵ Processo Crime 6188, Maço 464. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1899.

¹⁷⁶ João Elias, 36 anos de idade, casado, negociante, natural da Turquia, residente nesta cidade. Philippe Joaquim, de 27 anos de idade, solteiro, natural da Turquia, negociante, residente nesta comarca. Alberto Lindolm, 27 anos de idade, casado, negociante, natural da Suécia, residente nesta comarca. Vicente Pereira dos Santos, 20 anos de idade, solteiro, natural de Queluz, praça da polícia e atualmente destacado nesta cidade.

¹⁷⁷ Segundo Carlos Eugenio Líbano Soares, a capoeira está entre as mais importantes manifestações da cultura escrava no meio urbano, particularmente na cidade do Rio de Janeiro, durante o século XIX. Resultante de um misto de folguedo lúdico e de arma de defesa, a capoeira entrou na história pela primeira vez através dos ofícios da polícia, instituição fundada nos idos da chegada da corte real portuguesa em terras brasileiras. A capoeira era uma mescla de golpes marciais e da habilidade no manejo de facas, e nos primórdios do século passado estava identificada com a população negra da cidade - principalmente escravos, mas também negros libertos e livres. Com o tempo, os grupos ou maltsa formados em tomo dos chafarizes - aonde boas partes dos escravos iam todos os dias para trazer água para as residências de seus senhores - passaram a dominar partes da cidade, e digladiar com outros, em ferozes batalhas noturnas que assustavam os moradores brancos da corte. A repressão policial desencadeada sobre *os capoeiras* foi brutal, com castigos de chibata nos pelourinhos da cidade, mas eles não pararam de se movimentar no meio urbano, se socializando com outros grupos.

¹⁷⁸ No código penal de 1890, a capoeira foi criminalizada foram previstas medidas punitivas àqueles que a praticassem. Contava em tal código: Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou inculando temor de algum mal: Pena de prisão celllular por dous a seis mezes. Paragrapho unico. E considerado circumstancia agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro. Art. 403. No caso de reincidencia, será applicada ao capoeira, no gráo maximo, a pena do art. 400. Paragrapho unico. Si for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena. Art. 404. Si nesses exercicios de capoeiragem perpetrar homicidio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor publico e particular, perturbar a ordem, a tranquilidade ou segurança pública, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas comminadas para taes crimes.

¹⁷⁹ Processo Crime 6188, Maço 464. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1899.

A partir das falas, da vítima, do réu e do inspetor de quartelão, o delegado de polícia, considerando também, o exame de corpo de delito, concluiu que, se tratava de uma ofensa leve, mas o crime precisava ser esclarecido, pois a vítima era *indivíduo de maus costumes, ébrio habitual e que havia sido preso por várias vezes nessa delegacia*. Além de direcionar a averiguação para os elementos desqualificadores que eram constantemente atribuídos aos negros o delegado afirmou ainda, que o mesmo *opôs-se tenazmente ao pagamento das despesas que fizera* e que, portanto, o ato do réu era legítimo e assim encaminhou o processo ao promotor público.

Levando em consideração a confissão, os relatos das testemunhas, o flagrante e o exame de corpo de delito realizado na vítima, o promotor público Francisco Pires de Castro avaliou que o réu era o autor do crime e solicitou que o mesmo fosse pronunciado no Art.303 do Código Penal. Algum tempo depois, o mesmo promotor pediu que o réu fosse preso, pois, o mesmo não havia pagado a fiança definitiva e solicitou ainda, que ele fosse julgado por júri local. O desfecho do caso foi surpreendente, pois o julgamento não foi realizado, o réu nada sofreu e 41 anos depois a ação penal foi prescrita, demonstrando até que

ponto ia o descaso da justiça local para com os indivíduos de pele negra.

O californiano Jorge David nasceu por volta de 1855, ainda como escravo em seu país, onde a escravidão somente foi abolida em 31 de janeiro de 1865. Nada sabemos sobre a sua chegada ao Brasil, mas podemos supor que tivesse sido comercializado por meio do tráfico ilegal de escravos, realizado entre os Estados Unidos e o Brasil, como nos aponta Leonardo Marques¹⁸⁰, ou por vontade própria após a extinção da escravidão em seu país. Estabelecido em São Carlos, ele exercia a profissão de cozinheiro e parecia enfrentar algumas dificuldades financeiras, visto não possuir o dinheiro de sua refeição. Certamente, ele tinha que lidar com todo o contexto de predileção pelos imigrantes europeus no campo das ocupações, principalmente no seu campo de atuação, que além de preferir os imigrantes também optava com maior frequência pelo emprego da mulher na cozinha. Assim, Jorge David lidava com o preconceito à sua cor, sua origem e seu gênero. Em 1907, ano do recenseamento populacional na cidade ele não foi cadastrado demonstrando mais uma vez o constante ir e vir destes sujeitos que, de acordo com Lima¹⁸¹, enfrentavam diariamente os

¹⁸⁰ Em seu artigo “Os Estados Unidos no tráfico ilegal de escravos para o Brasil” o autor destaca as formas de participação dos EUA no tráfico para o Brasil. Ele salienta que apesar do papel fundamental de alguns cidadãos norte-americanos na adoção do tráfico o mesmo permaneceu sob o controle de traficantes portugueses e brasileiros durante todo o período de sua ilegalidade os quais estabeleceram, no entanto, importantes redes de relações com os EUA para o uso de sua bandeira. Texto completo em Anais do 6º encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

¹⁸¹ Lima, Henrique de Espada. A família de Maria do Espírito Santo e Luís de Miranda Ribeiro: “agências e artes” de libertos e seus descendentes no Desterro do século XIX. In: Lima, Regina Xavier (org). Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise. Alameda: São Paulo, 2012.

limites e as possibilidades na tentativa de darem sentidos reais as suas liberdades.

Em 1900¹⁸², o negro João Antonio Correa, recorreu à justiça local para denunciar Benedito Carlos Nunes, o qual havia lhe atingido, motivado por ciúmes, com dois tiros de garrucha. O crime ocorreu nas proximidades do Matadouro, que ficava localizado na Vila Pureza. O pardo João Antonio Correa Leite era natural de Guaratinguetá - SP tinha 27 anos de idade, era casado, morava em residência localizada na Rua Visconde de Inhaúma, sabia ler e escrever e trabalhava na Companhia Paulista de Estrada de Ferro, a qual foi inaugurada em São Carlos do Pinhal em 1884¹⁸³. O emprego de negros no trabalho ferroviário não era comum na cidade, pois analisando o recenseamento populacional de 1907, que registrou uma população negra urbana composta de 1.328 indivíduos, identificamos 15 homens trabalhando na estrada de ferro, ou seja, 1,12% do total. Além do baixo número, os negros que conseguiam empregar-se tinham que lidar diariamente com o preconceito dos empregados brancos. De acordo com os Senhores Gustavo e Marcelo, negros que trabalharam na estrada de ferro local e que foram entrevistados por Lania Ferreira, os trabalhos mais pesados ficavam

para os negros que eram lenheiros, baldeadores, guarda-trens, carregadores, manobristas e os trabalhos “limpos” e “leves” ficavam para os brancos. Além das diferenças nas ocupações eles relataram que enfrentavam diariamente o preconceito dos outros empregados que os vendo sujos por conta do trabalho mal os cumprimentavam¹⁸⁴.

Voltando ao conflito, temos que João Correa que foi ferido gravemente de acordo com o laudo expedido pelos peritos, disse ao delegado local que no dia 16 de novembro, por volta das oito horas da noite mais ou menos, ele estava na casa de Nicolau Frei, quando recebeu um recado de Ana Justina de Oliveira, amante do réu, para que se dirigisse a casa de Manoel Ferraz na Rua do Carvalho. Ao receber o recado, ele então, seguiu até o endereço referido e encontrou com Ana.

Estando a conversar com Ana Justina num dos quartos da casa referida sobre as desordens promovidas por Benedito Carlos Nunes em casa dela, apareceu na porta o tal Benedito, o qual adentrou no quarto e com o declarante travou uma briga. Em seguida surgiu um dos filhos de Ana Justina mais dois praças de polícia e quando Benedito os viu tratou de fugir. Percebendo que não podia ir longe por conta de suas roupas

¹⁸² Processo Crime nº 3323, Maço 209. Ano de 1909. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

¹⁸³ Vale destacar, que a implantação do sistema ferroviário no município de São Carlos resultou do empenho dos fazendeiros e dirigentes locais e essencialmente da mão-de-obra escrava, pois, os próprios fazendeiros envolvidos no projeto direcionaram parte de seus escravos para a construção do sistema ferroviário na cidade.

¹⁸⁴ Ferreira, Lania Stefanoni. Racismo na família ferroviária: brancos e negros na Companhia Paulista em São Carlos. Dissertação de Mestrado. São Carlos: UFSCar, 2004.

rasgadas, o declarante foi até a casa de seu irmão Virgílio e próximo a ela estava Benedito que ao vê-lo aproximou-se dizendo que era por ele que estava esperando e lhe deu um tiro. João em resposta também atirou contra Benedito que correu sem ser ferido.¹⁸⁵

O acusado pelos disparos na vítima foi o pardo Benedito Carlos Nunes de 40 anos de idade, natural de Rio Claro - SP, solteiro, que sabia ler e escrever e trabalhava na cidade como negociante ambulante. O exercício do comércio ambulante foi em muitas cidades do país a única alternativa de renda para os negros que encontraram na informalidade uma maneira de garantir o seu sustento. As disputas pela comercialização de produtos nos espaços urbanos marcaram grande parte dos conflitos nos espaços urbanos como nos apontou Sidney Chalhoub¹⁸⁶. Benedito, no entanto, não se envolveu no conflito por conta de disputas no campo de trabalho e sim por ciúmes de sua amante Ana Justina de Oliveira, com a qual vivia amasiado há oito anos. Ele afirmou que já desconfiava de Ana Justina há um tempo, pois, a mesma havia lhe dito que, *por ser sua amante não queria certas convivências em sua casa*¹⁸⁷. Na fala de Ana Justina, podemos perceber o

anseio pela manutenção da autonomia pelas mulheres que optavam por viver longe das formalidades nupciais. Benedito, no entanto, afirmou o contrário:

No dia do ocorrido acordei cedo e quis ir até o quintal, porém fui alertado por Anna para não ir, a qual usou um motivo frívolo. Em seguida fui para o Matadouro, mas, devido as minhas desconfianças, decidi voltar e acabei encontrando João Correa em minha casa a conversar com minha amante, diante disso, parti para cima dele e começamos a brigar e depois de cinco minutos Antônio saiu correndo. Em seguida fui procurar por Anna e não a encontrei¹⁸⁸.

O conflito, no entanto, não parou por aí, pois alguns dias depois, o acusado disse que ao passar pela casa de Manoel, na Rua do Carvalho, viu Anna Justina conversando com Antônio Correa e indignado com as risadas que ouviu entrou na casa de Manoel e seguiu para o quarto onde estavam. Lá se deparou com sua amante, Antônio Correa e o irmão dele João Correa, o qual lhe agrediu com doze cacetadas. A briga só terminou com a chegada da polícia que fez Benedito evadir-se do local. Não satisfeito, ele seguiu para o Matadouro e

¹⁸⁵ Processo Crime nº 3323, Maço 209. Ano de 1900. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

¹⁸⁶ Chalhoub, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3ª ed. Campinas, SP: EdUNICAMP, 2012.

¹⁸⁷ Processo Crime nº 3323, Maço 209. Ano de 1900. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

¹⁸⁸ Processo Crime nº 3323, Maço 209. Ano de 1900. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

lá se armou de faca e garrucha e voltou para a cidade para se vingar de Antonio Correa. *Quando eu estava há umas trinta braçadas, da Rua Boa Vista, recebi um tiro e perguntei quem era e ninguém respondeu, então disparei um tiro com minha garrucha e somente no dia seguinte fui saber que havia acertado Antonio Correa*¹⁸⁹. Diante dos fatos e falas das testemunhas¹⁹⁰, o promotor público municipal, Leopoldo Prado, alegou que *apesar de o acusado ter agido na tentativa de zelar por sua amante* era preciso que o mesmo fosse preso preventivamente para a realização do julgamento o qual contou com um corpo de jurado composto majoritariamente por fazendeiros e políticos locais, dentre eles, membros da família Arruda Botelho, inclusive o Conde do Pinhal.

Analisando todas as circunstâncias do ocorrido e também toda a conjuntura social vigente, que primava pela defesa do homem

dando a ele sempre o direito de “lavar sua honra”, o júri avaliou que apesar de o réu ter cometido o crime, o mesmo tinha agido em legítima defesa e que apenas havia respondido às acusações recebidas, usando os meios mais adequados para isso. Considerando tais prerrogativas o juiz absolveu o réu e solicitou que fosse dada baixa em sua culpa.

O réu assim como Ana Justina, deram continuidade às suas vidas, carregando, provavelmente cada um, o peso pelo ato cometido, o qual certamente foi redobrado à Ana, por ela ser mulher. Observamos ao longo do processo que ela nem sequer foi ouvida pelo delegado, pelo júri e pelo juiz, demonstrando que seus atos, e a sua versão sobre os fatos, em nada importavam, pois, a questão principal era garantir que o réu Benedito tivesse sua honra lavada. O que aconteceu com Benedito e Ana Justina depois de encerrado o processo? Nada pudemos averiguar sobre as suas

¹⁸⁹ Processo Crime nº 3323, Maço 209. Ano de 1900. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

¹⁹⁰ 1- Martinho Francisco, 31 anos de idade, natural de Pernambuco, solteiro, desinfetador, residente nesta cidade, sabendo ler e escrever. Sobre o fato disse ter ouvido do pai do ofendido que o acusado, amante de Ana Justina, vulgo Ana doce, pegou João e ela em trajes menores, sentados na cama conversando. Enfurecido partiu pra cima da vítima. Foi travada uma luta entre eles que findou apenas com a chegada da polícia. Porém, ambos encontraram-se próximo ao Matadouro e lá dispararam tiros de garrucha, sendo ferido Antonio. 2- Manoel Ferraz de Camargo, 75 anos de idade, natural de Campinas deste Estado, casado, negociante ambulante, residente nesta cidade, sabendo ler e escrever. Sobre o fato disse que na sexta-feira estava Ana Doce em sua casa conversando com o pardo João quando apareceu o pardo Benedito e que este partiu para cima de Antonio travando-se entre eles uma luta que terminou apenas com a chegada da polícia. Soube por ouvir dizer que nesta mesma noite Benedito ofendeu Antonio com um tiro de garrucha. 3- Arthur Meneghini, de 20 anos de idade, natural da Itália, solteiro, condutor de carne verde, residente nesta cidade, sabendo ler e escrever. Sobre o fato disse que ouviu falar no Matadouro que Benedito deu um tiro com garrucha em João Correa e que é verdade que Benedito, dias antes foi até a sua casa pegar uma garrucha e uma faca que lá havia guardado. 4- Gabriel Monteiro de Pinho, de 38 anos de idade, natural de Belém de Descalvado deste Estado, casado, lavrador, residente nesta cidade e sabendo ler e escrever. Sobre o fato disse que ouviu dos envolvidos que na noite de sexta-feira dia 16 do corrente mês, estava Antonio conversando com Ana Justina amante de Benedito na casa de Manoel e que o mesmo Benedito ao presenciar tal conversa partiu pra cima de João iniciando com ele uma luta que só terminou com a chegada da polícia. Na mesma noite ambos se encontraram nas proximidades do Matadouro e trocaram tiros de garrucha saindo ferido Antonio Correa.

trajetórias, pois eles, não foram encontrados no Recenseamento Populacional de 1907 e não tiveram registrados seus óbitos na cidade, sugerindo assim, que eles deram um novo rumo às suas vidas. A vítima, no entanto, permaneceu na cidade e foi descrito no recenseamento como João Antonio Correa Leite, de cor preta, casado, com 36 anos de idade, alfabetizado. Ele ainda trabalhava na Companhia Paulista de Estradas de Ferro, morava na região central e era proprietário do imóvel onde residia, indicando que mesmo diante de tantas adversidades sociais, políticas, econômicas e culturais, os negros conseguiam se estabelecer, elaborando e reelaborando estratégias de acordo com as suas possibilidades.

O próximo conflito registrado na cidade, ainda no ano de 1901, foi mais um exemplo do descaso que a sociedade e os dirigentes locais tinham com a mulher negra. Na tarde do dia 27 de maio, Anacleta já havia terminado seus afazeres domésticos, quando decidiu visitar seu amigo Irineu Sampaio que morava na Rua São Carlos. O que Anacleta não imaginava era que seu passeio terminaria em tragédia, cometida pelo irmão de Irineu. A vítima que após a agressão, recorreu à delegacia local no intuito de fazer justiça, declarou ao delegado que tinha 35 anos de idade, era viúva, natural de Minas Gerais, não sabia ler nem escrever e residia na Rua Jesuíno de Arruda. Sobre a agressão sofrida ela contou:

Hoje de manhã fui a casa de Irineu Sampaio na Rua São Carlos com o intuito de visitá-lo e lá encontrei o irmão dele Januário que há tempos me persegue com a intenção de comigo amasiar-se. Eu estava conversando com Irineu quando se aproximou Januário e com ares de zangado e me falou pra mais uma vez para ir morar com ele. Eu respondi positivamente que não queria morar com ele ao que ele prontamente respondeu com uma agressão de facão. Feito isso, Januário arrumou a sua roupa em uma trouxa e fugiu.¹⁹¹

No exame de Corpo de delito, realizado em Anacleta, pelos peritos Antonio Xavier Gomes e Joaquim Rodrigues de Siqueira foi constatado que se tratava de uma *parda de 35 anos de idade, de constituição forte e que apresentava um ferimento na cabeça causado por instrumento cortante*. As testemunhas ouvidas, que moravam próximo à casa do agressor na Rua São Carlos, confirmaram terem visto Anacleta ferida. Joaquim Luís de Moraes¹⁹² declarou ter visto Anacleta passar por ele ferida e que mais tarde soube que o ferimento havia sido feito por Januário irmão de Irineu. Barbiero Marcelino¹⁹³, também disse que viu passar em frente à sua casa Anacleta toda ensanguentada. Barbiero foi mais fundo em seu depoimento e tentou justificar o ato de Januário quando relatou que o fato *era resultado de uma bebedeira na casa de Irineu no final da Rua São*

¹⁹¹ Processo Crime 4078, Caixa nº294, São Carlos, 1901. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

¹⁹² Brasileiro, 45 anos de idade, natural de Pirassununga, casado, negociante e residente na Rua São Carlos, sabendo ler e escrever.

¹⁹³ Italiano, 35 anos de idade, casado, negociante na Rua São Carlos, nº4, sabendo ler e escrever.

*Carlos*¹⁹⁴. A testemunha afirmou ainda que depois do fato Irineu e Januário fugiram, não sabendo nenhum dos vizinhos para onde eles foram. Na fala de Barbiero fica evidente o quanto os conflitos envolvendo negros eram justificados a título de um mau comportamento desenvolvido por estes sujeitos. Percebemos assim, que a política nacional de desqualificação dos negros e pobres ganhavam adeptos até mesmo no interior paulista¹⁹⁵.

A testemunha Manoel Zeferino Cardoso¹⁹⁶ contou que soube, por seus filhos menores, que havia sido ferida nas proximidades de sua moradia, na casa de Irineu, uma mulher preta. E que o tal Irineu tinha vendido sua casa a Marcelino Barbeiro no mesmo dia e seguido para lugar incerto. A italiana Izabela Lavezzo¹⁹⁷ contou ter visto uma mulher preta¹⁹⁸ toda ensanguentada passar em frente de sua casa e que a indagou sobre o ocorrido ao que a preta teria respondido ter sido Januário o responsável pelos ferimentos. Disse ainda à italiana que depois desse fato, Irineu vendeu a casa e fugiu, não sabendo ela pra onde.

O desfecho da história já nos parece

comum e não foi diferente para Anacleta. Apesar de o réu ter sido condenado à prisão celular por 12 meses e 15 dias na cadeia pública do município a prisão não aconteceu porque o mesmo estava foragido desde o dia do ocorrido fazendo com que o crime cometido contra a negra Anacleta caísse no esquecimento. Ela, no entanto, tocou sua vida e permaneceu em São Carlos do Pinhal por toda a sua trajetória. Na cidade, empregou-se como cozinheira, atividade majoritariamente exercida pelas mulheres negras desde a vigência do período escravista e que se manteve no pós-abolição, como nos sugere Marcondes¹⁹⁹, que abordou o cotidiano urbano em São Paulo no Século XIX e destacou o quanto os afazeres domésticos das casas dos senhores estavam sob a responsabilidade dos negros e das negras escravizados. Anacleta não permaneceu no mesmo endereço residencial, mudando-se da Rua Jesuíno de Arruda para o bairro Vila Pureza, motivada a nosso ver pelo desejo de sentir-se acolhida no bairro que concentrava o maior número de negros da cidade e onde certamente poderia estabelecer

¹⁹⁴ Processo Crime nº4078, Caixa nº294, São Carlos, 1901. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

¹⁹⁵ Sobre a tentativa de desqualificar os negros, pobres, mendigos e vadios ver Walter Fraga Filho. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. Apesar deste autor se debruçar sobre a Bahia ele faz uma discussão sobre a política nacional de desqualificação social dos indesejáveis em prol de uma sociedade moderna, embelezada e europeizada.

¹⁹⁶ Italiano, 35 anos de idade, casado, quitandeiro, residente na Rua São Carlos, não sabendo ler nem escrever.

¹⁹⁷ Italiana, 45 anos de idade, viúva, residente na Rua São Carlos, não sabendo ler nem escrever.

¹⁹⁸ A referência ao homem e a mulher negros representava a invisibilidade com que estes sujeitos eram tratados, pois, as testemunhas, dificilmente se referiam a eles pelos respectivos nomes. Foi comum encontrar nos processos referenciais como aquele preto, aquela preta, um homem preto, uma mulher preta, tirando destes atores qualquer significação individual.

¹⁹⁹ Moura, Carlos Eugênio Marcondes de. *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo: Ateliê Editorial: Fundação Editora da Unesp: Imprensa Oficial do Estado, Secretária de Estado da Cultura, 1998.

relações sócias mais sólidas, como nos aponta Regina Xavier Freire²⁰⁰. Anacleta manteve-se viúva até o fim de sua vida e ao que tudo indica, não teve filhos. Ela faleceu em São Carlos no dia 18 de maio de 1917, e sua morte não teve causa declarada. Em seu atestado de óbito foi descrita como viúva, de cor preta, 60 anos de idade, de serviços domésticos. Anacleta faleceu em sua casa na Rua da Palma, nº1²⁰¹.

No mês de setembro, ainda no ano de 1901, mais um conflito registrado na cidade demonstrou a invisibilidade da sociedade local para com homens e mulheres negros. Desta vez o conflito aconteceu entre o negro Manoel e Valério Calixto, ambos ligados a negra América, que ocupará como veremos adiante, lugar de destaque no processo. Manoel Ignácio tinha 40 anos de idade, era natural de Santana, Estado da Bahia, não sabia ler nem escrever, trabalhava em serviços de roça na fazenda de José Augusto de Oliveira Salles e era casado com Alta Eufrosina de Abreu de 21 anos de idade, natural do

município de Belém de Descalvado, analfabeta e filha de América. Sobre o réu, nada pudemos recolher, a não ser o fato de ser uma pessoa de *gênio mau* e ser amasiado com América. Ao que parece, todos moravam na mesma casa no bairro Vila Izabel, que pertencia à negra América. O convívio plurifamiliar, que possibilitava uma grande trama de solidariedade ao mesmo tempo propiciava a ocorrência de conflitos internos como o que motivou o espancamento do negro Manoel por Calixto que inconformado com o casamento dele com sua enteada não o aceitava na família.

Manoel que foi ferido gravemente não pôde detalhar o ocorrido ao delegado que recolheu seu depoimento na Santa Casa de Misericórdia de São Carlos²⁰², mas conseguir dizer que passou a ser alvo da raiva de Valério Calixto desde que havia se casado com sua enteada e que, por tal motivo, fora covardemente atacado pelas costas por Calixto *na estrada que vai da cidade para a Vila Izabel*. Apesar do breve depoimento da vítima o

²⁰⁰ Em sua dissertação de Mestrado intitulada Histórias e vida de Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX, Regina analisa a trajetória de alguns ex-escravos destacando as estratégias de sobrevivência usada por estes sujeitos face o caráter seletivo da sociedade burguesa. Ela aponta que buscar fixar-se espacialmente nas regiões ocupadas por outros negros era uma constante destas estratégias. Para mais detalhes ver: Xavier, Regina Célia Freire. Histórias e vidas de libertos em Campinas na segunda metade do século XIX. Dissertação de Mestrado. Campinas, 1993.

²⁰¹ Anacleta Maria da Conceição, atestado de óbito. São Carlos, 1917. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

²⁰² A Santa Casa de Misericórdia de São Carlos, fundada em 1893, foi idealizada pela elite local, composta majoritariamente por fazendeiros, os quais fizeram da caridade a bandeira para a realização do espaço, porém, é importante salientar, que atrelado aos anseios caridosos estava também o desejo de afastar os doentes do convívio social, os colocando longe da região central. No almanaque álbum de São Carlos do Pinhal de 1894, encontramos registrada a satisfação da elite local com a escolha do espaço destinado a construção da Santa Casa, na qual destacavam que a distância entre o espaço destinado para a implantação do edifício e a região central era fundamental para que as moléstias ficassem assim apartadas da sociedade. Vale lembrar, que esta região ficava na Vila Pureza, bairro pobre, sem qualquer tipo de infraestrutura e que contava com um número elevado de negros que ali residiam. Em suma, podemos avaliar que esta estratégia representava o desejo da sociedade local em apartar doentes, negros e morféticos, tendo em vista que o Lazareto também foi instalado neste bairro fazendo deste, o espaço dos indesejáveis.

delegado pode contar com os ricos e detalhados depoimentos das testemunhas que contaram suas versões sobre o fato e destacaram em suas falas a participação dos pretos envolvidos. O negro Felício Antonio dos Santos²⁰³ contou ao delegado que estava em sua casa no domingo já deitado, quando ouviu bater na janela e foi averiguar o que estava acontecendo:

Quando fui atender *vi que era uma preta, cujo nome ignoro*²⁰⁴, mas sei que mora na Vila Izabel e que vem cozinhar na cidade, pois passa na porta de minha casa todos os dias acompanhada da preta de nome Justa, cozinheira de Totó Leite. Ela me pediu salmoura para curar seu genro que estava ferido, pois tinham dado nele. Dei a salmoura e uma caixa de fósforos e neste momento ela me pediu para acompanhá-la, pois estava com medo de ir sozinha e então eu a acompanhei até onde faz encruzilhada da estrada da Vila Izabel com a colônia e ai ela encontrou com um preto que disse ser seu filho e com ele seguiu e eu voltei para casa²⁰⁵.

A preta que se dirigiu a casa de Felício em busca de ajuda e que ele ignorava o nome era América Alves de Abreu, sogra da vítima e amasiada do agressor. América tinha 40 anos de idade, era natural de Tietê-SP, morava na Vila Izabel, não sabia ler nem escrever, apesar de

viúva, mantinha relações amorosas estáveis com Valério Calixto e trabalhava como cozinheira para Thiago Masagão. Como já vimos em casos anteriores, América era arrimo de família e, portanto, responsável pelo sustento de seus filhos. Sua condição como mulher, negra e viúva, fazia com que ela, assim como a maioria das mulheres negras no pós-abolição, se submetesse à longa e exaustiva jornada de trabalho e provavelmente com um salário muito menor em comparação ao salário oferecido à mulher branca neste período. Ao relatar o fato ao delegado, América deixou registrado na história local, elementos importantes que vislumbram o cotidiano da mulher pobre e negra, destacando, entre outros, sua jornada de trabalho e sua relação com seus pares. Assim, disse ela:

No domingo sai de minha casa na Vila Izabel por volta das 6 horas da manhã para ir trabalhar, deixando em casa meu amásio Valerio Calixto, onde também moram meus filhos e filhas, uma das quais é casada com Manoel Ignácio. No mesmo dia sai da casa de meu patrão Thiago Masagão as sete e tantas da noite e segui para casa na Vila Izabel e no caminho, próximo ao Campo, no fim da chácara do Osório encontrei caído meu genro Manoel Ignácio muito machucado. Perguntei a ele quem havia feito isso e ele me respondeu que tinha sido Valerio, também conhecido como Valeriano. Dali, segui até a casa do preto Felício, empregado de José Osório

²⁰³ Brasileiro, natural de São José dos Campos-RJ, 43 anos de idade, casado, trabalhador, residente na Rua São Carlos, não sabendo ler nem escrever.

²⁰⁴ Grifo nosso.

²⁰⁵ Processo Crime nº6199, Caixa nº464. São Carlos, 1901. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

e pedi uma salmoura para curar os ferimentos, mas ali voltando percebi que os ferimentos eram muito graves e resolvi levar Manoel a botica e fui ajudada por meu filho Dario que ali apareceu na ocasião, pois estava estranhando minha demora, para chegar em casa. Eu não vi o conflito, mas sei que foi Valerio, que mora em minha companhia, pois ele se encontra desaparecido desde o ocorrido e não voltou mais em casa onde se acham seus pertences²⁰⁶.

Em seu relato América afirmou trabalhar fora e agregar em sua casa os filhos e parentes, como o genro Manoel e seu amásio Valerio. Em todos os relatos ela foi referenciada como uma mulher preta, cozinheira de Thiago Masagão e moradora da Vila Izabel. Seu nome, quase sempre ignorado não parecia ser importante diante das prerrogativas citadas. Tanto Felício, que já conhecemos e o jovem Joaquim Candido Nogueira²⁰⁷, ambos negros, identificaram América somente com os elementos acima descritos. Sobre o fato contou Joaquim ao delegado que:

No dia 8, por volta das 8 horas da noite sai da farmácia de Totó Leite onde sou empregado com destino ao espetáculo de cavalinhas, lá estando,

depois de 20 minutos encontrei com o italiano José Pulitano, oficial de barbeiro, residente no largo Santa Cruz que me contou que minutos depois que sai da farmácia chegou lá um homem com o nariz cortado e bastante ferido, contou que este homem era de cor preta e estava acompanhado por uma mulher, também de cor preta, moradora da Vila Izabel. (...) Mais tarde soube que a preta que estava com o ferido era cozinheira de Thiago Masagão e se chamava América²⁰⁸.

Na mesma conjuntura estavam os depoimentos de José Pulitano²⁰⁹ e Joaquim Maria Lisboa²¹⁰. O primeiro relatou que ao passar em frente da farmácia de Totó Leite na Rua São Carlos esquina com a Rua General Osório, *viu lá um homem de cor preta, ferido e com ele uma mulher também preta que reconheceu, ele depoente, ser a cozinheira de Thiago Masagão*. O segundo, o farmacêutico que atendeu a vítima, contou que no dia 08 por volta das 08h30min da noite apareceu na farmácia *uma preta, cozinheira de Thiago Masagão, moradora da Vila Izabel conduzindo um preto ferido, estava acompanhada de mais um preto seu filho*²¹¹.

No decorrer do processo, num jogo dialético, a figura central da vítima foi cedendo espaço cada vez maior para a cozinheira América

²⁰⁶ Processo Crime nº6199, Caixa nº464. São Carlos, 1901. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

²⁰⁷ Brasileiro, 22 anos de idade, natural de São Batista do Rio Verde-SP, solteiro, alfabetizado, empregado na farmácia de Totó Leite, patrão de sua mãe, e residente na Rua São Carlos, nº59.

²⁰⁸ Processo Crime nº6199, Caixa nº464. São Carlos, 1901. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

²⁰⁹ Italiano, 15 anos de idade, solteiro, oficial de barbeiro, residente na Rua São Carlos, nº39, sabendo ler e escrever.

²¹⁰ Brasileiro, 34 anos de idade, natural de São João de Rio Claro-SP, solteiro, farmacêutico, residente na Rua São Carlos esquina com a Rua General Osório desta cidade, sabendo ler e escrever,

²¹¹ Processo Crime nº6199, Caixa nº464. São Carlos, 1901. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

que acabou se tornando a protagonista da história. Para nós, esse destaque resultou da atuação intensa de América no socorro prestado à vítima, mesmo depois de um longo dia de trabalho, por ser amásia do agressor, sogra da vítima, chefe de seu lar e a cozinheira do importante empregado público Thiago Masagão²¹². As relações estabelecidas entre patrão e empregado no pós-abolição, foram marcadas pela invisibilidade e o distanciamento social, como podemos perceber no depoimento de Thiago Masagão que ao se referir à América a descreveu como, a *sua cozinheira que morava na Vila Izabel*, demonstrando assim, o distanciamento físico e social estabelecido entre eles.

O caso de agressão a Manoel foi encerrado, sem grandes diferenças em comparação aos processos já analisados. O réu que estava foragido desde o início da investigação assim permaneceu, o que não impediu, no entanto, que sua sentença fosse determinada pelo juiz local que o condenou a *prisão e livramento*. O fato, porém, foi que o processo nos revelou outro detalhe, pois apesar de ser determinada a prisão do réu não encontramos referências a sua real efetivação e quarenta anos depois, ou seja, em 1941, sem maiores esclarecimentos o processo foi arquivado. Passados seis anos, Manoel não mais se encontrava em São Carlos do Pinhal, ao contrário de América, que em 1907, com 50 anos de idade, se encontrava casada, ao que tudo indica, com o preto Pedro José dos Santos, de 42 anos de idade, brasileiro, camarada e proprietário. Ambos moravam na Vila

Izabel, provavelmente na casa que era inicialmente de América. No recenseamento ela não declarou ocupação o que nos leva a suspeitar que ela não mais estivesse empregada na casa de Thiago Masagão trabalhando como cozinheira. Assim, podemos levantar duas hipóteses, ou ela não mais trabalhava fora de casa e se dedicava somente à família ou trabalhava em outras residências na total e completa informalidade, comportamento comum, adotado por muitas mulheres negras e pobres no pós-abolição diante da conjuntura capitalista e excludente que se estabelecia.

No ano seguinte, em 1902, foi registrado apenas um conflito envolvendo negros no município de São Carlos do Pinhal e o mesmo foi motivado por rixa entre o praça de polícia Salvador e o pedreiro Benedito. Já passava das dez horas da noite, do dia 09 de janeiro, quando o negro Benedicto Ventura João de Andrade agrediu o praça de polícia Salvador Victorio, também negro, em um restaurante localizado na Rua do Mercado. De acordo com algumas testemunhas, o restaurante era de um indivíduo de cor preta e estava movimentado no momento do conflito. A vítima, Salvador Victorio, de 35 anos de idade, natural do Piauí, viúvo, praça de polícia que não sabia ler nem escrever, declarou que no dia do conflito ao deixar o trabalho se dirigiu ao restaurante de um preto *cujo nome não sabia*. Chegando lá, encontrou diversos paisanos de cor preta e um deles, armado de um cacete, o esperou numa esquina e lhe deu várias cacetadas,

²¹² Brasileiro, natural de São Carlos do Pinhal, 26 anos de idade, casado, empregado público, sabendo ler e escrever.

sem saber ele o motivo das agressões recebidas. Salvador foi descrito pelos peritos como um preto robusto e pelo delegado como, *um individuo de um metro e sessenta e seis centímetros de altura, cor preta, cabelo carapinhado, bigode preto, barba feita, sinais de bexiga no nariz*²¹³. O agressor era o negro Benedicto Ventura João de Andrade que declarou ter 30 anos de idade, ser natural de Pirapora-SP, viúvo, pedreiro, residir na Rua Jesuíno de Arruda, nº30 e não saber ler nem escrever. Sobre o conflito contou ao delegado que:

No dia 09 de janeiro às 14h00 foi até a venda de Dionizio Pão Chinês e lá encontrou um soldado moreno que lhe ofereceu pinga e ele recusou se retirando logo em seguida. Ao anoitecer foi ao restaurante de Isidoro de Tal lá encontrou o dito soldado acompanhado de outro soldado e outras pessoas todos jogando. Ele declarante esteve nesse lugar por algum tempo e retirou-se cumprimentando todos e seguiu para a casa de sua família na Rua Visconde de Inhaúma onde esteve por algum tempo retirando-se depois para a sua casa. Declara que ao passar pela Rua que atravessa a Rua do Mercado e que vai ter na Estação e que ele não sabe o nome, encontrou com o mesmo soldado moreno que lhe mandou fazer alto e lhe segurou pela gola do paletó e lhe deu voz de prisão e uns socos, ao que respondeu, com cacetadas no referido soldado munido de um cacete de

cor amarela que no momento trazia consigo. Os dois caíram no chão e nesse momento o soldado que estava desarmado e a passeio tirou do bolso da blusa um canivete e feriu Ventura levemente. Disse ainda que ao levantar todo ensanguentado devido aos ferimentos produzidos nele declarante o soldado o acompanhou até certa distância²¹⁴

Benedito, ao que tudo indica, costumava frequentar bares e restaurantes e tinha uma vida boêmia, assim como muitos homens desse período, porém, como Benedito era negro, seu comportamento tinha outra conotação, e era associado à desordem, embriaguez e vadiagem²¹⁵. Uma das testemunhas²¹⁶ destacou ser o réu um indivíduo *viciado e desordeiro*, e, portanto, dado a intrigas e desordens e justificou o ato do agressor por estar ele embriagado e logo em seguida, apontou que a vítima também estava embriagada, ou seja, dois negros brigando só poderia ser resultado do estado de embriagues de ambos. Benedito Ventura, apesar de seu estado civil de viuvez tinha relações estáveis com duas mulheres. Uma delas era a lavadeira Francisca de Paula, que dizia ser amasiada com Benedito há seis anos, tinha 30 anos de idade, era natural de Santos-SP, residia na Rua Jesuíno de Arruda e não sabia ler nem escrever. Ela contou que no dia do conflito, estava ela em sua casa, por volta

²¹³ Processo Crime nº3322, caixa nº209. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1902.

²¹⁴ Processo Crime nº3322, caixa nº209. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1902.

²¹⁵ O objetivo da sociedade e do Estado, no pós-abolição, conforme vem sendo demonstrado no decorrer do capítulo, era desqualificar o negro social e moralmente como nos apontaram diversos autores, Walter Fraga, Wlamyra Albuquerque, Sidnei Chalhoub, Regina Telles, João José Reis, Flávio Gomes, Regina Xavier, Hebe Mattos, entre outros.

²¹⁶ Manoel João Bernardo, 35 anos de idade, natural de Piracicaba, solteiro, trabalhador, residente em São Carlos do Pinhal e analfabeto.

das 23h00 quando entrou Benedicto Ventura e lhe disse: *Acabo de dar num soldado por conta de uma mulher no restaurante de Isidoro Mariano*²¹⁷. *A outra mulher que tinha relações mais próximas com Ventura era Martha Maria da Conceição, de 25 anos de idade, natural de Faxina-SP, viúva, residente na Rua Uruguaiana, nº01, analfabeta e sem ocupação declarada. Martha parecia ter um comportamento semelhante ao de Ventura, pois o acompanhava em bares e nas bebidas. Em seu depoimento ela contou que:*

No dia 9 a noite, dirigiu-se ao restaurante de Isidoro em companhia de Ventura com quem vive há seis meses. No restaurante encontraram muitas pessoas, dentre elas um soldado. Ventura mandou vir uma pinga que bebeu com ela depoente. Na casa de Isidoro estava um rapaz de nome Alfredo que sabe ter bastante amizade com Ventura e que tinha contado a este soldado que Benedicto Ventura era bastante desordeiro. O soldado então interpelou Ventura perguntando se ele de fato era desordeiro ao que respondeu Ventura que não e trocou palavras ásperas com o soldado. Ela viu que aquilo podia virar uma discussão e convidou Ventura para irem embora. Ao que ele aceitou. Saíram os dois embriagados e seguiram para a casa dela depoente. Lá foi deixada por ele que saiu logo em seguida. Quando acordou viu Ventura deitado ao seu lado o qual lhe contou que havia batido em alguém na noite passada e que ela acredita ser o soldado, que ela sabe que é

baiano, de cor morena e se diz viúvo²¹⁸.

A fama de desordeiro conferida a Benedito Ventura encontrava vários adeptos, dentre eles, o dono do restaurante onde se deu o conflito que disse conhecer Ventura há mais de um ano e saber que se tratava de *individuo desordeiro*. O brasileiro Egydio Mariano tinha 26 anos de idade, era solteiro e possuía um restaurante em sua casa na Rua do Mercado, nº12. Ele, que de acordo com outras testemunhas também era negro, contou em seu depoimento que:

Estavam todos conversando em seu restaurante quando lá chegou o praça de nome Salvador Victorio um pouco embriagado, e depois de passar algum tempo pediu para que lhe arrumassem um cômodo para dormir. Logo em seguida, chegaram também Benedicto Ventura e Martha que tomou parte na prosa entretida por Salvador e outros. Salvador depois de tomar uns ovos foi deitar-se e que passada umas duas ou três horas estava ele depoente entretido com outros a jogar bisca e de repente veio da rua o mesmo Salvador todo machucado dizendo que tinham lhe dado na rua²¹⁹.

Sobre o fato, a vítima contou a Theodoro Francisco da Rocha²²⁰, seu companheiro de trabalho, que havia sido agredido próximo à Rua do Mercado perto de uma pilha de tijolos, mas não tinha visto

²¹⁷ Processo Crime nº3322, Caixa nº209. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1902.

²¹⁸ Processo Crime nº3322, Caixa nº209. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1902.

²¹⁹ Processo Crime nº3322, Caixa nº209. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1902.

²²⁰ Brasileiro, 33 anos de idade, viúvo e praça do destacamento em São Carlos do Pinhal.

quem havia lhe ofendido e somente que viu perto da pilha de tijolos *um preto de bigode grande*. A outro companheiro de trabalho, o praça Antonio Jeronymo da Silva²²¹, a vítima contou o seguinte:

Ao sair do restaurante de Egídio na Rua do Mercado, viu na sarjeta um homem de cor preta que ao ser abordado por Salvador o agrediu com cacetadas fazendo o cair. Assim que caiu Salvador apitou e seu agressor fugiu. Em seguida o ofendido dirigiu-se novamente para o restaurante e de lá seguiu acompanhado de duas pessoas à delegacia, pessoas estas que o deixaram próximo ao local²²².

Em meio a idas e vindas, o processo contra Ventura ganhou vários pareceres, primeiramente ele foi apontado como o autor dos ferimentos, em seguida sua culpabilidade passou a ser questionada para, por fim, ser ele colocado em liberdade, pois não havia sido o responsável, de acordo com o júri, pelos ferimentos causados em Salvador. As testemunhas, que apontaram que o réu era culpado não compartilharam a mesma informação dada pelo réu que afirmou não ter sido o agressor de Salvador, *que não o conhece, afirmou ter dado uma cacetada em um soldado, mas não em Salvador*. Várias hipóteses podem ser levantadas, dentre elas, a de que

Benedito era realmente inocente e que por apresentar as características físicas do agressor de Salvador foi indiciado sem ter de fato praticado o crime. Nessa disputa, pareceu-nos que a justiça local tratou o caso com desdém, pois, apesar de a vítima compor o quadro de praças de polícia da cidade, ele também era negro e, vale lembrar, como sugere Flávio Gomes²²³, que negros considerados vadios, sem ocupação eram recrutados para formar tropas e milícias, portanto, não fazia diferença culpar ou inocentar o agressor, pois o crime ocorrido estava alocado na esfera étnica e lá poderia ser resolvido não sendo preciso intervenção do poder local. Benedito Ventura, assim como tantos outros homens negros no pós-abolição parecia ter um comportamento despachado, não ser submisso a regras e gozava como ninguém sua liberdade. Ele que teria nascido por volta de 1872, um ano após a promulgação da Lei do Ventre Livre, já era livre no período escravista apesar de sabermos bem, que essa liberdade não significava ser livre realmente, pois o negro tinha sempre que prestar contas às autoridades sobre sua presença nos locais públicos o que demonstrava claramente que o espaço público, apesar do nome, não estava disponível para todos. Seus enfrentamentos

²²¹ Brasileiro, 34 anos de idade, solteiro, praça do destacamento em São Carlos do Pinhal.

²²² Processo Crime nº3322, Caixa nº209. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1902.

²²³ Gomes, Flávio et al. *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2ª edição, 2006.

sociais certamente foram muitos, o que fazia com que estivesse sempre de sobre aviso e prevenido contra a qualquer tipo de injustiça pessoal. Esse comportamento defensivo era considerado desordeiro. E como nos aponta Flávio Gomes²²⁴ *desde o período escravista os cativos eram flagrados nas ruas e acusados de desordens*. Essas incessantes buscas pelos desordeiros, fazia com que a justiça estivesse atenta a qualquer tipo de manifestação negra, fosse ela cultural, religiosa ou comportamental.

Assim como outros atores descritos nesta pesquisa, nada sabemos sobre a vinda de Benedito Ventura, ao contrário de Salvador, que para a cidade foi destacado como praça de polícia. Sem poder afirmar nada sobre a sua chegada podemos constatar, porém, que ele vivia em São Carlos do Pinhal no pós-abolição, possuía moradia fixa e trabalhava como pedreiro, empregando-se na informalidade. Em 1907, cinco anos depois do fato ocorrido. Ele ainda estava na cidade, declarava-se viúvo, exercia a ocupação de pedreiro e havia alcançado o status de alfabetizado, demonstrando assim, que não estava voltado apenas a desordens como tentaram sugerir algumas testemunhas. Não

podemos apontar até quando ele permaneceu na cidade, pois seu óbito não foi registrado no município. Sobre Salvador, nada foi encontrado, o que nos sugere que ele foi destacado como praça de polícia para outra cidade.

No ano de 1903, mais um conflito ocasionado por rixa, marcou as relações, que nem sempre eram de solidariedade²²⁵, entre negros no município. O desentendimento teria começado com uma briga entre vizinhos e acabará sendo resolvida no âmbito familiar, pois a vítima, o negro Benedito Manoel da Silva, alegava ser pai do réu, enquanto o negro José Anacleto da Silva, como veremos no decorrer do caso, negava a paternidade de Benedito.

O fato aconteceu no dia 11 de outubro de 1903 por volta das oito horas da manhã, quando o réu munido de um cacete entrou na luta travada entre seu pai Benedito e Antonio Carlos, ambos moradores na Rua Treza de Maio. A vítima chamava-se Benedicto Manoel da Silva, tinha 51 anos de idade, era natural do Estado da Bahia, casado, sabia assinar o nome, exercia a profissão de pedreiro e residia na Rua Treze de Maio, em um imóvel de sua propriedade onde também locava alguns espaços. Ele contou ao delegado que:

²²⁴ Gomes, Flávio et al. *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda. 2 edição, 2006.

²²⁵ Flávio Gomes em “Cidades Negras” destaca o número elevado de conflitos entre negros, apontando que as relações sociais estabelecidas entre eles não ficava apenas no campo da solidariedade. De acordo com nosso ponto de vista, essa presença de conflitos entre negros, que no caso de São Carlos do Pinhal se aproxima do número de conflitos existentes entre brancos e negros, desmistifica o estigma de “coitado” comumente conferido ao negro. Pelo contrário, como sujeitos ativos e protagonistas de suas histórias, eles estabeleciam sim, conflitos entre si.

Um dia passeando por seu quintal viu que havia sido cortado um pedaço do capim, e então se reportou à sua inquilina Esmera e lhe disse que não permitia que mais ninguém cortasse mais capim porque ele estava trabalhando no sítio e não podia olhar o seu capinzal²²⁶.

Após a conversa com Esmera, Benedito se retirou e foi abordado por seu vizinho Antonio Carlos, o qual alegou que o pedaço de capim cortado não estava no terreno de Benedito e sim no seu, e sem chegar a um consenso sobre a posição do capim nos lotes²²⁷, eles então, partiram para agressões físicas e só terminaram, quando foram apartados, pelo filho de Benedito, o negro José Anacleto da Silva, o qual, segundo a vítima, *aproveitou o ensejo e desfechou-lhe duas fortes cacetadas*²²⁸.

O acusado era o filho de Benedito, o negro José Anacleto da Silva, de 32 anos de idade, casado, natural de Campinas, alfabetizado e assim como seu pai, exercia a profissão de pedreiro e residia na Rua Treze de Maio. Sem fazer referências a Benedito como pai ele contou a sua versão sobre o fato:

Hoje por volta das oito horas da manhã, estava ele

na porta da rua de sua casa, quando viu seu vizinho Benedito discutir com um indivíduo, os quais se travaram em luta corporal. Que ele declarante não querendo servir de testemunha entrou para a sua casa e fechou-se. Que, entretanto, quando estava dentro de sua casa ouviu uns gritos “acudam”. O declarante saiu e viu que Benedito e o referido indivíduo rolavam pelo chão, foi então, que ele declarante foi acudir a briga para evitar qualquer delito. Quando foi apartar a briga Benedito veio para cima dele declarante e o agarrou e ele tentou se soltar, sem sucesso serviu-se de uma bengala e lhe deu uma pequena bengalada, para poder se livrar, mesmo contra a sua vontade²²⁹.

Benedito que exercia a profissão de pedreiro também empregava alguns indivíduos, dentre eles, João Ernesto da Silva²³⁰, o qual, além de falar sobre o fato, afirmou também, que a vítima era pai do réu e viu quando o mesmo proferiu as cacetadas em Benedito. Raquel de Lima²³¹, que morava a um quarteirão de distância da casa da vítima, também disse ter visto Benedito lutar com Antonio Carlos e ser agredido posteriormente por Anacleto, que lhe deu duas cacetadas, afirmando ainda que *o réu há tempos tem rixa com seu pai e que até já apontou*

²²⁶ Processo Crime nº3080, Caixa nº210, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1903.

²²⁷ Esse desconhecimento sobre a demarcação regular dos lotes demonstra a informalidade das ocupações, que não tinham limites muito bem definidos.

²²⁸ Processo Crime nº3080, Caixa nº210, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1903.

²²⁹ Processo Crime nº3080, Caixa nº210, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1903.

²³⁰ Brasileiro, 21 anos de idade, solteiro, jornalista (servente de pedreiro), não sabendo ler nem escrever, residente nos subúrbios de São Carlos do Pinhal.

²³¹ Brasileira, 38 anos de idade, casada, não sabendo ler nem escrever, doméstica e residente em São Carlos do Pinhal.

uma garrucha para ele. Outro vizinho da vítima, o senhor Raphael Rosa de Toledo²³² também orientou seu depoimento na mesma direção e afirmou que no dia do ocorrido:

Estava ele depoente na porta de sua casa quando viu Benedicto questionar com um preto e que neste momento viu o acusado saltar uma cerca com um porrete na mão e dirigir-se ao lugar em que Benedicto estava brigando com o aludido preto. Tempos depois viu João Anacleto sair correndo sem chapéu para a rua e que sabe por ouvir dizer que foi João que espancou Benedicto²³³.

Apesar dos depoimentos dos vizinhos, o réu negou ter ferido Benedicto propositalmente, e afirmou que não era filho da vítima e sim de Diogo Paula Souza e de Anacleta Santana da Silva, e para confirmar sua declaração anexou ao processo o documento da Parochia da Imaculada Conceição de Campinas onde constava:

Certifico que revendo o livro 1 de batismo de ingênuos desta parochia, neste encontrei na folha 9 o assento seguinte: três de março de 1872 na matriz da Conceição de Campinas o reverendo (...) a João nascido em sete de fevereiro, livre da lei, filho de Diogo e Anacleta escravos do Senhora Roza Maria de Jesus Paula. Foram padrinhos (...) e Nossa Senhora da Conceição²³⁴.

O réu, de acordo com tal documento, foi beneficiado pela lei do Ventre Livre de 1871 em Campinas, e era filho dos escravos Diogo e Anacleto. Não podemos afirmar, por qual motivo Benedito alegava que João Anacleto era seu filho, mas podemos levantar algumas suspeitas, dentre as quais, a de que, mesmo livre Anacleto foi comercializado, dando indícios das fraudes e burlamentos que a lei sofria ou ainda, que Benedito pudesse ter sido amigo e companheiro dos escravos Diogo e Anacleto, os quais teriam oferecido seu filho aos cuidados de Benedito, ou ainda que o mesmo Benedito pudesse ter assumido a guarda do menino diante de uma possível morte dos pais dele. Poderíamos ficar aqui divagando sobre todas as possibilidades que atrelaram o destino de Anacleto ao de Benedito, porém vamos nos deter, no fato de que mesmo que Benedito tivesse assumido cuidar de Anacleto, o mesmo não o reconhecia como pai e tinha uma relação conflituosa com ele, o que nos leva a suspeitar que Anacleto não nutrisse bons sentimentos pelo dito “pai” talvez por ter sido separado, contra sua vontade, da presença de seus pais biológicos. Teria sido o negro Benedito, um homem que mantinha escravos e libertos sob seu controle na vigência do sistema escravista, comportamento bem frequente,

²³² Brasileiro, 40 anos de idade, casado, natural deste Estado, não sabendo ler nem escrever.

²³³ Processo Crime nº3080, Caixa nº210, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1903.

²³⁴ Processo Crime nº3080, Caixa nº210, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1903.

adotado por libertos, como nos sugere João José Reis²³⁵, ou seria mesmo, Anacleto filho natural de Benedito como alegou este em seu depoimento? Não teremos a resposta aqui, mas podemos afirmar que a relação estabelecida entre eles não era de respeito e solidariedade.

Mesmo diante das declarações das testemunhas que apontaram para a acusação de Anacleto, ele acabou sendo absolvido, pois o júri considerou que o réu, apesar de ter praticado o delito, tinha agido em legítima defesa e com a intenção de evitar mal maior. Quatro anos depois, Benedito e Anacleto ainda estavam na cidade e moravam na região central, sendo Benedito proprietário do imóvel onde residia e Anacleto, provavelmente inquilino de alguém, pois não era proprietário de imóvel no município²³⁶. Ambos eram casados, alfabetizados e ainda exerciam a ocupação de pedreiros. Nada sabemos sobre os desdobramentos desta rixa, o fato é que Anacleto não encerrou a sua vida na cidade, ao contrário de Benedito, que faleceu em São Carlos do Pinhal no dia 31 de dezembro de 1920, acometido por uma *arterio sclerose*, aos 76 anos de idade em sua casa na Rua Treze de Maio, nº12 e foi descrito

em seu atestado de óbito, como um indivíduo *de cor preta, casado, pedreiro e brasileiro*²³⁷.

Em 1905, uma rixa entre dois meninos negros foi registrada no município e evidenciou o lugar destinado à criança negra no pós-abolição. João Claudino tinha apenas 11 anos de idade e já trabalhava nos serviços domésticos para uma família abastada que morava na Rua Quinze de Novembro. Dentre as suas atividades estavam os cuidados com a casa e as crianças da família. Em troca recebia roupas, moradia e alimentação, demonstrando que muitos aspectos relacionados ao trabalho escravo se mantiveram depois da abolição, como nos sugere Maria Helena Machado²³⁸, que destaca o quanto a transição do trabalho escravo para o livre foi gradual, pois o objetivo dos proprietários não era proporcionar trabalho livre para os negros e sim trabalho tutelado.

Ao prestar suas declarações sobre o ocorrido, João Claudino disse ter 11 anos de idade, ser solteiro, ocupar-se nos costumes domésticos na casa nº06 na Rua Quinze de Novembro onde também residia. Natural de São Carlos do Pinhal, ele era filho de Teresa de Tal e Claudino de Tal (já falecido). Sobre seus pais, não encontramos

²³⁵ Reis, João José. Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

²³⁶ A distância entre o número de ordem em que cada um ocupa no censo de 1907 indica que apesar de ambos morarem na região central eles não eram mais vizinhos.

²³⁷ Benedicto Manoel da Silva, atestado de óbito. São Carlos, 1920. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

²³⁸ Machado, Maria Helena P. T. Aula 1 proferida na disciplina “A abolição da escravidão e a construção dos conceitos de liberdade, raça e tutela nas Américas. São Paulo, 2012.

indícios certos de que tivessem trabalhado como escravos na cidade e sim algumas suposições. Seu pai poderia ser o escravo Claudino arrolado entre os bens do Visconde da Cunha Bueno²³⁹, onde foi descrito como preto, 52 anos de idade, casado, natural de São Paulo e de serviços de roça. Tereza, no entanto, não apareceu no mesmo inventário, mas pode ter sido, uma dentre as tantas outras Terezas que foram arroladas nos outros inventários. Se fossem casados em 1887, ambos moravam e eram escravos de senhores distintos, demonstrando que os negros ultrapassavam os limites espaciais estabelecidos. De qualquer maneira, João Claudino estava aos cuidados de sua patroa²⁴⁰, talvez porque sua mãe Tereza, viúva em 1905, acreditasse que fosse melhor para ele. A condição social e econômica do menor João pode ser percebida na fala de Rubem de Almeida²⁴¹ que ao se referir à vítima disse que *se tratava de um pobre rapaz, sem pai e que para comer e vestir-se tem andado empregado sempre*. Ao detalhar sua versão sobre o ocorrido, ele deixou transparecer importantes aspectos do cotidiano de seu trabalho, dentre eles os cuidados com a criança de colo da família e ainda sua obrigação

em servir, tarde da noite, às ordens da patroa, tendo que sair para fazer compras. Vejamos o que deixou registrado o pequeno João:

Há tempos achando-se nos portões da casa de seu patrão em companhia de mais dois meninos de sua idade, achando-se ele declarante carregando no colo uma criança de meses quando passou a cavalo Manoel seu ofensor, filho de Manoel Affonso da Rocha, vulgo Manoel Pedreiro. Manoel Filho trazia garrafas de leite para vender e um dos dois meninos que estavam com ele, atirou uma pedrinha no cavalo do indiciado acontecendo de acertar uma garrafa de leite e quebrá-la. Manoelzinho enfurecido desceu do cavalo e atribuiu o fato a ele declarante prometendo vingar-se mesmo diante dos protestos do declarante. Ontem a noite saiu na Rua, mandado por sua patroa e ao passar na Rua do Carvalho em frente à casa de João de Almeida, Manoelzinho o agrediu com um canivete²⁴².

A declaração de João, que teria apenas testemunhado os outros meninos atirarem as pedras, não foi suficiente para que o menino Manoel acreditasse nele, certamente por ser João, o empregado, o negro, e por tais motivos,

²³⁹ Francisco da Cunha Bueno foi político e importante fazendeiro de café em São Carlos do Pinhal e região. Dentre outras propriedades, foi o dono, em sociedade com seu genro Alfredo Ellis, da fazenda Santa Eudóxia localizada na Sesmaria do Quilombo no município, a qual ocupava sempre a primeira posição em produção de café nos dados estatísticos do município. Sobre a sua biografia ver: Ellis JR, Alfredo. Tenente Coronel da Cunha Bueno. Linográfica Editora, 1960.

²⁴⁰ Em nenhum momento do processo os nomes dos patrões de Claudino foram citados, evidenciando o tipo de relação que se estabelecia entre a vítima e a família para quem ele trabalhava.

²⁴¹ Rubem de Almeida, com dez anos de idade, aluno do Grupo Escolar, filho de João Almeida, residente na Rua do Carvalho nº46 em São Carlos do Pinhal.

²⁴² Processo Crime nº3461, Caixa nº260, São Carlos do Pinhal. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1905.

sempre o suspeito. Manoel que era pardo, ou seja, também negro, trabalhava como vendedor de leite e era filho de Manoel Affonso da Rocha, proprietário e pedreiro no município. Ao se qualificar à justiça o réu disse que *vivia com o pai e sabia ler e escrever mal*.

Após o conflito o primeiro a ver João ferido foi o sapateiro Ermelindo Antonio de Sá²⁴³, que declarou que *estava em sua casa situada na Rua e Largo de São Sebastião número 15, quando viu passar um negrinho chorando, de dez anos de idade mais ou menos*²⁴⁴. Contou ainda que, ao questionar o menino sobre o fato o mesmo teria lhe dito que havia sido ferido com canivete por um vendedor de leite, filho de Manoel Affonso da Rocha que após o ferir se escondeu na casa de João Almeida. Ele então acompanhou João até a casa de Almeida e lá realmente encontrou Manoelzinho que afirmou ter cometido o crime. Em seguida ele conduziu o menor à polícia para prestar queixa das ofensas recebidas.

As testemunhas do processo foram contundentes com relação aos comportamentos díspares dos envolvidos. Todos afirmaram que a vítima era um menino bom e não costumava brigar, enquanto o agressor era dado a brigas. O menino Rubem, já citado acima, afirmou em seu

depoimento que *João era muito bom amigo, que nunca o viu em brigas com os camaradas e que o conhece há muito tempo*. Porém, com relação a Manoel disse ser *realmente perverso e metido a valentão, que sempre brigava com os amigos e lhe causavam terror e que até mesmo nele já ameaçou bater*. João Batista de Almeida²⁴⁵, também afirmou em seu depoimento que *há tempos conhecia ambos e o que João tem de bom, Manoel tem de perverso, sendo tido como o valentão dos meninos de sua idade*. O senhor Annibal Francisco Caldas²⁴⁶, diretor do Grupo Escolar em que Manoel estudava, também afirmou ter o agressor *pésimo comportamento e que o mesmo já sofreu diversas punições regulamentares*. Disse também que *Manoel devido ao grau de seu desenvolvimento intelectual é capaz de avaliar a maldade de seus atos*²⁴⁷. Levando em consideração todos os depoimentos e a idade dos envolvidos o curador do réu, o Sr. Joaquim Pinheiro Paranaguá, solicitou um exame para avaliar a capacidade mental do ofensor para investigar se ele tinha consciência do ato que havia cometido. O mais interessante foi a descrição que os peritos Deolindo Galvão e Antonio Xavier Gomes fizeram do menor Manoel, vejamos:

Trata-se de um menor, brasileiro, com onze anos de idade, cor parda, residente nesta cidade, e que

²⁴³ Brasileiro, 38 anos de idade, solteiro, natural do Estado da Bahia, residente na Rua e Largo de São Sebastião em São Carlos do Pinhal.

²⁴⁴ Processo Crime nº3461, Caixa nº260, São Carlos do Pinhal. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1905.

²⁴⁵ Brasileiro, 9 anos de idade, solteiro, natural de São Carlos do Pinhal, filho de João Almeida, aluno do Grupo Escolar, residente na Rua do Carvalho, nº46.

²⁴⁶ Brasileiro, 35 anos de idade, natural de São Paulo, casado, diretor do Grupo Escolar em São Carlos do Pinhal onde reside.

²⁴⁷ Processo Crime nº3461, Caixa nº260, São Carlos do Pinhal. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1905.

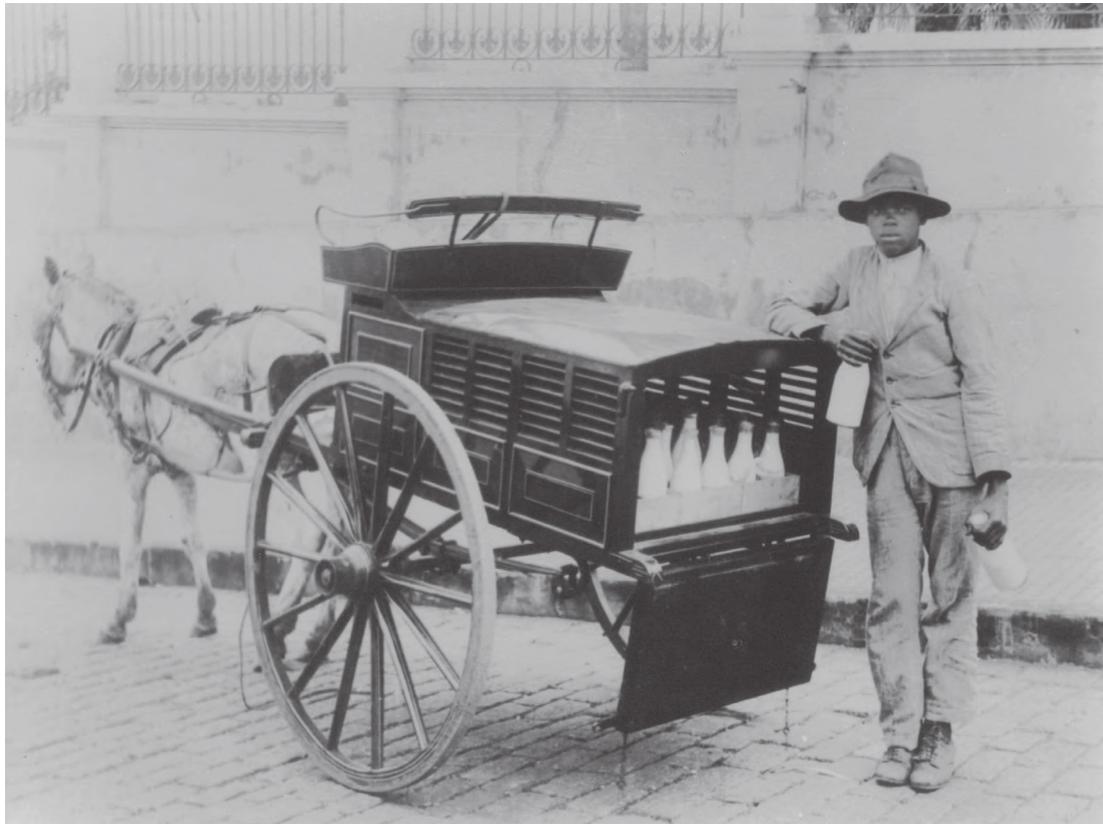


Figura 3: Menino negro, vendedor de leite. Sem data.

desconhecida a corrente hereditária do menor explicasse o fato de o mesmo em tão tenra idade ter praticado um crime e que na hipótese de tê-lo sobrecarregado de degeneradores ou epiléticos, seria um equivalente mórbido que limitaram assim todo o seu exame na pessoa do ofensor. Este é uma criança de organização fraca e lymphática e psicologicamente de inteligência pouco desenvolvida. Desconhece por absoluto, falta, talvez, de reflexo social que lhe dirija os passos, a importância do ato que praticou. O que verificaram devido ao interrogatório que o sujeitaram. Declararam que se fisicamente não possui os sintomas de (...) moralmente, no entanto sentiram falha de elemento moral de educação. Em conclusão, alegaram os peritos que o menor não agiu com discernimento no ato que praticou²⁴⁸.

Ao alegar que a constituição física, moral e educacional contribuíram para que o pardo Manoel praticasse o crime, os peritos acabaram reconstituindo os princípios das correntes científicas europeias que relacionavam o mau comportamento do indivíduo a sua *inferiorização racial*. E sobre os pardos o peso da discriminação era ainda maior, pois, resultado dos relacionamentos inter-raciais, eles não passavam de seres degenerados. Segundo a historiadora Keila Grimberg²⁴⁹, essas teorias europeias foram bebidas por cientistas americanos e brasileiros que passaram a legitimar a escravidão por meio da inferiorização da raça. Assim, diante da

análise dos peritos, observamos que essa corrente científica se manteve efervescente no pós-abolição, com o objetivo de legitimar, o descaso da sociedade e Estado para com os recém-libertos. Imbuindo-se dessa visão e angariando outros elementos explicativos para a degeneração do pardo Manoel, o juiz Octaviano Vieira alegou que o mau comportamento do agressor era resultado da *combinação de sua condição social, do gênero de vida e do meio em que vivia* e assim considerou imprópria a acusação e determinou que Manoel fosse absolvido e entregue a seu pai, que recebeu a recomendação expressa de zelar por ele e bem cuidar de sua educação, de acordo com sua situação econômica²⁵⁰.

Algumas considerações podem ser feitas diante do caso em que o “pretinho” João foi agredido pelo “mau menino pardo” Manoel. Primeiro, que ambos eram vítimas da exclusão social, cultural e racial do período em que viviam, traziam na cor de sua pele características que os tornariam sempre alvos de suspeitas, acusações, “olhares tortos”. O nome de João, assim como em todos os processos que vimos até o momento era antecipado pela cor de sua pele, todas as testemunhas viram: *um pretinho correr, um pretinho ensanguentado, um pretinho chorar, um pretinho empregado da vizinha, um pretinho bom que não costumava brigar*. Manoel, no entanto, por ser pardo, teve sua cor ignorada pelas testemunhas, porém os peritos fizeram questão de relacioná-la,

²⁴⁸ Processo Crime nº3461, Caixa nº260, São Carlos do Pinhal. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1905.

²⁴⁹ Grimberg, Keila. <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/em-tempo/o-racismo-de-louis-agassiz>, 2009.

²⁵⁰ Processo Crime nº3461, Caixa nº260, São Carlos do Pinhal. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1905.

simbolicamente, ao seu mau comportamento. Ou seja, não havia escapatória, se fosse preto era ignorado e despersonalizado e, se fosse pardo, apto à degeneração. Neste momento, vários questionamentos nos incomodam, dentre eles: se fosse um caso de briga entre menores brancos, teria chegado à justiça? Por mais que consideremos que João poderia recorrer à Justiça, que prerrogativas reais foram usadas para resolver o caso de agressão que o menor recebeu? João, no decorrer do processo, simplesmente desapareceu e o agressor tornou-se o alvo da justiça que buscou desqualificá-lo social e moralmente. Mas teria sido assim, se o agressor fosse branco? Diante deste contexto social, político e cultural podemos responder categoricamente, que não! Se o agressor fosse branco ele teria sido absolvido por ser menor, por ter sido o fato coisa de criança. Mas, um conflito entre dois negros, que trabalhavam fora, tinha certamente que ser resolvido dessa forma, pois era necessário educar os envolvidos para que desde cedo reconhecessem o lugar social disponível a eles. Assim, fica nítido, a cada conflito analisado, que a sociedade local, seguindo um panorama nacional e internacional, não estava predisposta em tolerar os negros, fossem eles, adultos ou crianças.

Dois anos após o conflito, em 1907, a vítima João Claudino não mais estava no município, o que nos leva a suspeitar que tenha

deixado à cidade, motivado por inúmeros fatores, dos quais podemos sugerir a constante violência a que estavam submetidas às crianças negras no pós-abolição, empregadas nos serviços domésticos nas residências das famílias brancas, como nos sugere Aline Mendes Soares ao analisar os conflitos envolvendo crianças negras no Rio de Janeiro no pós-abolição:

As crianças que fugiam das residências de seus patrões ou de seus tutores eram, em sua maioria, por motivos de maus tratos relacionados a espancamento, falta de comida, abuso sexual, ameaça de morte, cárcere privado e outras péssimas formas de tratamento²⁵¹.

Nada encontramos sobre o destino de João Claudino, ao contrário do réu, que com 13 anos de idade, foi registrado como sendo alfabetizado, mulato e sem ocupação declarada, o que nos leva a suspeitar que não mais exercesse a ocupação de vendedor de leite, pois seu pai, que era pedreiro em 1905, foi registrado em 1907, como industrial, podendo certamente oferecer condições econômicas melhores para sua família que era composta por 11 membros, sendo pai, esposa e 09 filhos, dos quais 04 eram mulheres e 05 homens. A família do preto Manoel²⁵², que era proprietária do imóvel em que residia, morava no centro da cidade e apesar de toda conjuntura

²⁵¹ Soares, Aline Mendes. "Precisa-se de um pequeno": negociação, conflito e estratégia de vida da mão-de-obra infantil negra no pós-abolição no Rio de Janeiro (1888-1927). In: Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil / Martha Abreu e Matheus Serva Pereira (orgs.). Niterói: Ppg-história-UFE, 2011.

²⁵² Manoel pai casou-se com uma mulher branca com quem teve 09 filhos, todos de cor parda e registrados como mulatos no Recenseamento Populacional de 1907.

social intolerante e excludente conseguiu driblar as adversidades e se estabelecer com dignidade econômica no município.

Em 1906, no dia 30 de Janeiro por volta das 4 horas da tarde o preto Martinho Francisco envolveu-se em uma briga com Vicente Soares, em frente à casa desse, localizada na Rua do Carvalho, nº62. Martinho teria ali se aproximado com o intuito de chamar por Benedicta, enteada de Vicente, *que era mulher da vida virada*²⁵³ e que já tivera algumas relações com Martinho, enquanto ele era solteiro. A vítima era o negro Vicente Soares, de 40 anos de idade, natural de São Luiz do Maranhão, casado, foguista e empregado de E. Johnston Companhia e residia em São Carlos. Ao contar a sua versão sobre o fato ele destacou:

Hoje, por volta das quatro horas da tarde se achava ele depoente em sua residência quando ali adentrou Martinho, mulato, procurando pela enteada do depoente de nome Benedicta que atualmente reside consigo. O depoente disse a Martinho que Benedicta não se encontrava, mas mesmo assim ele foi invadindo outros aposentos da casa procurando até mesmo embaixo das camas. Em seguida com tons ameaçadores deu muitas bofetadas em Vicente e não satisfeito lhe feriu com uma faca no lado esquerdo do peito, depois subjugou o declarante deitando-o por terra e evadiu-se. Disse também que há muito tempo Martinho ameaça matar o declarante por achar que ele se opunha que o réu tivesse relações ilícitas

com Benedicta. O que não é verdade porque Benedicta é mulher da vida virada. Que sabe que Martinho teve relação com Benedicta que o deixou, ignorando ele, no entanto, o motivo²⁵⁴.

O réu Martinho Francisco tinha 37 anos de idade, era casado, brasileiro, jornalista/lavrador, filho legítimo de José da Silva e Ignacia Conceição, natural de Pernambuco e sabia ler e escrever. Ele foi descrito no auto de qualificação como um indivíduo de *cor mulata, de constituição robusta, olhos pretos, cabelos ondulados e pretos, bigode e barba feita e 1m54cm de altura*²⁵⁵. Na versão de Martinho sobre o ocorrido podemos perceber vários elementos de seu cotidiano, como a sua popularidade nos botequins da cidade, o seu gosto pelo consumo de bebidas fortes como aguardente e *Fernet* e ainda seu gosto pelos jogos de azar. Destacamos que as preferências de Martinho se enquadravam nos comportamentos que eram proibidos e desqualificados pela lei que buscava cercar e controlar o negro. Martinho, porém, parecia não se importar muito com tais proibições e fazia o que realmente queria, sendo dono de si e de seus atos. O seu gosto pela liberdade e a sua percepção por seus direitos ficaram claros em sua declaração, onde além de narrar seu trajeto contou que foi insultado e atacado por Vicente e que apenas respondeu as agressões recebidas.

²⁵³ Processo Crime nº6019, Caixa nº447, São Carlos do Pinhal. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1906.

²⁵⁴ Processo Crime nº6019, Caixa nº447, São Carlos do Pinhal. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1906.

²⁵⁵ Processo Crime nº6019, Caixa nº447, São Carlos do Pinhal. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1906.

No dia 30 de janeiro, por volta das 4 horas da tarde estava ele subindo a Rua São Carlos a procura de um amigo da padaria de Antonio de Tal quando encontrou no caminho com seu amigo “Barreira” e seguiram juntos até o mercadinho onde entraram e “mataram o bicho” e saíram seguindo juntos o seu itinerário até o estabelecimento de Constantino Baldi e ali tomaram novamente uma dose de aguardente com fernet. Tendo Barreira lhe convidado para tomar café em sua casa ao que ele não aceitou e seguiu caminho. Pouco adiante ele viu Vicente Soares sentado à porta de sua casa que lhe dirigiu a palavra dizendo: “oh seu bêbado sem vergonha, se tivesse vergonha não passava por aqui” ao que ele respondeu: “sem vergonha, não, sem vergonha é você porque a rua é pública”. Ao terminar estas palavras Vicente deu um pulo e agarrou, ele depoente, pelo paletó e lhe deu muitos socos querendo subjugar-lo, pois Vicente é de constituição muito mais robusta do que ele. Então para se livrar das garras de Vicente lutou com ele corpo a corpo usando dos meios que tinha ao seu alcance²⁵⁶.

Não sabemos se Martinho havia planejado uma visita à casa de Benedicta, porém ao encontrar com o português Albino Barreira da

Silva²⁵⁷ no Largo de São Sebastião quis Martinho lhe acompanhar, pedindo ao amigo que apenas esperasse a chegada do telegrama com o resultado do *jogo de bicho*. Feito isso, eles seguiram juntos pela Rua São Carlos até a venda de Constantino Baldi onde fizeram uma parada para *matarem o bicho*²⁵⁸. Barreira contou que neste momento despediu-se de Martinho que alegou que também ia embora e sugeriu que ambos continuassem o caminho juntos e foi o que fizeram. Ao chegarem à casa de Barreira encontraram com a esposa desse que se ofereceu para preparar um café e convidou Martinho, o qual recusou dizendo que seguiria para a sua casa. Minutos depois afirmou Barreira que:

Quando estava tomando o café ouviu sua mulher gritar da porta “Barreira acuda que o homem está matando *sãa* Maria”. Ao entrar na casa de Vicente e Martinho brigando. Barreira então retirou a faca do agressor e o indagou sobre o fato ao que ele respondeu com um pedido de perdão e saiu. O depoente ignora o motivo da briga²⁵⁹.

A esposa de Barreira, a são-carlense Idalina Veríssima da Silva²⁶⁰ confirmou em

²⁵⁶ Processo Crime nº6019, Caixa nº447, São Carlos do Pinhal. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1906.

²⁵⁷ Português, 39 anos de idade, casado, pedreiro, residente em S

²⁵⁸ Durante entrevistas realizadas do decorrer de nossas pesquisas, conversamos com alguns entrevistados que se referiram ao termo “matar o bicho” e o definiram como o ato de ‘parar no bar para tomar uma dose de aguardente, fernet ou qualquer outra bebida alcóolica’. Questionados sobre os significados do termo, o senhor Aparecido de Oliveira, respondeu que a dose era tão forte que podia até matar lombriga. In: Oliveira, Aparecido. Entrevista para a tese “Da senzala pra onde? Negros e negras no pós-abolição em São Carlos (1880/1910)”. São Carlos, 2012.

²⁵⁹ Processo Crime nº6019, Caixa nº447, São Carlos do Pinhal. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1906.

²⁶⁰ Brasileira, 29 anos de idade, casada, natural de São Carlos do Pinhal, de serviços domésticos, residente na Rua do Carvalho nº68, sabendo ler e escrever.

seu depoimento a versão apresentada por seu marido, porém, complementou, dizendo ter ouvido Martinho perguntar à Vicente: *quede ela, Benedicta Está ai dentro?*, confirmando assim, o depoimento da vítima Vicente Soares. O dono do botequim, o senhor Constantino Baldi²⁶¹, onde Martinho e Barreira *mataram o bicho* declarou que Martinho havia saído embriagado de seu estabelecimento e relatou que por conta das eleições muitas pessoas passaram por seu botequim, situado na Rua São Carlos, esquina com a Rua conhecida como Lazareto, e ao encontrarem com Martinho que lá estava lhe ofereciam bebidas as quais eram prontamente aceitas por Martinho que *bebeu muito ficando bem tocado*, fato este que foi confirmado pelo próprio Martinho que admitiu estar bêbado no dia do ocorrido. Fato este, inclusive, que foi usado pelo réu para justificar que não estava em seu estado normal. Somado a isso, ele alegou ter rixas com Vicente por conta de questões relacionadas a mulheres e por ter também, ele réu, se envolvido com Benedicta que inconformada com o casamento de Martinho prometeu vingar-se dele. Assim, ele enfatizou em nova declaração:

Há tempos por conta de questões antigas e de mulheres não tinha mais relação com Vicente e toda a sua família, inclusive Benedicta com quem foi amasiado até antes de seu casamento, a qual, teria ficado insatisfeita com seu casamento

e lhe prometido fazer todo o mal que estive ao seu alcance²⁶².

O fato é que por mais que o réu tentasse transferir sua culpa para a vítima ou para Benedicta, ele havia procurado por ela, ele teria adentrado na casa de Vicente para averiguar se Benedicta lá estava e não se conformando com a ausência dela teria agredido Vicente. Essa leitura também foi feita pela justiça local num primeiro momento, já que decidiram pela prisão do réu e determinaram sua fiança em 400mil Réis, a qual foi prontamente paga para que ele fosse liberado. Quase um mês depois, foi realizado o julgamento do réu e o júri avaliou que o réu havia feito o ferimento em Vicente Soares, porém, que não estava em superioridade de armas e não havia adentrado na casa do ofendido com a intenção de realizar o crime, como havia apontado a vítima. Além disso, consideraram que o réu não teve a intenção de praticar o crime, que tivera até então comportamento exemplar e que se achava em completa privação de sentido e inteligência quando cometeu o crime. E assim, considerando a avaliação do júri o juiz Octaviano da Costa Vieira determinou a absolvição de Martinho Francisco.

Diante da conclusão do processo, podemos perceber que num segundo momento as

²⁶¹ Italiano, 27 anos de idade, casado, negociante, residente em São Carlos do Pinhal, sabendo ler e escrever.

²⁶² Processo Crime nº6019, Caixa nº447, São Carlos do Pinhal. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1906.

justificativas de Martinho ganharam relevância e contribuíram para a sua absolvição. Elementos considerados desqualificadores como o consumo exagerado de álcool e a consequente privação de sentido não serviram para desqualificar o réu e acabaram por auxiliá-lo justificando seu ato. Se, considerarmos, que o réu era pardo, portanto, mais claro que a vítima, podemos perfeitamente entender o porquê de o réu ter sido favorecido, pois caso fosse preto ele certamente teria sido condenado. Karl Monsma²⁶³ ao analisar o pós-abolição em São Carlos, já fez referência aos privilégios que o pardo conseguia para si e que eram praticamente inacessíveis para o preto. Essas diferenças não significavam, no entanto, que o pardo não sofresse preconceitos e enfrentasse dificuldades e vale ressaltar que, se num primeiro momento, o pardo gozava de certos privilégios quando se envolvia em conflitos com os pretos, os mesmos não os gozava caso cometessem um ato contra um branco.

Após um ano do conflito, em 1907, Vicente Soares e Martinho Francisco não foram registrados no recenseamento populacional, nos levando a suspeitar que tenham deixado a cidade, motivados, supostamente, por condições de vidas muito mais atraentes ou pelo desejo de retornar às cidades de origem. Assim, mais um caso de mobilidade espacial somou-se aos inúmeros aqui registrados, confirmando, cada vez mais, que um dos significados da liberdade para os negros era

poder deslocar-se espacialmente, de acordo com suas vontades e necessidades.

Dando continuidade à análise em ordem cronológica dos conflitos, ocorreu em 1907 a abertura de um processo bastante elucidativo sobre o cotidiano da mulher negra no pós-abolição, mais especificamente da mulher de *vida virada ou horizontal*, como eram chamadas as prostitutas no período. Fermina Maria de Jesus tinha 20 anos de idade, era natural de São Carlos do Pinhal, filha de Symplício Antonio, residia em companhia de Emiliana e Sebastiana, na Rua Quinze de Novembro nº16 e não sabia ler nem escrever. Em seu depoimento, ela contou que o crime havia sido motivado por conta do ciúme que Alberto sentia dela e detalhou os fatos ao delegado da seguinte maneira:

Hoje por volta das 4 horas da tarde foi ela a casa de sua amiga Juventina na Rua Municipal número 1 em companhia de Emiliana Generosa do Nascimento a fim de pegar uns objetos de lavatório que lhe pertencem e que ao voltar para sua casa encontrou deitado em sua cama o mulato Alberto de Tal com quem tem tido relações e que Alberto propôs de dormirem juntos naquela noite. Alberto saiu do quarto e foi sentar-se na sala de fora. Em seguida, pediu ela declarante a sua amiga Emiliana que avisasse Alberto que ela, declarante não poderia satisfazer os desejos dele naquela noite, o que Emiliana foi dizer. Passado algum momento, Alberto entrou brusco no quarto

²⁶³ Monsma, Karl. Identidades, desigualdade e conflito: imigrantes e negros em um município do interior paulista, 1888-1914. Revista de História Unisinos janeiro/abril, 2007.

da declarante que estava se penteando e sem que ela percebesse sacou uma faca e lhe agrediu na barriga próximo a coxa direita. Ela então saiu do quarto e foi socorrida por suas amigas Emiliana e Sebastiana que em companhia de Teixeira que estava com o carro parado à frente da casa, pois iria levá-las passear, cercaram Alberto, o qual conseguiu fugir. Atribuiu o fato ao muito ciúme que Alberto tem dela declarante, pois sempre brigava com ela²⁶⁴.

Alberto de Oliveira foi denunciado e descrito pelo promotor público como *indivíduo perverso e desordeiro*²⁶⁵. Ele era de cor parda, era filho de Abel José e Maria da Conceição, tinha 22 anos de idade, era solteiro, trabalhador de roça, brasileiro, natural de São Carlos do Pinhal e sabia ler e escrever. Sobre o ocorrido ele declarou que não feriu Fermina intencionalmente, vejamos:

Estava na casa de Fermina no dia do ocorrido e por intrigas de Sebastiana e de Fermina, por questões de ciúme, teve que reprimir Fermina e quando isso fazia Fermina o abraçou e agarrou no seu pulso direito e que nessa ocasião bateram na porta e a faca que ele tinha na mão desvelou-se e feriu Fermina sem que ele pudesse obstar. Disse que ele interrogado não teve culpa e que Fermina por sua própria imprudência se feriu, por ter se abraçado e agarrado a ele interrogado²⁶⁶.

A versão dada por Antonio não foi compartilhada pelas companheiras de Firmina, as quais, sustentaram e confirmaram a versão da amiga. Emiliana Generosa²⁶⁷ por exemplo, contou que quando saíram para buscar alguns objetos de Firmina, deixaram Alberto de Tal dormindo e que o mesmo vivia amasiado com Firmina e que sentia muito ciúmes dela, sendo este o motivo do crime. Ela disse ainda que quando foi avisar Alberto de que Fermina não poderia dormir com ele naquela noite porque ia dormir com outro homem, ele teria respondido que *não fazia mal e que não se importava com isso porque Fermina não vivia a sua custa*, o que segundo Generosa, era verdade, pois Alberto não sustentava Fermina e não lhe dava dinheiro algum. O fato, porém, foi que Alberto não recebeu a notícia com bom grado e não aceitou ver Firmina arrumar-se para dar um passeio com suas companheiras de carro e foi então até o quarto de sua amante tirar satisfações e acabou ferindo-a gravemente.

A outra companheira de Emiliana e Firmina na casa da Rua Quinze de Novembro, nº16, era Sebastiana Francisca de Souza²⁶⁸, a qual contou em seu depoimento que no dia do ocorrido por volta das seis horas da tarde, suas companheiras de casa Generosa e Fermina voltavam da casa de Juventina de Tal quando

²⁶⁴ Processo Crime nº3174, Caixa nº192. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1907.

²⁶⁵ Processo Crime nº3174, Caixa nº192. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1907.

²⁶⁶ Processo Crime nº3174, Caixa nº192. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1907.

²⁶⁷ Emiliana, 23 anos de idade, casada, de costumes domésticos, residente nesta cidade, não sabendo ler nem escrever.

²⁶⁸ Brasileira, 22 anos de idade, solteira, residente nesta cidade na Rua Quinze de Novembro, nº16, não sabendo ler nem escrever.

Fermina foi agredida com faca por Alberto, indivíduo mulato, que trabalhava em serviços de rua na câmara municipal. Sebastiana disse ainda que:

Alberto chegou em casa por volta das três horas da tarde, deitou-se na cama e dormiu e que quando Fermina chegou ele a convidou para dormirem juntos ao que ela respondeu que não poderia, ele então exasperou-se e a agrediu com uma faca. Interviram nessa briga, ela depoente, Sebastiana e o cocheiro Teixeira que estava com o carro na rua na porta da casa delas, pois as levariam passear. Alberto largou Fermina e fugiu. Disse também que Alberto frequenta a casa delas há um mês mais ou menos e que vem desde então tendo relações com Fermina da qual ele sente muito ciúmes embora ela não seja sustentada por ele²⁶⁹.

A independência financeira de Fermina ficou evidente nas falas de suas companheiras que além de declarem a informação ainda a usaram como ferramenta em defesa da amiga, alegando que por não ser sustentada por Alberto este não poderia sentir-se dono dela. Além do companheirismo entre elas, havia como podemos perceber um sentimento mútuo de proteção e defesa, diante de situações adversas.

O vizinho da casa de Fermina, Emiliana e Sebastiana, o senhor Antonio Petarasso²⁷⁰ disse em seu depoimento que morava ao lado de uma casa onde *residiam várias mulheres de vida virada na qual, ouviu dizer, havia ocorrido uma briga em que foi ferida uma mulher de cor preta por Alberto, de cor mulata, sem saber, no entanto, o motivo*²⁷¹. Já o cocheiro José Teixeira de Siqueira²⁷² relatou às autoridades que no dia do corrido por volta das seis horas da tarde passava ele com seu carro pela Rua Quinze de Novembro quando a rapariga Sebastiana o chamou dizendo precisar ocupar seu carro. Diante do pedido ele então parou e desceu da boleia e entrou na casa de Sebastiana onde ali viu sentado na sala um mulato de nome Alberto que já conhecia e que frequentava a casa de Sebastiana há mais ou menos um mês por conta de *uma pretinha de nome Fermina de Tal*. Ao vê-lo entrar Alberto levantou-se bruscamente e se dirigiu a um quarto e com o ombro abriu a porta. Em seguida saiu do quarto a rapariga Fermina dizendo que se achava ferida e seguiu para o quintal e que logo atrás saiu Alberto chamando por Fermina a qual retrocedeu e abraçou Alberto com uma mão e com a outra retirou a faca dele e implorou para que ele não a matasse. Neste momento ele depoente interveio

²⁶⁹ Processo Crime nº3174, Caixa nº192. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1907.

²⁷⁰ Italiano, 40 anos de idade, casado, negociante, residente em São Carlos do Pinhal na Rua Quinze de Novembro, nº16, não sabendo ler nem escrever.

²⁷¹ Processo Crime nº3174, Caixa nº192. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1907.

²⁷² Brasileiro, 42 anos de idade, natural do Estado de Minas, viúvo, cocheiro de praça, morador em São Carlos do Pinhal, sabendo ler e escrever.

na briga e pediu a Alberto que não machucasse, Fermina. Alberto fugiu em seguida, e Fermina mostrou o ferimento na barriga e foi deitar-se. Em seguida, foram ele depoente, Fermina e Emiliana, companheira de Fermina, comunicar o fato à polícia. Sobre o motivo da briga disseram algumas companheiras de Fermina que Alberto zangou-se porque Fermina não poderia *deitar-se* com ele por se achar comprometida naquele momento.

Diante dos relatos o delegado de polícia avaliou que o crime havia sido cometido por Alberto, em nome do ciúme que ele sentia de Fermina, sua amante. Avaliou ainda ter Alberto um péssimo comportamento precedente, tido como indivíduo *desordeiro e perigoso*, o que foi confirmado por Sebastiana em seu segundo depoimento, quando disse que *Alberto por seu modo de vida aparentava ser um vadio e desocupado e que não dava dinheiro algum a sua amante e que sempre a atacava e a insultava*. O depoente Hermelino Antonio de Sá²⁷³ também disse que conhecia Alberto e que podia afirmar que ele *além de um grande vagabundo, era desordeiro, provocador, bêbado e em suma um indivíduo perigoso*. Afirmou ainda que, *nos últimos três dias, o tem visto frequentemente passeando pela cidade*²⁷⁴.

Considerando os relatos e “analisando” os fatos a justiça local pediu a denúncia do réu e solicitou que o mesmo fosse recolhido à cadeia na qual, porém, não permaneceu nem mesmo

por um dia, tendo fugido em companhia dos presos José Manoel dos Santos e Adão Carneiro. Alberto de Oliveira foi encontrado somente no ano de 1911 na cidade de Taquaritinga tendo dado entrada na cadeia daquela cidade. Quando foi realizado seu julgamento em dezembro de 1911 o júri definiu que o réu não tinha produzido o ferimento em Fermina e que a mesma não havia ficado impossibilitada de trabalhar por mais de trinta dias. Salientou que o crime não foi produzido por motivo frívolo, que o réu não cometeu o crime com superioridade em sexo, nem de força, nem de armas e assim, de acordo com a decisão do júri, o juiz Octaviano Costa absolveu o réu da acusação e ordenou que fosse expedido alvará de soltura a seu favor.

O desfecho desse caso nos traz um novo elemento para análise, a questão de gênero. Elemento fundamental e norteador para a conclusão do caso de Fermina, pois, tendo sido provada a culpabilidade de Alberto, o seu ato foi legitimado pela justiça local, por ser a vítima, a nosso ver, uma mulher, a qual além de ser do sexo feminino, desprovido de qualquer tipo de direito, era ainda negra e prostituta, ou seja, *uma mulher de vida virada, uma horizontal, uma desviada* e que deveria estar sempre disponível aos anseios dos homens. As suas vontades, escolhas, anseios e decisões não eram minimamente respeitados e nesta conjuntura foram poucas às que conseguiram se colocar para além dessa marginalização e se

²⁷³ Brasileiro, 39 anos de idade, solteiro, sapateiro, natural do Estado da Bahia, residente em São Carlos do Pinhal.

²⁷⁴ Processo Crime nº3174, Caixa nº192. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1907.

estabelecer socialmente. Mesmo assim, muitas “Ferminas” lançaram na justiça um pedido de socorro e mesmo ligadas emocionalmente a estes homens, deixaram registradas as suas lutas.

Porém, vale salientar que, por mais que Fermina fosse uma mulher independente e audaz, por exercer uma ocupação proibida por lei, ela parecia depender emocionalmente de Alberto, uma vez que, de acordo com algumas testemunhas, ela acabava se calando diante dos insultos, injúrias e ataques de ciúmes do mesmo. A dependência emocional era certamente um dos grandes obstáculos enfrentados pela mulher em geral, especialmente a mulher negra no pós-abolição, que ligada emocionalmente a um companheiro, acabava muitas vezes se tornando arrimo de família, tendo que buscar extensas jornadas de trabalho condições físicas e emocionais para lidar com os anseios dos patrões e de seus companheiros. Estes homens, conforme relatado em grande parte das entrevistas que realizamos nesta pesquisa, eram homens rígidos, calados e algumas vezes violentos.

Para onde seguiu Fermina não podemos afirmar, o que temos, é que ela no mesmo ano em que foi ferida por Alberto, em 1907, deixou a cidade de São Carlos do Pinhal, pois não foi registrada no Recenseamento local. Para trás Fermina deixou um processo inacabado, pois o réu estava foragido neste ano impossibilitando o desfecho do mesmo, as companheiras de trabalho

e o prostíbulo. Podemos considerar que ela tenha partido junto a seu pai, pois ele também não foi registrado no censo. Os motivos da migração podem ser inúmeros e abarcar desde a vergonha familiar pela ocupação exercida por Fermina até o desejo de outras oportunidades de trabalho para ela e seu pai.

As rixas entre os indivíduos que optaram por viver no espaço urbano no pós-abolição parecem ter sido uma constante, fossem elas motivadas por opiniões divergentes, assuntos mal resolvidos ou disputas variadas lá estavam elas tematizando os processos de investigação da justiça local. Ainda no ano de 1907, no dia 30 de dezembro o negro Heitor Rodrigues da Silva que fora até a igreja matriz localizada na Rua São Carlos em frente ao Jardim Público, para participar das festividades de final de ano que lá se realizavam, se envolveu numa discussão com Sabino Gaspar. De acordo com algumas testemunhas, o conflito fora iniciado por Sabino que teria ficado injuriado pelo negro Heitor ter lhe pisado nos pés, demonstrando assim, que era sujeito intolerante e certamente, preconceituoso, pois teria ele reagido assim, caso fosse de cor branca o sujeito que lhe pisou nos pés? O fato é que, Heitor, não aceitou as provocações recebidas, e assim como muitos indivíduos no pós-abolição²⁷⁵, reagiu ferindo a vítima com uma faca.

O réu Heitor Rodrigues da Silva tinha 24 anos de idade, era brasileiro, natural de Monte-Mor - SP, filho legítimo de Manoel

²⁷⁵ Sugerimos que o uso da arma pelo negro também fosse uma afirmação de sua liberdade, já que, no período escravista, este certamente, sofreria punições, caso fosse encontrado usando armas. Além de um sinal representativo de seu permanente estado de defesa, a arma seria então, objeto material de representação da liberdade.

Rodrigues da Silva e Liberafina Augusta da Silva, era solteiro, empregado do comércio, morava na Rua General Osório esquina com a Rua São Carlos, nº26 e sabia ler e escrever. Ele foi descrito com um indivíduo de *cor mulata, cabelo ondulado, pequeno bigode, barba feita, estatura pequena, voz pausada e baixa, olhos pretos e bons dentes*²⁷⁶. Heitor ao detalhar o fato destacou que:

No dia do ocorrido por volta das seis horas da tarde estava ele na porta da igreja matriz andando calmamente quando esbarrou em Sabino, o qual lhe disse que não era aleijado ao que ele respondeu que também não era. Mesmo Heitor lhe pedindo desculpas Sabino o convidou para brigar. Em seguida, foi ele ao Jardim Público e lá encontrou novamente com Sabino e lhe perguntou se ele ainda estava zangado e neste momento ambos se exaltaram, trocaram muitos insultos e começaram a brigar, porém foram segurados por pessoas que lá estavam. Sabino se soltou e deu um pontapé nele ao que ele revidou e enfurecido conseguiu se soltar e deu uma facada em Sabino. Disse que conhece Sabino de vista e que nada tem contra ele a não ser uma vez em que atendeu o pai de Sabino na venda de Raphael Coimbra e se negou a lhe vender fiado, estando à vítima em companhia dele²⁷⁷.

Por mais que não fique evidente nas falas, o fato de Heitor ter negado vender fiado a Sabino e seu pai, certamente motivou a rixa entre eles,

pois Sabino frisou em seu depoimento que apesar de ignorar o nome do réu sabia que ele trabalhava na Loja de Vicente, demonstrando que a feição de Heitor ficara guardada para Sabino. A vítima foi descrita como um indivíduo de cor branca, de 25 anos de idade, casado, pedreiro, residente na Rua Alexandrina nº64. Sobre o fato ele contou que:

Estava no pátio da igreja matriz por volta das 6 horas e 30 minutos da tarde e por conta do aglomerado de pessoas acabou pisando num pé de um moço que ele conhece de vista e que trabalha na loja de Vicente, mas que ignora o nome e que este mesmo moço o segurou pelo braço ao que ele disse: “patricio eu não sou bêbado, nem louco, porque me segura?”. Após o leve desatendimento Sabino seguiu para o jardim público e depois de passar pelo coreto de música próximo ao botequim foi alcançado por seu ofensor e com ele discutiu. Apesar de ter visto que Heitor estava armado, ele alegou que não conseguiu evitar que recebesse dele a facada que lhe causou o ferimento que apresenta. Ao ser atingido implorou ao ofensor que não o matasse, pois tinha mulher e filhos para criar²⁷⁸.

Sabino Gaspar tentou livrar-se da culpa de ter iniciado o conflito, porém as testemunhas foram contundentes em seus depoimentos ao afirmarem que ele teria começado o desentendimento e que

²⁷⁶ Processo Crime nº3150, Caixa nº194. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1907.

²⁷⁷ Processo Crime nº3150, Caixa nº194. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1907.

²⁷⁸ Processo Crime nº3150, Caixa nº194. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1907.

o mesmo não passava de indivíduo *provocador e desordeiro*. Heitor, ao contrário, foi apontado pela maioria das testemunhas como *um moço trabalhador e de bons costumes*. Vejamos o que disseram algumas testemunhas, Carlos Pugliese²⁷⁹ que estava no Jardim Público destacou que Sabino dirigiu muitos insultos a Heitor e que ambos foram segurados por outras pessoas, porém, Sabino conseguiu se soltar e chutou Heitor, que ainda estava preso. Em seguida, Heitor conseguiu se soltar e pegou uma faca que trazia consigo e atacou Sabino nas costas. Carlos Pugliese afirmou conhecer Heitor e *ser este moço trabalhador e de muito bom comportamento e conhecer Sabino o qual é tido geralmente como provocador e desordeiro o qual há pouco tempo havia agredido seu próprio pai*²⁸⁰. Francisco Guzzi²⁸¹ que também estava no Jardim Público, contou que viu vários amigos seus correrem em direção ao botequim e para lá de dirigiu em companhia de Carlos. Chegando lá viram Heitor discutindo com Sabino, e como é amigo de Heitor interveio na briga segurando o amigo para que não se agarrassem. Neste momento, Sabino deu um pontapé em Heitor que se soltou e deu uma facada nas costas de Sabino pela frente e não por traição. João Sicca²⁸², que estava na igreja matriz viu quando *Heitor calmamente andava na fila, com*

muitas pessoas, e que ao pisar no pé de Sabino ouviu este dizer a Heitor se ele era aleijado e o chamar para a rua para brigarem se ele quisesse tirar satisfações. A testemunha também afirmou conhecer Heitor e sabe que *é moço trabalhador e sério, não tendo por costume andar armado, ao contrário de Sabino que se trata de moço turbulento e barulhento*²⁸³. O mesmo depoimento foi compartilhado por Miguel Ferrara²⁸⁴, que destacou conhecer o ofendido e saber que ele tem um comportamento péssimo tendo já dado cacetadas em seu próprio pai ao contrário de Heitor que se trata de moço trabalhador, ordeiro e de bom comportamento.

Considerando os depoimentos, podemos afirmar que Heitor e Sabino, que possuíam comportamentos díspares, eram sujeitos representativos da sociedade local e faziam apesar das diferenças comportamentais e raciais, parte do mesmo grupo de homens pobres e livres, que compartilhavam uma difícil situação econômica. Mesmo assim, de acordo George Reid Andrews²⁸⁵, essas similaridades não desfazia o grande abismo social que separava os homens brancos e negros, tornando qualquer conquista para estes, sinônimo de dificuldade. O autor destacou que o Estado privilegiava o branco em detrimento do negro que tinha que apropriar-se de estratégias individuais

²⁷⁹ Brasileiro, 19 anos de idade, solteiro, fabricante de macarrão, residente na Rua Alexandrina nº10 em São Carlos do Pinhal, sabendo ler e escrever.

²⁸⁰ Processo Crime nº3150, Caixa nº194. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1907.

²⁸¹ Italiano, 21 anos de idade, solteiro, tipógrafo, residente na Rua São Carlos, nº20 em São Carlos do Pinhal, sabendo ler e escrever.

²⁸² Italiano, 19 anos de idade, solteiro, negociante, morador na Rua General Osório nº39 A em São do Pinhal, sabendo ler e escrever.

²⁸³ Processo Crime nº3150, Caixa nº194. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1907.

²⁸⁴ Brasileiro, 22 anos de idade, solteiro, ajudante do escrivão de paz, residente em São Carlos do Pinhal.

²⁸⁵ Andrews, George Reid. Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988). Trad. Magda Lopes. Bauru: EdUSC, 1998.

ou coletivas para driblar as dificuldades e obstáculos impostos pelo Estado.

Vale ressaltarmos que o conflito ocorreu no Jardim Público, que foi inicialmente projetado na cidade para ser um espaço de lazer e divertimento para as elites locais. Era todo circundado por um gradil de ferro impondo barreiras físicas e simbólicas para a classe pobre. Mesmo com a retirada das grades, o espaço ficou por muito tempo inacessível às classes populares que ainda enxergavam neste espaço o locus de uso exclusivo da elite local. Foi comum entre nossos entrevistados a referência ao Jardim Público como o jardim particular do Conde do Pinhal, o qual possuía sua residência urbana numa das quadras adjacentes.

Diferentemente de todos os conflitos até então analisados, o réu negro foi absolvido pelo júri e juiz, que apesar de ter praticado o delito e ter agido com superioridade de armas:

O réu cometeu o crime em defesa de sua própria pessoa por ter recebido provocação por parte do ofendido. (...) houve por parte do réu o emprego de meios adequados para evitar um mal maior e que houve também ausência de provocação por parte dele. O réu ainda apresenta comportamento anterior exemplar²⁸⁶.

Assim, Heitor Rodrigues, descrito como mulato no decorrer do processo, curiosamente saiu-se bem dessa história, porém vale ressaltarmos

que no Recenseamento Populacional de 1907, ele foi identificado como branco o que nos leva a sugerir que sua “cor clara” contribuiu fundamentalmente para o desfecho do processo. Heitor, que declarou residir em São Carlos do Pinhal há 14 anos, teria chegado à cidade por volta de 1893, ou seja, após cinco anos em que a escravidão havia sido abolida no país, e aqui permaneceu até o ano de 1922, quando foi acometido por uma pneumonia e faleceu²⁸⁷. Neste ano ele já havia se casado com Angelina Rodrigues e não morava mais na região central da cidade e sim no distrito de Água Vermelha, porém ainda trabalhava como comerciante e também teve a cor de sua pele identificada como branca.

Ainda no ano de 1907, mais um conflito chegou às autoridades locais para ser investigado. Dessa vez, estavam envolvidos dois negros, os quais teriam se desentendido há algum tempo numa festa. O desfecho da rixa entre Antonio Vicente e Vicente Manoel ocorreu nas proximidades da Santa Casa de Misericórdia na Vila Pureza, bairro que abrigava o maior número de habitantes negros em proporção aos brancos no município e onde moravam vítima e réu.

O ofendido, Antonio Vicente foi descrito no exame de Corpo de Delito, como *um indivíduo de cor preta, com 50 anos de idade e que apresentava uma seleção de ferimentos avaliados em 500 Mil Réis*. Ao ser interrogado pelo delegado na Santa Casa, onde se encontrava em recuperação, ele informou chamar-se

²⁸⁶ Processo Crime nº3150, Caixa nº194. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1907.

²⁸⁷ Rodrigues, Heitor. Atestado de óbito de 19/06/1922. Fundação Pró-Memória de São Carlos.



Figura 4: Jardim Público de São Carlos. Início século XX.

Antonio Vicente, ter 50 anos de idade, ser natural da Bolívia, casado, pedreiro, residir em São Carlos do Pinhal e não ter boas relações com Vicente de Tal, seu agressor. Antonio destacou ainda que no dia em que se deu o fato ele *tinha recebido o pagamento de seu patrão Germano Fher e passado na casa de Malachias Siqueira, onde ficou por um bom tempo*. Quando saiu, por volta das oito horas da noite se encontrou com Vicente que estava esperando por ele depoente. Ao delegado informou:

Há cerca de dois meses o preto Vicente de Tal, teve com ele depoente, uma pequena questão, o qual prometeu se vingar no primeiro encontro que tivessem. E que ontem próximo a Santa Casa ambos se encontraram e Vicente lhe disse o seguinte: “A ocasião é agora seu merda”, e lhe deu duas fortes pancadas na cabeça que o fizeram cair por terra²⁸⁸.

Já apontamos que o motivo do conflito foi uma rixa entre os envolvidos a qual teria começado numa festa, onde estavam presentes o réu e a vítima, sendo que o primeiro estava bêbado e por tal motivo, teria tentado ferir a irmã da vítima com uma faca sendo surpreendido por Antonio Vicente que evitou o conflito. Depois disso, Vicente Manoel teria prometido se vingar cumprindo então, sua promessa nas proximidades da Santa Casa.

Ao ser recolhido à cadeia para a investigação dos fatos, o réu declarou chamar-se Vicente Manoel Luiz e ser vulgarmente conhecido como Major. Ele tinha 30 anos de idade, era filho de Manoel Luiz Casemiro e Maria Joanna de Jesus, era casado, pedreiro, brasileiro, natural de São Carlos do Pinhal e sabia ler e escrever. Sobre o fato disse que *estava em sua casa nas mediações da Vila Pureza, onde mora há mais ou menos 10 anos quando aconteceu o crime (...)* e alegou ter agredido Vicente porque *este tinha ido a sua casa provocá-lo e desde então, ele se tornou seu desafeto*²⁸⁹.

As testemunhas, que não viram o fato pessoalmente alegaram que souberam sobre o ocorrido pela esposa da vítima, dos quais destacamos Fermino Alves Delfino²⁹⁰, que morava nas proximidades da Santa Casa e contou em seu depoimento que, *hoje quando se levantou foi chamado pela mulher do ofendido para ajudar procurar objetos e dinheiro de seu marido e nessa ocasião lhe contou que seu marido havia recebido algumas cacetadas de Vicente de Tal*²⁹¹.

A disputa entre eles parece não ter sido levada muito a sério pelas autoridades locais, que num primeiro momento enquadraram o réu no Art.304 do Código Penal e solicitaram que ele fosse recolhido a cadeia e que tivesse seu nome lançado no rol dos culpados, posteriormente, no dia do julgamento que ocorreu oito meses depois do delito, o júri avaliou que o réu, apesar

²⁸⁸ Processo Crime nº6431, Caixa nº322. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1907.

²⁸⁹ Processo Crime nº6431, Caixa nº322. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1907.

²⁹⁰ Brasileiro, 50 anos, casado, natural de Pará, jornalista, residente em São Carlos do Pinhal.

²⁹¹ Processo Crime nº6431, Caixa nº322. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1907.

de ter cometido o crime contra Antonio Vicente, tinha algumas atenuantes em seu favor e assim deu uma reviravolta no caso e acabou indicando a sua absolvição considerando que:

O réu não procurou a noite para cometer o crime, não o praticou com superioridade de armas, respondeu às agressões e provocações recebidas anteriormente do ofendido e que cometeu o crime em defesa própria. Concluiu que o réu defendeu-se porque foi agredido e que houve por parte dele impossibilidade de impedir a ação ou receber socorro da autoridade pública²⁹².

Como podemos perceber, todo o contexto acabou sendo desconsiderado e o réu foi colocado em liberdade. Mas, o que pensarmos sobre uma disputa em que ambos os envolvidos eram negros e que mesmo diante de todos os indicativos da culpabilidade do réu, ele acabou sendo absolvido? Seria a justiça local favorável ao direito de vingança do réu ou seria mais uma forma direta de mostrar aos negros que seus conflitos, quando desenvolvidas dentro de seus grupos raciais, não eram dignos de investigações e resoluções? Ficando assim a mensagem subliminar de que *coisas de pretos se resolvem entre os pretos*. Vale ressaltar que, muitos dos entrevistados nos relataram que sentiram, ao longo de suas vidas, certa indisposição da justiça local para com os seus interesses, fossem eles relacionados a direitos, desavenças ou outros.

Fechando o olho para tais conjunturas a justiça local dava o recado à população negra de que, não havia espaço para a resolução de seus conflitos assim como não havia para as manifestações de suas culturas, crenças e tradições. Podemos ainda sugerir, que os conflitos envolvendo negros, traziam marcas das revoltas desenvolvidas pelos escravos e que eram tão temidas pela elite local. Na obra *Negociação e Conflito*, João José Reis e Eduardo Silva²⁹³, destacam o papel atuante dos escravos que se revoltaram em prol de seus direitos e negociaram melhores condições de trabalho ainda na vigência da escravidão. Assim, resolver conflitos que envolviam negros no pós-abolição poderia abrir, na mente dos dirigentes, um longo caminho para que estes passassem cada vez mais a exigir seus direitos. Assim sendo, fosse por medo ou pela intenção de limitar cada vez mais o campo de atuação dos negros, a justiça local parecia marginalizar os casos em que homens e mulheres negros estivessem envolvidos. O destino dos envolvidos ficou registrado nas lacunas e entrelinhas da história local, pois o não registro do óbito da vítima em São Carlos do Pinhal nos indica que em algum momento de sua trajetória ele deixou de residir na cidade, podendo, dentre outros destinos, ter retornado à Bolívia. O réu, porém, continuou tocando sua vida no município, onde exerceu a profissão de pedreiro até o ano de 1922, quando faleceu no dia 25 de junho, acometido por uma *lesão cardiorrenal* em sua residência na Vila Pureza²⁹⁴.

²⁹² Processo Crime nº6431, Caixa nº322. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1907.

²⁹³ Reis, João José. Silva, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

²⁹⁴ Luiz, Vicente Manoel. Atestado de óbito. São Carlos, 1922. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Após o conflito entre os negros Antônio Vicente e Vicente Manoel, os negros que viviam no espaço urbano não se envolveram e não foram envolvidos durante dois anos em nenhum tipo de conflito que tenha chegado às mãos da justiça para ser resolvido. Esse dado, certamente, significa que os conflitos porventura surgidos nesse período foram resolvidos no âmbito particular longe dos olhares da justiça.

Em 1909 a negra Aurora de Aguiar recorreu à justiça local no intuito de denunciar as agressões que sofrera do negro Manoel Eugenio. Aurora foi descrita no exame de corpo de delito como *uma mulher de cor preta, de 19 anos de idade, solteira*. O ferimento que ela apresentava estava situado na *região frontal* e foi produzido, como na maioria dos processos analisados, *por instrumento cortante*. Ao delegado, ela declarou que se chamava Aurora de Aguiar Campos Ferraz, tinha 19 anos de idade, era solteira, brasileira, natural de Araraquara e residia em São Carlos na Rua Babylônia, nº3. Ao detalhar o ocorrido ela contou que:

Hoje por volta das duas horas da tarde estava ela em sua casa lavando roupa, quando ali apareceu o indivíduo Eugenio de Tal, residente nesta cidade na Rua Jesuíno de Arruda número 3, o qual perguntou se ela consentia que ele entrasse em sua casa, ao que ela respondeu que não, pois era amasiada. Nessa ocasião ela fechou a porta

de sua casa e foi para dentro e em seguida esse indivíduo arrombou a porta e penetrou dentro da casa e que nesse momento ela estava pronta para se retirar para a casa de Carlota, mãe de seu amigo, e ele então armado de uma tranca de ferro lhe deu várias pancadas que produziram os ferimentos na testa. Ao ver-se ferida ela retirou-se imediatamente e foi dar parte a autoridade deixando na porta de sua casa o agressor. Disse que vizinhos são testemunhas do ocorrido²⁹⁵.

Maria Luiza²⁹⁶, que morava em casa contígua a de Aurora, confirmou a versão de sua vizinha e informou em seu depoimento que no dia do ocorrido por volta das duas horas da tarde estava ela em sua casa quando entrou o preto Cassiano e lhe contou que, a vizinha Aurora estava sendo espancada por Eugenio de Tal, residente nesta cidade na Rua Jesuíno de Arruda. Diante da informação ela declarou que:

Foi defronte a casa de Aurora e viu que o tal Eugenio ainda a segurava e lhe batia com uma tranca de ferro e nesse momento ela depoente chamou Cassiano evitando assim que Eugênio continuasse a maltratar Aurora. Nesse momento sua vizinha Aurora já se achava ferida e ensanguentada e saiu de sua casa a fim de dar parte do ocorrido deixando o agressor em sua casa.²⁹⁷

²⁹⁵ Processo Crime nº3153, Caixa nº194. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1909.

²⁹⁶ Brasileira, 42 anos de idade, viúva, natural da Bahia, residente em São Carlos do Pinhal, na Rua Babylônia, não sabendo ler nem escrever.

²⁹⁷ Processo Crime nº3153, Caixa nº194. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1909.

Leonor Maria dos Santos,²⁹⁸ que também era vizinha de Aurora, disse estava em sua casa quando ouviu um barulho vir da casa de Aurora e ao sair para ver o que tinha acontecido: *viu sua vizinha Aurora correr para a rua e sabe que em sua casa estavam dois pretos que moram num sítio e Eugenio de Tal que mora nesta cidade na Rua Jesuíno de Arruda*²⁹⁹.

Outras versões, no entanto, foram apresentadas por alguns indivíduos que disseram estar na casa de Aurora quando chegou o agressor. Nicolau de Arruda Camargo³⁰⁰, vizinho também de Aurora disse que estava em companhia de José Maria na casa da ofendida quando lá chegou Eugenio o qual começou logo a provocar barulho com José Maria fazendo com que eles sássem da casa de Aurora. Nicolau informou ainda que, *logo depois ouviu um barulho na casa da ofendida que saiu logo em seguida ferida*. Cassiano Francisco de Souza³⁰¹, que também estava na casa de Aurora declarou:

Ontem por volta do meio dia estava na casa da rapariga Aurora onde também se achava um mulato de nome Zé Maria. Neste momento também chegou Eugenio e mais dois companheiros seus.

Eugenio quando entrou em casa de Aurora ali encontrou Zé Maria e interrogou se ele era baiano e Zé Maria disse que não queria briga, pois não o conhecia, os quais, então, ficaram em harmonia. Em seguida o depoente retirou-se para a casa de Nicolau morador ali na vizinhança, que ao sair mais tarde da casa de Nicolau ele depoente viu novamente Eugenio brigando com José Maria. Nessa ocasião estavam presentes algumas pessoas e ele depoente viu Aurora dizer que ia chamar a polícia, então Eugenio entrou e pegou uma barra de ferro e espancou Aurora³⁰².

O réu que se chamava Manoel Eugenio e era filho de Manoel Costa e Eufrosina Maria da Conceição, declarou que tinha 25 anos de idade, era solteiro, brasileiro, trabalhador de roça e foguista no Engenho Victória e não sabia ler nem escrever. Ele contou às autoridades locais que residia na cidade desde que tinha nascido e que não tinha ofendido Aurora. Assim declarou que:

Ela lhe pediu um tostão para matar o bicho e como ele negou, ela se enfureceu e pegou uma tranca de ferro para lhe agredir. Ele interrogado no intuito de lhe tirar a tranca puxou-a de Aurora, a qual puxou de volta, batendo a tranca em sua

²⁹⁸ Brasileira, 24 anos de idade, solteira, cozinheira, natural de Rio Claro, residente em São Carlos do Pinhal na Rua Babilônia nº2, não sabendo ler e nem escrever.

²⁹⁹ Processo Crime nº3153, Caixa nº194. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1909.

³⁰⁰ Brasileiro, 66 anos de idade, viúvo, natural da Bahia, profissão jornalista, residente em São Carlos do Pinhal, na Rua Babilônia nº4, não sabendo ler e escrever.

³⁰¹ Brasileiro, 22 anos de idade, solteiro, lavrador, natural e residente em São Carlos do Pinhal, na fazenda de Daniel Gaudino do Prado, não sabendo ler nem escrever.

³⁰² Processo Crime nº3153, Caixa nº194. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1909.

testa. Sua intenção era apenas tirar a tranca³⁰³.

Manoel Eugenio que negou ter ofendido Aurora foi apresentado pelas testemunhas como *indivíduo perigoso e de maus costumes, dando de valente e desordeiro e que vivia constantemente a dar tiros nos arredores da cidade*. A relação de Manoel com a bebida alcoólica também não parecia amistosa, pois declaram também as testemunhas que *o réu costumava beber e depois de quente era dado a valente e que há pouco mais de um mês deu dois tiros de garrucha no meio do povo numa festinha na Vila Ney por pura provocação. Trata-se de indivíduo que quando bebe é dado a valente e a promover desordem*. Outra testemunha destacou conhecer Eugenio e saber que *é homem bom, mas quando bebia ficava um tanto provocador*³⁰⁴.

Vejam, o conflito em que a negra Aurora foi agredida por uma tranca de ferro, se deu na casa da ofendida, onde ela disse lavar roupas quando o ofendido para lá se dirigiu, outras testemunhas disseram, porém, que estavam na casa de Aurora e a qualificaram como meretriz e rapariga. Ou seja, de acordo com a maioria das testemunhas Aurora era prostituta e foi agredida por não ceder às vontades do réu, que negou categoricamente ter cometido o delito. A conclusão do caso nos parece previsível, não? Que desfecho, poderíamos esperar de um processo em que a vítima era mulher, negra e prostituta? Certamente, não outro que a absolvição do réu,

que num primeiro momento, mesmo tendo sido considerado culpado e recolhido à cadeia local até a realização do julgamento acabou sendo absolvido, pois, o júri avaliou que o réu apesar de ter agredido Aurora com uma tranca de ferro *não teria cometido o crime por motivo reprovado. Que não havia praticado o crime com superioridade em armas e que o mesmo não tivera intenção de praticar a ofensa*³⁰⁵ e assim, de acordo com a decisão do júri, o juiz absolveu o réu da culpa que lhe foi impetrada, solicitou a expedição do alvará de soltura e a retirada de seu nome do rol dos culpados.

Diante dos fatos, mais uma vez a questão de gênero se sobrepôs à questão racial nas conclusões dos processos e os conflitos envolvendo negros de ambos os lados, e acabavam, na maioria dos casos, com a absolvição do réu. E mais ainda, demonstra também que a justiça local não estava muito interessada em resolver seriamente os conflitos que se davam entre os negros chegando a afirmar claramente que *não tinha tempo para isso*. Outro detalhe importante que não podemos deixar passar é o fato de que, embora a justiça demonstrasse tal morosidade, os homens negros e mulheres negras, que viviam no espaço urbano e que se sentiam injustiçados diante de alguma ocorrência, recorriam à justiça, esperançosos de que a *justiça fosse feita*. Assim certamente pensou Aurora, que após ser ferida em sua residência pelo negro Manoel, não se calou e recorreu à justiça

³⁰³ Processo Crime nº3153, Caixa nº194. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1909.

³⁰⁴ Processo Crime nº3153, Caixa nº194. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1909.

³⁰⁵ Processo Crime nº3153, Caixa nº194. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1909.

local com o objetivo de denunciar o que sofrera. Foram nestas pequenas ações, em que o negro e a negra buscaram alternativas para suas vidas e injustiças, que percebemos também suas lutas pela manutenção da liberdade, exemplificando o que Wilson Matos destaca como estratégias de resistências urbanas. Segundo este autor, *houve também atitudes individuais de rebeldia desenvolvidas no dia-a-dia das ruas que devem ser consideradas como componentes do quadro mais amplo das resistências negras urbanas*³⁰⁶.

Vale ressaltar que nada encontramos sobre os destinos de Aurora e Manoel Eugenio. Ele que declarou em seu depoimento residir na cidade desde o seu nascimento por volta de 1884, não foi registrado no recenseamento populacional de 1907, indicando que ele não estava presente na cidade no momento do censo. Para onde foram depois? Nada podemos afirmar, a não ser o fato de que ambos, não faleceram em São Carlos do Pinhal e que em algum momento de suas vidas decidiram migrar, como fizeram tantos negros e negras no pós-abolição, principalmente no Estado de São Paulo, como nos apontou George Andrews³⁰⁷.

Os crimes motivados por ciúmes foram os mais recorrentes entre os negros no espaço urbano em São Carlos do Pinhal no pós-abolição. Era o ciúme da amásia, da amante, da rapariga, da

enteada, o sentimento que acabava enfurecendo os homens neste período, os quais certos de seus direitos abusivos e machistas resolviam as situações com agressões físicas. Foi esse também o motivo que levou Pedro Celestino a agredir o negro Adão. O fato aconteceu no dia 24 de dezembro de 1909, por volta das 7 horas da noite na Rua General Osório, na casa de Presciliana de Campos. No exame de Corpo de delito Adão de Tal foi descrito como um indivíduo de *cor preta, mudo* (o que impossibilitou que ele apresentasse a sua versão sobre o fato), *de 22 anos de idade presumíveis*³⁰⁸. O acusado pelo crime declarou ao delegado de polícia que se chamava Pedro Celestino de Carvalho, tinha 23 anos de idade, era filho de Antonio Pires de Barros e Constantina Maria de Barros, era casado, exercia a profissão de serrador e sabia ler e escrever. Quando foi questionado sobre o delito ele confirmou ter ferido Adão com faca, mas alegou que agiu assim *para se defender das pauladas que recebeu na casa de Presciliana*³⁰⁹. A testemunha *Presciliana Pereira*³¹⁰, que teria sido o alvo do conflito estabelecido entre Pedro Celestino e Adão, declarou:

No dia do ocorrido estava em sua casa, por volta das sete horas da noite, com várias pessoas e que saiu para ir a venda de Manoel Portella e deixou

³⁰⁶ Mattos, Wilson Roberto de. Negros contra a ordem: astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador-BA 1850-1888). Tese de Doutorado. Programas de Estudos Pós-Graduados em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2000.

³⁰⁷ Andrews, George Reid. Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988). Trad. Magda Lopes. Bauru: EdUSC, 1998.

³⁰⁸ Processo Crime nº3259, Caixa nº197. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1909.

³⁰⁹ Processo Crime nº3259, Caixa nº197. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1909.

³¹⁰ Brasileira, 22 anos de idade, solteira, natural e residente em São Carlos do Pinhal, filha de João Pereira Coelho e Josepha Pelonia, sabendo ler e escrever.

em sua casa Adão de Tal, Pedro Celestino, Ernesto de Mello, Fermina de Tal e Aurora Brigida e que quando voltou encontrou Adão ferido e que Fermina lhe contou que Pedro havia dado uma facada na nádega direita de Adão e se evadido em seguida³¹¹.

A amiga de Presciliana, Fermina Augusta dos Santos³¹², que estava no local onde se deu o conflito afirmou em seu depoimento que *por motivo de ciúme Pedro agrediu com um canivete Adão produzindo-lhe um ferimento na nádega direita*³¹³. Ernesto Francisco de Melo³¹⁴, também presente no local, declarou que Pedro Celestino se envolveu na briga por ciúme de Presciliana e assim detalhou o conflito:

Na noite do corrido estava ele depoente em casa de Presciliana em companhia de Pedro, Adão e outros e que Presciliana que é amante de Pedro fazia a corte a Adão de Tal. Pedro com ciúme brigou com Adão e viu o depoente quando os dois saíram para brigar ficando Adão ferido na nádega direita por uma facada. Disse o depoente que outro não podia ser o agressor de Adão tendo em Vista que

Pedro estava indignado com Adão por ele ser alvo de preferencia de sua amante Presciliana e que somente os dois saíram na hora da luta³¹⁵.

Outras testemunhas, no entanto, apresentaram outra versão sobre o fato e destacaram que Pedro Celestino, que era tido como *desordeiro, vagabundo e incorrigível*³¹⁶ estava inicialmente agredindo Presciliana e que Adão de Tal, tido como *indivíduo mudo e pacífico*³¹⁷ interveio no conflito com o intuito de defender Presciliana. Avelino Gonçalves de Oliveira³¹⁸ foi uma dessas testemunhas e afirmou em seu depoimento que:

No dia 24 do corrente por volta das sete horas da noite viu Pedro Celestino batendo em uma mulher na Rua General Osório e soube depois que Pedro Celestino havia ferido também Adão de Tal com uma facada no mesmo conflito. Disse que conhece Pedro Celestino e pode informar que o mesmo é desordeiro³¹⁹.

³¹¹ Processo Crime nº3259, Caixa nº197. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1909.

³¹² Brasileira, 19 anos de idade, solteira, filha de Guerino dos Santos e Benedicta Rozalina da Conceição, sem profissão, natural de Belo Horizonte, sabendo ler e escrever.

³¹³ Processo Crime 3259, Caixa nº197. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1909.

³¹⁴ Brasileiro, 22 anos de idade, solteiro, filho de Francisco Manoel Pereira e Rosa Maria da Conceição, jornaleiro, natural de Piracicaba, residente em São Carlos do Pinhal no bairro das Cabaceiras, não sabendo ler nem escrever.

³¹⁵ Processo Crime nº3259, Caixa nº197. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1909.

³¹⁶ Processo Crime nº3259, Caixa nº197. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1909.

³¹⁷ Processo Crime nº3259, Caixa nº197. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1909.

³¹⁸ Brasileiro, 60 anos de idade, casado, natural de Rio Claro, filho de Venâncio Gonçalves Belo e Escolástica da Rocha Camargo, negociante, residente nesta cidade, sabendo ler e escrever.

³¹⁹ Processo Crime nº3259, Caixa nº197. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1909.

Anna Benedicta³²⁰, vizinha de Presciliana, também confirmou a versão de Avelino e declarou que:

Estava em sua casa, contígua a casa de Presciliana, no dia 24 por volta das sete horas da noite quando ouviu gritos e barulho de pancadas. Quando saiu viu Pedro Celestino tentando agredir Presciliana e Adão no intuito de defendê-la interveio na briga, porém acabou levando uma facada de Celestino na nádega direita. Após a agressão Celestino evadiu-se³²¹.

Em seus depoimentos as testemunhas foram contundentes quanto à personalidade do réu e afirmaram ser ele *indivíduo desordeiro, barulhento e provocador*. As versões e declarações das testemunhas em nada influenciaram na análise do júri que, apesar de constatar que o réu havia cometido o crime com superioridade de armas impedindo o ofendido de defender-se, destacaram que o mesmo agiu em legítima defesa, pois foi primeiramente agredido pela vítima. Destacaram ainda, que o réu usou de meios adequados para evitar mal maior e que ele não havia provocado à vítima em momento algum. Assim, considerando a análise do júri, o juiz absolveu o réu do crime que lhe era imputado e ordenou que fosse expedido alvará de soltura em seu favor e que o nome dele fosse retirado do rol de culpados.

Como podemos perceber o negro Adão de Tal, que não pode se defender ao longo do processo, por ser mudo, acabou sendo injustiçado por aquela que deveria defender os direitos de todos os cidadãos. A transformação do réu em vítima, fato que já aconteceu em outros processos aqui analisados, foi a grande sacada da justiça local que conferiu ao negro Adão de Tal, de personalidade pacífica a culpa pelo delito e a Pedro Celestino, barulhento e desordeiro, a inocência pelo crime. O que podemos aferir de tais desdobramentos? Como justificar a transformação da vítima em réu mesmo diante da fala das testemunhas que atribuíram a culpa a Pedro Celestino? De acordo com a nossa opinião, a qual está baseada em todas as leituras que empreendemos sobre escravidão, liberdade e pós-abolição no Brasil, e em todas as fontes documentais analisadas para o desenvolvimento de nossa pesquisa, o fator determinante para que Pedro Celestino, fosse absolvido, consistia na cor branca de sua pele. Isso nos leva a constatar que, longe de ser uma questão óbvia, o preconceito para com os negros egressos da escravidão, era uma realidade e estava inserido em todos os meandros da sociedade. Pedro Celestino e Adão de Tal não deixaram nenhum registro sobre os seus destinos e trajetórias após o conflito, mas apenas a indicação de que migraram da cidade em algum momento de suas vidas uma vez que seus óbitos não foram localizados na cidade.

³²⁰ Brasileira, 25 anos de idade, solteira, natural de Piracicaba, filha de Benedicta Bonsolio e Salvador da Cunha, sem profissão, residente na Rua General Osório, nº171, não sabendo ler e nem escrever.

³²¹ Processo Crime nº3259, Caixa nº197. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1909.

No ano de 1910, foram instaurados três processos de lesão corporal no município, sendo dois deles motivados por rixa e um por ciúme. O primeiro deles ocorreu em setembro de 1910 e consistiu na agressão praticada por Carlos Alexandre contra o negro Augusto Julio Ferreira. O conflito, que se deu no âmbito doméstico acabou chegando à justiça local para ser investigado. Réu e vítima, ocupavam a mesma casa, localizada na Rua São Joaquim, nº15 e com eles moravam suas respectivas companheiras.

A vítima se chamava Augusto Ferreira, tinha 19 anos de idade, era brasileiro, jornalista, residia em São Carlos do Pinhal na Rua São Joaquim, nº15 e não sabia ler nem escrever. Em sua versão sobre o ocorrido ele contou que:

Mora na Rua São Joaquim em companhia de Marcos de Tal, e que ele declarante tem morando consigo uma companheira de nome Dyonisia, que hoje chegando a sua casa, regulando umas 8 horas da noite, Dyonisia lhe falou que queria ir no espetáculo, e ele lhe respondeu que não valia a pena ir, que seu companheiro de casa Marcos de Tal, intervindo disse a ele que ele devia ir e ele declarante respondeu que Marcos não tinha nada a ver com a companheira dele e quem pagava a casa era ele declarante e que portanto não queria que fosse pois quem mandava era ele declarante. Marcos então o insultou e tentou lhe ferir com uma faca e ele declarante correu para a rua e Marcos o perseguiu com a faca em punho e o alcançou na Rua Marechal Deodoro, nessa ocasião Marcos lhe deu uma facada no braço direito, então

ele declarante correu e foi até a polícia participar o acontecido. Disse ainda que reside com Marcos há um mês mais ou menos, que Marcos também tem uma rapariga e esta o sustenta já que Marcos não trabalha vivendo exclusivamente a custa da rapariga que é cozinheira de Fermiano de Campos³²².

A companheira de Augusto era Dyonisia Maria das Dores, ela tinha 20 anos de idade, era cozinheira, brasileira e não sabia ler nem escrever. Dyonisia era também sobrinha do acusado Marcos Alexandre e declarou em seu depoimento que residiam em sua casa, ela e seu companheiro Augusto, seu tio Carlos e a companheira dele Benedicta. Sobre o ocorrido apresentou a seguinte versão:

No dia 18 do corrente tinha ela chegado em casa ao escurecer e ali encontrou Benedicta, Marcos e Augusto. Que tendo ela de ir ao espetáculo com Benedicta saiu e foi até a casa de uma vizinha emprestar o ferro de engomar, deixando Benedicta na cozinha fritando ovo para jantar e Marcos e Augusto no terreiro brincando de capoeira e de faca. Chegando a sua casa perguntou ela depoente a Benedicta sobre Augusto ao que ela respondeu que Augusto havia saído, pois estava ofendido com uma facada no braço que tinha sido dada por Marcos e que depois ela depoente saiu e não viu mais nenhum deles. Viu somente no dia seguinte Augusto e constatou que o mesmo estava realmente ferido no braço³²³.

³²² Processo Crime nº3412, Caixa nº270. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

³²³ Processo Crime nº3412, Caixa nº270. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

Dyonisia Maria das Dores trabalhava como cozinheira para um indivíduo da família Botelho, e assim como outras mulheres que protagonizaram os processos analisados, tinha uma jornada de trabalho longa, pois executava seu serviço durante muitas horas no dia, saindo de casa logo cedo e voltando, como ela mesma salientou, *ao escurecer*. Não podemos afirmar em quais dias da semana ela trabalhava, mas podemos afirmar que aos domingos ela também cozinhava para a família em que era empregada. Será que Dionísia tinha dias de descanso? Nossa hipótese é de que não, mas se acaso tivesse, seu dia de folga seria provavelmente, todo tomado pela execução das tarefas domésticas em sua residência. Entendemos que essa era uma característica fundamental, que diferenciava o cotidiano da mulher negra no pós-abolição do cotidiano dos homens negros, ou seja, ambos se dedicavam ao exercício pesado em suas ocupações durante o dia e retornavam para casa somente no final da tarde, onde o homem podia descansar sossegadamente ou se preferisse se divertir em bares e botequins, ao contrário da mulher que enfrentaria, outra jornada de trabalho, dedicada aos cuidados com a casa e os filhos. Na fala de Dyonisia fica evidente a demarcação definida dos papéis sociais desenvolvidos pelo indivíduo de acordo com o seu gênero. Ela afirmou ter deixado em casa, enquanto ia à casa da vizinha, *Benedicta na cozinha*

*fritando ovo para jantar e Marcos e Augusto no terreiro brincando de capoeira e de faca*³²⁴. Vale salientar, que tais obrigações não eram destinadas apenas às mulheres negras no pós-abolição e sim a todas as mulheres pobres desse período, como podemos perceber nas falas de testemunhas mulheres que relataram, quase sempre um cotidiano marcado por muito trabalho. A dedicação às jornadas exaustivas de trabalho não impossibilitava, no entanto, que elas, que aparentemente livres de compromissos com filhos³²⁵, não encontrassem um pequeno espaço para o divertimento, pois foi o que pudemos perceber no comportamento de Dyonisia, que apesar de ter trabalhado o dia todo, ainda encontrava ânimo para se divertir no domingo e parecia bem animada para ir ao espetáculo que estava acontecendo na cidade.

Além das longas jornadas de trabalho, parecia comum às mulheres negras arcarem com o sustento de seus companheiros. No depoimento de Dyonisia ela se refere ao “fardo” que sua amiga Benedicta carregava: *Marcos não tem ocupação e vive sustentado pela rapariga Benedicta com quem vive*³²⁶. Mais adiante, porém, ela num sentimento de proteção para com seu tio Marcos frisou que: *Marcos estava embriagado no dia do conflito, mas não é dado a brigas sendo homem ordeiro*³²⁷. Uma das testemunhas³²⁸ também fez referência à posição de desocupado do réu e disse

³²⁴ Processo Crime nº3412, Caixa nº270. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

³²⁵ Em nenhum momento do processo foi citado que os casais possuísem filhos ou alguma criança aos seis cuidados.

³²⁶ Processo Crime nº3412, Caixa nº270. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

³²⁷ Processo Crime nº3412, Caixa nº270. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

³²⁸ Marieta Damia, com 30 anos de idade, solteira, costureira, natural da Itália e residente nesta cidade, sabendo ler e escrever.

que conhecer Marcos *e sabe que ele não se ocupa de serviço sério*³²⁹.

O réu Marcos Alexandre tinha 20 anos de idade, era brasileiro, filho de Alexandre Lobato (já falecido) e Luiza Maria Conceição, ocupava-se como jornalista e não sabia ler nem escrever. Ele declarou que residia *na Rua São Joaquim, alto dessa cidade em companhia de Augusto Julio Ferreira e das raparigas Dyonisia Paulina e Benedicta de Tal*. Percebemos que Marcos em nenhum momento assumiu ser amasiado com Benedicta e se declarou solteiro em seu depoimento, demonstrando, que por mais que Benedicta vivesse com ele e fosse responsável por seu sustento ele vivia com ela na informalidade e não a assumia socialmente e ainda se referia a ela como rapariga³³⁰. Sobre o ocorrido ele destacou que: *estava ele depoente brincando com uma faca no quintal de casa e Augusto o feriu com uma faca de cozinha sendo que ele declarante também ofendeu Augusto com uma faca*, e enfatizou que *ele declarante nunca teve dívida alguma com Augusto*³³¹.

A provável companheira de Marcos, Benedicta do Nascimento tinha 18 anos de idade, era solteira, brasileira, trabalhava como cozinheira, residia na cidade na Rua São Joaquim, nº15 e não sabia ler nem escrever. Diferentemente de Marcos, Benedicta assumiu viver com ele há dois anos e sobre o fato relatou:

No domingo dia 18 regulando 8 horas da noite estava ela depoente no interior da casa em que reside e também Dyonisia que estava sentada na porta, e Marcos e Augusto que estavam no terreiro da casa brincando de capoeira e faca, que logo depois viu Augusto entrar em casa tomar o Chapéu e sair e disse que ia a polícia contar que Marcos havia lhe ofendido no braço com uma faca. Marcos também saiu dizendo que ia a polícia, mas não sabe ela declarante se ele foi ou não. Logo depois, chegaram a sua casa dois praças de polícia procurando por Marcos que não o encontraram³³².

Algumas testemunhas fizeram questão de destacar em seus depoimentos que na casa de Marcos e Augusto sempre aconteciam brigas, discussões e trocas de insultos entre os moradores, a nosso ver, numa tentativa explícita de tentar desqualificar os moradores da casa de Augusto, que certamente não eram bem vistos na vizinhança, pois moravam em dois casais numa única casa, eram jovens, negros e despojados. E ainda mais, costumavam brincar de capoeira, como salientaram as testemunhas.

As consequências do conflito estabelecido entre os dois companheiros de moradia, extrapolaram as estâncias jurídicas e acabaram por influenciar no destino de todos os moradores

³²⁹ Processo Crime nº3412, Caixa nº270. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

³³⁰ O significado erudito do termo rapariga, de acordo com o dicionário Larousse Cultural, é “mulher entre a infância e a adolescência, menina moça, moça do campo”. Porém o significado popular é “meretriz, prostituta”. Diante do contexto histórico que viemos trabalhando até então, acreditamos que em todos os processos analisados o termo rapariga foi empregado em seu sentido popular na maior parte do Brasil, inclusive o Estado de São Paulo.

³³¹ Processo Crime nº3412, Caixa nº270. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

³³² Processo Crime nº3412, Caixa nº270. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

da casa, pois segundo, Izabel Maria de Jesus³³³, vizinha de Marcos, Benedicta, Augusto e Dyonisia, no dia seguinte eles tiveram que desocupar a casa a pedido do proprietário, o qual, provavelmente, tomou tal decisão, motivado pelos comentários da vizinhança. Diferentemente dos outros conflitos que envolveram negros como vítimas e réus, onde a justiça parecia pouco se importar com os delitos cometidos entre eles, Marcos foi condenado à prisão celular por sete meses e quinze dias e inscrito no grau médio do Art.303 do Código Penal. Ao ser recolhido a cadeia local no dia 26 de dezembro ele reagiu a sua condenação e alegou desconhecer o processo e ao ser qualificado informou que era trabalhador de roça, natural desta cidade e negro ter ferido Augusto com faca, contrariando assim, sua primeira versão sobre o crime. Inconformado com a sentença ele recorreu à decisão do júri e pediu a apelação da sentença alegando ter o processo transcorrido a sua revelia. Ele afirmou que:

Sendo julgado e condenado não pode deduzir sua defesa para provar que não cometeu crime algum e nem é sujeito vadio como o denunciante o apresenta. Convencido que ele não tinha cometido delito algum se entregou ao serviço de roça sem preocupações, sendo deste trabalho de onde tira a sua subsistência. Passeando pela cidade foi surpreendido por prisão e então tomou conhecimento do processo. E graças ao seu trabalho honrado tem assistência judiciária

e finanças para pagar a importância da fiança. Assim, esclarece o apelante que se soubesse do processo teria agido em sua defesa e não o saberia somente no momento da prisão. Assim, disse o apelante que nunca saiu do município e seria, portanto fácil encontrá-lo tendo o oficial o prejudicado em seu direito de defesa quando declarou não o ter encontrado³³⁴.

Apesar de tentar justificar sua ausência durante o decorrer do processo, o promotor público alegou ele foi convocado em diário oficial em todas as datas das sessões do processo e encaminhou seu pedido para a procuradoria-geral do Estado o qual avaliou que o júri local não considerou as atenuantes a favor do réu e assim, atendendo à apelação, converteu a pena em cinco meses, sete dias e doze horas de prisão celular que deveriam ser cumpridos na penitenciária de São Paulo.

Como podemos perceber, o pedido de Marcos acabou sendo considerado e ele teve uma pequena redução na pena, porém sua prisão na delegacia local foi transferida para a penitenciária do Estado, piorando, a nosso ver, a sua sentença. Assim, avaliamos que a decisão impetrada foi um *cala boca no réu*, com o objetivo de lhe mostrar qual era o seu lugar. Mas vale salientarmos, que o *cala boca* só veio porque o réu recorreu à justiça, apresentou sua defesa, alterou o discurso, e ainda, fez uso de várias prerrogativas da lei na tentativa

³³³ Brasileira, 39 anos de idade, viúva, cozinheira, natural do Estado da Bahia, residente em São Carlos do Pinhal, não sabendo ler nem escrever.

³³⁴ Processo Crime nº3412, Caixa nº270. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

de ser absolvido, não aceitando, assim, a primeira sentença que lhe foi determinada, demonstrando que os negros realmente elaboraram estratégias variadas para driblar a sociedade vigente, altamente marcada pelo preconceito racial. De acordo com Silva³³⁵, eram nesses conflitos do cotidiano e nas estratégias adotadas que os negros mostravam suas lutas para serem reconhecidos como cidadãos.

Sobre os destinos de Augusto e Marcos, não temos muitas informações a não ser o fato de eles não terem falecido na cidade o que nos sugere que tenham deixado São Carlos do Pinhal, em algum momento de suas vidas, influenciados, certamente, pelo desejo de uma vida diferenciada.

Em novembro de 1910, mais uma vez o ciúme, foi o motivador do conflito entre o português Narcizo e o brasileiro Manoel. Ao que tudo indica a causa do ciúme era Gertrudes, que há alguns meses tinha se envolvido com Narcizo, porém o deixado para voltar com Manoel, com quem já tivera um relacionamento anterior. Vale salientar, que tanto a vítima, quanto o réu, eram casados e mesmo assim, disputavam o amor da amante Gertrudes.

O fato ocorreu no dia 27 de novembro por volta das sete horas da noite, na Rua Belem, atual Rua Ruy Barbosa em São Carlos do Pinhal, quando Narcizo que vinha pela rua se deparou com Manoel Baptista que estava sentado na calçada em frente à casa de Conceição Magdalena com

quem conversava. Aparentemente, desconcertado, ele então começou a provocar Manoel, o qual num primeiro momento evitou responder às provocações recebidas. Manoel Baptista tinha 60 anos de idade, era casado, empregava-se como jornalista, era natural do Ceará e residia na Rua Treze de Maio. Ao detalhar o ocorrido às autoridades ele destacou que:

Narcizo ao vê-lo atravessou a Rua e veio passar perto esbarrando nele com atitude de provocação e então ele declarante deu um empurrão em Narcizo e continuou sentado. Narcizo então foi para o meio da rua e de lá começou a insultá-lo e a dizer que fosse pra lá, pois ia lhe mostrar que estava prevenido, porém ele declarante não foi. Neste momento chegou Severiano filho de Gertrudes que conduziu Narcizo até a casa dele a fim de evitar briga entre eles, Narcizo, porém, não se aquietou e continuou a insultar o declarante e chamá-lo para brigar. Depois de muito insulto o declarante foi para a rua e travou uma luta corporal com Narcizo, ambos acabaram caindo no chão e então Narcizo sacou de uma faca que possuía e deu várias facadas nas costas do declarante. Disse ainda que ele declarante não possuía arma alguma, apenas um guarda-chuva que deixou perto de Anacleto. Disse que Narcizo tem ciúme do declarante por ele andar com Gertrudes³³⁶.

Como podemos perceber, Manoel destacou em sua fala que o motivo da rixa

³³⁵ Silva, Lucia. H. O. Construindo uma nova vida: migrantes paulistas e afrodescendentes na cidade do Rio de Janeiro no pós-abolição (1888-1926). Tese de Doutorado, Campinas: Unicamp, 2001.

³³⁶ Processo Crime nº3511, Caixa nº248. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

entre ele e Narcizo era Gertrudes, sobre a qual, falaremos mais tarde. De acordo com o nosso ponto de vista, este ciúme exacerbado era ainda mais acirrado por conta das diferenças étnicas dos envolvidos, tornando a tolerância entre eles praticamente inexistente. De acordo com Karl Monsma³³⁷, pairava no ar uma ideia de disputa entre os nacionais e os imigrantes, que podia começar no trabalho e se estender a outros campos do cotidiano. O fato era que Gertrudes, não mantinha relações estáveis com nenhum dos envolvidos, pois os dois eram casados.

O réu Narciso Dias da Silva era português natural da cidade do Porto, tinha 36 anos de idade, filho de Joaquim Dias da Silva e de Roza Domingues da Silva. Era casado, pintor, sabia ler e escrever e vivia sem a família em São Carlos do Pinhal, num quarto de aluguel, na casa nº50 na Rua Marechal Deodoro, região central da cidade. Na sua versão sobre o ocorrido ele disse:

Hoje por volta das 7 horas da noite estava ele declarante descendo na Rua Belem rumo a sua casa quando passou em frente da casa de Gertrudes de Tal e viu Manoel Baptista que estava sentado numa roda na calçada, entre a venda de João Italiano e Joana de Tal. Disse que não conhece as pessoas que estavam com Manoel. Assim que este viu o declarante disse “você sempre me provoca agora você há de apanhar”. Após dizer isso foi para

cima do declarante e o derrubou na calçada de Gertrudes. Manoel estava em cima dele declarante lhe dando socos no peito quando ele sacou uma faca que carregava no bolso e deu várias facadas nas costas de Manoel, o qual conseguiu tomar a faca e ao tentar segurá-la o declarante feriu a mão. Conseguindo se soltar o declarante fugiu rumo à cadeia local e viu que Manoel foi socorrido pelo filho de Gertrudes. Disse ainda que Manoel vivia amasiado com Gertrudes a cerca de um ano e que atualmente ele vivia amasiado com ela e atribuiu a isso a raiva que Manoel tem dele declarante³³⁸.

Apesar das versões diferentes apresentadas pela vítima e o réu, as testemunhas afirmaram que Narcizo foi o responsável pelo conflito, pois fora ele que insultou Manoel e insistiu na desavença, contrariando assim a fala do próprio Narcizo que alegou ter sido Manoel o motivador da rixa. Das testemunhas, destacamos a vendedora de quitandas, Conceição Magdalena³³⁹, que morava defronte ao local do conflito e que estava conversando com Manoel Baptista no momento da briga. Em sua versão sobre o delito ela enfatizou:

Hoje por volta das sete horas da noite estava ela depoente sentada na porta de sua casa quando ali chegou o preto Manoel, o qual se sentou e começou a conversar com ela depoente. Nessa mesma ocasião chegou a preta Gertrudes que veio pagar a depoente 400 Réis que lhe devia.

³³⁷ Monsma, Karl. Vantagens de Imigrantes e Desvantagens de Negros: Emprego, Propriedade, Estrutura Familiar e Alfabetização Depois da Abolição no Oeste Paulista. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, nº 3, 2010, pp. 509 a 543.

³³⁸ Processo Crime nº3511, Caixa nº248. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

³³⁹ Italiana, 37 anos de idade, viúva, residente em São Carlos do Pinhal, na Rua Belem nº14, não sabendo ler nem escrever.

Nesse momento vinha descendo o português Narcizo que ao ver Manoel mudou de caminho e veio ali passar esbarrando em Manoel em tom de provocação. Manoel então deu um empurrão em Narcizo o qual foi para o meio da rua e começou a insultar Manoel e o chamou para a rua. Neste momento Narcizo foi conduzido pelo filho de Gertrudes, mas logo voltou e continuou a insultar e provocar Manoel. Manoel então foi para onde estava Narcizo e travaram uma luta corporal, caindo ambos no chão. Manoel foi completamente desarmado e Narcizo estava armado com cacete e faca. (...) O motivo da briga foi por conta de ciúmes da rapariga de nome Gertrudes a qual vivia com Manoel e depois passou a viver com Narcizo e que ultimamente vivia com Manoel. Conceição Magdalena disse que conhece o réu e se trata de homem bom e trabalhador e que conhece Baptista e Gertrudes e que esta é sua vizinha e compra quitandas dela depoente³⁴⁰.

Antonio Alves Ferreira³⁴¹, que estava conversando com João de Tal em seu estabelecimento na Rua Belem esquina com a Rua Marechal Deodoro, disse ter ouvido a briga e escutado alguém dizer “levei uma facada” e ao se dirigir até o local do conflito lá encontrou o preto Manoel caído na calçada e ensanguentado, o qual lhe contou que tinha sido ferido por Narcizo que possuía uma faca, por conta de uma rapariga de nome Gertrudes. Antonio encerrou seu relato

dizendo: *a tal Gertrudes viu o conflito que ocorreu em frente a sua casa, mas fechou a porta e deixou Manoel ali ferido*³⁴². Gertrudes Francisca de Paula era uma mulher brasileira de cor negra, viúva, tinha 50 anos de idade, ocupava-se como cozinheira, não sabia ler nem escrever e residia na Rua Belem, nº15 em companhia de seu filho Severiano José Avelino. Sobre o fato ela contou alguns detalhes, porém enfatizou desconhecer o motivo do conflito:

Ontem por volta das sete horas da noite saiu de sua casa e se dirigiu a casa de Magdalena a fim de lhe pagar 400 Réis que lhe devia e lá chegando encontrou Manoel Baptista sentado conversando com Magdalena e viu também Narcizo que descia pela Rua Belem no lado oposto. Narcizo ao ver Baptista atravessou para o lado oposto e veio passar perto de Baptista esbarrando nele em tom de provocação. Nessa ocasião Baptista deu um empurrão em Narcizo que se dirigiu para o centro da rua e dali começou a insultar Baptista e a dizer que queria lhe beber o sangue. Neste momento seu filho Avelino apareceu e conduziu Narcizo até o portão da casa deste com o fim de evitar conflito. Narcizo logo se soltou e voltou ao mesmo local e lá continuou com os insultos e provocações. Neste momento Baptista se dirigiu ao centro da rua e travaram então uma luta corporal caindo ambos por terra. Nessa ocasião

³⁴⁰ Processo Crime nº3511, Caixa nº248. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

³⁴¹ Brasileiro, 38 anos de idade, casado, jornalista, residente em São Carlos do Pinhal na Rua São Paulo, nº22, não sabendo ler nem escrever.

³⁴² Processo Crime nº3511, Caixa nº248. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

viu ela depoente Narcizo sacar uma faca que trazia e dar diversas facadas em Baptista. Viu quando ambos se levantaram e percebeu que Baptista estava todo ensanguentado. Narcizo então correu e Baptista correu atrás. Viu que Baptista estava desarmado enquanto Narcizo estava com faca. Sabe que este último é pintor, mora de aluguel num pequeno quarto e não tem propriedade e nem família aqui. Não sabe o motivo do conflito e disse também que Narcizo costuma beber e que no dia estava bêbado. Sabe que Manoel foi encaminhado para a Misericórdia e que já estava bem, porém não sabe se já teve alta. Disse também que tem mais amizade à vítima do que ao réu, mas tudo que falou é verdadeiro³⁴³.

Apesar de ter dito que desconhecia o motivo do conflito, Gertrudes disse conhecer os envolvidos, destacando algumas características deles, enfatizando, porém, ter mais amizade a Manoel. Ela também parecia ter boas relações na vizinhança, comprando fiado da quitandeira Conceição e parecia viver há mais de vinte anos em São Carlos do Pinhal, onde teve seu filho Severiano José. Severiano tinha 20 anos de idade, era solteiro, ocupava-se como jornalista, era natural do município de São Carlos do Pinhal, residia na Rua Belem, nº15 e não sabia ler nem escrever. Sobre o fato contou a versão apresentada pela vítima e pelas testemunhas e disse que *o motivo da briga é por conta do ciúme*

*entre eles, pois ambos andam convivendo com sua mãe*³⁴⁴. Ele disse ainda que nesse dia foi a primeira vez que viu Narcizo bêbado, o qual era bom moço e trabalhador e que Manoel, apesar de não estar bêbado no dia, costumava beber com frequência.

No exame de corpo de delito o preto Manoel apresentou sete ferimentos produzidos por instrumento cortante e dentre eles, havia um que prejudicou o rim e foi considerado grave pelos peritos, que alegaram que podia levar a vítima à morte ou deixá-la impossibilitada para sempre. Assim, os peritos apontaram que os danos foram considerados inestimáveis. Vale destacar, que o réu também foi submetido a exame de corpo de delito e que os peritos não encontraram nenhum ferimento nele, contrariando assim, sua versão de que havia sido ferido na mão. O número de facadas que Manoel recebeu nos demonstra que o réu possuía muita raiva da vítima, e que estava inconformado em ter perdido sua amante para o mesmo.

O réu Narcizo, que informou ser natural de distrito do Porto e residir na cidade há oito anos acabou sendo considerado culpado pelo delegado e pelo promotor público que determinaram que ele fosse enquadrado no Art.304 do Código Penal. E assim, o juiz de acordo com o promotor, pronunciou provisoriamente o réu no artigo indicado, sujeito a prisão e livramento. No julgamento realizado em março de 1911, o réu foi condenado a prisão celular por um ano e nove

³⁴³ Processo Crime nº3511, Caixa nº248. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

³⁴⁴ Processo Crime nº3511, Caixa nº248. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

meses, a qual foi convertida, no mesmo mês, em prisão simples e ficou determinado o prazo de um ano e onze meses de reclusão, tendo direito à liberdade no dia 24 de novembro de 1912.

Exceção à regra, o português Narcizo, apesar de ter tentado inverter os papéis de cada um no conflito, foi considerado culpado e condenado por ter agredido gravemente o preto Manoel Baptista, o qual foi justicado pelo poder local. Após cumprir a pena, Narcizo deixou a delegacia local e seguiu sua vida. Não sabemos se ele permaneceu na cidade, voltou para a sua terra natal, a cidade de Porto em Portugal, para o convívio familiar ou se fixou em qualquer outro lugar em busca de oportunidades. De qualquer maneira, podemos afirmar que na cidade ele não encerrou sua vida, pois seu óbito não foi registrado. O negro Manoel Baptista, no entanto, permaneceu em São Carlos, oxalá mais feliz depois de ter sido justicado. Quando faleceu em 1922³⁴⁵, ele ainda se ocupava como jornalista e residia na Rua Treze de Maio. Em seu óbito foi diagnosticado como causa da morte uma *syncope cardíaca*, que o fez perder a vida passados 12 anos do conflito. A manutenção de Manoel como jornalista é um forte indicativo de que os negros enfrentaram muitas dificuldades para ocuparem atividades no trabalho formal. A alternância nos empregos e atividades de trabalho indica que os

libertos enfrentavam o que fosse preciso para garantir o seu sustento e o de suas famílias, não evitando, ao contrário do que apontava Florestan Fernandes³⁴⁶, de ocuparem-se em atividades mais modestas³⁴⁷.

O último conflito de lesão corporal registrado no espaço urbano entre os anos de 1880 e 1910 se deu entre os menores Sebastião Alves e Vicente Fontanelli na Rua São Sebastião defronte ao Templo da Igreja Presbiteriana, quando estes, num momento de lazer, brincavam com outros meninos. A rixa estabelecida entre eles demonstra que a violência e repulsa aos negros se estendia também às crianças negras, que assim como os adultos, tinham que enfrentar diariamente manifestações de ódio e discriminação por parte de crianças e adultos brancos. Vale salientarmos que foi comum, nas décadas seguintes à abolição da escravidão, tanto no Brasil como em outros países da Europa e nos Estados Unidos, a prática de maus tratos destinados às crianças negras nas relações do cotidiano, como no caso em que estamos analisando³⁴⁸.

A vítima, Sebastião dos Santos era negro, tinha 15 anos de idade, solteiro, residia em São Carlos do Pinhal na Rua São Sebastião, nº45. Sobre o fato ele contou ao delegado Joaquim de Abreu Correa que:

³⁴⁵ Baptista, Manoel. Atestado de Óbito, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1922.

³⁴⁶ Fernandes, Florestan. A integração do Negro na Sociedade de Classes Volume I - 3ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1978.

³⁴⁷ Essa constatação foi percebida também por Lucia Silva em sua tese “Construindo uma nova vida: migrantes paulistas e afrodescendentes na cidade do Rio de Janeiro no pós-abolição (1888-1926)” defendida em 2001 na Unicamp em Campinas.

³⁴⁸ Soares, Aline Mendes. “Precisa-se de um pequeno”: negociação, conflito e estratégia de vida da mão-de-obra infantil negra no pós-abolição no Rio de Janeiro (1888-1927). In: Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil / Martha Abreu e Matheus Serva Pereira (orgs.). Niterói: Ppg-história-UFF, 2011.

No dia 29 de dezembro por volta das 8 horas da noite estava ele brincando na rua de sua casa próximo ao culto protestante em companhia de seu irmão Izaltino e mais Sebastião dos Santos, José Broence, Acácio e Ernesto de Tal, sendo todos eles meninos e residentes nesta cidade. Quando ali chegou o menino Vicente morador na Rua São Paulo e também entrou no brinquedo. E como ele declarante não quis mais brincar porque Vicente estava lhe batendo encostou-se ao poste de luz elétrica e então Vicente arrancou um pau do gradil do culto Protestante e deu-lhe pancadas produzindo os ferimentos que ora apresenta³⁴⁹.

O réu Vicente Fontanelli tinha 14 anos de idade, era solteiro, natural e residente em São Carlos do Pinhal, filho de Luiz Fontanelli e Pepina Fucci, ocupava-se como praticante de barbeiro, e não sabia ler nem escrever. Sobre o fato nada quis dizer e alegou que sua defesa seria feita por seu advogado, o qual, dentre outras prerrogativas defendeu *que no bando de meninos tinha pretos e brancos e, portanto outros meninos brancos não apenas o acusado sendo, portanto impossível afirmarem que foi o acusado que deu as pancadas no ofendido*³⁵⁰.

Alguns meninos³⁵¹ que brincavam com os dois envolvidos declararam que a briga entre

eles havia sido originada no *brinquedo* e que ambos se agrediram. Destacaram ainda, que a briga começou com troca de pedrinhas e terminou com Sebastião pedindo ao seu irmão que fosse buscar um cacete e com Vicente arrancado um pedaço de madeira da cerca do templo presbiteriano para agredir Sebastião. Dos adultos que, testemunharam o fato, destacamos Pedro Prado³⁵², que no momento em que seu deu o conflito estava na janela de sua casa na Rua Sebastião em frente ao Culto Protestante, o que lhe possibilitou uma boa observação do ocorrido.

Depois de um tempo viu dois meninos, um preto e um branco, brigando e que não ouviu o que diziam. Sabe, no entanto, que o branco que era maior que o outro arrancou do templo protestante um pau do gradil e com este deu três pancadas no outro pretinho na cabeça prostrando-o por terra. O acusado depois fugiu correndo. Disse ainda que no dia do ocorrido viu vários meninos, um deles de cor branca que parece ser o denunciado. Disse que depois que levou as pancadas o pretinho caiu na rua e ele gritou da janela que ia chamar a polícia e então o bando de meninos saiu correndo ficando somente o ofendido, que foi socorrido por vizinhos que o levaram a delegacia³⁵³.

³⁴⁹ Processo Crime nº3234, Caixa nº193, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

³⁵⁰ Processo Crime nº3234, Caixa nº193, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

³⁵¹ 1- José Broence, de 13 anos de idade, natural e residente em São Carlos do Pinhal, na Rua São Paulo, nº7, não sabendo ler nem escrever. 2- Sebastião dos Santos, de 15 anos de idade, solteiro, engraxate, natural de Santos, residente nesta cidade na Rua São Carlos, nº183, sabendo ler e escrever.

³⁵² Brasileiro, 37 anos de idade, natural de Rio Claro, solteiro, comerciante, residente nesta cidade, sabendo ler e escrever.

³⁵³ Processo Crime nº3234, Caixa nº193, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

Francisco Francischeli³⁵⁴ que também morava e tinha um açougue próximo ao local do conflito, afirmou que estava em seu estabelecimento quando viu muitos meninos brincando e logo em seguida, ouviu um choro no culto. Ao chegar perto, *viu na sarjeta muito sangue e que no dia seguinte ouviu dizer que um menino de nome Vicente tinha brigado com um pretinho de nome Sebastião e tinha lhe dado três pancadas na cabeça*³⁵⁵. A testemunha disse ainda que o réu tirou um pedaço de pau do gradil do templo protestante para agredir Sebastião e afirmou conhecer o réu desde que este era pequeno e que *ele trabalha como ajudante de barbeiro e que o mesmo não tem o costume de brigar*³⁵⁶.

Diante das falas das testemunhas podemos perceber que as crianças brancas e negras, brincavam em conjunto, certamente por pertencerem às classes sociais pobres, o que contribuía para uma proximidade social entre elas, o que, no entanto, não garantia que estas relações fossem sempre amistosas. Durante as entrevistas que realizamos, foi comum, os entrevistados relatarem que em suas infâncias brincavam com crianças brancas, porém havia algumas prerrogativas para que essas brincadeiras acontecessem, tais como: ser sempre o culpado por algo de errado ou ainda aceitar as escolhas

estabelecidas pelas crianças brancas. *A gente era voz vencida e por isso a gente preferia brincar entre nós* disse Jorginho³⁵⁷, quando se referiu as brincadeiras com crianças brancas. Apesar de Jorginho ter nascido na segunda metade do século XX, a sua história foi ainda muito marcada pelos mesmos enfrentamentos sociais de seus antepassados, como veremos no próximo capítulo.

O desfecho do processo ocorreu em março de 1911, e foi, assim como em inúmeros casos anteriores, voltado para a absolvição do réu, o qual, como considerou o júri, havia realmente praticado o crime, porém, teria sido motivado por Sebastião. Mas qual seria a motivação de Sebastião? O fato de não querer mais brincar, de expor a sua vontade? Além de reverterem a culpa, o júri levantou uma série de prerrogativas favoráveis ao réu, e que demonstravam claramente, o quanto a visão deles estava pautada, primeiramente na cor da pele dos envolvidos. Eles afirmaram que o réu não possuía consciência e intenção do mal praticado, que o teria feito para desafrontar-se de grande injúria, que o mesmo possuía um comportamento anterior exemplar e que era menor de 21 anos. Não satisfeito, o júri ainda destacou que o réu se achava em completa privação de sentido e inteligência no momento em que cometeu o crime. Mas vamos

³⁵⁴ Italiano, 46 anos de idade, casado, residente em São Carlos do Pinhal, na Rua São Sebastião, nº23, onde o estabelecido tem um açougue, não sabendo ler nem escrever

³⁵⁵ Processo Crime nº3234, Caixa nº193, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

³⁵⁶ Processo Crime nº3234, Caixa nº193, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

³⁵⁷ Jorge Henrique Gomes da Silva, entrevista concedida à pesquisadora no “Bar da Criola”, local escolhido pelo entrevistado relatar a sua vida. São Carlos, 2010.

lá, primeiramente não ficou claro qual seria a grande injúria recebida, pois o réu mesmo não disse uma palavra no processo sobre o seu delito. O que teria feito o pretinho, como foi chamado pelas testemunhas, Sebastião Alves de tão grave que merecesse receber três pauladas na cabeça? Sem considerar a gravidade dos ferimentos e do objeto que foi usado pelo réu o júri e o juiz, concluíram o caso com a absolvição do réu, o qual não recebeu nem sequer uma repreensão sobre o seu ato e seu comportamento. Certamente o comportamento da vítima teria deixado o réu privado de seus sentidos, pois afinal, era uma afronta um pretinho se recusar a manter a brincadeira e ainda por cima enfrentar a fúria do menino branco. Era preciso que Sebastião Alves, aprendesse desde pequeno, qual era o seu lugar na sociedade.

Ao pesquisar sobre os destinos dos envolvidos nada encontramos, mas a ausência de documentos em alguns casos também revela informações, pois, o fato de não encontramos seus óbitos registrados no município, indicam que ambos, em algum momento de suas vidas decidiram migrar. Para onde foram? Não podemos afirmar, mas temos a certeza, que assim como em outros casos, a escolha, pelo menos do negro Sebastião, foi motivada pelo constante desejo de ter uma vida melhor.

Como podemos perceber, ao longo dos 17 conflitos de lesões corporais até então analisados, o convívio entre o branco e negro no pós-abolição

foi marcado constantemente por tensões. Bastava um olhar diferente, uma opinião divergente, um ciúme da esposa ou da amante, para que os ânimos se acirrassem e os protagonistas se colocassem em disputas, agressões físicas e verbais, tornando o espaço urbano central locus de manifestação das intolerâncias e injustiças, ocasionadas, de acordo com Silva³⁵⁸, pelo convívio de uma grande massa populacional que ansiava em migrar para os espaços urbanos em busca de melhores condições de vida. Podemos imaginar a sensação de viver em um espaço onde as preferências ao trabalhador branco eram explícitas? Onde as regras para o negro não valiam para os brancos? Onde o simples caminhar pela cidade era alvo de vigilância constante? Onde ser negro já tornavam as circunstâncias muito mais desafiadoras? Como podemos perceber, diante de tantas adversidades, os negros acabaram se organizando em grupos, nos quais compartilharam além das semelhanças fenotípicas também semelhanças culturais e adversidades sociais. Essa união tornava a luta mais leve e segura, mas também proporcionava uma gama de desentendimentos entre eles, o que comprova, que o negro, era um sujeito ativo, social e extremamente valorizador de seus laços de parentesco e amizade, que nem sempre foram marcados por solidariedade. Podemos perceber também que, a maioria dos conflitos de lesões corporais, ocorreu na região central da cidade, em espaços de moradia plurifamiliares, cortiços, bares, restaurantes, botequins, entre outros. Essa constatação nos traz um dado extremamente

³⁵⁸ Silva, Lúcia Helena Oliveira. Diásporas de afrodescendentes. In: *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de Análise*. Regina Célia Lima Xavier (org.). São Paulo: Alameda, 2012.

importante sobre a população negra que vivia no espaço urbano, pois desmistifica a ideia de que os bairros Vila Izabel e Vila Pureza concentravam uma população negra extremamente violenta, já que desde o fim da escravidão até 1910, foram registrados apenas dois conflitos que ocorreram nestes bairros.

Os desfechos dos processos nos indicaram, ainda, que a cor da pele dos envolvidos era o elemento principal e determinante para a conclusão do caso. Assim, direcionar a culpa para o negro, mesmo quando esta não lhe fosse cabível, nos pareceu uma estratégia constante nos processos criminais instaurados em São Carlos do Pinhal de 1880 a 1910. Quanto mais escura a cor da pele maior era a chance de condenação. O que, porém, não era aceito com submissão para os negros, que por meio de seus curadores, ou apresentando suas versões sobre o fato, tentaram até o fim legitimar a sua real participação nos casos. Assim, podemos afirmar como bem destacou Soares³⁵⁹ que, após o dia 13 de Maio de 1888 a negociação e o conflito estavam cotidianamente presentes na maneira com a qual homens e mulheres negros se organizaram bem como na forma de elaboraram estratégias de defesa. Por mais que as rasteiras os fizessem *cair por terra*³⁶⁰ logo em seguida, lá estavam eles, firmes e determinados.

2.3. Nem vadios nem desordeiros: na contramão da visibilidade que se tentou construir sobre o negro

Walter Fraga Filho, em seu livro: mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX³⁶¹, fez uma análise surpreendente sobre a construção do ideário dos indivíduos pobres na Bahia, ainda nos oitocentos. Ele destacou que este ideário recaía principalmente sobre os negros, tendo em vista serem estes que compunham a grande massa de pobres no período, tornando-os, então, alvo de vigilância constante das autoridades e de membros da sociedade civil. A análise do autor pode ser materializada em outras regiões do país e até mesmo em municípios do interior paulista, como foi o caso do município de São Carlos do Pinhal, objeto de nossa investigação. Os indivíduos que fugissem às regras morais, culturais e trabalhistas eram categoricamente identificados como vadios. E sua presença, principalmente nos espaços urbanos, passou cada vez mais a ser alvo de preocupações para as elites, que encontravam refúgio no controle exercido pelo Estado, principalmente, sobre a camada de “pobres livres de cor”, por meio do Código Criminal de 1830, que criminalizou a vadiagem e a mendicância tomando-as passíveis de penas e reclusões. Através de

³⁵⁹ Soares, Aline Mendes. “Precisa-se de um pequeno”: negociação, conflito e estratégia de vida da mão-de-obra infantil negra no pós-abolição no Rio de Janeiro (1888-1927). In: Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil / Martha Abreu e Mathews Serva Pereira (orgs.). Niterói: PPG - história - UFF, 2011.

³⁶⁰ Termo constantemente encontrado nos processos quando o negro descrevia a condição a qual era submetido no momento do conflito.

³⁶¹ Fraga Filho, Walter. Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX. Salvador: EDUFBA, 1996.

Walter Fraga Filho encontramos em Paulo César Souza, que:

A legislação imperial, no intuito de negar status de cidadão e de evitar a descriminalização declarada das camadas livres “de cor”, recorreu a categorias como “vadios” e “ociosos”, ou “desordeiros”, para justificar as medidas de controle social.³⁶²

Seriam considerados vadios e mendigos, de acordo com os artigos 295 e 296 do Capítulo IV do Código de 1830, os indivíduos abaixo descritos e suas penas seriam:

VADIOS E MENDIGOS

Art.295. Não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta, e util, de que possa subsistir, depois de advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda suficiente. Pena - de prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias.

Art.296. Andar mendigando: 1º Nos lugares, em que existem estabelecimentos publicos para os mendigos, ou havendo pessoa, que se offereça a sustental-os. 2º Quando os que mendigarem estiverem em termos de trabalhar, ainda que nos lugares não hajam os ditos estabelecimentos. 3º Quando fingirem chagas, ou outras enfermidades. 4º Quando mesmo inválidos mendigarem em reunião de quatro, ou mais, não sendo pai, e filhos, e não se incluindo tambem no numero

dos quatro as mulheres, que acompanharem seus maridos, e os moços, que guiarem os cegos. Penas - de prisão simples, ou com trabalho, segundo o estado das forças do mendigo, por oito dias a um mez³⁶³.

Após a abolição da escravidão em 1888 e a constituição do sistema republicano em 1889, as elites e o Estado, se mantiveram atentas às ações das camadas pobres recaindo com peso ainda maior sobre os negros libertos e os recém-saídos da escravidão. De acordo com Sepúlveda³⁶⁴ a disciplina para o trabalho passou a ser o grande objetivo dos dirigentes nacionais que, seguindo modelos europeus, iam estruturando uma conjuntura social voltada para a recuperação, não apenas daqueles indivíduos que haviam cometido delitos graves, mas também daqueles considerados desajustados socialmente. Optar pela vida dedicada ao ócio, à bebida e à capoeira, e não pelo trabalho dito honesto, era uma afronta para a sociedade republicana que, apesar de seu discurso democrático e inclusivo, desejava varrer para fora do convívio social estes indivíduos transformados pelo Código de 1890, ainda segundo Sepúlveda, em contraventores.

No Código Penal de 1890, havia artigos que tornavam mendigos, ébrios, vadios e capoeiras em contraventores sujeitos à prisão celular.

³⁶² Walter Fraga Filho. Apud: Souza, Paulo Cesar. A Sabinada, a revolta separatista da Bahia. 1837. São Paulo: Brasiliense, 1987.

³⁶³ Código Criminal de 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm

³⁶⁴ Santos, Myriam Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. TOPOI, v. 5, nº8, jan.-jun. 2004, pp. 138-169.

Para os que fossem maiores de 21 anos, ficava estabelecida a prisão em celas, que variava de 5 dias a 4 meses. Os menores, entre 14 e 21 anos, deveriam ser recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais. A repressão maior era indubitavelmente contra os vadios e capoeiras reincidentes. De acordo com artigos 399, 400 e 401, eles deveriam ser recolhidos por 1 a 3 anos em colônias penais, em ilhas marítimas ou nas fronteiras do território. Aqueles que fossem estrangeiros reincidentes seriam deportados³⁶⁵.

Para tirar os indesejáveis das cidades foram instituídas as colônias correccionais, que surgiram para “recuperar” os criminosos. E com o discurso de preparar e encaminhar o indivíduo para o trabalho, o Estado camuflava uma série de intenções, das quais destacamos o desejo de apartar negros e pobres da sociedade, principalmente dos núcleos urbanos. Foi exatamente essa a intenção da polícia e da sociedade são-carlense, intolerante para com os homens negros e pobres que não possuíam moradia fixa e ocupação formal, quando encaminhou para investigação Pedro Salgado da Silva. Sobre ele disse o delegado de polícia: *no dia 21 de novembro de 1908, por volta das 9 horas da manhã, foi encontrado na Rua General Osório provocando desordem e alcoolizado, o indivíduo Pedro Salgado, brasileiro*

*e desocupado*³⁶⁶. O delegado ainda destacou que o réu era reincidente, pois já havia sido preso pelo mesmo delito há alguns dias, mas precisamente no dia 14 de novembro, quando foi acusado de vadio por ser *desocupado, não exercer profissão ou ofício conhecido e não possuir meio de subsistência e domicílio certo*³⁶⁷. Por este primeiro delito, Pedro Salgado cumpriu pena de 22 dias e 12 horas de prisão celular e, após ser liberado, assinou o termo de “tomar ocupação” no prazo de 15 dias, ficando assim sob o controle e olhos vigilantes das autoridades e sociedade local. Destacamos que, assinado o termo, bastava pouco para que o indivíduo fosse apontado novamente como vadio e, então, encaminhado para as colônias correccionais, muitas vezes, como nos apontou Myriam Sepúlveda dos Santos³⁶⁸, sem ter cometido crime algum.

Ao ser investigado, Pedro Salgado da Silva declarou ser brasileiro, ter 29 anos de idade, ser filho de Vicente Salgado da Silva e Maria de Jesus. Ao contrário do que foi apontado pelas autoridades e testemunhas, ele não era desocupado declarado, pois informou ocupar-se como jornalista, atividade desenvolvida comumente por homens e mulheres negros no pós-abolição, devido à escassez de ofertas de trabalhos formais para estes sujeitos nos centros urbanos das cidades paulistas, como destacou

³⁶⁵ Santos, Myriam Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. TOPOI, v. 5, nº8, jan.-jun. 2004, pp. 138-169.

³⁶⁶ Processo Crime nº3695, Caixa nº233, São Carlos, 1908. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

³⁶⁷ Código Penal de 1890. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/55636995/Codigo-Penal-de-1890-Completo#scribd>

³⁶⁸ Santos, Myriam Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. TOPOI, v. 5, nº8, jan.-jun. 2004, pp. 138-169.

Silva³⁶⁹. Ele declarou também que era solteiro, não sabia ler nem escrever e que residia na cidade. Sobre o incidente disse em sua defesa que *não se lembrava de ter feito desordem visto achar-se na ocasião muito embriagado e que quando deu conta de si, estava preso*. Pelas autoridades, Pedro foi descrito como um indivíduo *de cor preta, alto e com bons dentes*³⁷⁰.

O interessante deste processo é que as testemunhas que apontaram o réu como vadio e desordeiro não eram simples transeuntes que estavam na Rua General Osório no dia em que se deu o fato, mas sim os funcionários públicos Thiago Masagão³⁷¹ e Gabriel Monteiro de Pinho³⁷² que, logicamente em defesa do poder local, ao serem chamados pelos policiais afirmaram ter visto Pedro Salgado em completo estado de embriagues, gritando e fazendo desordem na cidade. Os policiais legitimaram a prisão do réu destacando que ele havia assinado “termo de tomar ocupação” há 15 dias, e que, portanto, estava descumprindo as ordens do termo, pois havia sido encontrado embriagado em horário

em que deveria trabalhar.

No dia 08 de dezembro, foi realizado o julgamento de Pedro Salgado da Silva, o qual, por não ter apresentado nenhum documento que comprovasse ter ocupação honesta foi apontado como desordeiro e desocupado, tendo ainda como fator agravante para a condução do processo, o fato de ser reincidente no crime. Assim, considerando a situação do réu, o juiz Octaviano da Costa Vieira determinou que ele fosse varrido da sociedade local e recolhido por três anos na Colônia Correccional da Ilha dos Porcos, localizada em Ubatuba-SP³⁷³.

Ainda segundo Sepúlveda³⁷⁴, o discurso usado para legitimar o enclausuramento nestas colônias dos indivíduos considerados desviados era o de torná-los aptos socialmente para o trabalho. Porém, o fato relevante é que o tratamento dado a estes indivíduos era extremamente coercitivo e abusivo não se diferenciando muito do tempo da escravidão. Além destas prerrogativas, a autora salienta também as precárias condições de higiene e salubridade, que acabavam acarretando doenças

³⁶⁹ Silva, Lúcia Helena Oliveira. Diásporas de afrodescendentes. In: Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de Análise. Regina Célia Lima Xavier (org.). São Paulo: Alameda, 2012.

³⁷⁰ Processo Crime nº3695, Caixa nº233, São Carlos, 1908. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

³⁷¹ Manoel Thiago Corrêa Masagão, cinquenta e quatro anos de idade, empregado público, casado, natural do Estado de São Paulo.

³⁷² Brasileiro, natural do Estado de São Paulo, empregado público, sabendo ler e escrever.

³⁷³ Esta Colônia foi instalada em 1908 na Ilha dos Porcos com o nome de “Colônia Correccional do Porto das Palmas”, mas era conhecida popularmente como “Colônia Correccional da Ilha dos Porcos”. O espaço foi usado até 1913 para este fim quando os presos foram transferidos para Taubaté. A partir de então o prédio passou por várias adaptações, ficando abandonado por um período e servindo posteriormente como hospedaria para imigrantes, prisão para presos políticos e presídio desativado em 1952 por conta de um grande motim. Hoje a ilha abriga o “Parque Estadual da Ilha Anchieta”, aberto à visitação, e as antigas instalações guardam parte de suas histórias registradas nas ruínas que lá estão preservadas.

³⁷⁴ Santos, Myriam Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. TOPOI, v. 5, nº8, jan.-jun. 2004, pp. 138-169.

nos enclausurados e levando-os, em muitos casos, à morte.

Pedro Salgado da Silva lá permaneceu por três anos e teve seu alvará de soltura registrado em 23 de novembro de 1911. Será que depois desse período nosso personagem teria se adaptado à vida regrada exigida pela sociedade capitalista vigente? Será que ele voltou a adotar o modo de vida anterior a sua reclusão na Ilha dos Porcos? Para onde seguiu quando foi liberado da casa de correção? Nada podemos afirmar sobre o destino de Pedro Salgado, a não ser o fato de que ele não faleceu em São Carlos e que, portanto, escolheu outro lugar em algum momento de sua vida para se estabelecer, mesmo que provisoriamente. Ele que não estava em São Carlos em 1907, foi preso na cidade em 1908, e talvez este seja mais um dos “agravantes” para a sua reclusão, pois além de ser um homem preto, desocupado e desordeiro, era forasteiro na sociedade são-carlense e dela, como pudemos perceber, foi banido rapidamente.

Assim como Pedro, outros indivíduos considerados vadios foram, ainda em 1908, encaminhados à delegacia de São Carlos para prestarem esclarecimentos sobre suas condutas “desviantes”. Leonida de Campos e Domingos Rodrigues, que não tinham nenhum vínculo de parentesco ou amizade, foram presos e julgados no mesmo processo. Havia chegado ao conhecimento do delegado Eduardo Vaz de Barros que:

Leonida e Domingos deixam de executar profissão, ofício ou qualquer mister em que ganhem a vida não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habitem, provendo a sua subsistência por meio de ocupação proibida por lei³⁷⁵.

Em seus autos de qualificações, Leonida de Campos declarou ter 25 anos de idade, ser brasileira, solteira, filha de Joaquim Villa Nova (já falecido), ocupar-se como criada de servir, residir em São Carlos do Pinhal e não saber ler nem escrever. E Domingos Rodrigues declarou ter 45 anos de idade, ser brasileiro, casado, filho de José Rodrigues (já falecido), ocupar-se como trabalhador de roça, residir neste município e não saber ler nem escrever. Ela foi descrita como tendo: *1m54cm de altura e cor preta e ele 1m61cm de altura e também de cor preta*³⁷⁶.

Em sua defesa, Domingos Rodrigues, afirmou não ser vagabundo e disse já ter exercido a profissão de carreiro, cocheiro e também serviços de roça, demonstrando assim, como os negros alternavam suas atividades de acordo com as ofertas de trabalho a eles disponíveis. Sobre seus empregos ele contou que já tinha trabalhado nas fazendas dos Senhores Joaquim Botelho, Bento de Abreu, Affonso de Abreu e Theophilo Cardoso. Ele destacou ainda que:

Ultimamente tem trabalhado na fazenda de Joaquim Cintra e que mora com sua esposa Theresa na chácara de sua comadre Maria da

³⁷⁵ Processo Crime nº4329, Caixa nº297. São Carlos, 1908. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

³⁷⁶ Processo Crime nº4329, Caixa nº297. São Carlos, 1908. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Conceição, perto de Ibaté e que há cerca de um mês foi preso nesta cidade por provocar desordem e tendo o delegado intimado a “tomar ocupação” (...) empregou-se na fazenda de Joaquim Cintra que veio procura-lo pessoalmente na cadeia e o levou para a sua fazenda onde ficou trabalhando no cafezal até o dia 11 do corrente. Nesse período ficou morando na fazenda de Joaquim Cintra, sozinho e sua mulher ficou na chácara já referida. Só vem nesta cidade aos domingos e dorme na casa de sua tia Virgínia na Rua Jesuíno de Arruda. No dia 11 veio da fazenda e foi diretamente visitar sua mulher em Ibaté, vindo para esta cidade no dia seguinte foi preso no dia 13 quando passeava pelas ruas da cidade³⁷⁷.

Como podemos perceber o fato de estar empregado, talvez informalmente, não garantia que o negro Domingos pudesse transitar livremente, pois ao tentar fazer isso, foi preso pelas autoridades locais e levado até a delegacia para prestar declarações. Essa vigilância constante sobre os negros tem, a nosso ver, extrema proximidade com as perseguições exercidas sobre os negros escravos, ou libertos ainda no sistema escravista, os quais tinham regras definidas para circular pelos espaços da cidade. Exigir documento que comprovasse o exercício do trabalho considerado honrado não era, assim, diferente da obrigação que o escravo tinha de apresentar a autorização do senhor para circular e da carta de alforria para comprovar sua liberdade. Ou seja, mesmo

no pós-abolição, o negro ainda precisava provar ter trabalho e moradia para usufruir o espaço público e exercer o seu pleno direito de ir e vir.

Leonida Campos também contou sua trajetória ocupacional, destacando que as circunstâncias por ela vividas acabaram influenciando na sua decisão em exercer uma ocupação proibida por lei. Ela contou:

Esteve empregada na casa do Senhor Sebastião Borromeu, nesta cidade, durante um ano, onde exercia a ocupação de cozinheira e que sendo despachada dessa casa empregou-se na casa de Victor Fava de onde saiu depois dois meses, que em seguida empregou-se numa fazenda onde ficou por três meses. Que não mais se empregou indo residir na fazenda Santa Maria em companhia do preto Eugenio. Que há cerca de um ano veio dessa fazenda para esta cidade morando na Rua Aquidaban, número sete, vivendo da prostituição. Quem paga o aluguel da casa onde reside é Salvador Francisco que frequenta a sua casa³⁷⁸.

Antes de ir morar com o preto Eugenio na fazenda Santa Maria, Leonida passou por três empregos. No primeiro exerceu a ocupação de cozinheira e foi dele, como ela mesma disse “despachada”, nos levando a crer que a decisão de sair não partiu dela e sim de seus patrões. No segundo permaneceu por dois meses, no terceiro mais três demonstrando uma intensa

³⁷⁷ Processo Crime nº4329, Caixa nº297. São Carlos, 1908. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

³⁷⁸ Processo Crime nº4329, Caixa nº297. São Carlos, 1908. Fundação Pró-Memória de São Carlos.



Figura 5: Colônia Correccional de Três Porcos. Sem data.

mobilidade nos serviços e o quanto as mulheres negras estavam empoderadas de seus direitos de escolha, construindo e desfazendo contratos informais de trabalho de acordo com as suas expectativas, como bem demonstrou Telles³⁷⁹ ao investigar as atividades exercidas pelas mulheres negras ainda na vigência da escravidão e no pós-abolição. A autora chegou à conclusão de que a mobilidade era a maior conquista destas mulheres, que puderam depois de abolida a escravidão, escolher seus destinos. Depois de ter passado por alguns empregos Leonida deixou de trabalhar fora e foi morar com Eugenio, exercendo a partir de então, somente os serviços domésticos de sua própria casa. Sua permanência neste espaço durou apenas um ano e, com o fim do relacionamento conjugal, ela decidiu voltar para o núcleo urbano e ocupar-se da prostituição para garantir seu sustento e, de certa forma, mais autonomia.

As testemunhas que disseram conhecer os réus foram contundentes ao explanarem suas opiniões sobre os mesmos. Luiz Cardoso de Negreiros³⁸⁰, por exemplo, disse em seu depoimento que Domingos Rodrigues era vadio e que havia sido preso há cerca de um mês promovendo desordem nesta cidade embriagado. Ele afirmou ainda que:

Ouviu dizer que Domingos é vadio e desordeiro e que ontem foi o acusado novamente preso por vagar pela cidade em dia útil. Disse também que ouviu dizer que o acusado foi por tempo ladrão de galinhas e que não sabe onde ele reside e nem se tem domicílio certo³⁸¹.

Apesar de a testemunha acima não conhecer pessoalmente o réu e deixar claro em sua fala que *ele ouviu dizer* que o mesmo era vadio e desordeiro, se apropriando das evidências de outros, como se elas fossem suficientes para categorizar Domingos. Assim, nos fica claro que a visibilidade que se queria estabelecer para os negros ia cada vez mais ganhando espaço e se consolidando como um estereótipo universal. João Teixeira Ferreira³⁸² que conhecia o réu, não apresentou uma versão diferente sobre Domingos e salientou o seu comportamento desviado destacando que³⁸³:

Conhece Domingos há cerca de quatro anos, que ele tem promovido muita desordem nesta cidade, tendo sido preso inúmeras vezes por hebrío e desordeiro. Que o acusado não se ocupa em ofício algum, vivendo em completa ociosidade, que há cerca de um mês foi preso por

³⁷⁹ Telles, Lorena Feres da Silva. *Libertas Entre Sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)*. São Paulo: Alameda, 2014.

³⁸⁰ Brasileiro, filho de Luiz Cardoso de Negreiros, natural de Itú, com 44 anos de idade, casado, militar, morador em São Carlos do Pinhal, sabendo ler e escrever.

³⁸¹ Processo Crime nº4329, Caixa nº297. São Carlos, 1908. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

³⁸² Brasileiro, 36 anos de idade, natural do Estado de São Paulo, militar, viúvo, que não sabia ler nem escrever.

³⁸³ Processo Crime nº4329, Caixa nº297. São Carlos, 1908. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

estar completamente embriagado e promovendo desordem nesta cidade e mesmo depois de preso tornou-se tão turbulento que foi colocado em uma prisão solitária desta cidade³⁸⁴.

A fala de João Teixeira, além de reproduzir o discurso desqualificador sobre Domingos, apresenta ainda, em suas entrelinhas, uma importante denúncia sobre o sistema prisional local, quando ele salienta que por conta de atitudes comportamentais o preso foi encaminhado para a solitária, que ia na contramão das premissas teóricas do sistema prisional republicano, demonstrando, assim, que o mandonismo local ainda era fortemente decisivo nas cidades do interior.

Henrique Gonçalves de Oliveira³⁸⁵, também afirmou em seu depoimento que Domingos era vadio e que o mesmo já havia sido preso algumas vezes por embriagues e por promover desordem e ainda destacou em sua fala sua inconformidade com o fato de Domingos não ser da cidade. *Ele não mora nesta cidade, mas vem frequentemente para cá para beber e promover desordem e que não possuiu meios de subsistência*. Destacamos que Domingos não aceitou passivamente os depoimentos e afirmou

*nunca ter praticado roubo algum, não ser desordeiro e sim um homem trabalhador*³⁸⁶.

Na mesma situação que Domingos, a negra Leonida Campos, também foi presa por apresentar comportamento “desviante” e exercer ocupação proibida por lei. Sobre a sua conduta as mesmas destacaram que a ré foi presa inúmeras vezes por ser *hebreia, desordeira e vadia*. Luiz Cardoso de Negreiros afirmou que Leonida já havia sido intimada a “tomar ocupação”, mas até o momento não tinha se ocupado em ofício algum. Ele disse ainda que *a ré havia sido presa há três dias por estar praticando atos imorais com um rapaz em plena rua e que ela vivia sempre em companhia de vagabundos da pior espécie*³⁸⁷. João Teixeira, que também testemunhou, afirmou que Leonida de Campos:

*É uma preta incorrigível*³⁸⁸ e foi recolhida a cadeia desta cidade inúmeras vezes por ser hebreia e desordeira. Ela vive em completa libertinagem e não tem domicílio certo em que habite visto ter sido encontrada em diversos lugares nesta cidade. Ultimamente foi presa por estar praticando atos imorais em plena rua e a autoridade local por diversas vezes a aconselhou a se regenerar e tomar ocupação ao que ela não atendeu³⁸⁹.

³⁸⁴ Processo Crime nº4329, Caixa nº297. São Carlos, 1908. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

³⁸⁵ Brasileiro, 27 anos de idade, filho de Isaias de Oliveira, natural do Estado de São Paulo, residente em São Carlos do Pinhal, sabendo ler e escrever.

³⁸⁶ Processo Crime nº4329, Caixa nº297. São Carlos, 1908. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

³⁸⁷ Processo Crime nº4329, Caixa nº297. São Carlos, 1908. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

³⁸⁸ Grifo Nosso.

³⁸⁹ Processo Crime nº4329, Caixa nº297. São Carlos, 1908. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Henrique Gonçalves de Oliveira não expressou opiniões divergentes das testemunhas anteriores e destacou que conhecia Leonida há anos e sabia ter sido ela *presa inúmeras vezes* por embriagues e por promover desordem. Ele enfatizou ainda que *ela que nunca procurou uma ocupação séria, promovendo a sua sobrevivência por meio da prostituição*.

Sobre o seu comportamento, Leonida foi enfática e respondeu sem temor às acusações afirmando serem verdadeiros os depoimentos das testemunhas. Seria Leonida uma mulher forte e destemida, pronta para enfrentar as consequências penais por seu comportamento tido como degenerado? Ou uma mulher bem resolvida, que não tinha nada a esconder, apesar de exercer uma ocupação proibida por lei? De qualquer maneira, Leonida se mostrou ser uma mulher corajosa, pois assim, como tantas outras já retratadas nesta pesquisa, ela assumiu um comportamento audacioso para a época, se dedicou ao exercício da prostituição, ao consumo de bebidas alcoólicas e parecia não ter nenhum tipo de pudor em exercer sua ocupação em locais públicos.

O desfecho para o caso de Domingos e Leonida foi a reclusão de ambos na cadeia local por 26 dias e seis horas. Eles foram acusados e penalizados por não possuírem domicílio certo, meios de subsistência e não exercerem profissão *honest*a para ganhar a vida. Vale destacarmos,

no entanto, que os acusados afirmaram categoricamente possuir moradia certa e ocupação que garantisse suas subsistências. O fato era, porém, que a precariedade da moradia e ocupação por eles exercidas não eram reconhecidas pela lei e vistas com maus olhos pela sociedade civil. Além da prisão, os réus foram obrigados a assinar o termo de “tomar ocupação” no prazo de 15 dias, caso contrário, seriam condenados a cumprir a pena prevista no parágrafo primeiro do Art.399 do Código Penal que previa a prisão celular de 15 a 30 dias. Se eles conseguiram “tomar ocupação” no prazo estabelecido não pudemos averiguar, mas constatamos que ambos não tiveram mais processos criminais registrados em seus nomes nos anos posteriores. Isso pode indicar que eles não tenham praticado nenhum delito na cidade, ou, simplesmente, que decidiram procurar outro município para se estabelecer. Esse argumento ganha mais força, pois seus óbitos não foram registrados no município, demonstrando também que a mobilidade espacial foi de fato, a maior representação da liberdade para o homem e a mulher negra no pós-abolição. Entre idas e vindas, a história do negro no município foi escrita por meio das andanças e esperanças de um povo marcado pelas insígnias da escravidão e que buscava livrar-se um pouco delas a cada mudança e a cada passo. Como nos falou Francisco Fermiano³⁹⁰, *se não estava bom à gente mudava, e mudava de novo, e de novo. Quantas vezes fosse preciso!*

³⁹⁰ Francisco Fermiano, entrevista concedida à autora da tese na sala da casa de sua irmã Geralda. Neste Espaço havia um sincretismo religioso e cultural fantástico. Entre imagens de Santos católicos e figuras de pretos velhos, conversamos por mais de duas horas com Fermiano. São Carlos, 2013.

E assim, termina nossa investigação sobre os conflitos que entraram em cena no espaço urbano em São Carlos do Pinhal de 1888 a 1910. Foram tantas histórias, ocorrências, cumplicidades, divergências, interesses e relações, nem sempre amistosas e de solidariedade que marcaram as páginas deste capítulo, demonstrando que o negro e a negra, que optaram pela vida em liberdade nos centros urbanos, foram pessoas reais que escreveram histórias reais e viveram experiências também muito reais nos mostrando a cada novo conflito, que a união, a família, a mobilidade e desejo em se estabelecer socialmente, foram os grandes pilares da estruturação da vida urbana no pós-abolição.

CAPÍTULO III

Estratégias de resistência no espaço urbano no pós-abolição

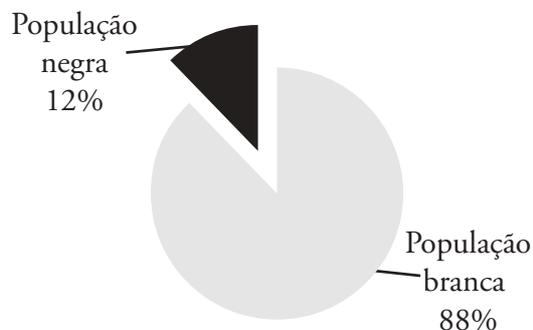


Estratégias de resistência no espaço urbano no pós-abolição

Ao escolher o espaço urbano para vivenciar a sua liberdade, arduamente conquistada como vimos nos capítulos anteriores, tanto o homem negro como a mulher negra tiveram que elaborar uma série de estratégias de resistência para driblar a conjuntura social, política, econômica e cultural excludente que se solidificou com o fim da escravidão. A conquista de direitos e a afirmação da cidadania tornou-se um exercício diário para estes sujeitos que elaboraram e reelaboraram mecanismos de integração e defesa. Como podemos perceber ao longo deste trabalho, o exercício da autonomia e a liberdade de ir e vir representavam, sem dúvida alguma, a vivência da liberdade para os libertos que, tanto no meio urbano como no rural, adotaram ocupações e modos de vida apoiados em seus anseios, conhecimentos e experiências. Em São Carlos do Pinhal, não podemos afirmar, como já apontamos, quantos negros escolheram a cidade ou o campo imediatamente após a abolição do sistema escravista, visto não possuímos nenhum documento que registre tais informações. Porém, dezenove anos depois, apoiados no Recenseamento Populacional de 1907, levantamos

que dos 38.642 indivíduos recenseados no município, 4.816 foram declarados negros, sendo 3.815 pretos e 1.001 mulatos³⁹¹, ou seja, 12% da população são-carlense era formada por negros. (Ver Gráfico 3)

Gráfico 3: População de São Carlos por cor. Recenseamento Populacional de 1907.



Este percentual pequeno em comparação ao número de indivíduos de cor branca encontra explicação em diversos fatores, dos quais Walter Fraga Filho³⁹² aponta, para o caso da Bahia, mas que pode ser plenamente vislumbrado em São Carlos: o anseio da população negra após a

³⁹¹ Vale ressaltarmos que, o número de negros recenseados, não pode ser considerado como absoluto, pois encontramos alguns casos em que pardos foram registrados como brancos, o que torna este documento, um tanto frágil. Porém, os números apresentados nos permitem, ainda assim, conhecermos o perfil daqueles que foram declarados, ou se declararam pretos, ou mulatos, no momento do recenseamento. Nenhum documento sobre a metodologia de execução do censo foi encontrado, o que temos é apenas o decreto-lei registrado em Ata da Câmara Municipal ordenando a execução do recenseamento, no qual também nada foi informado.

³⁹² Filho, Walter Fraga. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.



Figura 6: Planta da cidade de São Carlos. Início do século XX.

abolição em retornar para sua terra natal, ou para onde estavam presentes membros de suas famílias, cruelmente separados pelo tráfico interprovincial que sustentou notadamente a escravidão no interior paulista até as vésperas da abolição. Outro elemento que contribuiu para o aumento da população branca e diminuição da negra foi a imigração europeia, fortemente impulsionada pelo Estado e os fazendeiros locais, preocupados com a substituição da mão de obra escrava, mas também movidos pelo desejo de branqueamento da população brasileira³⁹³. De qualquer maneira, no total, havia uma presença significativa de negros em São Carlos do Pinhal em 1907, e dos 4.816 indivíduos, 3.487 moravam no meio rural, trabalhando como empregados nas inúmeras propriedades agrícolas do município, ou como pequenos proprietários rurais, e 1.329 moravam no espaço urbano. Ver Gráfico 4

Como podemos perceber, a população negra que habitava o município de São Carlos do Pinhal estava majoritariamente concentrada no meio rural em 1907, demonstrando que o campo também era uma opção de escolha para esses sujeitos, que podiam permanecer e voltar de acordo com suas vontades e necessidades. Segundo Hebe Mattos³⁹⁴, os negros libertos eram atraídos pela vida no campo por diversos fatores, dentre eles, o desejo pela manutenção da família, dos

Gráfico 4: Presença negra em São Carlos. Recenseamento Populacional de 1907.



laços de parentesco e amizade, o cumprimento de acordos e contratos trabalhistas, o conhecimento dos serviços executados, o acesso à moradia e a um pequeno pedaço de terra para plantações de alimentos e criação de animais, que eram usadas para o consumo familiar e, em alguns casos, também comercializadas³⁹⁵. No município, estes fatores certamente influenciaram os 3.487 indivíduos a optarem pela vivência de suas liberdades no meio rural, colocando por terra o discurso de que os negros deram preferência à vida no meio urbano no pós-abolição. Isso, porém não significa que ex-escravos de São Carlos tenham permanecido no campo após a abolição, pois os negros que habitavam o meio rural em 1907 podiam perfeitamente ser migrantes que para cá vieram motivados por inúmeros fatores. De qualquer maneira, acreditamos ser de extrema valia conhecermos os motivos que

³⁹³ Sobre este assunto indicamos a leitura dos autores Maria Helena Machado, Keila Grimberg, Wlamyra Albuquerque, Flávio Gomes, Kabengele Munanga, entre outros.

³⁹⁴ Mattos, Hebe Maria. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

³⁹⁵ Costa, Emília Viotti da Costa. *Da senzala à Colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

levaram uma pequena parte da população negra a escolher o espaço urbano. Assim, quais teriam sido os motivos que levaram esses 1.329 negros, a optarem pela vida neste espaço? Em quais bairros eles fixaram moradia? Que ocupações exerceram? Quais foram suas estratégias de enfrentamento social? Como moldaram suas vidas culturalmente numa sociedade majoritariamente branca? São estes indivíduos que acompanharemos a partir de então, aproveitando os dados do Recenseamento Populacional de 1907 e também os depoimentos de descendentes de negros que assim, como seus antepassados, construíram as suas histórias na cidade.

3.1. A presença negra no espaço urbano a partir do Recenseamento Populacional de 1907

Como já vimos no capítulo anterior, o município de São Carlos do Pinhal, em 1907, era regido pelo penúltimo Código de Posturas que foi aprovado no município no ano de 1905. De acordo com Renata Priore Lima³⁹⁶, esse código foi definido pela lei municipal de número 58 e mantinha muitos aspectos dos Códigos anteriores, trazendo, no entanto, uma mudança, segundo a autora, muito significativa para a cidade, a

saber, o estabelecimento dos limites da área rural e urbana, sendo esta última subdividida em cidade e subúrbio. A cidade, neste período já contava com alguns loteamentos mais populares, distintos e afastados dos espaços ocupados pela elite local e que perfaziam os arredores da igreja matriz, o qual, segundo Bortolucci³⁹⁷ era ocupado por majestosos casarões ecléticos dos barões do café que ali mesclavam costumes rurais e urbanos.

Para as classes mais pobres foram criados logo após a abolição da escravidão, os bairros, Vila Nery, Pureza e Izabel³⁹⁸, os quais, a nosso ver, surgiram em resposta ao medo das elites de que ocorresse uma migração em massa dos libertos para o espaço urbano com o fim da escravidão. Assim, evitando que eles ocupassem a região central, trataram logo de lotear espaços distantes, para que os mesmos pudessem se estabelecer longe do perímetro elitizado. Certamente foi a partir da preocupação com o *perigo* que os libertos representavam para a elite branca, como destacou Maria Helena Machado em seu livro “O Plano e o Pânico³⁹⁹” que surgiram os primeiros loteamentos no município, desprovidos de qualquer tipo de infraestrutura e embelezamento. Os lotes nestes espaços eram adquiridos com certas facilidades, dentre elas, a troca por meio do trabalho, como

³⁹⁶ No capítulo anterior nas páginas 03 e 04 nos referimos aos dados históricos de formação destes bairros. Sobre esse assunto ver: Lima, Renata Priore. Limites da Legislação e o (des)controle da expansão urbana: São Carlos (1857-1977). São Carlos: EdUFSCar, 2008; Costa, Natália. Espaços negros na cidade do pós-abolição. São Carlos, um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. IAU-USP. São Carlos, 2015.

³⁹⁷ Bortolucci, Maria Ângela. Moradias Urbanas Construídas em São Carlos No Período Cafeeiro. São Paulo: FAU-USP. Tese de Doutorado, 1991.

³⁹⁸ A Vila Nery foi o primeiro loteamento da cidade, e foi, de acordo com Renata Priore Lima, implantado em 1889. Dois anos depois, em 1891, foram implantadas, a Vila Pureza e a Vila Izabel. Isso, porém, não significa, a nosso ver, que estes espaços não tenham sido habitados anteriormente de maneiras informais.

³⁹⁹ Machado, Maria Helena. O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição. Rio de Janeiro: EdUFSJ, EdUSP, 1994.

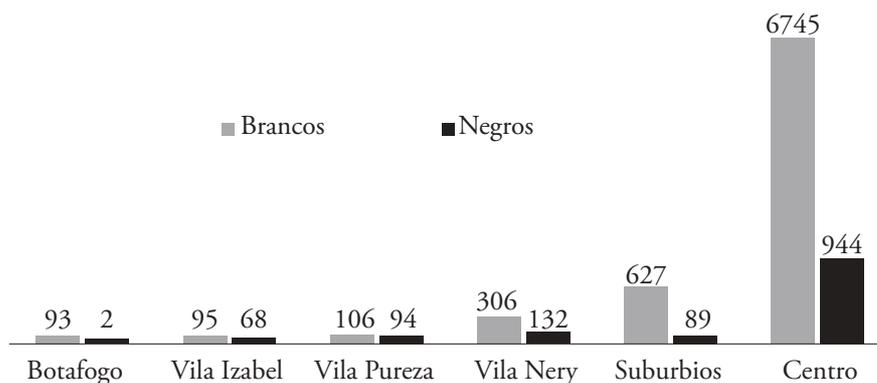
nos indicou Sebastião Nunes⁴⁰⁰, quando se referiu ao pedaço de terra que seu pai recebeu na Vila Pureza em troca do trabalho ofertado ao senhor Mattos, a venda parcelada como salientou “Tiana Poçeira⁴⁰¹” quando nos contou como seu pai havia conseguido adquirir por volta de 750 metros² na Vila Izabel ou ainda pela ocupação ilegal, constantemente silenciada durante as entrevistas, mas que surge nas entrelinhas.

De acordo com o Recenseamento de 1907, o espaço urbano de São Carlos do Pinhal era formado pelos bairros Centro, Vila Izabel, Vila Pureza, Vila Nery, Botafogo⁴⁰² e Subúrbios, os quais agregavam em maior ou menor número, como podemos ver no Gráfico 5, homens e

mulheres de cor preta ou mulata.

Como podemos perceber os negros em comparação à população de cor branca, se distribuía respectivamente nos bairros Vila Pureza, Vila Izabel, Vila Nery, Centro e Subúrbios e como nos indica o Gráfico 6, eles eram 47% dos moradores na Vila Pureza, 41,71% na Vila Izabel, 30,13% na Vila Nery, 12,43% no Centro e 12,27% nos subúrbios. Ocupavam assim, em maior ou menor número todo o espaço urbano, se concentrando, porém, com maior representatividade nos bairros Vila Pureza, Vila Izabel e Vila Nery.

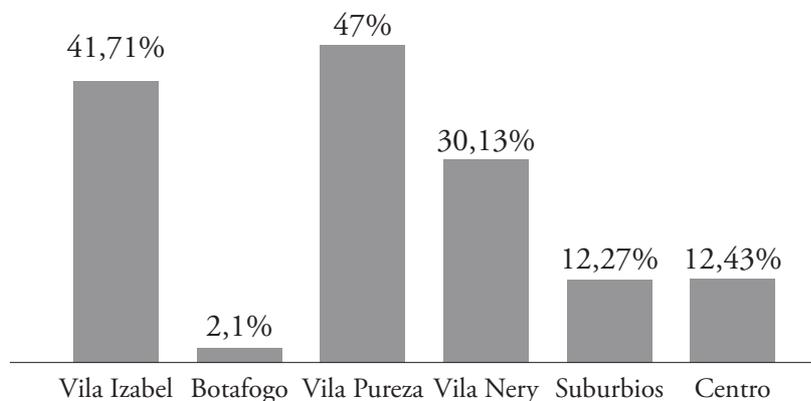
Gráfico 5: Presença negra no espaço urbano em São Carlos. Recenseamento Populacional de 1907.



⁴⁰⁰ Sebastião Nunes, entrevista concedida à autora da tese na sala, ornada por muitas fotos e quadros da família, na casa do entrevistado. São Carlos, 2013

⁴⁰¹ Sebastiana Ananias. Entrevista concedida à autora da tese na casa da entrevistada localizada na Vila Izabel. O espaço escolhido foi a sala de visitas, em meio às fotos e objetos que retratavam a história da família. São Carlos, 2013.

⁴⁰² Por abrigar apenas um casal de negros idosos o bairro Botafogo não entrou em nossas análises. Metodologia compartilhada com Natália Costa em sua dissertação “Espaços Negros na Cidade do Pós-Abolição: São Carlos, um estudo de caso”.

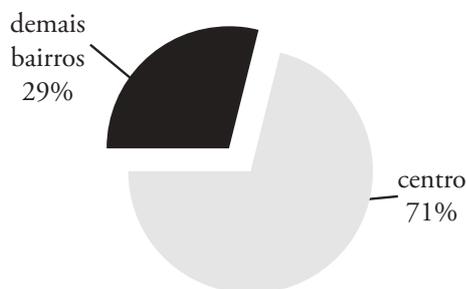
Gráfico 6: Presença negra nos bairros urbanos em São Carlos. Recenseamento Populacional de 1907.

3.1.1. Negros e Negras do Centro

O centro de São Carlos era o espaço mais antigo da cidade e teve sua formação iniciada em 1857 quando foi erigida a primeira capela, a qual resultou do empenho de fazendeiros locais e do emprego da mão de obra cativa. Assim como nas inúmeras cidades do país, foram as mãos dos negros escravizados que assentaram os primeiros prédios em São Carlos do Pinhal e por mais que os dirigentes locais tivessem usado de suas influências políticas e de seus patrimônios econômicos não podemos deixar de evidenciar que os negros participaram ativamente dos processos de construção e estruturação das cidades, usando por vezes seus conhecimentos e experiências em edificações.

As variadas ofertas de serviços e o desenvolvimento cada vez mais acelerado na região central, atraiu mais da metade dos negros que

optou pela vida no meio urbano. Vale ressaltarmos que do total de negros que ocupou o espaço urbano em 1907, como podemos perceber no Gráfico 7, 70% habitava esta região, somando 944 indivíduos dos quais, 377 eram do sexo masculino e 567 do sexo feminino. Com relação à cor, o número de indivíduos de cor preta se sobressaía sobre o de cor mulata, pois dos 377 homens 308 eram pretos e 69 mulatos e das 567 mulheres, 465 eram pretas e 102 mulatas, indicando assim, de acordo com Karl Monsma, que a população negra local era formada majoritariamente por descendentes de pretos escravizados, pois os pardos ou mulatos descendiam em sua maioria de negros nascidos livres. O emprego do termo “mulato” em vez de “pardo” no censo municipal de 1907 sugere que, dezenove anos depois da abolição final, as categorias raciais predominantes se referiam principalmente à cor da pele e outras características fenotípicas, mas essas categorias ainda se remetiam ao contraste

Gráfico 7: Presença negra no centro de São Carlos do Pinhal. Recenseamento Populacional de 1907.

entre escravizados e nascidos livres porque havia mais libertos e filhos destes entre os “pretos”, e mais pessoas nascidas livres na época da escravidão entre os “mulatos”⁴⁰³.

Com relação à faixa etária dos moradores do centro temos, conforme indicado na Tabela 4, 218 indivíduos em idade entre 15 e 24 anos. Em seguida, são 214 entre 00 e 09 anos, 144 entre 10 e 14 anos, 127 entre 25 e 34 anos e 107 entre 35 e 44 anos indicando uma presença majoritária de indivíduos jovens e em idade proativa neste bairro. E, por consequência, um grande número de indivíduos solteiros vivia neste espaço, como veremos adiante.

Considerando os indivíduos com idade igual ou superior a 12 anos⁴⁰⁴, temos registrado 212 homens exercendo ocupações no meio urbano,

Tabela 4. Faixa Etária Centro

Faixa etária	Número de indivíduos
0 a 9 anos	214
10 a 14 anos	144
15 a 24 anos	218
25 a 34 anos	127
35 a 44 anos	107
45 a 54 anos	71
55 a 64 anos	39
65 a 74 anos	14
75 anos ...	10
Total	944

destes, 48 ocupavam-se como camaradas, sendo esta atividade desenvolvida principalmente no meio rural, 35 eram empregados, atividade não definida claramente, 22 trabalhavam na construção civil como pedreiros, 14 empregavam-se na Companhia Paulista de Estradas de Ferro, 11 estavam empregados em serviços domésticos como criados e 11 eram lavradores. Foram registradas outras ocupações em menor número, como podemos perceber na Tabela 4 e que indicam uma variedade nas ocupações exercidas por homens negros, as quais, porém estavam ligadas majoritariamente a serviços manuais e não a atividades que exigiam escolaridade com a exceção de um negro que trabalhava no registro civil. Eles não estavam nos serviços públicos, não eram donos de estabelecimentos comerciais, mas foram registrados dois homens como industriais. Um deles era o

⁴⁰³ Monsma, Karl. Vantagens de Imigrantes e Desvantagens de Negros: Emprego, Propriedade, Estrutura Familiar e Alfabetização depois da Abolição no Oeste Paulista. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, nº 3, 2010, pp. 509 a 543.

⁴⁰⁴ Seguimos o mesmo padrão analítico que Karl Monsma adotou em sua análise sobre a vida de imigrantes e negros no meio rural em São Carlos do Pinhal no pós-abolição.

mulato Antonio David, brasileiro, com 17 anos de idade, solteiro, alfabetizado e proprietário e o outro era o preto Manoel Affonso da Rocha de 53 anos de idade, brasileiro, alfabetizado e também proprietário. Manoel era casado com uma mulher branca com quem tinha nove filhos, todos identificados como mulatos, demonstrando que o casamento inter-racial também era uma das estratégias adotadas pelo negro para ser aceito socialmente.

Com relação às 567 mulheres temos 248 com idade igual ou superior a 12 anos, que foram registradas exercendo alguma das 12 ocupações elencadas. Delas destacam-se, conforme indicado na Tabela 7, as atividades domésticas que eram exercidas no âmbito privado das residências da elite, onde eram cozinheiras e criadas, e também no âmbito informal pelas ruas da cidade, como a atividade de lavadeiras. Se adentrarmos os espaços privados teremos 90 mulheres cozinhando para a elite branca, em jornadas de trabalho que chegavam a mais de 10 horas, como podemos perceber no capítulo anterior, quando cozinheiras que testemunharam em alguns processos criminais relataram aspectos importantes de seus cotidianos. Somando-se às cozinheiras haviam 42 criadas e 05 copeiras totalizando 137 mulheres negras que exerciam atividades nas casas da elite branca são-carlense, lidando diariamente com o preconceito e as constantes tentativas de abuso de poder por parte de seus patrões, arraigados ainda aos

costumes escravistas e aos quais elas respondiam com o abandono do emprego, adotando assim, a estratégia de defesa que lhes era possível⁴⁰⁵. No âmbito informal, 52 mulheres exerciam o ofício de lavadeiras e de acordo com Telles, já amplamente citada no capítulo anterior, o ofício de lavadeira foi uma das formas encontradas pelas mulheres negras para garantirem renda e o direito de ir e vir pela cidade, vivenciando assim, algo que lhes era precioso, suas liberdades. Além destas ocupações as mulheres negras também eram costureiras, engomadeiras, empregadas, caseiras, cocheiras, doceiras, camaradas e lavradoras. Estas duas últimas ocupações estavam ligadas ao campo e demonstram que as mulheres, ainda que em menor número, também mantinham algum tipo de relação com a terra. Podemos por fim, considerar que tanto os homens, assim como as mulheres, estavam majoritariamente ligados às atividades urbanas e que as suas localizações no centro da cidade contribuía em grande parte para o melhor deslocamento entre casa e trabalho e permitia ainda que eles e elas pudessem usufruir dos serviços que oferecidos no centro da cidade, como espetáculos culturais, restaurantes, lojas e botequins.

Assim, os serviços domésticos perfaziam 73% das atividades urbanas exercidas pelas mulheres no centro enquanto para os homens a diversificação em atividades era bem maior, pois 24% deles eram camaradas, 17% empregados e 10% pedreiros, além das outras ocupações por eles exercidas. Com relação ao estado civil e ao título

⁴⁰⁵ Ao considerar que o negro exercia sua agência de acordo com o meio e as possibilidades disponíveis, temos o que Maria Helena Machado destaca em seus textos e falas, quando relata que o negro era protagonista de seu destino e sua agência era exercida de acordo com o contexto em que estava inserido.

de propriedade, das 567 mulheres ali residentes, 338 eram solteiras das quais 15 eram proprietárias, 148 eram casadas sendo 42 proprietárias e 79 eram viúvas, e destas últimas, 13 possuíam um imóvel na cidade⁴⁰⁶. Dos 377 homens, 228 eram solteiros, sendo 11 proprietários, 130 eram casados sendo 47 proprietários e 18 viúvos sendo apenas 03 proprietários. Como podemos perceber, os indivíduos casados tinham uma chance maior em juntar pecúlio para adquirir um imóvel na cidade, o que não significava que alguns solteiros não conseguissem se estabelecer com títulos de propriedade.

Por fim, vamos analisar a nacionalidade e a instrução dos homens e mulheres negros que moravam no centro. Podemos afirmar categoricamente que se tratava de uma população negra essencialmente brasileira, pois dos 944 indivíduos ali residentes em 1907, 941 nasceram no Brasil. Desse total, 566 eram mulheres e 375 eram homens. Os estrangeiros somavam apenas 03 indivíduos, sendo 01 mulher italiana e 02 homens recenseados com origem diversa. Podemos afirmar, no entanto, que um deles era de origem africana e se tratava do preto Bernardo que foi inventariado em 1883, aos 54 anos de idade como escravo africano, entre os bens, da senhora Maria Umbelina de Barros e Joaquim

Antônio de Paula⁴⁰⁷.

Com relação, a “saber ou não ler”, dos 944 indivíduos registrados, 210 “sabiam ler” indicando 22% do total e 734 “não sabiam ler”, somando 78%. O que nos leva a concluir que os moradores negros do centro estavam mais voltados ao trabalho e não tinham, na maioria dos casos, acesso à educação formal. Vale ressaltarmos que num levantamento, realizado por Natália Costa⁴⁰⁸, foi constatado que o índice de indivíduos negros presentes nas escolas locais era extremamente baixo indicando que os espaços educacionais atendiam majoritariamente a elite local nos primeiros anos do pós-abolição.

Assim, como pudemos perceber os moradores negros que viviam no centro eram homens e mulheres, essas em número maior, majoritariamente brasileiros, em idade proativa e que dedicavam suas vidas ao exercício de suas ocupações, por meio das quais conseguiam prover as suas principais necessidades. Entre estes moradores uma parcela pequena conseguiu se estabelecer como proprietários e outra pequena teve acesso à educação e sabia ler. Estes atores souberam ao certo, driblar toda a conjuntura social excludente e racista, conseguindo, de acordo com suas possibilidades, se fixar neste

⁴⁰⁶ No Recenseamento Populacional de 1907, como bem destacou Karl Monsma, não é possível verificarmos a que especificamente se refere o termo “propriedade”, uma vez que, segundo este autor, as diretrizes de elaboração deste documento se perderam no tempo. De qualquer forma, assim como Karl, acreditamos que o tipo de propriedade se refere a extensões de terras na área rural para moradores desses locais e por sua vez a um imóvel residencial para os moradores da área urbana.

⁴⁰⁷ Inventário de Partilha de Joaquim Antônio de Paula em favor de Maria Umbelina de Barros. 1883. In: Rizzoli. Álvaro. Inventário Analítico da Escravidão em São Carlos. Pesquisa CNPQ. São Carlos, 1995.

⁴⁰⁸ Costa, Natália. Espaços negros na cidade do pós-abolição. São Carlos, um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. IAU-USP. São Carlos, 2015.

Tabela 5. Ocupações exercidas por homens e mulheres Centro

Ocupação	Homem	Mulher
Alfaiate	1	
Caixeiro	1	
Camarada	48	7
Campeiro	1	
Carpinteiro	6	
Carroceiro	9	
Caseiro	2	2
Cocheiro	6	1
Copeiro	1	5
Costureira		14
Cozinheiro	5	90
Criado	11	42
Doceiro	2	3
Empregado	35	18
Emp. Cia paulista	12	
Emp. Farmácia	1	
Engomadeira		6
Estudante	2	
Ferreiro	1	
Industrial	2	
Lavadeira		52
Lavrador	11	8
Maquinista	3	
Marceneiro	2	
Mecânico	1	
Negociante	5	
Oficial reg. Civil	1	
Operário	1	
Pedreiro	22	
Pintor	4	
Porteiro	1	
Seleiro	2	
Servente pedreiro	1	
Soldado	4	
Trabalhador	8	
Total	212	248

espaço. Aachamos ainda, importante destacar, conforme pudemos perceber no capítulo anterior, que os conflitos envolvendo negros ocorreram majoritariamente no centro, demonstrando a intolerância da sociedade branca local para com estes indivíduos e os desentendimentos que também marcavam as relações entre os negros.

3.1.2. Negros e Negras da Vila Nery

O primeiro loteamento urbano da cidade abrigava em 1907, 132 indivíduos negros, sendo 67 homens, dos quais 55 eram pretos e 12 mulatos e 65 mulheres, que se dividiam em 55 pretas e 12 mulatas. Como podemos perceber os moradores negros deste bairro eram em sua maioria de cor preta e a presença de homens e mulheres era equilibrada. Com relação à faixa etária, como indicado na Tabela 6, os negros e negras eram, assim como no centro, majoritariamente jovens, sendo 37 indivíduos com idade entre 00 e 09 anos, 20 indivíduos entre 35 e 44 anos e 19 indivíduos entre 15 e 24 anos. A presença acentuada de crianças indica uma taxa elevada de natalidade nesta população, o que coloca por terra o estigma de que os negros não tinham hábitos de cuidados e higiene para com os seus filhos⁴⁰⁹ e também

destaca a importância da consolidação da família para estes sujeitos, que viam nesta estrutura, a representação da liberdade conquistada, pois a separação das famílias durante o sistema escravista foi sem sombras de dúvidas uma das maiores crueldades vivenciadas por pais, mães, filhos, avós, tios e outros que foram escravizados no mundo Atlântico⁴¹⁰.

Considerando os indivíduos com idade igual ou superior a 12 anos temos o registro na Vila Nery de 42 homens e 20 mulheres exercendo algum tipo de ocupação. Diferentemente do Centro os moradores negros deste bairro estavam concentrados majoritariamente em atividades ligadas ao trabalho no campo, pois dos 42 homens que exerciam ocupações, 21 eram camaradas e 13 lavradores. E neste perfil também estavam as mulheres, pois das 20 registradas, 10, ou seja, 50% eram lavradoras, 05 eram lavadeiras e apenas 03 exerciam o ofício de cozinheiras. Vale ressaltarmos, que a escolha do ofício estava atrelada a uma série de condicionantes, dentre eles, podemos destacar as condições econômicas, as restritas chances de inserção no mercado de trabalho formal, os conhecimentos e saberes possuídos e ainda, o que foi identificado por Karl Monsma⁴¹¹, como o desejo praticamente

⁴⁰⁹ A discriminação da população pobre no pós-abolição, formada majoritariamente por negros, foi revelada com maestria por Nicolau Shevchenko, quando retratou o desmonte dos cortiços no Rio de Janeiro e a caçada a esta população pelo governo em nome das premissas higienistas. Sidney Chalhoub também trouxe esta questão à tona quando escreveu *Cidade Febril*.

⁴¹⁰ Os danos causados pelas separações familiares foram registrados por alguns autores como Ana Maria Gonçalves, João José Reis, Sidney Chalhoub, entre outros.

⁴¹¹ Monsma, Karl. Vantagens de Imigrantes e Desvantagens de Negros: Emprego, Propriedade, Estrutura Familiar e Alfabetização depois da Abolição no Oeste Paulista. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, nº3, 2010, pp. 509 a 543.

universal, entre os negros, de serem autônomos. As dificuldades enfrentadas por esta população a fazia adotar estratégias e formas variadas de garantir o seu sustento. E a lida com a terra era uma delas.

Tabela 6. Faixa Etária Vila Nery

Faixa etária	Número de indivíduos
0 a 9 anos	37
10 a 14 anos	15
15 a 24 anos	19
25 a 34 anos	12
35 a 44 anos	20
45 a 54 anos	13
55 a 64 anos	7
65 a 74 anos	4
75 anos ...	5
Total	132

Tabela 7. Ocupações exercidas por homens e mulheres Vila Nery

	Homem	Mulher
Camarada	21	
Cozinheiro		3
Doceiro	1	1
Empregado	3	1
Lavadeira		5
Lavrador	13	10
Lenhador	1	
Pedreiro	1	
Serrador	2	
Total	42	20

Com relação ao estado civil, dos 67 homens registrados 41 eram solteiros, 24 casados e 02 viúvos. Das 65 mulheres, 34 eram solteiras, 24 casadas e 07 viúvas. Considerando os indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos,

temos 71 sujeitos, dos quais 25 eram proprietários de imóveis no município, sendo 21 deles casados (10 homens e 11 mulheres), 02 solteiros (01 homem e 01 mulher) e 02 viúvos (01 homem e 01 mulher). Assim como no centro, o número de solteiros se sobressai ao de casados, o que, a nosso ver, resultava da presença significativa de jovens e crianças, das relações informais estabelecidas entre homens e mulheres, como o concubinato, tão frequente entre os indivíduos das classes pobres que não tinham condições financeiras para arcar com os custos de um casamento religioso, ou ainda, do não pertencimento à religião católica por parte destes indivíduos. Mesmo assim, fora das formalidades e regras vigentes, os negros estabeleciam suas famílias de acordo com as suas expectativas e interesses.

Por fim, ressaltamos que todos os negros que moravam neste bairro eram brasileiros, o que fazia deste espaço *locus* singular da presença negra nacional, a qual tinha acesso extremamente restrito à educação, pois dos 132 moradores registrados, apenas 08 deles (06 homens e 02 mulheres) sabiam ler. Como podemos perceber os homens e mulheres que habitavam a Vila Nery, eram brasileiros jovens, majoritariamente pretos, que se ocupavam principalmente em atividades ligadas ao meio rural e que não sabiam ler, na maioria dos casos. Essas constatações nos levam a concluir, o que averiguaremos em outros bairros, que a vida nos bairros se distinguia da vida no centro, sendo este último marcado por um modo de vida e ocupações essencialmente urbanas e aqueles por uma vida essencialmente rural. Alguns autores destacaram

o quanto a transição da cidade para o campo foi lenta e extremamente arraigada a costumes rurais. Destes autores, destacamos Vladimir Benincasa⁴¹², o qual enfatiza o quanto a vida urbana no início do século XX ainda mantinha elementos do campo. Nossa análise vai um pouco mais além e destaca que esta manutenção era muito mais percebida nos bairros localizados nas franjas da cidade do que no centro.

3.1.3. Negros e Negras da Vila Pureza

A Vila Pureza foi o segundo loteamento a ser executado no espaço urbano de São Carlos do Pinhal, e sua implantação data de 1891. Não temos informações sobre o perfil dos seus primeiros habitantes, porém em 1907, constatamos que era o bairro que concentrava o maior número de negros em comparação à população branca no município, o que fez deste espaço, um reduto da cultura negra local, como veremos no decorrer desta pesquisa.

Localizada na parte oeste da cidade, a Vila Pureza era afastada da região central e abarcava uma população negra composta por 94 indivíduos. Destes 44 eram homens de cor preta e 50 eram mulheres, sendo 46 pretas e 04 mulatas. Conforme podemos conferir na (Tabela 8) as faixas etárias de maior destaque no bairro eram, entre 15 e 24 anos e entre 00 e 09 anos, que perfaziam um total de 23 e 22 indivíduos

respectivamente. Em seguida estava a faixa entre 35 e 44 anos totalizando 15 sujeitos. Os idosos eram apenas 06 indivíduos, e nenhum destes, possuíam acima de 75 anos de idade.

Foram registrados, como podemos verificar na Tabela 9, 39 indivíduos com idade igual ou superior a 12 anos que exerciam algum tipo de ocupação remunerada. Destes sujeitos, 31 eram homens e 08 eram mulheres. Com relação à atividade exercida, a de camarada ocupava a

Tabela 8. Faixa Etária Vila Pureza

Faixa etária	Número de indivíduos
0 a 9 anos	22
10 a 14 anos	13
15 a 24 anos	23
25 a 34 anos	6
35 a 44 anos	15
45 a 54 anos	9
55 a 64 anos	5
65 a 74 anos	1
75 anos ...	
Total	94

Tabela 9. Ocupações exercidas por homens e mulheres Vila Pureza

	Homem	Mulher
Amansador	2	
Camarada	24	
Cozinheiro	3	7
Emp. Cia paulista	1	
Lavadeira		1
Pedreiro	1	
Total	31	8

⁴¹² Benincasa, Vladimir. Velhas Fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930. São Carlos/São Paulo: EdUFSCar/Imprensa Oficial do Estado, 2003.

primeira posição agregando 24 homens. Em seguida vinham 07 cozinheiras e 03 cozinheiros. Havia ainda 02 homens que eram amansadores, 01 empregado da Cia Paulista e 01 pedreiro. No grupo das mulheres havia 01 lavadeira. Do pequeno número de mulheres que declarou exercer algum tipo de atividade para garantir sua subsistência, destacaram-se as domésticas, exercidas provavelmente, em residências de famílias abastadas da cidade, localizadas longe de suas moradias. O tipo de ocupação exercida estava extremamente ligado ao perfil do indivíduo, que a nosso ver, considerava, num primeiro momento, os seus conhecimentos na atividade e suas necessidades. Foram muitos os indivíduos que mesmo no espaço urbano ainda exerciam atividades tipicamente rurais, se deslocando diariamente para sítios e fazendas da localidade e região, protegidos, porém, por uma série de exigências que eram registradas nos contratos estabelecidos entre patrão e empregado. Sidney Chalhoub⁴¹³ destacou que a negociação do trabalho, foi sem dúvida uma das grandes conquistas do negro no pós-abolição, pois, por mais que ele tivesse que disputar vagas cotidianamente, os contratos, na maioria dos casos, eram estabelecidos levando em consideração, alguns dos seus interesses, os quais podiam variar conforme crenças, culturas e anseios.

Os moradores da Vila Pureza, conforme nos indica o (Gráfico 08), eram em grande parte solteiros, perfazendo um total de 56 indivíduos,

sendo 25 homens e 31 mulheres. Os casados eram 33, dos quais 18 eram homens e 15 eram mulheres e apenas 05 eram viúvos, sendo 01 homem e 04 mulheres. Não podemos afirmar se os indivíduos que se declararam casados eram casados oficialmente ou se viviam em uniões informais não reconhecidas pelo Estado e a Igreja. Declarar-se casado, poderia ser uma estratégia adotada pelos negros frente a discriminação da sociedade com relação às uniões informais. Nos processos criminais que analisamos no capítulo anterior, tivemos alguns casos em que algumas mulheres se declaravam viúvas, mas se mantinham amasiadas com outros homens, ou seja, não assumiam integralmente a relação, certamente receosas das discriminações que poderiam enfrentar. O mesmo, podemos considerar, para os solteiros, eles podiam manter relações estáveis, mas não declaravam oficialmente.

Um dado extremamente relevante sobre os negros da Vila Pureza se refere ao número de proprietários ali residentes em idade igual ou superior a 18 anos, pois dos 94 indivíduos 29 eram donos de um pedaço de terra, o qual podia ter sido permutado ou comprado, o que representava em torno de 31%. Destes 15 eram homens e 14 eram mulheres que se distribuíam entre as ocupações de amansadores, camaradas, empregados da Cia. Paulista, cozinheiras e pedreiros. Com base nos dados colhidos nas entrevistas, percebemos que os indivíduos que

⁴¹³ Chalhoub, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3ª ed. Campinas, SP: EdUNICAMP, 2012.

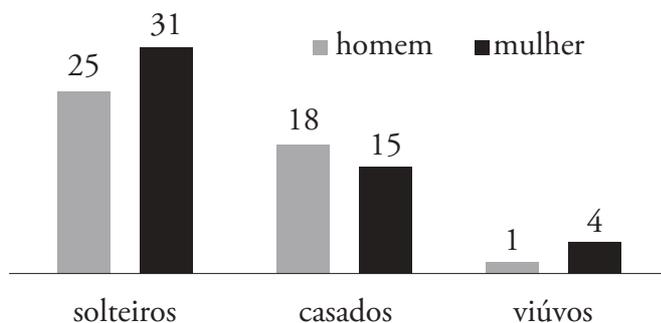
não eram proprietários ocupavam uma moradia de três formas distintas, a saber: por meio da cessão de terras em troca de trabalho realizada pelo senhor Manoel Antonio de Mattos, através da ocupação “ilegal”; ou ainda por meio da locação do imóvel.

Por fim, destacamos que todos os negros que habitavam a Vila Pureza tinham nascido no Brasil e 25 deles foram provavelmente escravos, pois possuíam em 1907, idade superior a 36 anos indicando que haviam nascido antes da promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871. Estes negros que experienciaram a escravidão e se estabeleceram neste bairro eram majoritariamente proprietários de suas terras, pois dos 25 indivíduos 18 afirmaram serem donos de seus imóveis, indicando também, que se não foi por meio da troca da terra pelo trabalho, alguns negros, saíram da escravidão com algum pecúlio, ou ainda o formaram depois da abolição com

dedicação plena ao trabalho, desmistificando assim a imagem do negro vadio e vagabundo que começou a ser difundida com o fim da escravidão. Segundo Lilia Moritz Schwarcz⁴¹⁴, com a proximidade da abolição, foi-se construindo uma imagem estereotipada do negro, que tinha como principais elementos indicadores a degeneração, a embriaguez, a alienação e a vadiagem.

Por outro lado, temos a negação da cidadania e do acesso à educação ao negro no pós-abolição, representada pelo baixo número de indivíduos que moravam neste bairro e sabiam ler, pois dos 94 negros registrados, apenas 07 “sabiam ler”, restando aos 87 que “não sabiam ler” a constante necessidade de contar com amigos, parentes e vizinhos quando alguma leitura e, ou escrita se fizessem necessárias. Outro fator que pode ter contribuído para esse baixo índice era a dedicação de todos os membros das famílias negras ao trabalho, impossibilitando que crianças

Gráfico 8: Estado Civil de negros e negras na Vila Pureza. Recenseamento Populacional de 1907.



⁴¹⁴ Schwarcz, Lilia Moritz. Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

e adultos pudessem frequentar as escolas. Nas entrevistas que realizamos no decorrer da pesquisa pudemos perceber que o não acesso à educação por parte dos entrevistados e de seus antepassados se dava também por conta do cansaço que sentiam depois de uma pesada e extensa jornada de trabalho. Os mais jovens, trabalhavam com seus pais na lida do campo, como ambulantes ou prestando serviços domésticos nas residências da elite, com o intuito de contribuir para a formação da renda familiar ou apenas para garantir o próprio sustento, tirando das costas dos pais tal obrigação. Sebastião Nunes⁴¹⁵, que já foi citado no capítulo anterior, e que morou grande parte de sua vida na Vila Pureza, nos contou que seu pai não podia garantir o sustento de todos os filhos e por isso *ele foi trabalhar e morar, ainda criança, com o seu patrão*.

3.1.4. Negros e Negras da Vila Isabel

Conhecida na memória local como um bairro de negros, a Vila Isabel foi implantada em 1891 pelo senhor Casimiro Guimarães que era proprietário das terras. Existe, porém, outra versão sobre o surgimento desse bairro e que se mantém viva na memória local e diz respeito à implantação espontânea por parte de ex-escravos que teriam ali se estabelecido informalmente com o fim da escravidão. De qualquer forma, o seu loteamento formal foi iniciado em 1891 e assim

como outros bairros locais, nada sabemos sobre os primeiros habitantes desse bairro.

Em 1907, 16 anos depois de sua implantação, a Vila Isabel abrigava 68 negros, sendo 41 mulheres, das quais 32 eram pretas e 09 mulatas. Os homens eram 27, sendo 22 pretos e 09 mulatos. Com relação à faixa etária, como podemos perceber na (Tabela 10), estes indivíduos eram majoritariamente indivíduos em idade produtiva e por mais que 22 deles fossem crianças em idade entre 00 e 09 anos, o restante era formado por uma parcela significativa de indivíduos em idade adulta. Vale destacarmos, que não havia nenhum morador com idade igual ou superior a 75 anos.

Tabela 10. Faixa Etária Vila Isabel

Faixa etária	Número de indivíduos
0 a 9 anos	22
10 a 14 anos	6
15 a 24 anos	13
25 a 34 anos	2
35 a 44 anos	14
45 a 54 anos	7
55 a 64 anos	2
65 a 74 anos	2
75 anos ...	
Total	68

Ao consideramos os sujeitos em idade igual ou superior a 12 anos temos registrado na Vila Isabel o total de 26 indivíduos exercendo algum tipo de ocupação remunerada. Dentre

⁴¹⁵ Sebastião Nunes, entrevista concedida à autora da tese na sala, ornada por muitas fotos e quadros da família, na casa do entrevistado. São Carlos, 2013.

elas, como podemos perceber na (Tabela 11), a de camarada para os homens e cozinheira para as mulheres ocupavam a primeira posição. Eram 11 homens trabalhando como camaradas e 08 mulheres ocupando-se como cozinheiras. Havia ainda 01 carpinteiro, 02 empregados, 01 lavrador e 01 pedreiro. Para as mulheres, 01 empregada e 01 vivandeira⁴¹⁶. Assim como nos outros bairros retratados a ocupação de camarada era a majoritária entre os homens demonstrando que mesmo habitando no meio urbano eles ainda estavam ligados ao trabalho rural, o que podia ser explicado pelo seu interesse em exercer atividades não urbanas, privilegiando contatos e conhecimentos prévios ou ainda a pequena oferta de serviços urbanos que eram destinados aos homens negros, principalmente nas indústrias, em decorrência das teorias raciais que inferiorizaram os negros e de toda a construção social estereotipada sobre as suas condutas, que os representavam como malandro e vadio. Em contrapartida, as mulheres estavam essencialmente ligadas às atividades domésticas que eram executadas nas casas da elite são-carlense. Essa opção resultava, a nosso ver, pelo desejo de se manterem nas cidades fugindo do trabalho pesado do campo, pelo conhecimento dos ofícios domésticos que lhes eram tão familiares e também pela pequena oferta de trabalho oferecido no comércio e indústria às mulheres negras, pelos mesmos motivos já

Tabela 11. Ocupações exercidas por homens e mulheres Vila Isabel

	Homem	Mulher
Camarada	11	
Carpinteiro	1	
Cozinheiro		8
Empregado	2	1
Lavrador	1	
Pedreiro	1	
Vivandeira		1
Total	16	10

citados anteriormente, acrescentando-se, porém ao estereótipo, a característica de serem elas dadas a libertinagem, prostituição e acusadas de aguçarem os desejos masculinos⁴¹⁷. Lembramos que a maioria dos moradores negros deste bairro eram mulheres que somavam 61% destes indivíduos e que grande parte delas não declarou ocupação, vivendo provavelmente do exercício do trabalho informal.

Com relação ao estado civil temos 39 indivíduos solteiros, sendo 16 homens e 23 mulheres, 25 casados, dos quais 11 eram homens e 14 eram mulheres e ainda 04 mulheres viúvas. Ao levantarmos apenas os indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, tivemos o registro de 32 indivíduos, dos quais 29 eram proprietários, o que significava que 91% dos negros da Vila Izabel eram donos de imóveis no

⁴¹⁶ De acordo com o dicionário “Dicio online da Língua Portuguesa”. Vivandeiras eram as mulheres que vendiam ou levavam mantimentos seguindo tropas. No contexto que estamos analisando, estamos certos de que se tratava de uma vendedora ambulante de alimentos.

⁴¹⁷ Weimer, Rodrigo de Azevedo. A gente da Felisberta. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. 2013.

bairro, ou em outra parte do município. Assim como na Vila Pureza, tivemos a constatação da aquisição de terra por parte do negro, por meio da compra, da permuta, da doação ou da ocupação ilegal. De qualquer maneira, o negro era o possuidor de suas terras, contribuindo para a nossa hipótese de que, nos casos em que comprou a terra, ou ele saiu com certo pecúlio da escravidão ou o acumulou depois com a dedicação ao trabalho. Vale ressaltarmos que os lotes nos bairros mais afastados do centro eram negociados a valores não muito altos e seus pagamentos eram facilitados, como nos indicou Dona Dirce⁴¹⁸, moradora da Vila Izabel, que nos contou que seu sogro havia comprado às terras quando chegou a São Carlos porque *naquele tempo era barato*.

Por fim, de acordo com os dados obtidos no Recenseamento Populacional de 1907, os 68 moradores negros da Vila Izabel eram brasileiros dos quais apenas 12 sabiam ler, sendo 08 mulheres e 04 homens. Estes dados corroboram para a confirmação de que os negros não tinham acesso à educação formal facilmente.

3.1.5. Negros e Negras do Subúrbio

Não há ainda uma definição consensual sobre o significado de subúrbio nas teorias acadêmicas. Alguns autores o definem como o

espaço entre o meio urbano e o rural, outros o identificam como a periferia e há aqueles, como Leonardo Soares dos Santos, que enfatiza a complexidade que envolve a definição de subúrbio, a qual vai muito além das limitações espaciais, envolvendo em seu significado, espaço e dinâmica social, assim, para ele o *subúrbio é um constructo histórico cujo caráter e sentido está relacionado à dinâmica social e espacial na qual está inserido*⁴¹⁹.

Em São Carlos do Pinhal o subúrbio era identificado no Recenseamento Populacional de 1907 como os espaços que não estavam computados nos bairros presentes e se localizam nas franjas da cidade. Para a população, no entanto, como podemos perceber em alguns processos criminais o subúrbio eram aqueles bairros, afastados do núcleo central e que mantinham costumes e relações muito próximas com o meio rural, como a Vila Izabel, comumente identificada como subúrbio por testemunhas e escrivães. Porém, este bairro não era identificado como tal no Recenseamento, o qual registrou como suburbanos 89 indivíduos que não estavam no meio rural e nos bairros urbanos delimitados. Destes sujeitos, 45 eram mulheres divididas entre 03 mulatas e 42 pretas e 44 eram homens, sendo 04 mulatos e 40 pretos. Os homens e mulheres do subúrbio eram em

⁴¹⁸ Dirce Felício Gomes da Silva. Entrevista cedida a autora da tese na casa da entrevistada na Vila Izabel. O espaço escolhido foi a sala. São Carlos, 2011.

⁴¹⁹ Santos, Leonardo Soares dos. A constituição do subúrbio na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX: um passeio pela literatura. Disponível em: <http://www.chaourbano.com.br/adm/revistas/arquivosartigos/artigo50.pdf>

número, relativamente equilibrados, sendo eles majoritariamente, assim como no centro e na Vila Nery, de cor preta. Esta população era composta em grande parte por sujeitos em idade ativa, conforme podemos perceber na (Tabela 12), com destaque às crianças que somavam 19, aos sujeitos com idade entre 15 e 24 anos, que eram 16 e os entre 10 e 14 anos que eram 15. Como podemos perceber, os idosos acima de 60 anos eram 06 indivíduos, dos quais apenas 01 tinha acima de 80 anos de idade.

Com relação às atividades ocupacionais e considerando os indivíduos com idade igual e superior a 12 anos, temos registrado 34 sujeitos trabalhando, conforme nos indica a (Tabela 13). As ocupações eram majoritariamente rurais, pois do total de 34, 14 indivíduos eram lavradores, sendo 09 homens e 05 mulheres e 13 eram camaradas, com 11 homens e 02 mulheres. As atividades urbanas eram poucas e somavam apenas 08 indivíduos, dos quais, 04 eram homens que exerciam a ocupação de carroceiro e 04 eram mulheres, sendo 02 criadas, 01 lavadeira e 01 cozinheira, as quais, provavelmente empregavam-se no centro da cidade e tinham que deslocar-se diariamente, percorrendo distâncias significativas, até chegarem aos seus trabalhos.

Assim como nos outros bairros já citados, os negros do subúrbio eram em sua maioria solteiros, somando 50 indivíduos divididos entre 25 homens e 25 mulheres. Os casados eram 27, 14 homens e 13 mulheres. Havia também um número significativo de viúvos, que somavam 12 indivíduos, dos quais as mulheres era a maioria

Tabela 12. Faixa Etária Subúrbio

Faixa etária	Número de indivíduos
0 a 9 anos	19
10 a 14 anos	15
15 a 24 anos	16
25 a 34 anos	11
35 a 44 anos	12
45 a 54 anos	10
55 a 64 anos	5
65 a 74 anos	
75 anos ...	1
Total	89

Tabela 13. Ocupações exercidas por homens e mulheres Subúrbio

	Homem	Mulher
Camarada	11	2
Carroceiro	4	
Cozinheiro		1
Criado		2
Lavadeira		1
Lavrador	9	5
Total	24	11

com 09 enquanto os homens eram apenas 03. Ao consideramos os indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, identificamos a presença de 11 proprietários, dos quais, 06 eram mulheres, sendo 01 solteira, 04 casadas e 01 viúva e 05 eram homens, todos casados.

Temos até aqui uma população predominantemente jovem, solteira, exercendo atividades essencialmente rurais, sendo que dos 09 lavradores registrados, todos eram proprietários das terras em que trabalhavam como eram também os 02 camaradas. Com relação a “saber ou não ler”, do total dos 89 negros que habitavam

as franjas da cidade, apenas 07 indivíduos (02 homens e 05 mulheres) sabiam ler. Por fim, vale destacarmos que todos eram brasileiros, fazendo do subúrbio um espaço marcado pela presença do negro nacional.

Como podemos perceber, os negros que optaram pela vida no espaço urbano, eram majoritariamente brasileiros jovens e adultos, com uma pequena presença de idosos que certamente optavam pela permanência no campo. Alguns desses homens e mulheres nasceram ainda na vigência do sistema escravista e, portanto, foram escravos, outros nasceram também durante a escravidão mais foram “beneficiados” pela lei de 1871 e também aqueles com idade inferior a 19 anos que já nasceram no pós-abolição, teoricamente como “cidadãos”, ou como nomeia Flávio Gomes, *quase cidadãos*⁴²⁰. Cada qual vivenciou a liberdade de acordo com os seus anseios, motivados por questões particulares e coletivas. Os homens em sua maioria, independentemente da idade, ocupavam-se como camaradas, atividade que, segundo Karl Monsma⁴²¹, era desenvolvida essencialmente no meio rural, já as mulheres urbanas dedicavam-se ao trabalho doméstico, formal e informal, executando atividades como cozinheiras, copeiras, empregadas, engomadeiras, lavadeiras. Vale salientarmos, que certamente, muitos dos recenseados negros que não declararam ocupação exerciam algum tipo

de atividade informal, que podia ser sazonal ou não. Ao nos afastarmos do centro, percebemos que as ocupações foram se restringido cada vez mais ao exercício de atividades rurais, também concentrando um número maior de proprietários. Assim não encontramos no município uma ruptura entre o trabalho que era executado no cativo e o que passou a ser executado no pós-abolição, indo ao encontro com o que Hebe Mattos constatou ao analisar os depoimentos de descendentes de escravos do Sudeste.

(...) o trabalho é antes um ponto de continuidade do que de ruptura entre o tempo do cativo e o tempo da liberdade. São os direitos de ir e vir, de dispor de seu próprio corpo e de regular autonomamente as relações de famílias que marcam as discontinuidades a serem ressaltadas entre o tempo do cativo e o tempo da liberdade⁴²².

Com relação à localização espacial destes sujeitos constatamos como já apontamos acima, que os moradores negros fixados nos bairros Vila Nery, Pureza e Izabel tinham maiores chances de serem proprietários de terras, devido ao baixo custo dessas e também às facilidades de ocupação, porém, para a maioria dos moradores negros do Centro, onde a terra era mais valorizada financeiramente,

⁴²⁰ Gomes, Flávio dos Santos e Cunha, Olívia Maria Gomes. (organizadores). *Quase Cidadão: histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

⁴²¹ Monsma, Karl. Vantagens de Imigrantes e Desvantagens de Negros: Emprego, Propriedade, Estrutura Familiar e Alfabetização depois da Abolição no Oeste Paulista. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, nº 3, 2010, pp. 509 a 543.

⁴²² Rios, Ana Lugão. Mattos, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

restava morarem como locatários, em quartos de aluguel, casas plurifamiliares, moradias coletivas e cortiços⁴²³, os quais passaram a ser alvo constante de fiscalização e desmonte por parte dos dirigentes locais, preocupados com a estética, embelezamento e o discurso higienista instituído pela República Brasileira a partir de 1889. Segundo Maria Estela Rocha Ramos:

(...) as transformações radicais nos centros urbanos foram justificadas pelas práticas eugênicas chamadas de higienistas, relegando a população negra, habitante dos cortiços e casas de cômodo às áreas mais distantes dos centros urbanos⁴²⁴.

Em São Carlos do Pinhal, uma das medidas do programa de “limpeza” das cidades, principalmente das áreas centrais, que visava expulsar pobres, principalmente negros, para as franjas da cidade, pode ser visualizada na ordem de demolição de 80 cortiços, já citada no capítulo anterior, expedida em 1896. Um dos cortiços que compunham este conjunto era localizado na Rua Riachuelo, nº13, e abrigava inúmeros imigrantes europeus e alguns nacionais, dentre eles, a negra Anna Mendes, que era viúva e se ocupava informalmente do ofício de lavadeira, a qual foi assassinada abruptamente durante um conflito que teria se iniciado por conta das cobranças de alugueis atrasados que ela devia.

Outro ponto fundamental, diz respeito ao não acesso dos negros à educação formal, pois como podemos perceber grande parte deles “não sabia ler”, fator que os levava a recorrer constantemente aos laços de solidariedade estabelecidos entre eles, como veremos no próximo item. Isso, porém, não significava que estes sujeitos não possuíssem conhecimentos, pois suas culturas, histórias, crenças e aprendizados eram reproduzidos numa rede plurifamiliar, onde saberes eram constantemente compartilhados e transmitidos de geração para geração por meio da oralidade.

O que ficou disso tudo? É a grande questão que norteará a partir de agora nossa investigação, e que terá como base instrumental e analítica, as entrevistas realizadas com homens e mulheres negros descendentes em primeiro, segundo, ou terceiro grau de escravos, que optaram pela vida no espaço urbano em São Carlos do Pinhal no pós-abolição. Não sabemos se eles descendem de ex-escravos do município, ou de negros que para cá vieram depois da abolição do sistema escravista e de fato, isso não será um entrave para nossas análises, pois o que queremos é trazer à tona o que nomeamos de *estratégias outras*, que abarcarão comportamentos, manifestações, crenças, defesas e fixação espacial, indo, portanto, além do perfil adotado por estes sujeitos no que se refere ao trabalho, educação, estado civil e nacionalidade. Nosso objetivo será analisar as entrelinhas, o oculto e o visível nas estratégias de sobrevivências adotadas por eles no pós-abolição.

⁴²³ Essas tipologias de fixação foram vislumbradas nos processos criminais e também nos depoimentos e levantamentos de campo realizados com as famílias negras que foram entrevistadas. Sobre elas falaremos mais detalhadamente, no próximo item.

⁴²⁴ Ramos, Maria Estela Rocha. Contextos da construção da territorialidade negra em áreas urbanas. In: Revista África e Africanidades. Ano 3 - nº9, maio de 2010. Disponível em: www.africaeaficanidades.com.br.

CAPÍTULO IV

**Estratégias outras: família, trabalho,
moradia e cidadania no pós-abolição**



Estratégias outras: família, trabalho, moradia e cidadania no pós-abolição

O cotidiano dos homens e mulheres negros que optaram pela vida no perímetro urbano em São Carlos do Pinhal no pós-abolição se materializou, a nosso ver, principalmente nas relações sociais, quer seja no espaço doméstico quer seja no espaço da rua. Para apreender essa materialização, por vezes também simbólica, recorreremos às entrevistas com seus descendentes, tendo como recorte analítico a história de vida de alguns destes sujeitos, que em algum momento de suas trajetórias se fixaram nos bairros que formavam o espaço urbano em 1907, a saber, Centro⁴²⁵, Vila Nery, Vila Pureza e Vila Izabel. Apesar do salto temporal⁴²⁶, estamos certos de que suas memórias nos trouxeram representações significativas sobre o cotidiano de seus antepassados, os quais, também deixaram, por meio de seus costumes,

crenças e tradições, fortes elementos de como eles lidaram com a vida em liberdade, que ainda persistem no cotidiano dos seus descendentes.

Na tentativa em desvelar esses cotidianos percebemos que os bairros se transformaram em campo de atuação e apropriação por parte dos indivíduos, que agiram de acordo com suas representações, crenças e saberes. Os lotes emergiram como territórios negros, onde práticas culturais, altamente desqualificadas pelos brancos, podiam se concretizar. Neste contexto, a casa e o quintal se tornaram espaços, *sine qua nom* para a preservação e funcionamento dessas práticas. Assim, a leitura desse território se tornou nosso foco analítico, permitindo compreender os meandros desse *locus* social por meio da rica pluralidade de relatos.

⁴²⁵ Não encontramos nenhum morador disponível por meio da rede de contatos estabelecidos na pesquisa, que pudesse prestar depoimentos e que tenham morado na região central.

⁴²⁶ Estamos cientes de que há um salto no tempo entre o recorte da pesquisa e o período de vivência dos entrevistados, porém, acreditamos que suas memórias nos trarão elementos fundamentais de como a vida em liberdade foi apropriada por estes sujeitos e continuam presentes no cotidiano de seus descendentes.

4.1. José Cipriano, o gosto pelo campo e a dura realidade na cidade



Figura 7: José Cipriano. Vila Izabel, São Carlos. 2013.

Dentre todos os entrevistados o senhor José Cipriano, “Seu Cipriano”, como é conhecido no bairro Vila Izabel, é o mais velho e sua história foi essencialmente marcada pela influência do modo de vida de seus pais, que moraram e trabalharam no meio rural ao longo de suas vidas. Ele nasceu em 20 de julho de 1924 na cidade de Varginha, no Estado de Minas Gerais e pertence, assim como a maioria dos negros aqui retratados, a uma família que decidiu migrar após o fim da escravidão. Nessa época, seus pais, Joaquim Cipriano e Maria Vicentina trabalhavam na fazenda de Horácio Reis, ele

como lavrador e ela nos serviços domésticos na casa do fazendeiro. Segundo Cipriano⁴²⁷, “*sua mãe limpava a casa, passava e cozinhava*”, atividades essas muito comuns às mulheres negras durante e após a escravidão no país.

A vinda para São Carlos se deu de forma gradual, pois, foram duas as ocasiões em que Cipriano se estabeleceu e aqui ficou por um período para finalmente, numa terceira, retornar e se fixar até os dias de hoje. A sua primeira vinda a São Carlos ocorreu quando ele ainda era pequeno, antes dos oito anos de idade, quando sua família decidiu acompanhar o patrão Horácio Reis que comprou a fazenda Santana no município. Segundo Cipriano *seus pais costumavam acompanhar o patrão, que consideravam ser uma boa pessoa*. Eles não permaneceram muito tempo na cidade e, assim que Horácio Reis adquiriu outra propriedade, próximo a Ribeirão Preto, para lá seguiu também a família Cipriano. Depois de três anos seu pai, *enjoado de lá ficar*, decidiu voltar para São Carlos e trabalhar na fazenda São Roberto⁴²⁸ de José Franco de Camargo. Percebemos que a atitude do pai de Cipriano, em mudar a trajetória da família, representa claramente o poder de autonomia conquistado de forma tão cara pelos negros no pós-abolição. Nessa época, José Cipriano estava com aproximadamente oito anos de idade e todos, com exceção da mãe que se ocupava dos serviços da casa, trabalhavam na lavoura e realizavam serviços de limpeza e reparos na fazenda. Depois de permanecerem alguns anos

⁴²⁷ Cipriano, José. Entrevista concedida na casa de José localizada no bairro Vila Izabel à autora da tese. São Carlos, 2013.

⁴²⁸ Para saber mais sobre a Fazenda São Roberto indicamos a nossa dissertação de mestrado, que analisou a história dessa propriedade. Oliveira, Joana D'arc. Olhares Invisíveis: arquitetura e poder na fazenda São Roberto, EESC-USP. São Carlos, 2008.

na São Roberto, a família seguiu para Itápolis para trabalhar em outra fazenda do antigo patrão Horácio Reis e lá permaneceram até o fim da vida de seus pais. Segundo José Cipriano, seus pais dedicaram suas vidas ao trabalho, contradizendo peremptoriamente o estereótipo do negro vadio e vagabundo, tão difundido no país no final do sistema escravista e com muito mais ensejo no pós-abolição.

Após a morte dos pais, Cipriano e os irmãos migraram para diferentes locais. Um deles voltou para São Carlos e José Cipriano, que já estava com 22 anos de idade e casado com Maria Luíza Francisca da Silva, fixou moradia em Cachoeirinha-SP *trabalhando e morando numa fazenda*. Com Maria Luíza teve 13 filhos e foi com todos eles que se mudou para São Carlos quando estava com 46 anos de idade, meio a contragosto, pois a vida na fazenda lhe era muito mais prazerosa. A mudança para a cidade foi motivada pelo desejo de ficar próximo aos irmãos e, ainda segundo ele, por exigência de seu irmão mais velho. Percebemos que Cipriano identifica como o seu núcleo familiar à esposa e seus filhos e se refere a seus irmãos, cunhadas e sobrinhos como parentes, não significando desdém, pelo contrário, está muito claro o forte vínculo hierárquico que une os irmãos. Nessa conjuntura, temos o estabelecimento de uma rede familiar formada por membros ligados

pela consanguinidade e pelos códigos sociais. De acordo com Duarte e Gomes⁴²⁹, as redes familiares podem apresentar uma maior ou menor amplitude e isto está estritamente relacionado ao peso atribuído a cada um dos indivíduos que integram a trama bem como ao sentimento de pertencimento de cada um.

A fixação definitiva em São Carlos se deu em 1970, primeiramente na Vila Santo Antonio, e depois na Vila Izabel, onde adquiriu uma casinha em 1962 na Rua Santa Izabel. Foi por intermédio de seu irmão mais velho que ficou sabendo da venda do imóvel de Natalina que o avisou em Cachoeirinha-SP. Ele então, apesar de não querer morar na cidade, acabou emprestando dinheiro do patrão e pode comprar a casa que atualmente lhe é sinônimo *de alegria*. Apesar da idade significativa, o bairro fundado (1891) para abrigar essencialmente negros e brancos pobres, ainda se encontrava desprovido de infraestrutura, não seguindo as orientações da política higienista difundidas desde o final do século XIX e início do XX, demonstrando que a preocupação dos fiscais do espaço urbano estava voltada, primordialmente, para a estética da região central privilegiando classes mais abastadas. E foi nesta situação precária que José Cipriano encontrou o bairro ainda em 1970: *a rua, aquele tempo era chão, colocaram arrebite e só depois fizeram o asfalto, as divisas eram aquelas tal de leiteira*⁴³⁰.

⁴²⁹ Duarte, Luiz Fernando Dias, Gomes, Edilaine de Campos. Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

⁴³⁰ Cipriano está se referindo a planta de nome *avelós*, muito comum no Nordeste do Brasil. Apesar de seus benefícios medicinais ela possui um látex, que quando puro irrita a pele e os olhos e que, portanto deveria ser mantido fora do alcance de crianças e animais, o que certamente era impossível devido ao seu emprego, em muitas casas, como cerca ou divisória entre os lotes no bairro.

Quanto a casa, cuja data de construção é desconhecida, *era grande* e possuía cinco cômodos, sendo três quartos, sala e cozinha. O lote abrigava, além da casa, a fossa, galinheiro e inúmeras árvores frutíferas, que foram plantadas pelo próprio Cipriano, que saudoso da vida no campo, tentou trazê-lo minimamente à sua residência urbana.

A casa da família Cipriano, apesar de *grande* no seu dizer, não possuía muitos móveis, os quais se resumiam em *aquelas marceneiras antiga e tinha aquele armário grandão, uma cama de mola e mais [camas] de cavalete né*. Na cozinha, havia apenas o fogão a lenha, onde eram preparadas as refeições, compostas principalmente por *arroz, feijão, mandioca, batata e frutas do quintal*. Vale salientarmos, que a presença da fossa, ou



Figura 8: Localização da casa de José Cipriano na Vila Izabel. 2013.

“casinha”, aberta sempre no fundo da casa, confirma a fragilidade econômica a que estava submetida às famílias pobres ainda nos anos 70 do século XX. Com o passar dos anos a moradia foi modificada para atender as necessidades da família, dentre as quais, Cipriano destacou:

A gente mudou as portas que era de madeira, não tinha vitró, aumentou uns cômodos, banheiro não tinha, era fossa né, a gente aumentou tudo, a cobertura a gente também trocou, o telhado não tinha forro a gente trocou, o piso não era esse, era vermelhão e a gente modificou também⁴³¹.

A vida em São Carlos foi marcada por muito trabalho para José Cipriano, que fez questão que todos os seus filhos estudassem e que a esposa, que havia trabalhado ao seu lado nas lidas nas fazendas, *se dedicasse apenas aos serviços da casa e dos filhos*. O trabalho no campo foi rapidamente substituído pelo trabalho de vigia predial em espaços nobres da cidade. Dos empregos, no edifício Vila Rica e de outro edifício no bairro Santa Mônica, ele se recorda com muito orgulho e destaca a exaustiva jornada de trabalho.

Dois meses eu trabalhei, assim, nessas fazendinhas, até eu entrar no Edifício Vila Rica para trabalhar de vigia, de guarda, trabalhei trinta e dois anos lá. Ai depois o “Doutor D’ Collor”, o dentista, comprou na Santa Mônica, ai ele falou se eu queria trabalhar com ele lá, ai eu falei: não tem como né

doutor porque eu trabalho a noite de vigia e não dá né, ai ele falou pra mim experimenta, ai eu fui trabalhar, tinha dia que eu tava andando na rua que parecia que tava dormindo de tanto sono, trabalhei dezenove ano de dia e de noite. Saía da Santa Mônica sete e meia entrava no edifício nove e meia e eu nem vinha pra cá porque não dava tempo, ficava lá conversando com os colegas e a gente já entrava no edifício, quando era seis da manhã eu vinha embora, chegava aqui seis e pouco, dormia até oito horas, levantava tomava um banho e ia pra Santa Mônica e chegava lá nove horas, ficava lá até sete e meia da noite. No domingo não folgava era nas quartas-feiras que me dava folga. Mas no edifício, de início, eu trabalhei seis anos diretos, sem folga, que tinha pouca gente né, então funcionário era pouco, trabalhei seis anos de noite sem ter folga nem domingo e nem de dia, natal, dia de ano a gente passava tudo lá⁴³².

A dedicação intensa ao trabalho foi uma das características que José Cipriano fez questão de frisar, como algo que aprendeu com seu pai Joaquim Cipriano. As recordações sobre a figura paterna pairam no imaginário como alguém que saía para trabalhar ainda na madrugada e retornava ao escurecer. A jornada de Joaquim era realmente extensa e sua vida parecia se resumir ao trabalho. Ele não tinha muito tempo para o lazer com os filhos, com os quais, aliás, não tinha muita conversa, pois era um homem muito fechado, *fechado mesmo*. Não sabemos ao certo o

⁴³¹ Cipriano, José. Entrevista concedida na casa de José localizada no bairro Vila Izabel à autora da tese. São Carlos, 2013.

⁴³² Cipriano, José. Entrevista concedida na casa de José localizada no bairro Vila Izabel à autora da tese. São Carlos, 2013.

ano de nascimento de Joaquim Cipriano, mas, é possível inferir que ele tenha nascido no final do século XIX, ou início do XX, levando-o a enfrentar inúmeros obstáculos e preconceitos em decorrência da cor de sua pele.

Na cidade, devido principalmente à jornada intensa de trabalho, não sobrava espaço para que José Cipriano pudesse vivenciar momentos de lazer com os filhos. *Eu não ia à igreja, nunca fui ao cinema e nem ao teatro, as festas, quando tinham, eram todas em casa.* Além da falta de tempo, ele alegou ainda, não ter interesse pela vida urbana e sentir saudades do campo, onde se *divertia aos domingos jogando bola com os amigos.* Como podemos perceber a insatisfação por morar na cidade foi ignorada e sobreposta ao desejo de permanecer próximo aos parentes. Além da forte ligação com eles, José Cipriano, valorizava a presença constante e próxima dos filhos e, com o passar do tempo, ele foi se desfazendo do quintal de árvores frutíferas para construir duas casinhas no intuito de abrigar alguns de seus filhos, principalmente aqueles mais necessitados. Questionado pelo motivo das construções, ele respondeu: *É porque a gente é assim, a união que não acha um jeito de ficar longe dos irmãos, dos parentes, dos filhos.* Essa configuração espacial que abrigava inúmeras casinhas, ou ainda uma única construção que era constantemente subdividida, foi analisada

por Duarte e Gomes⁴³³ que chamam a atenção para o ato, presente principalmente entre as camadas populares, de realizar alterações na casa, ampliando para acolher novos habitantes que são geralmente seus descendentes. Essas realizações foram, segundo estes autores, conceituadas como “**Quintal**” pela antropóloga Simoni Guedes, a qual ao analisar, desde a década de 70, diversos bairros da área metropolitana do Rio Janeiro, registrou a frequência, cada vez maior, de uma antiga forma de ocupação nas áreas residenciais dos trabalhadores, a saber:

Nesta paisagem destacam-se núcleos mais densos de parentesco nas formas de residência que designam como quintal. Esta categoria recobre os conjuntos de casas que foram construídas ao longo dos anos num mesmo lote ou terreno, a partir de uma casa inicial, em que o proprietário realiza, ele mesmo, ou permite a realização de novas construções. Podem apresentar-se em densidade variável: há quintais com três, quatro ou cinco casas e muito espaço disponível, há outros em que mais de dez casas encontram-se lado a lado, outros ainda que cresceram verticalmente em direções dificilmente imagináveis compondo uma arquitetura surpreendente⁴³⁴.

A forma de ocupação, **Quintal**, mencionada pela autora, e que identificamos no espaço de moradia de José Cipriano, será

⁴³³ Duarte, Luiz Fernando Dias, Gomes, Edilaine de Campos. Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

⁴³⁴ Guedes, Simoni L. Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais. Caderno CRH, n°29, pp. 189-208, 1998. (p. 197)

encontrada em outras fixações espaciais como veremos ao longo da discussão. Salientamos que neste cenário complexo e multicultural, a casa inicial ganha destaque e é tida como símbolo de poder material e imaterial para os moradores, pois é dela que emanam as regras de organização e funcionamento do espaço. Antes de qualquer iniciativa, como o desejo de realização de uma festa, a construção de novos espaços ou o abrigo de um novo morador, sempre é solicitada autorização para os mais velhos que habitam a casa nuclear que, dentro de seus interesses e códigos sociais, podem permitir ou não. A casa principal, nesta conjuntura social, acaba indo além da função de abrigo e acaba ganhando uma significação moral, que segundo DaMatta⁴³⁵, extrapola os aspectos físicos e materiais. Guedes também identificou essas características nos quintais que analisou:

Os quintais são predominantemente ocupados por pessoas que se reconhecem como parentes, tendo como referência os ocupantes da casa original. Esta é, em geral, reconhecível visualmente no conjunto, pois costuma ser a maior, a mais antiga, a que apresenta mais sinais dos cuidados de acabamento e decoração (particularmente, emboço, reboco e pintura, só realizados quando há disponibilidade, não sendo considerados essenciais ao habitar). Esta diferença é a porta de entrada também para se compreender a hierarquia interna ao **quintal**.

Sua ocupação é meticulosamente planejada e negociada a partir do núcleo familiar que detém a casa original e, portanto, os espaços disponíveis. Dali se gerencia o **quintal** tanto em termos mais diretos (divisão do custo do ponto de luz, da água e esgoto, melhorias gerais como portões e muros, iluminação comum) quanto em termos da atualização dos princípios sócio-culturais que o produzem como a escolha de quem vai ocupar as casas existentes e a possibilidade de novas construções⁴³⁶.

Além das funções atribuídas à casa-família ela ainda se configurava como reduto familiar, onde adentravam apenas convidados da família Cipriano. Ressaltamos que as relações de companheirismo entre os parentes também extrapolam as determinações geográficas e os limites da casa-família⁴³⁷, ocorrendo também entre membros que habitam locais distantes uns dos outros. José Cipriano, por exemplo, afirmou que, mesmo sem gostar de sair de casa, fica muito feliz quando seu irmão caçula, que possui um terreno no bairro São Carlos VIII, o vem buscar para trabalharem juntos na limpeza do lote e também na plantação de *quiabo*, *caqui* e *abóbora*. Além disso, eles ainda costumam ir até a casa que Cipriano possui no bairro Aracy, para as *vezes dar uma limpada na calçada*. A jornada dura de

⁴³⁵ DaMatta, Roberto da. *A casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

⁴³⁶ Guedes, Simoni L. *Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais*. Caderno CRH, nº29, pp. 189-208, 1998. (p. 198)

⁴³⁷ Conceito desenvolvido por Duarte e Gomes e que é analisado em: Duarte, Luiz Fernando Dias, Gomes, Edilaine de Campos. *Três famílias: identidades e trajetórias trans geracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

trabalho vivenciada por José Cipriano contribuiu para que ele pudesse adquirir mais um imóvel, que apesar de estar localizado em um bairro periférico da cidade, garante uma complementação de renda para a família.

Ao nos relatar seu cotidiano, José Cipriano deixou frisado que os momentos de lazer eram praticamente inexistentes, pois sua vida era dedicada ao trabalho. Os momentos com a família eram restritos à permanência na casa. Eles não costumavam frequentar, como já pontamos anteriormente, nenhum local fora do bairro, demonstrando claramente a segregação demarcada por cor e classe social. *Eu acho que a diferença vinha mais do centro né. Porque lá é assim, um lugar onde pobre e negro quase não frequenta, eles frequentam mais os bairros dele né.* Essa permanência no bairro era quebrada somente quando os negros decidiam frequentar as missas realizadas na igreja matriz, ou na igreja São Benedito no largo da Estação Ferroviária. A família Cipriano, porém, não costumava frequentar nenhum espaço religioso, mas mantinha e ainda mantém, como as demais famílias negras da pesquisa, uma fiel e dedicada devoção a Nossa Senhora Aparecida. Em todas as casas dos entrevistados, em algum cantinho, encontramos um altar reservado à padroeira que dividia a proteção à família, tanto com outros santos católicos, como com orixás do candomblé. Vale destacarmos, que apesar de o bairro possuir uma pequena igreja cuja padroeira é Santa Izabel, foram poucos os entrevistados que disseram frequentar tal espaço, provavelmente porque

não se sentiam contemplados pelo discurso religioso do padre, ou porque viam na ida à igreja matriz da cidade, uma oportunidade, mesmo que inconsciente, de participar do cotidiano da região central.

O cotidiano da família Cipriano transcorria, assim, delimitado ao espaço do **quintal** e se estendia ao bairro quando fosse necessário o acesso à educação, aquisição de alimentos e outros produtos. Segundo José Cipriano, apesar da fama do bairro não ser a das melhores, nunca teve nenhum problema com vizinhos e sempre soube da existência de uma “lei” que era respeitada por todos os moradores: a proibição da entrada de gente estranha no bairro sem prévia autorização. *As pessoas não gostavam que gente de fora vinha aqui, a família que vinha aqui de fora tinha que ser bem amigo, se não apanhava.*

Essas condições e leis internas que vigoravam nos bairros periféricos, tinham como principal função garantir a segurança dos moradores e conferir respeito de todos a alguns líderes locais e pode ainda ser claramente encontrada nas “leis” que regem as normas e condutas de moradores das favelas nos dias de hoje. É importante destacarmos que a fama do bairro se estendia por toda São Carlos que o identificava como território de *gente ruim*. Nesta informação, podemos perceber também, que o ideário sobre a Vila Izabel, iniciado logo no ano de sua implantação em 1891, e usado inúmeras vezes como elemento desqualificador do negro que ali habitava, ganhou forças com o passar do tempo, e se estabeleceu para os são-carlenses como *locus*

de desordem social. José Cipriano, porém, não se preocupou com tal fama e destacou que suas boas relações com os vizinhos nas fazendas o fizeram aprender a sempre manter a cordialidade *onde fosse preciso*. José Cipriano se autodenomina um senhor cordial e destaca que sempre foi *muito querido por todos, e um homem trabalhador que não tinha tempo para brigas*. Ele relatou nunca ter sofrido nenhum tipo de preconceito por conta da cor de sua pele, nos indicando que, ou ele adotou uma

estratégia de sobrevivência pautada na irrelevância de atos discriminatórios ou simplesmente optou pelo seu silenciamento. Ele, apesar de afirmar nunca ter sofrido preconceito racial, alega que hoje existe muito preconceito do branco contra o negro. Desse modo, percebemos claramente a estratégia de sobrevivência adotada por José Cipriano frente ao preconceito racial e às ameaças do branco, o que não se mostrou uma conduta isolada nos casos analisados.

4.2. Dirce Felício Gomes da Silva, entre a vida religiosa e o enclausuramento doméstico



Figura 9: Dirce Felício Gomes da Silva. São Carlos. 2014.

A trajetória da senhora Dirce Felício Gomes da Silva⁴³⁸, outra moradora do bairro Vila Izabel, foi marcada por muito trabalho, dificuldades econômicas, tendo, porém, um elemento a mais, o isolamento social, devido principalmente, a sua condição de mulher. As histórias de vida das mulheres e homens negros que analisamos divergiram em praticamente todos os aspectos, o que colabora com as teorias atuais que defendem que a condição de gênero foi uma determinante na vivência tanto na escravidão como no pós-abolição. Dirce nasceu em 21 de

outubro de 1928 na fazenda Santo Antonio do Quilombo em Santa Eudóxia, distrito de São Carlos. Filha de Benedita Antônio e João Felício Gomes de Andrade, ambos brasileiros e naturais de Descalvado. Seu pai era agricultor e trabalhava assim como empregado da Fazenda Santo Antônio do Quilombo. E sua mãe trabalhava em casa nos serviços domésticos.

Nessa fazenda, Dirce Felício viveu até por volta dos 14 anos de idade e seu cotidiano era marcado pela ida à escola na própria fazenda, pelas brincadeiras com os amigos negros e brancos da colônia e pelos momentos em que ficava em casa, ajudando sua mãe com os afazeres domésticos. Sobre a casa da colônia onde a família morava, ela se recorda das paredes de barro, do chão de terra batida, do fogão a lenha e do quintal grande no fundo onde tinham a horta e criação de animais. A família permaneceu nesta fazenda até o ano de 1942, quando seu pai se aposentou do trabalho rural e decidiu mudar para a cidade, onde foi morar numa casa de aluguel que pertencia aos Riceti, localizada na antiga Estrada Boiadeira, atual [rua] José Augusto de Oliveira Salles, no bairro Vila Izabel. Depois de quatro anos morando na cidade, seu pai João Felício que trabalhava como guarda na Cooperativa Samba, conseguiu guardar um dinheirinho e comprar um imóvel na Rua Dom Pedro no bairro Vila Monteiro, que passou a ser a residência da família Felício Gomes de Andrade. Sobre essa casa, Dirce Felício não tem muitas lembranças, somente o fato de ser pequena com apenas dois quartos, sala, cozinha e banheiro, mas

⁴³⁸ Silva, Dirce Felício Gomes da. Entrevista concedida à autora da tese na casa da entrevistada na Vila Izabel. São Carlos, 2011.

de tamanho suficiente para os pais. Nesta época Dirce e os irmãos já não moravam mais com seus pais. Antes do casamento, ela trabalhou e morou em duas residências localizadas na região central. Na primeira, da professora Leonor Margaredo Bertocco e seu esposo Jovair Margaredo Bertocco, funcionário público municipal, ficou por dois anos lavando, passando, cozinhando e cuidando das crianças. A respeito da rotina de trabalho, destacou que começava cedo e não tinha hora para acabar. Depois de dois anos, ela decidiu deixar esse emprego devido principalmente ao baixo salário que recebia. Aos 16 anos foi trabalhar e morar na casa de Brigido Vizeu, que segundo ela, era fazendeiro da cidade, onde fazia de tudo, só não cozinhava. Neste local, ela permaneceu por 18 anos numa jornada exaustiva que só se encerrava depois do jantar.

Com dez anos, já comecei a trabalhar de empregada na casa dos Margaredo. Depois foi na casa do Vizeu, um fazendeiro. Eu trabalhei e morei dezoito anos na casa do seu Vizeu, dezoito anos de empregada. A casa ficava na Rua Quinze de Novembro com a Rua Dom Pedro. Era um sobrado não era casa, agora reformou tudo agora nem sei o que é lá, era ali onde é o supermercado Dotto⁴³⁹.

O trabalho doméstico foi a ocupação mais exercida por mulheres negras no pós-abolição,

demonstrando que as elites desejavam manter as relações hierárquicas desenvolvidas ainda na vigência do sistema escravista, tendo sob seu controle homens e mulheres negros, os quais, como vimos ao longo dessa pesquisa, conseguiram fixar em maior ou menor grau seus interesses. Segundo Bergman:

Nos grandes centros urbanos o trabalho doméstico ocupou um lugar de centralidade nas relações de trabalho estabelecidas entre ex-senhores e ex-escravas. O sujeito feminino negro passa a realizar as tarefas do lar a partir de outros arranjos sociais, que são em muitos casos estabelecidos por contrato de locação de serviços, temos ainda aquelas, ex-escravas que não tinham para onde ir e continuaram com seus ex-senhores exercendo, a mesma função do cuidado da casa e da família patriarcal⁴⁴⁰.

Apesar da casa da família Felício não ser distante da casa do patrão de Dirce, ela não morava com seus pais e permanecia no emprego sob os olhares vigilantes dos patrões. Segundo ela, *era exigência deles que eu morasse lá*. As relações sociais estabelecidas entre eles eram permeadas por uma série de condições que iam, desde jornadas excessivas de trabalho, execução de atividades não combinadas previamente e constantes abusos de autoridade e poder. Como podemos perceber, depois de ter mudado para a cidade, o destino

⁴³⁹ Silva, Dirce Felício Gomes da. Entrevista concedida a autora da tese na casa da entrevistada no bairro Vila Izabel, São Carlos, 2011.

⁴⁴⁰ Pereira, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas: A dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Bergman.pdf

de Dirce foi alterado: de criança que brincava e frequentava escola na fazenda, ela passou à empregada doméstica que morava no serviço e não ia à escola *por não ter tempo*. Os sonhos de menina cederam lugar a obrigações muito frequentes às crianças negras no pós-abolição, dentre as quais a de complementar a renda da família. Dos salários obtidos afirmou que *dava para os meus pais e guardava um pouco*. Na casa de Vizeu, Dirce nos contou que tinha mais liberdade e podia sair aos finais de semana, quando aproveitava para visitar seus pais e passear com

suas amigas, também empregadas domésticas. Aos 26 anos, ainda morando no trabalho, ela fez um curso de costureira, por seis meses numa escola que ficava na Rua Carlos Botelho em São Carlos. Sobre a experiência ela fala com pouco entusiasmo e afirma que *nunca trabalhei com isso, costurava só em casa e para a família*.

Dirce deixou o serviço na casa de Vizeu somente quando se casou no ano de 1960 com o negro Sebastião Gomes da Silva, o qual conheceu numa festa de São João, na Vila Izabel, por



194 **Figura 10:** Turma de alunas do curso de corte e costura. Dirce é a primeira sentada à direita. 1956.

intermédio de Rosa Costa⁴⁴¹. O namoro durou por volta de um ano e o casamento aconteceu na igreja matriz da cidade, atual Catedral, e foi comemorado com um almoço para as famílias dos noivos. Além da comemoração os noivos fizeram uma série de fotografias no Studio Tulio, localizado na região central da cidade, o que de acordo com Dirce, *não custou muito caro*.

Depois de casada, Dirce e Sebastião foram morar por um tempo na casa dos pais do noivo que ficava na Rua Humberto de Campos na Vila Lutfala, bairro vizinho da Vila Izabel. Segundo depoimento de Jorge Gomes da Silva⁴⁴², filho do casal, o avô paterno era proprietário de grande parte das terras que hoje abriga a Avenida Getúlio Vargas, adquirida por meio de compra em 1920, e de acordo com Dirce Felício: *nós somos negros e não temos esse poder de pegar e roubar, ele veio pra cá e comprou, pois os pais dele parece que tinha uma espécie de um sítio, uma fazendinha em Rio Claro. Ele vendeu lá e comprou aqui*. Januário, mesmo sendo proprietário de tanta terra, trabalhava como guarda na Companhia Paulista de Estrada de Ferro e Francisca, sua esposa, se dedicava aos afazeres domésticos. Eles mantinham na chácara hortas, árvores frutíferas e criação de porcos e galinhas, destinados ao consumo do casal, filhos, noras e netos.

Os frangos, não compravam em açougue, tinha em casa, e era tudo criado em casa, então comia, o quintal era grande e tinha muito disso ai, tinha batata-doce, tinha cará, tinha pés de laranja, tinha laranja baiana, laranja lima, tinha mangão, tinha manga espada, jabuticaba daquela saborosinha, tinha daquela uva grande também, tinha de tudo. Era uma chácara⁴⁴³.

A chácara de Januário e Francisca foi vendida por volta de 1950 devido à duplicação da Avenida Getúlio Vargas. Januário prevendo a desocupação da área decidiu vender as terras e com o dinheiro que recebeu comprou uma casa para cada filho e uma para morar com sua esposa, bem próximo às terras da antiga chácara. Carlos, neto de Januário nos contou:

O meu avô perdeu a chácara que precisava passar essa Getúlio Vargas ai né, ai ficou dividido, então ele não queria ficar lá no meio, então ele pegou o dinheiro da chácara e pegou as casas. Essa casa aqui, a que eles moravam e outra na Vila Prado. Ele vendeu porque não queria ficar no meio, então ele pegou e vendeu tudo né, ai comprou as casas⁴⁴⁴.

⁴⁴¹ Segundo alguns entrevistados Rosa Costa era uma mulher negra que morava na Vila Izabel e fazia todos os finais de semana bailes em sua casa. Suas manifestações culturais e religiosas despertaram muitos comentários discriminatórios sobre ela, porém, o que podemos perceber é que se tratava de uma mulher despojada, que agia de acordo com os seus desejos.

⁴⁴² Silva, Jorge Henrique Gomes da. Entrevista concedida a autora da tese na Toca da Criola, por escolha do entrevistado. São Carlos, 2010.

⁴⁴³ Silva, Dirce Felício Gomes da. Entrevista concedida a autora da tese na casa da entrevistada no bairro Vila Izabel, São Carlos, 2011.

⁴⁴⁴ Silva, Carlos Gomes da. Entrevista concedida a autora da tese paralelamente à entrevista de Dirce Felício, mãe do entrevistado. São Carlos, 2011.



Figura 11: Dirce Felício e Sebastião Gomes da Silva. Studio Túlio. São Carlos. 1960.



Figura 12: Dirce Felício Gomes da Silva. Studio Túlio. São Carlos. 1960.

A casa que Januário comprou para o filho Sebastião e sua esposa Dirce ficava exatamente na mesma Estrada Boiadeira que Dirce morou quando chegou a São Carlos. E, segundo ela, passados esses vinte anos, o bairro Vila Izabel ainda mantinha as ruas em *chão de terra batida*. Ela, que mora no mesmo imóvel há mais de 50 anos, tem a casa como a principal referência espacial de sua vida, pois foi onde se dedicou aos cuidados dos filhos e do marido e de onde saía apenas para ir à igreja. Seu marido não gostava que Dirce saísse de casa e havia ainda, segundo ela, as limitações da maternidade com a numerosa prole, pois *aonde ela iria com tantos filhos*. Tiveram oito filhos, Aparecida, Jorge, Carlos, Januário, Sebastião, Rita, Luiz e Julio, sendo que Aparecida e Luiz faleceram ainda crianças por conta de pneumonia. Sebastião Gomes, apesar das dificuldades financeiras, conseguiu, trabalhando na Indústria Pereira Lopes e na CBT onde se aposentou, fazer com que todos os filhos estudassem. Dirce destacou que o marido era rígido, *terrível mesmo* e gostava de tudo certinho e não permitia que nenhum de seus filhos frequentasse casa de vizinhos, receoso de que eles pudessem sofrer algum tipo de preconceito. *A gente não tinha amizade com vizinho, não passeava, a nossa vida era aqui, nessa casa e aqui só entrava quem também fosse de muita confiança*.

Como podemos perceber a casa dos Gomes da Silva era sinônimo da proteção familiar e funcionava como um reduto onde todos estavam protegidos das mazelas sociais. Jorge, o segundo filho do casal, ainda se lembra da segurança que o pai oferecia a família e o quanto a casa era um espaço privado e intransponível a estranhos. Com o tempo, a família

foi crescendo e a casa, que inicialmente tinha dois quartos, sala, cozinha e banheiro, foi ganhando outra configuração. Recebeu outros quartos e nova cozinha, espaço preferido de dona Dirce, onde ela fazia *as sopas, os caldos, polenta, um arroz, um feijão e a minesí* (mistura de feijão com couve). No fundo da casa ela criava porcos, mantinha uma horta e um milharal, que complementavam a alimentação da família. Com o passar dos anos, o quintal de Dirce e Sebastião, ganhou a configuração do conceito de **Quintal** da antropóloga Simoni Guedes e o espaço das plantações e criação de animais cedeu lugar à construção de um sobrado para abrigar o filho Sebastião, um dos primeiros a se casar. A residência ainda hoje funciona como **casa-família**, onde filhos e netos vão e vem de acordo com as suas necessidades.

O cotidiano da família Gomes da Silva se restringia ao trabalho diário do pai, à escola das crianças e aos afazeres domésticos de Dirce. Os momentos de lazer eram praticamente inexistentes, como podemos perceber na fala de Dirce Gomes da Silva quando ela afirmou categoricamente *nunca passei*. Ao chegar à cidade não frequentou mais a escola, *pois teve que trabalhar para ajudar a família e então não tinha tempo para estudar*. Nos dois empregos em que trabalhou antes do casamento, exerceu a ocupação de doméstica e não tinha nenhum direito garantido, pois não possuía contrato de trabalho, mas apenas acordos verbais que eram constantemente desrespeitados, como dias e horas extras. Depois de se casar, ela parou de trabalhar fora, porém, sua rotina se manteve, com dedicação total aos cuidados com a casa e



Figura 13: Januário Gomes da Silva e Francisca Felisberto Mendes da Silva, sogros de Dirce. Década de 1930.



Figura 14: Januário e Francisca na Chácara na Vila Izabel, São Carlos. Década de 1950.



Figura 15: Januário, Francisca e família em Aparecida do Norte-SP. Sem data.

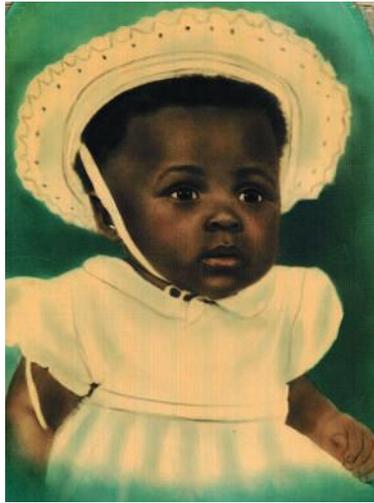


Figura 16: Aparecida Gomes da Silva. Primeira filha do casal Dirce e Sebastião. 1961.



Figura 17: Jorge Henrique Gomes da Silva. Segundo filho do casal. 1962.

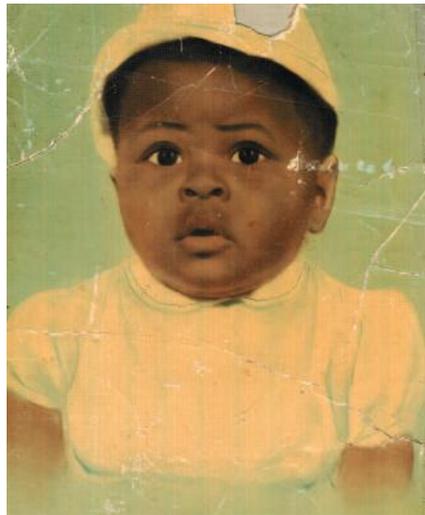


Figura 18: Carlos Gomes da Silva. Terceiro filho do casal. 1964.

a família. Além da rotina pesada, ela não tinha permissão para sair de casa e viveu praticamente enclausurada durante os 30 anos em que foi casada. Depois da morte do marido, ela assumiu para si a direção da família e é até hoje a responsável pela manutenção da casa: faz compras, cozinha e cuida da limpeza doméstica. No decorrer do tempo, acabou fazendo alguns serviços para fora, sempre na informalidade, pois ela nos declarou que *nunca teve carteira assinada na vida*. Vemos assim que a informalidade no trabalho era uma constante na

vida das mulheres negras no pós-abolição, o que não significa que elas não estivessem atentas aos seus direitos e ao cumprimento dos combinados, pois como vimos anteriormente, Dirce deixou o primeiro emprego exatamente pelo desrespeito por parte dos patrões aos acordos verbais estabelecidos e também pelo baixo salário que recebia. Apesar de retomar a atividade de trabalho informal, Dirce conquistou para si a liberdade de ir e vir, a qual havia sido cerceada pelo marido por aproximadamente 30 anos.

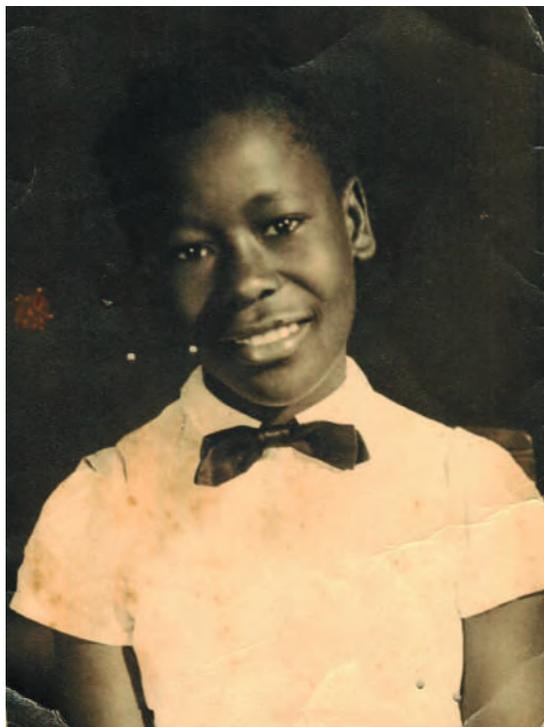


Figura 19: Rita, filha de Dirce e Sebastião, com uniforme escolar. São Carlos. Década de 1960.



Figura 20: Altar religioso reservado aos santos padroeiros. Casa de Dirce Felício Gomes da Silva. São Carlos. 2014.

4.3. Margarida Estevam Ramos, em meio a tantas dificuldades, o medo da cidade



Figura 21: Margarida Estevam Ramos. Vila Izabel, São Carlos. 2013

Morando muito próxima de Dirce Felício, Maria Margarida Estevam Ramos, também instalada na Vila Izabel, não teve uma vida muito diferente de sua vizinha. Mulher, negra, pobre e mãe de muitos filhos, ela nos contou com um pouco de timidez alguns momentos de sua trajetória. Natural da cidade de Três Pontas-MG, ela nasceu em 01 de julho de 1932, filha de Maria Evaristo de Jesus que estava com 28 anos de idade e José Esteves, ambos mineiros. Seu pai era *trabalhador de roça* e sua mãe *não trabalhava fora e cuidava da casa e dos filhos*. Assim, como a maioria das famílias e indivíduos retratados ao longo da

pesquisa, Maria Evaristo e José Esteves Baptista de Carvalho, tiveram uma vida marcada pela mobilidade espacial e, segundo a filha Margarida, eles mudavam constantemente.

Meu pai plantava na roça, trabalhava na roça, plantava bastante coisa, milho, feijão, arroz, café, pegava serviço aquele tempo, era serviço de colono, por um ano então a gente ficava ali carpiã o café, quando era tempo de colher colhia o café, tudo, depois se quisesse renovar o contrato renovava se não, se quisesse ir pra outra fazenda podia ir. Meu pai ficava dois, três anos em uma fazenda, depois ia pra outra, eu sei que nós moramos em bastante lugar, morei em Dois Córregos, não na cidade, em fazenda. Depois de Dois Córregos, foi pra Piratininga, fazenda da Geada, ficamos lá mais uns três anos, depois da Fazenda da Geada, nós fomos para Barra Bonita fazenda Nossa Senhora Madalena, depois nós fomos pra Fortaleza uma fazenda perto de Dois Córregos também, depois fiquei lá mais uns três anos aí eu era pequena né, eu fui crescendo, crescendo. Aí depois nós viemos pra Mineiros do Tietê ficamos lá, aí nós ficuemos na cidade mesmo, meu pai trabalhava na roça. A casa era na cidade, mas o serviço dele era na roça, depois ele parou de trabalhar assim de colono aí começou a pegar empreita, pegava empreita pra uns “par de tempo”⁴⁴⁵.

Sempre em busca de melhores condições financeiras e *novos ares*, José Evaristo mudou com a família por cinco vezes e somente na cidade de Mineiros do Tietê fixou moradia e

⁴⁴⁵ Ramos, Maria Margarida Estevam. Entrevista concedida a autora da tese na casa da entrevistada no bairro Vila Izabel. São Carlos, 2013.

dessa vez escolheu o espaço urbano, onde, porém continuou a trabalhar na roça por um tempo, se dedicando posteriormente ao serviço por empreita, que segundo a filha Margarida, funcionava da seguinte forma: *pegava um serviço ali até acabar esse serviço, quando acabava aquele serviço ele já podia pegar em outro lugar, era a mesma coisa de ser colono né*. Margarida começou a trabalhar na roça aos 10 anos de idade, e como o pai mudava constantemente, ela não conseguiu estudar e não tinha a permissão dele para isso. Percebemos, assim, que seu pai contava com o trabalho dos filhos na lavoura, não vislumbrando as possibilidades de ascensão social por meio da instrução:

Eu tinha uns dez anos quando eu comecei a trabalhar. Eu comecei a trabalhar na roça né, na roça assim, fazer um pouquinho das coisas né, carpia um pouco, quando era tempo de apanhar café apanhava café, cortava arroz, tudo né, ai depois que eu fiquei grande que eu trabalhei de empregada também, uns par de tempo né. Nossa a minha vida foi muito, muito difícil menina. Eu não pude estudar quase porque o meu pai não deixou estudar⁴⁴⁶.

A infância de Margarida foi marcada pelo trabalho duro na roça, mas havia os momentos de lazer e brincadeiras com outras crianças, brancas e negras, nas colônias das fazendas, à noite depois da jornada de trabalho.

A gente brincava de passar anel, de pular corda né, jogar maia, bater peteca né. E quando era de noite a gente ia brincar de passar anel, de dia ia trabalhar, de noite juntava as meninas da fazenda para brincar. O meu brinquedo era boneca de pano que a minha mãe fazia, ou se não, era de espiga de milho, pegava espiga de milho, aquela que tinha cabelo com o milho falava que era uma boneca, nunca tive assim boneca de verdade⁴⁴⁷.

Além das brincadeiras com outras crianças, ela se recorda dos raros momentos em que o pai se reuniu com eles em dias frios, em volta de uma fogueira que era acesa na sala da casa, quando contava histórias de *lobisomem*. Apesar de ser muito bravo e usar da violência com frequência contra eles e a mãe, ela destacou que o pai não deixava faltar nada, que tinha muita fartura de comida e quando *ele não bebia, era muito bom*. Dos momentos bons, ela se lembra das compras na cidade, quando ele trazia peças de tecidos para a confecção de roupas para todos que iam aos bailes nas fazendas usando o mesmo tecido: *a gente ia tudo igual, era muito engraçado*. A personalidade autoritária de José Esteves ficou marcada na memória de Margarida e de seus quatro irmãos. A rigidez se estendia a um controle absoluto exigindo que eles trabalhassem desde crianças e não tivessem acesso aos estudos. Pudemos perceber ao longo da entrevista uma postura condescendente das mulheres ao comportamento violento do pai.

Aos 18 anos de idade, morando em

⁴⁴⁶ Ramos, Maria Margarida Estevam. Entrevista concedida a autora da tese na casa da entrevistada no bairro Vila Izabel. São Carlos, 2013.

⁴⁴⁷ Ramos, Maria Margarida Estevam. Entrevista concedida a autora da tese na casa da entrevistada no bairro Vila Izabel. São Carlos, 2013.

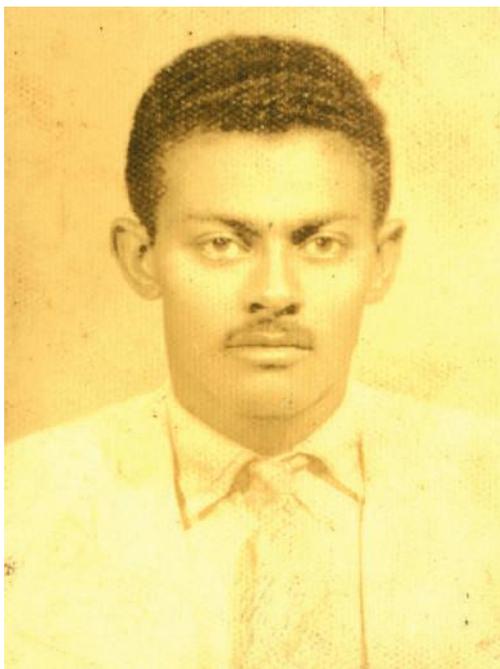


Figura 22: Laudelino Pereira Ramos. Barra Bonita-SP. 1940.

Mineiros de Tietê-SP, Margarida conheceu o pardo Laudelino Pereira Ramos, natural da Bahia, com quem se casou somente em 1955, quando ela estava com 23 anos de idade. O casamento aconteceu numa igreja de Mineiros e foi comemorado com um almoço para os padrinhos na casa dos pais da noiva. Depois de casada, Margarida morou no município de Barra Bonita-SP, na Usina da Barra, e depois mudou

com o marido para a Fazenda Aliança, na mesma cidade, onde ambos trabalhavam na roça e, para complementar a renda, ela comercializava na cidade alguns produtos da horta.

Na fazenda Aliança eu trabalhava, eu cortava cana, carpia cana né, ele tinha uma horta e eu ia vender verdura na cidade na Barra Bonita né, não tinha ônibus naquele tempo era bonde né, eu toda quinta-feira enchia uma cesta de verdura e ia na Barra Bonita vender a verdura, mais tinha bastante, tinha abobrinha, não dava pra mim levar tudo, levava o que cabia, chegava lá vendia, comprava alguma coisinha pras crianças, ai dava a hora do bondinho voltar ai eu vinha embora, trazia soinho [doce de padaria] pras crianças comer⁴⁴⁸.

Em Barra Bonita, Margarida e Laudelino tiveram os seis primeiros filhos, Maria, Arlinda, Antonio, Zezão, Tide e Nelson, e ali permaneceram por volta de 15 anos. A vida na fazenda era solitária, pois não havia nenhum outro morador no local, o que tornava os dias de Margarida e da família *muito tristes*. Assim, com o intuito de acabar com a solidão da família, Laudelino decidiu migrar para São Carlos, em 1970, para ficar perto dos parentes. Ao chegarem à cidade, eles foram morar no bairro Vila Izabel, como vizinhos de João Francisco⁴⁴⁹ na Rua Santa Gertrudes, depois de alguns meses se mudaram para a casa nº793, localizada na mesma rua

⁴⁴⁸ Ramos, Maria Margarida Estevam. Entrevista concedida a autora da tese na casa da entrevistada no bairro Vila Izabel. São Carlos, 2013.

⁴⁴⁹ João Francisco foi o fundador da escola de Samba Vila Izabel, e importante representante da cultura negra no bairro. Dentre os moradores do bairro ele se destacava, pois ocupava uma posição de destaque, por comandar o carnaval no bairro e morar numa casa diferenciada e acima dos padrões construtivos ali existentes.



Figura 23: Maria Margarida Estevam Ramos. Barra Bonita-SP. 1951.

e alugada diretamente com o senhor Moisés, seu proprietário, que também era morador da Vila Izabel. Sobre o bairro, Margarida, assim como os moradores citados anteriormente, não teve boas impressões, devido à precariedade do local, e também Nelson, seu filho mais novo, que apesar da alegria de estar na cidade, também fez referência à falta de infraestrutura do bairro.

Eu gostava daqui mais não era bonito. Aqui era terra de chão a rua, ali era onde passava a linha do trem de ferro mais não tava passando mais o trem né só antigamente passava né ai depois, ai que fizeram o asfalto tudo né, mais quando nós mudou aqui não era, aumentou mais casa, tinha pouca casa⁴⁵⁰.

Era um máximo morar numa casa na cidade, na rua não tinha asfalto, não tinha esgoto, tinha água encanada, mas acho que não vinha água todos os dias ai a gente tinha que ir buscar água ali no regulador, mas eu gostava porque estava na cidade⁴⁵¹.

Mesmo com os problemas do bairro, a família estava muito feliz em morar na cidade. A casa em que moravam dispunha de um amplo quintal no qual a família mantinha uma variada plantação de verduras, legumes e árvores frutíferas para o seu consumo. Segundo Nelson Pereira Ramos no quintal tinha *chuchu, couve, alface, almeirão, mamão, laranja, mexerica, pokam, uva, manga, goiaba e ameixa*. Ele afirmou ainda que os cuidados com o terreno e com as plantações eram

de responsabilidade dos filhos e o pai Laudelino fazia questão de fiscalizar as atividades.

A casa da família Ramos é fruto de uma reforma realizada numa construção do início do século XX, implantada no alinhamento da rua e originalmente com seis cômodos. Esse layout inicial foi alterado ainda pelo antigo proprietário para que pudesse abrigar duas residências com quatro cômodos cada uma. E assim estava quando a família Ramos para lá se mudou em 1971. Ambas as casas eram constituídas por dois quartos, sala e cozinha, mas apenas a dos fundos, que foi ocupada por eles, possuía fogão a lenha que foi muito usado pela família. A casa foi construída com tijolos e argamassa de barro, possuía portas e janelas em madeira que garantiam a iluminação e a circulação do ar, favorecidas pela baixa altura das paredes internas. Embora a família não tenha manifestado nenhuma queixa, certamente a ausência de forro deixava a casa fria no inverno. O telhado, de madeira em duas águas com telhas de barro, tem o beiral arrematado por uma cimalha apenas na fachada principal. Depois de 15 anos morando neste local, a família Ramos, conseguiu comprar as duas casas, demolindo a parede que as separavam para ocupá-las integralmente. Com isso ganharam mais espaço para os filhos, que já eram oito, se apertando num mesmo quarto. A residência ganhou também um banheiro anexo ao corpo principal, permitindo que a família deixasse de usar a fossa no fundo do lote. Margarida e Nelson nos contaram alguns detalhes sobre a casa:

⁴⁵⁰ Ramos, Maria Margarida Estevam. Entrevista concedida a autora da tese na casa da entrevistada no bairro Vila Izabel, São Carlos, 2013.

⁴⁵¹ Ramos, Nelson Pereira. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado no bairro Vila Izabel, São Carlos, 2013.

A casa tinha quatro cômodos depois que eles aumentaram né, e não tinha banheiro, fizeram o banheiro tudo, tinha um poço, aquele tempo tirava do poço mais só que não tava mais tirando né, não tava funcionando mais, a fossa onde a gente ia fazer necessidade era lá em cima, era uma fossa assim com um buraco O piso era esses *acimentados* assim né, de tijolo e depois passou um vermelhão em cima. No meu quarto só tinha a minha cama e o meu guarda-roupa só no meu quarto. O quarto das crianças tinha duas beliches né e guarda-roupa não tinha, tinha um baú né, aquele tempo usava aqueles baú, mala que fala né pra por as roupas deles dobrada ali dentro, só não tinha guarda-roupa no quarto deles. Na sala só tinha uma mesa e, tinha uma cristaleira. Ai o véio comprou uma televisão e, pois em cima da cristaleira só na sala que tinha televisão.⁴⁵²

A nossa casa tinha a cozinha, a sala, o quarto da minha mãe com o meu pai e o quarto nosso. No quarto da minha mãe tinha uma cama, um guarda-roupa e uma cômoda, na sala tinham um sofá de couro marrom e uma cristaleira muito bonita, era uma cristaleira bonita, na cozinha tinha um fogão de lenha, uma mesa de tábua e um armário amarelo cor de abóbora e no quarto tinha duas camas de casal no quarto onde a gente dormia. Os oito dormiam em duas camas. Em 1975 ou 76 o meu pai comprou o fogão a gás, a televisão acho que foi em 1978. Foi uma festa né a televisão. Era uma Colorado, tinha dois alto falantes do lado e era aquela que você ligava demorava acho que cinco minutos pra esquentar. Também não tinha banheiro era as fossas, as fossas ficavam no fundo do quintal, chuveiro também não tinha, nós tínhamos que pegar latas, aquelas

latas de 20 litros encher de água, buscar água lá no regulador que eu acho que da uns 600, 700 metros, na cabeça, dava umas quatro, cinco viagens pra esquentar água pra gente tomar banho, banho de bacia, a gente fazia um fogãozinho com tijolos colocava lenha e nós ia buscar lenha pra gente poder cozinhar também, não tinha fogão a gás era fogão a lenha. Nós íamos buscar lenha aonde é hoje a fábrica de motores, a Volks, nós ia lá a pé. Ia eu, a minha mãe, a minha tia e a gente ia duas, três, quatro vezes por semana a gente ia buscar lenha, que a gente estocava lenha, pra fazer comida e pra esquentar pra tomar banho⁴⁵³.

Como podemos perceber a rotina da família não era fácil, a falta de infraestrutura da casa acarretava uma série de atividades, exigindo a dedicação de todos os filhos para que o lugar pudesse ir além da função de abrigo. A escassez de recursos financeiros fazia com que todos economizassem. Os sapatos e roupas melhores, *sempre ganhados*, eram para ir à escola. Além dos produtos colhidos no quintal, a alimentação era complementada com a compra de arroz, feijão e carne apenas no final de semana. Margarida ainda contava com doações de outros alimentos, como pães amanhecidos, os quais complementavam o café da manhã que não passava da *água quente com açúcar*, pois *o leite era bem raro*. A família sofria com a falta de cobertores fazendo com que eles se *protegessem do frio apenas com jornais e o desconforto das crianças na hora de dormir*

⁴⁵² Ramos, Maria Margarida Estevam. Entrevista concedida a autora da tese na casa da entrevistada no bairro Vila Izabel. São Carlos, 2013.

⁴⁵³ Ramos, Nelson Pereira. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado no bairro Vila Izabel, São Carlos, 2013.



Figura 24: Planta baixa e cortes da Casa da Família Ramos.

nos beliches, como afirmou Margarida, ou nas camas de casal, como afirmou Nelson, acabava ajudando a se esquecerem.

Margarida, que se dedicava ao cuidado da casa e dos filhos, também exercia algumas atividades informais para complementar a renda da família como diarista, cozinheira, lavadeira e passadeira. E os filhos a partir dos 10 anos de idade começavam a trabalhar, os meninos exerciam pequenas atividades relacionadas à construção civil e limpeza de terrenos, e as meninas como domésticas. *A maioria das casas dos bairros que foram feitas eu trabalhava de servente de pedreiro carregando tijolo, carregando massa, a maioria das casas eu trabalhei depois dos 10 anos*⁴⁵⁴. De acordo com Maria Olívia Gomes da Cunha⁴⁵⁵, os anos iniciais do pós-abolição foram marcados pela prática constante do emprego de meninas e meninos negros em atividades domésticas nas casas da elite brasileira. Com o objetivo de possuir empregados a baixo custo os patrões estabeleciam dentro dos lares relações marcadas constantemente pelo abuso de poder, excesso de trabalho e violência, visando principalmente o amansamento desses sujeitos para a vida em sociedade. Das filhas de Margarida, Arlinda foi a primeira a trabalhar como empregada doméstica, atividade que exerce até os dias de hoje. Com mais sujeitos dedicados ao trabalho, a renda da família Ramos aumentou consideravelmente e, com o empenho de todos, foi

poupado o dinheiro necessário para a compra do imóvel em que moravam. Apesar de já trabalharem desde cedo, eles não tinham permissão para sair de casa e nem estabelecer muito contato com os vizinhos, comportamento presente também nas famílias anteriores. A vida social era circunscrita ao **quintal**, onde brincavam e se divertiam em família.

A casa, que a nosso ver, é um espaço social e palco das relações estabelecidas entre os seus moradores, tem nos **quintais**, conforme vimos acompanhando, uma espécie de extensão da moradia e um espaço de vivência extremamente ativa. É como se neste local, os negros encontrassem a liberdade de se manifestar culturalmente, produzindo ali o que lhes era negado na cidade e no espaço público. Segundo Nelson Pereira Ramos, *a gente fazia festa, meus pais bebiam, a gente dançava, cantava e era feliz, tudo no nosso quintal*⁴⁵⁶. Esse território familiar, além de abrigar a todos, funcionava como reduto para proteção da família, que longe dos contatos com o mundo externo, estava livre do preconceito e da discriminação racial. Vale salientarmos que neste espaço havia uma hierarquia, previamente estabelecida, e que era determinada pelo gênero. O homem, figura paterna, representava o poder e o controle do espaço, enquanto à mulher cabia a responsabilidade pelo perfeito funcionamento da casa, o cuidado com os filhos e o marido e a prestação de serviços informais para a complementação da

⁴⁵⁴ Ramos, Nelson Pereira. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado no bairro Vila Izabel, São Carlos, 2013.

⁴⁵⁵ Cunha, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: _____; GOMES, Flávio (Org.). Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

⁴⁵⁶ Ramos, Nelson Pereira. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado no bairro Vila Izabel, São Carlos, 2013.



Figura 25: Família Ramos em frente a fachada frontal da casa de morada. Década de 1980.



Figura 26: Almoço da família Ramos, realizado no quintal da casa-família. Década de 1980.



Figura 27: Laudelino Pereira Ramos aos 86 anos de idade. São Carlos. 2006.

renda familiar. Segundo Olívia Maria Gomes da Cunha⁴⁵⁷, o espaço doméstico encerra relações sociais demarcadas pelas distinções de gênero e essa distinção se configura como a principal organização do espaço.

Com a rotina marcada pelo trabalho e pelos momentos de lazer circunscritos ao **quintal**, a família Ramos teve raros momentos de vivência na cidade, como a única ida de todos ao circo, proporcionada por Arlinda que já trabalhava. Somente depois de adultos, os filhos de Margarida

e Laurindo vivenciaram a cidade de acordo com os seus anseios. Enquanto puderam, os pais mantiveram os filhos *embaixo dos olhos*, o que deixou marcas profundas neles, pois, de acordo com Nelson, o cuidado exagerado acabou por podar anseios por uma vida melhor. Vale salientarmos que, mesmo depois de casados, os filhos continuaram a morar com os pais e foram os responsáveis pela construção de uma nova residência, ao lado da casa antiga, para abrigar novos membros na família além de Margarida e Laurindo. Quando se mudou para a casa nova construída pelos filhos, Margarida cedeu a casa antiga à filha Arlinda que ocupou o imóvel até 2013 em companhia de seus filhos. Apesar da *tristeza em deixar* a casa-família, Arlinda⁴⁵⁸ nos contou que, estava *feliz por ter conseguido uma casa própria*, pois havia sido contemplada por um programa de habitação social no município. Ela destacou, porém, que, *todo dia dá uma passada na casa da mãe para tomar café, ver minha família e saber das novidades. Quando não venho, sinto um vazio*. Esse sentimento de pertencimento também é compartilhado por outros filhos, como Nelson que preferiu continuar morando, com sua esposa e filhos, na casa de seus pais, apesar de possuir dois imóveis na cidade.

Laudelino faleceu aos 90 anos de idade no ano de 2010. Desde então Margarida concentra

⁴⁵⁷ Cunha, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: _____; GOMES, Flávio (Org.). Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

⁴⁵⁸ Arlinda conversou conosco informalmente depois da finalização da entrevista que realizamos com sua Mãe Margarida e era exatamente o momento de sua passada pela casa da mãe, para saber das notícias, do estado de saúde de todos e principalmente de sua mãe. São Carlos, 2013.

em si, apesar de compartilhar alguns poderes com os filhos, as principais decisões. Hoje ela não trabalha em atividades domésticas, provavelmente devido à idade avançada e à boa condição oferecida pelos filhos, porém ainda faz crochê para fora, o que colabora para a sua distração. Apesar de concluir que viveu uma vida difícil e triste, ela destacou que nunca sofreu nenhum tipo de preconceito na vida, ao contrário de seu filho Nelson, que desde criança, se recorda de ter recebido os mais variados tipos de tratamentos marcados pelo preconceito racial, tanto em espaços públicos, como a escola, quanto nos espaços privados, como o trabalho.

Nunca fui chamado para apagar a lousa, nunca recebi um elogio da professora (...). Quando eu tinha 21 anos de idade eu trabalhava numa empresa e quem atendia os clientes era eu, eu atendia os clientes por telefone mais eu nunca via a cara dos clientes, não sabiam como eu era e nem eu sabia como eram os clientes, então eles

ligavam pra mim e faziam os pedidos, então eu anotava o pedido e passava, e todo fim de ano eles mandavam pra mim agenda, essas coisas, e um dia ele falou assim pra mim eu vou aí quero falar com você e o dia que ele chegou eu não o conhecia e nem ele, então ele falou assim: você é o Nelsinho, aí o dono da empresa disse, você não imaginava que ele era preto né, pelo serviço que eu fazia, depois daquele dia eu pedi a conta na empresa⁴⁵⁹.

Como podemos perceber, a vida de Margarida e Laurindo foi marcada por muita luta, com dedicação diária e exaustiva ao trabalho, pela vivência familiar e cultural no *quintal* e pela tentativa de proteger os filhos dos preconceitos raciais vigentes na sociedade. Dentre as estratégias de sobrevivência adotadas por eles, destacamos a ressignificação da casa e do quintal, transformados em território de efervescência da cultura negra, o que certamente tornou muito mais prazerosa a vida na cidade.

⁴⁵⁹ Ramos, Nelson Pereira. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado no bairro Vila Izabel, São Carlos, 2013.

4.4. Geralda Fermiano da Silva, entre a vida na lida e a liberdade no *barraco*



Figura 28: Geralda Fermiano da Silva. Vila Izabel, São Carlos. 2013.

Geralda nasceu no dia 22 de junho de 1935 em Santa Eudóxia, distrito de São Carlos. Filha de Benedita Rosa Fermiano, natural de Limeira e José Fermiano de Descalvado. Neta por parte de pai de Manoel Fermiano e Maria José Fermiano, ambos de Descalvado e por parte de mãe de Maria Modesta da Conceição Vara e Lourenço Rosa, sendo ela natural de Limeira e ele do Rio de Janeiro.

Além de Geralda, Benedita e José tiveram mais sete filhos. Segundo ela, *os pais se conheceram na fazenda Jacutinga no distrito de Santa Eudóxia, onde se casaram e depois mudaram para essas fazendaiadas*⁴⁶⁰. Dentre as fazendas que moraram ela destacou Cintra, Michelangelo e Santo Antonio. A mobilidade espacial que marcou a trajetória da família Fermiano, também foi confirmada pelo irmão de Geralda, o senhor Francisco Fermiano⁴⁶¹. Os motivos que levaram seus pais a mudarem constantemente, segundo ele, pautavam-se *na escravidão disfarçada que vigorava no país*, uma vez que muitos fazendeiros, nas primeiras décadas do século XX, mantinham inalteradas práticas exercidas durante a vigência do sistema escravista. Os *maus tratos dispensados aos trabalhadores* e também a *substituição do dinheiro pela ordem*, foram alguns dos motivos, apontados por Francisco.

Eu alcancei a escravidão, era disfarçada, mas era escravidão. Escravidão era isso aqui, não existia dinheiro, existia uma tal de ordem, um papel. Quando ia gastar numa venda tinha que comprar só o que estava escrito no papel, se faltava outro alimento, não importava, tinha que comprar só o que estava escrito. Mas a gente não podia se virar, porque era castigado se arrumasse emprego em outra fazenda para completar os ganhos. Eu vi isso quando era molecão, muitos pais de família serem acorrentados por terem arrumado outro serviço⁴⁶².

⁴⁶⁰ Silva, Geralda Fermiano. Entrevista concedida à autora da tese na casa da entrevistada na Vila Izabel. São Carlos, 2010.

⁴⁶¹ Fermiano, Francisco. Entrevista concedida à autora da tese na casa de Geralda, irmã de Francisco na Vila Izabel. São Carlos, 2014.

⁴⁶² Fermiano, Francisco. Entrevista concedida à autora da tese na casa de Geralda, irmã de Francisco na Vila Izabel. São Carlos, 2014.

Motivados pela busca de melhores condições de vida e pelo desejo em manter a autonomia conquistada, Benedita e José Fermiano mudaram com frequência e tinham uma jornada dura de trabalho enquanto os filhos eram pequenos. Segundo Geralda, seus pais eram meeiros nas fazendas e o que recebiam em dinheiro dependia, principalmente, de muita dedicação ao trabalho. Ao patrão que cedia a terra, cabia o retorno financeiro que consistia em metade do ganho total:

Meus pais plantavam e o armazém fornecia legumes para nós o ano inteiro e no final do ano nós pagávamos e era o patrão que fazia os negócios, então ficava metade para o patrão, então, o que sobrava da meia da gente, nós pagávamos o armazém e ainda sobrava um pouco⁴⁶³.

A partir dos nove ou dez anos de idade os filhos começaram a trabalhar na roça com o pai, permitindo que Benedita se dedicasse somente às atividades da casa. Geralda foi para *a lida*, com *uns nove anos* de idade, momento em que a família morava e trabalhava como colonos na fazenda Santo Antonio, pertencente a Antônio Botelho e sua esposa Odete Maria. Além da atividade de colona, ela ainda se dedicava aos serviços da casa grande. A jornada de Geralda começava cedo, na roça, e se estendia até as 16h00, momento em

que ela seguia para a casa dos patrões e apesar do cansaço, destacou que gostava, pois, a patroa lhe ensinava muito.

Nós éramos da colônia de café. Nós apanhava o café, carpia, quando chegava o pagamento geral era no fim do ano também né. Então, eu trabalhava um pouco na roça com meu pai de colona, e depois eu ia pra fazenda quatro horas [da tarde] e oito horas da noite eu saía da fazenda, que eu trabalhava de empregada na fazenda, de noite lá. Eu tinha uns nove anos por ai. [se referindo aos patrões] Nem fala de tão bons que eles eram. Vichi! Quem me ensinou tudo lá da fazenda que não tinha escola era a patroa que me ensinou tudo, a patroa que ensinou o pouco que eu sei, foi ela que ensinou a bordar, fazer trabalho com lã, crochê, foi tudo ela⁴⁶⁴.

Na roça eu carpia mesmo, quando era tempo de apanhar, apanhava, rastelava, abanava, fazia tudo. Toda a família trabalhava. Só minha mãe não, minha mãe no café não trabalhava não, minha mãe trabalhava muito lá na Michelangelo no algodão, era meeira, mas era algodoeira, então lá minha mãe trabalhava bastante, lá no café não, nós já era mais grandinho então nós tomemos o lugar da minha mãe⁴⁶⁵.

Nas casas em que moraram nas fazendas, Geralda e seu irmão Francisco se recordam das paredes de tábua ou barro, do chão de terra batida,

⁴⁶³ Silva, Geralda Fermiano. Entrevista concedida à autora da tese na casa da entrevistada no bairro Vila Izabel, São Carlos, 2010.

⁴⁶⁴ Silva, Geralda Fermiano. Entrevista concedida à autora da tese na casa da entrevistada no bairro Vila Izabel, São Carlos, 2010.

⁴⁶⁵ Silva, Geralda Fermiano. Entrevista concedida à autora da tese na casa da entrevistada no bairro Vila Izabel, São Carlos, 2010.

no qual a mãe *passava cinza e varria, dos banhos nas bacias* e também da *fartura de comida que era feita pela mãe*.

As casas nas fazendas eram de tábuas, tinha as que eram de barro, põe as taquaras assim e bate o barro no meio, aquilo endurece de tal forma, que nem chuva não passa. Moremos em muita casa assim, no Monjolinho a casa era de barro e o chão de terra batida, passava cinza e depois varria. No Poção as casas eram de madeira, de tábua⁴⁶⁶.

Destacaram também, a preferência do pai por casas mais afastadas do núcleo da fazenda. Segundo Francisco, *se a casa estivesse longe de tudo, no meio do mato, ali meu pai queria*. Provavelmente, a escolha do pai pautava-se no desejo de ficar longe dos olhos e controle do patrão, tendo mais privacidade com a família, o que demonstra que a preservação da liberdade era um pré-requisito considerado pelas famílias negras no pós-abolição.

Geralda, desde pequena assumiu para si os cuidados com a família e, nos momentos em que não estava trabalhando na roça ou na casa do fazendeiro, ela ajudava sua mãe com os afazeres da casa, limpando, lavando e cuidando da irmã mais nova. Os momentos de lazer se reduziam aos bailes nas fazendas, nos sábados à noite, onde ia, sempre em companhia do irmão mais velho. Foi num desses bailes, realizado na

fazenda Santo Antonio, que Geralda conheceu Antônio Vergelista da Silva com quem namorou e se casou aos 19 anos de idade, no ano de 1954, quando ainda morava com os pais no sítio Nossa Senhora Aparecida, em Ibaté-SP. Depois de casada Geralda deixou a casa dos pais mas continuou a trabalhar na roça para contribuir com a renda familiar. Eles tiveram quatro filhos, três meninos e uma menina, e quando a caçula estava com nove meses de idade, no ano de 1963, seu marido *foi embora*. Indignado com a situação José Fermiano, pai de Geralda, foi buscá-la para morar com ele. Neste ano, o velho José já morava na pequena chácara da Vila Izabel, que tinha comprado do filho Francisco no ano de 1960. Foi neste espaço que Geralda construiu a maior parte de sua trajetória, criou e educou seus filhos à custa de muito trabalho. Ela mesma destacou, trabalhava *diariamente* e não tinha finais de semana.

Eu trabalhei diariamente, até agora, pouco tempo, eu trabalhei diariamente, aqui em São Carlos, eu trabalhei tanto na roça, quanto aí na [Fazenda] Serra e de empregada também. Depois que eu saí de empregada, eu fui fazer faxina só⁴⁶⁷.

Quando Geralda chegou à Vila Izabel, em 1963, o bairro, de acordo com seu irmão Francisco, *ficava bem longe da cidade, bem no meio do mato, como o pai gostava, era perto da estrada de boi*. Além dos aspectos rurais a vila era constituída por várias

⁴⁶⁶ Fermiano, Francisco. Entrevista concedida à autora da tese na casa de Geralda, irmã de Francisco na Vila Izabel. São Carlos, 2014.

⁴⁶⁷ Silva, Geralda Fermiano. Entrevista concedida à autora da tese na casa da entrevistada no bairro Vila Izabel, São Carlos, 2010.



Figura 29: Geralda Fermiano ainda jovem. Sem data.

casas de tábuas. Na chácara dos Fermiano havia duas casas. Uma ficava na frente do lote e possuía nove cômodos, funcionava como a casa principal, pois abrigava o núcleo familiar e alguns de seus filhos, suas paredes eram de tijolos e argamassa de barro, e a cobertura em madeira com telhas também de barro. Segundo a memória familiar, sua planta era retangular e composta por cômodos justapostos. A outra residência ficava atrás da casa principal, possuía cinco cômodos, sendo um deles um quarto de aluguel. A casa toda foi construída com tábuas de madeira e piso de pedra, exceto o

quarto de aluguel, que foi construído em alvenaria de tijolos. O imóvel abrigava um fogão a lenha na cozinha e se transformou, ao longo dos anos, no *Barraco da Gegê*, no qual ela morou por mais de 40 anos. Percorrendo o barraco Dona Geralda nos explicou:

Eu tinha o quarto, o meu e dessa menina né [apontou a filha Vanda], e no outro quartinho de cima onde tá o guarda-roupa véio lá era uma treliche, que ponhava três camas né, uma em cima da outra. Naquele vago era a sala, e a cozinha é aquele pedaço aumentado, aumentado não, era assim mesmo. Eu tinha umas par de prateleiras, tinha uma na cozinha, o fogão de lenha, depois era o de gás e a mesa. A mesa já acabou que era uma daquelas mesa antiga de tábua cumprida, e as cadeiras também acabou, também aquela cadeira de tábuas. Tábua e amarrado de taboa. E tinha o baú onde eu guardava os mantimentos, ainda eu tenho ele, eu guardo mantimento nele ainda⁴⁶⁸.

José Fermiano, pai de Geralda, que costumava locar a casa de madeira para aumentar a renda da família, não pensou duas vezes em desocupar uma parte dela e abrir mão de um dos aluguéis, para abrigar a filha e os netos desamparados, demonstrando que a preocupação com a família sobressaía aos interesses financeiros, costume comum encontrado por Simoni Guedes na análise dos quintais.

⁴⁶⁸ Silva, Geralda Fermiano. Entrevista concedida à autora da tese na casa da entrevistada no bairro Vila Izabel, São Carlos, 2010.



Figura 30: Vanda da Silva com 4 anos de idade. Filha de Geralda. Década de 1960.

(...) é muito importante observarmos que a ocupação ou posse deste terreno não é concebida como um valor de troca, mas em termos do seu valor de uso, ou seja, trata-se claramente de uma escolha que atualiza princípios de ordenação sociocultural específicos. Os resultados econômicos poderiam ser obtidos de outras formas: alugando ou arrendando tais espaços. Mas esta não é, absolutamente, a alternativa escolhida⁴⁶⁹.

Depois de aproximadamente 14 anos morando no corpo principal da casinha de madeira, o quarto de aluguel foi desativado e Geralda passou a ocupar o imóvel todo, transformando o espaço em sala de visitas. Vale destacarmos, que até o ano de 1983, todos os moradores do lote usavam a fossa que existia no fundo do quintal, pois não havia banheiro em nenhum dos imóveis. Vanda da Silva, a filha de Geralda e atualmente com 52 anos, tinha nove meses quando foi morar na Vila Izabel e se recorda que estava com 20 anos de idade quando a família construiu o banheiro, localizado entre as duas casas no canto esquerdo do lote. Assim como os outros moradores, Geralda não possuía muitas relações com os vizinhos. Para além das dificuldades já detectadas nas relações de vizinhança, Geralda não dispunha de tempo livre, *pois saía bem cedo e voltava só a noite do trabalho*, depois que chegava era a hora de cuidar dos afazeres da casa, *fazia pão no forno a lenha, lavava as roupas de escola das crianças*. Com tanto trabalho, não sobrava tempo para conversas e para nenhum tipo de lazer, segundo ela, *nunca tive regalia de passear*.

Seu cotidiano se restringia ao trabalho, aos cuidados dos filhos e de sua mãe. Dona Benedita veio morar no *Barraco da Gegê* em 1975, quando seu marido faleceu, deixando a casa principal para os filhos mais velhos. Dona Benedita retribuiu o apoio que sempre recebeu de Geralda, cuidando dos netos, enquanto ela cumpria sua árdua jornada de trabalho.

Depois de 40 anos morando na casinha de madeira, *Barraco da Gegê*, Geralda se mudou completamente insatisfeita e contrariada para a casa principal, reformada para recebê-la. O processo de adaptação foi lento e sofrido, pois, ela insistia em passar o dia na casa nova e dormir no *Barraco*. Depois de uma forte investida da filha Vanda, ela decidiu não dormir mais na casinha, porém, durante o dia, assim que terminava os afazeres da casa, ia para lá, reviver os momentos felizes que ali passou. Se referindo ao *Barraco*, ela enfatizou que foi *bom demais* quando lá morou, pois lá *tinha seus filhos juntos, unidos*. Contou-nos ainda que:

Foi duro pra vim pra cá, porque aquele tempo eu era feliz e não sabia. A casa era tudo esburacada, eu tinha que tapar com os pedacinhos, assim, de tábuas, atolava tudo lá dentro. Quando fiz aqui [casa principal] que era pra mim passar aqui, a minha menina falou: *fez o chão mãe, vamos pra lá que essa casa tá caindo*. Pois eu vinha aqui, depois eu voltava pra posar lá, depois foi indo, foi indo, até que eu peguei e vim pra cá pra posar, aí eu ajeitei e vim pra cá, fiquei aqui, mas, não achava jeito, chegava aqui fazia o serviço correndo, corria

⁴⁶⁹ Guedes, Simoni L. Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais. Caderno CRH, nº29, pp. 189-208, 1998. (p. 199)



Figura 31: Barraco da Gegê. Vila Izabel, São Carlos. 2013.



Figura 32: Banheiro comum, construído depois de 20 anos em que a família de Geralda foi morar no imóvel.
Vila Izabel, São Carlos. 2014.



Figura 33: Detalhe do canto onde funcionava a cozinha no Barraco da Gegê. Vila Izabel, São Carlos. 2014.



Figura 34: Dona Benedita, mãe de Geralda. Vila Izabel, São Carlos. Sem data.

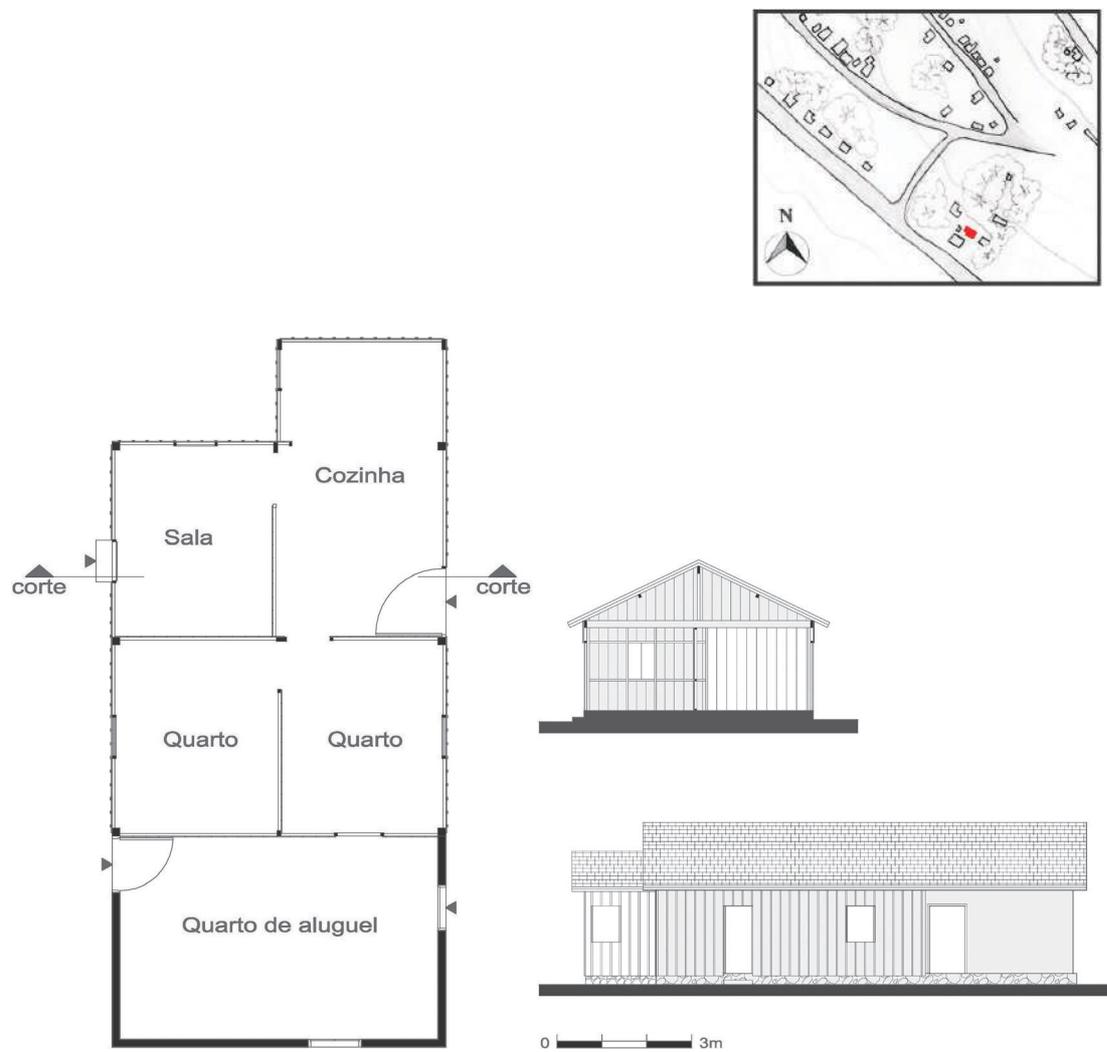


Figura 35: Planta baixa e cortes do Barraco da Gegê.



Figura 36: Vista do Barraco da Gegê. Vila Izabel, São Carlos. 2010.

e sentava lá do outro lado⁴⁷⁰.

Além da forte relação com a casa em que viveu a maior parte de sua vida, Geralda fez e faz questão em *manter por perto os seus*, dando teto e apoio aos que mais precisam. Com ela, ainda hoje, moram filhos e netos que respeitam as regras e ordens estabelecidas para o bom funcionamento do espaço familiar, concretizado no quintal que abriga as casas e suas subdivisões feitas para atender as necessidades dos familiares.

Nóis não gosta de deixar os outros esparramados, agora se for, pode morar até longe, mas que esteja unido na família, uma hora que quer ir lá vai, quem quer vim aqui vem, mas assim da família, da família mesmo, da casa, nós não quer ver assim jogado não⁴⁷¹.

Os momentos de lazer dos Fermiano também se restringiam às festas realizadas no quintal, principalmente com a família, porém, caso alguém de fora ali chegasse, também era bem-vindo. *As festas a gente fazia aqui em família,*

⁴⁷⁰ Silva, Geralda Fermiano. Entrevista concedida à autora da tese na casa da entrevistada no bairro Vila Izabel, São Carlos, 2010.

⁴⁷¹ Silva, Geralda Fermiano. Entrevista concedida à autora da tese na casa da entrevistada no bairro Vila Izabel, São Carlos, 2010.

os outros estranhos às vezes vinham e nós não fazia desfeita, entrava também né, mas a gente fazia a festa em família. Fora as festas, Geralda e seus filhos não tinham outros momentos de lazer, o que demonstra que ela teve uma trajetória marcada exclusivamente pela dedicação ao trabalho e aos cuidados a todos que estavam ao seu redor.

Ao falar sobre crenças e religião, assim como a maioria dos entrevistados, Geralda destacou ser devota de Nossa Senhora Aparecida, mas ao contrário dos demais, assumiu também crer em entidades da umbanda e orixás do candomblé, demonstrando que sua fé está pautada num sincretismo religioso. Acrescentou ainda, que quando chegou ao bairro, se dedicava ao candomblé e fazia reuniões semanais em sua casa, sofrendo muito preconceito de outros moradores e, inclusive, perseguição policial, o que a levou a continuar praticando os cultos em extremo sigilo. Mesmo depois de muitos anos, ela ainda se recorda do incidente com o policial, o qual frequentou um dos cultos e se arvorou no direito de destruir seu imóvel, caso ela continuasse com tais práticas. Vale lembrarmos, que o exercício das religiões de cunho africano, era proibido na vigência da escravidão e, assim se manteve, no pós-abolição, com o objetivo de apartar os negros da sociedade e desvalorizar

suas crenças e manifestações culturais. Para nós, essas proibições foram em grande medida as responsáveis pela transformação do quintal em reduto de manifestação e preservação da cultura negra. Mesmo tendo sofrido perseguição pela prática de sua religião, assim como outros entrevistados, Geralda enfatizou que *nunca sofreu preconceito na vida, graças a Deus.*

O desejo em manter familiares e parentes no mesmo lote, que vem sendo observado ao longo de nossas análises, e que se configura no quintal observado por Simoni Guedes, pode ser explicado, a nosso ver, pela falta de poder que o escravo possuía sobre a manutenção de sua família na vigência do sistema escravista. Francisco Fermiano, irmão de Geralda, afirmou ter ouvido de seu avô Mané Fermiano, escravo na Fazenda Mata Negra, que um dos principais horrores da escravidão *era a venda dos filhos das negras para outros fazendeiros de longe e não tinha querer, se o senhor cismava em vender, ele vendia, o pai e a mãe não podia segurar*⁴⁷². Com a conquista da liberdade no pós-abolição, o negro, além de privar pelo direito de ir e vir, mantinha com preciosidade a manutenção dos laços familiares, desconsiderados e desfeitos no período da escravidão, e que agora podiam ser mantidos, preservados e protegidos.

⁴⁷² Fermiano, Francisco. Entrevista concedida à autora da tese na casa de Geralda, irmã de Francisco na Vila Izabel. São Carlos, 2014.

4.5. O casal Ramiro Antônio da Silva e Sebastiana Ananias da Silva, vivências divergentes e destinos iguais

Ramiro Antônio da Silva nasceu em 25 de fevereiro de 1935 no município de Ibaté, interior do Estado de São Paulo, mas foi registrado um ano depois. Seu pai, José Antônio da Silva, nasceu em Paramirim-BA, filho de Francisco Antônio da Silva e Maria Madalena de Jesus da Silva, ambos lavradores. Sua mãe, Maria Aparecida da Silva, nasceu em Limeira-SP, filha de Antônio Luís e Maria Aparecida Luís, também lavradores. Segundo Ramiro, seus pais se conheceram na “Usina Tamoio”, em Ibaté, onde trabalhavam, *ele como pedreiro e ela como doméstica*.

José e Maria tiveram dois filhos, Ramiro e Maria Inês, os quais, até terminarem o quarto ano do ensino primário, não trabalharam, pois, o estudo era fundamental para José, fazendo questão de acordar os filhos bem cedo para irem à escola. Ramiro destacou que, apesar da *rigidez da professora que dava aula na Usina, ele gostava muito de aprender e esperava ansioso, todos os dias, o horário de ir para a escola*. Lá aprendeu a gostar de ler, hábito que o acompanha até os dias de hoje, mantendo um pequeno acervo de livros em sua casa. Frequentar a escola não isentava Ramiro de outras responsabilidades. Não tinha tempo para brincar durante o dia e tinha várias atividades para realizar, *o que tomava tempo. Depois da escola ia pra casa, ai tirava a roupa de escola ai ajudava ali um pouco. Fazia serviço de casa, eu passava roupa, ajudava a arrumar*



Figura 37: Ramiro Antônio da Silva. Vila Izabel, São Carlos. 2014.

a cozinha, a varrer quintal, tudo essas coisas eu fazia, aprendi até costurar. Porém, sempre que possível, ele escapava e ia pescar com os amigos, nadar ou jogar futebol. Destacou que sua relação com outras crianças da colônia *era muito boa* não havendo discriminação entre eles, pois o convívio entre os colonos, brancos e negros, era marcado pelo respeito mútuo. Segundo Ramiro:

(...) a gente convivia ali, era os adultos com os outros adultos, era aquela amizade e a gente com os filhos dos outros também era a mesma amizade de escola, aquela coisa toda, não tinha aquele negócio de inimizade por causa de cor, ou por causa de alguma coisa ou outra, sempre junto, ali não tinha⁴⁷³.

⁴⁷³ Silva, Ramiro Antônio da. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado na Vila Izabel, São Carlos, 2013.

Na Usina todos os trabalhadores moravam em casas iguais distribuídas nas colônias. Segundo Ramiro, as residências eram dotadas de todos os equipamentos necessários para garantir conforto.

[Sobre a casa da colônia] A casa era de tijolo muito bem feita, muito boa, tinha um quintal amplo fechado e tudo, fechado de muro, água encanada, banheiro, esgoto, tinha tudo. Tinha quatro cômodos, dois dormitórios, sala e cozinha, e o banheiro né. Só não tinha garagem, mas o resto tinha tudo. Tinha o quintal no fundo, fechado de muro, tinha o quintal mais ou menos uns dez de largura e uns vinte de fundo assim, tudo fechado de muro. Nesse espaço a gente fazia horta, fazia canteiro, plantava verdura pra consumo⁴⁷⁴.

Essa “preocupação” com a moradia dos trabalhadores surgiu com o desenvolvimento industrial no final do século XIX e início do XX e tinha como principais objetivos controlar, fiscalizar, vigiar e instituir normas de conduta e higiene aos empregados. A organização espacial das moradias na Usina Tamoio também seguia essa regra e funcionava como ferramenta de controle sobre aqueles que ali moravam. Vale ressaltarmos, tendo como aporte o relato de Ramiro, que o controle se estendia para outros programas da vida do indivíduo, garantindo a permanência do trabalhador no espaço na maior parte do tempo.

[Sobre a vinda para a cidade] Às vezes quando precisava vinha, mais não tinha tanta necessidade porque o seguinte, que lá na usina tinha tudo, tinha loja de armarinho, sapato, essas coisas todas, tinha loja de ferragem, tinha padaria, açougue, armazém de coisa de cimento, de materiais, tinha tudo lá, dentista, farmácia. E isso era tudo da usina, então comprava ali e depois descontava na folha de pagamento⁴⁷⁵.

À noite, quando o pai de Ramiro chegava do trabalho, permitia, algumas vezes, que o filho fosse *jogar bola com os amigos por uma hora*, mas exigia que ele retornasse no horário combinado. Era clara a importância da educação para ele e, por tal motivo, fazia questão que o filho brincasse pouco e acordasse cedo para ir à escola no dia seguinte. Além das brincadeiras em alguns momentos, Ramiro se recorda do cinema que tinha na Usina aos domingos, no qual, sempre que podia, pois era pago, ia com a família. *Quando ele não tinha dinheiro [pai] a gente não ia, mas ai, eu e mais os amigos ficava rodeando na porta do cinema e o dono, com dó, deixava entrar*. Além do cinema, eram realizados bailes, nos quais a família ia com frequência. *Era uma diversão quando chegava o fim de semana, tinha baile, tinha cinema. Eu gostava muito de assistir filme de bang-bang*. Quando estava com sete anos de idade sua mãe faleceu e, depois de algum tempo, seu pai se casou novamente. Sua relação com a madrasta era marcada por constantes conflitos,

⁴⁷⁴ Silva, Ramiro Antônio da. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado na Vila Izabel, São Carlos, 2013.

⁴⁷⁵ Silva, Ramiro Antônio da. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado na Vila Izabel, São Carlos, 2013.

porque ela, apesar de boa, era muito exigente. E foi com ela que Ramiro, depois de terminar os estudos e *receber o diploma*, aos 11 anos de idade, foi trabalhar no corte de cana. Passados três anos nessa lida, ele decidiu sair da casa do pai e migrar para Araraquara, onde foi trabalhar no bar de seu tio. Ao nos explicar sobre a decisão de partir, ele destacou a tristeza em deixar a família e o local que tanto gostava e onde fora criado, iniciando um longo processo de mobilidade espacial, marcado por constantes migrações.

Com a intenção de conquistar autonomia e juntar pecúlio financeiro, Ramiro não permaneceu por muito tempo no bar de seu tio. Mesmo sem experiência, ele conseguiu uma vaga no Posto Rancho Alegre, localizado na Rodovia Washington Luís, próximo à Usina Tamoio, no qual ficou por aproximadamente dois anos. A relação de amor que envolvia pai e filho não ficou estremecida com a ausência de Ramiro, muito pelo contrário, os dois mantinham, apesar de distantes, o mesmo afeto e foi com prazer, que José, após ser dispensado da Usina e já morando em São Carlos na Rua Dona Alexandrina, recebeu o filho em sua casa, onde permaneceu por algum tempo. Ramiro, enquanto morava com o pai, trabalhou numa agência de carros da cidade e, quando tudo parecia caminhar bem, ele decidiu ir para São Paulo. A partir daí, segundo ele, começou *a correr pra lá e pra cá, trabalhando no que aparecesse*, demonstrando assim, a permanência do costume dos negros no pós-abolição, de estarem sempre

em constante deslocamento espacial, criando e recriando formas de se apropriar da cidade e da liberdade. Sobre suas idas e vindas ele destacou:

Eu fiquei lá em Araraquara até 1956, aí depois eu vim pra cá [São Carlos] fiquei até, mais ou menos, uns seis meses, aqui com ele [pai], aí depois sai e fui pra São Paulo, de São Paulo fui pra Santos, aí de Santos eu voltei pra cá outra vez que eu ia fazer o serviço militar aqui em Pirassununga, aí no fim nem acabei fazendo [foi dispensado], aí depois eu voltei pra São Paulo de novo, aí voltei aqui, depois fui pra Limeira, aí tornei voltar aqui. Eu gostava de viajar, às vezes quando eu chegava em casa de tarde, assim, eu olhava pro meu pai, assim, pai vou embora, *mas pra onde você vai rapaz*, eu vou embora hoje, agora, aí já arrumava a malinha e já ia pra estação, que aquele tempo tinha o trem da Companhia Paulista de Ferro, aí ia pra estação, pegava o trem, aí que chegava na estação que eu tomava a decisão pra que canto que eu ia. Era costume, eu gostava de viajar⁴⁷⁶.

Depois de passar por várias cidades, aos 21 anos de idade Ramiro, voltou definitivamente para São Carlos e foi morar, mais uma vez, com seu pai e passou a trabalhar como pintor residencial. Com essa idade, ele conheceu Sebastiana Ananias, negra e moradora da Vila Izabel. O encontro aconteceu no largo da Igreja São Benedito, território de *footing* de negros na cidade. Segundo Sebastiana⁴⁷⁷, o local era frequentado apenas *por negros que não*

⁴⁷⁶ Silva, Ramiro Antônio da. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado na Vila Izabel, São Carlos, 2013.

⁴⁷⁷ Silva, Sebastiana Ananias da. Entrevista concedida a autora da tese na casa da entrevistada na Vila Izabel, São Carlos, 2013.

podiam ir na praça dos pombos, espaço de passeio dos brancos. Ramiro nos contou que estava na porta do *Bar do Baiano* e viu Sebastiana passar rumo ao clube recreativo Flôr de Maio⁴⁷⁸ e decidiu ir atrás, com o intuito de conhecê-la. Sebastiana, que também gostou de Ramiro, pediu ao seu irmão autorização para conversar com ele, e com a permissão concedida, foi possível marcar um encontro. Ela lhe passou o endereço e contou que morava na Vila Izabel, ao que ele prontamente respondeu *sozinho nesse bairro não vou não, sei da fama dele.* Sebastiana ao contrário, tinha muito apreço pelo local onde nasceu, mas combinou com Ramiro de encontrá-lo fora do bairro para juntos seguirem até a Vila. E assim, teve início o namoro que acabou em casamento em 1958, mas, sobre ele falaremos posteriormente, pois a partir de agora vamos conhecer a trajetória da negra Sebastiana, esposa de Ramiro.

Natural de São Carlos, Sebastiana Ananias

da Silva nasceu em 21 de outubro de 1940, filha de Maria Alves Aranha, natural de Descalvado-SP e Mário Lucas Ananias de Pirassununga-SP, os quais já moravam na Vila Izabel, neste ano. Seus avós paternos eram o baiano Lucas Ananias e a descavadense Maria Aparecida Ananias. Já os maternos eram Sebastião Alves e Guilhermina Alves, sobre os quais, nada sabia Sebastiana. Ela destacou que o avô paterno Lucas foi escravo na Bahia e lhe contava que *na época da escravidão, a vida na senzala era muito triste, pois escravo era tratado embaixo de chicote*⁴⁷⁹. Inconformada com tal situação, ela sempre questionava o avô se o escravo não reagia, ao que ele respondia *que sim*, e por tal motivo, *apanhava*. Essa memória de Sebastiana corrobora para as nossas análises, nas quais destacamos o papel ativo do negro na época do cativo, que não conformado com a sua situação, se rebelava dentro de suas possibilidades⁴⁸⁰.

⁴⁷⁸ O clube Flor de Maio, em São Carlos, foi criado por iniciativa de um grupo de negros, desejosos em ter um espaço para a manifestação de suas matrizes culturais. Proibidos de frequentar alguns espaços da cidade, como o São Carlos Clube, localizado na região central do município, devido à cor de suas peles, os negros reconheceram a necessidade e importância de um espaço destinado a preservação de sua cultura para além de suas casas, quintais e bairros. Vale salientarmos, que esse grupo era composto, por representantes da música e da cultura negra bem como por negros da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Segundo o maestro Dinho (*in memoriam*), filho de um dos fundadores que trabalhava na CP, *a intenção era ter um espaço nosso, para gente se divertir*. O clube foi inaugurado em 04 de maio de 1928, e Fátima Suely Bessi de Oliveira, que frequentava o local quando era criança, destaca que ele funcionava numa pequena casa localizada na Avenida São Carlos e somente em 1963 se mudou para a atual sede. O clube assim, como outros territórios negros, o espaço sofreu e ainda sofre com a discriminação da sociedade branca local, mas, desde então, funciona como espaço de valorização da cultura negra e foi tombado como patrimônio cultural do município pelo poder público e está em processo de Tombamento pelo Estado.

⁴⁷⁹ Silva, Sebastiana Ananias da. Entrevista concedida a autora da tese na casa da entrevistada na Vila Izabel, São Carlos, 2013.

⁴⁸⁰ Identificamo-nos com pesquisadores que também defendem a agência escrava no contexto da escravidão, dentre os quais, Walter Johnson, que chama a atenção para a importância do olhar crítico sobre o significado da agência, destacando que esta se pautava dentro de uma série de limites e prerrogativas inerentes ao sistema escravista, o que acabava culminando em ações possíveis nesse contexto, mas que não podem de maneira alguma serem ignoradas. Para saber mais ver o artigo, On Agency publicado pelo autor no *Journal of Social History* 37.1 (2003) 113-124.

José Ananias, filho do escravo baiano, trabalhava como lavrador e com a abertura de poços artesianos na cidade de São Carlos e era conhecido como José Poceiro, apelido que Sebastiana, sua filha, ainda carrega, pois é identificada no bairro como Tiana Poçeira. A mãe, segundo ela, *era do lar, cozinheira e sempre ajudava o pai a abrir poço, o que demonstra o acúmulo de atividades exercidas pelas mulheres pobres que buscavam contribuir com a manutenção da família, geralmente muito extensa, como no caso de Maria que possuía dez filhos. A casa da família Ananias era extremamente simples e desprovida de qualquer tipo de conforto. Ela foi construída em madeira e tinha apenas um cômodo, que segundo Sebastiana, era bem grande e parecia um barracão. Para garantir a privacidade, eles subdividiram o espaço, com papelão e zinco, em três cômodos, sendo dois quartos e uma sala. Num dos quartos dormiam meus pais e os pequenos e no outro as crianças maiores. A cozinha não ficava no corpo principal da casa e sim num puxadinho no quintal onde tinha um fogão a lenha. A casa tinha portas e janelas e a cobertura era feita de capim Membreca, o qual era bem resistente, pois de acordo com nossa interlocutora:*

Podia chover que não entrava água, não era nem frio nem quente, era uma temperatura gostosa. O chão era de terra e minha mãe jogava cinza e água e ficava melhor que piso. Banheiro era fossa e o banho era tomado no quarto, na bacia e com sabão que a mãe fazia⁴⁸¹.



Figura 38: Sebastiana Ananias da Silva. Vila Izabel, São Carlos. 2013.

Vale destacarmos que as técnicas e materiais usados na construção da moradia foram empregados por conta, principalmente, da falta de recursos da família, que aproveitou madeiras e capins disponíveis nas proximidades da Vila Izabel, solução muito comum com relação às construções no Brasil. Sebastiana afirmou que a casa foi *feita por necessidade* e que apesar *de não* ser esteticamente bonita ela gostava, *o clima dela era gostoso, mas ela não era bonita, mas eu não trocava nem por casa de rico. Eu gostava, era a minha casa.* Sobre o mobiliário ela nos contou:

⁴⁸¹ Silva, Sebastiana Ananias da. Entrevista concedida a autora da tese na casa da entrevistada na Vila Izabel, São Carlos, 2013.

Na casa tinha uma mesinha pequena de caixote, prateleira de caixote que meu pai fez. A cama era quatro forquilhas fincadas no chão e tinha os paus que seguravam umas tábuas. O colchão era roupa velha, ou capim membeca, o mesmo do telhado ou de palha de milho. O capim a gente pegava onde hoje é a Lápis [Fábrica de Lápis John Faber], pertinho daqui⁴⁸².

A família deixou de morar na casa de madeira quando Sebastiana estava com oito anos de idade, pois o pai construiu, no mesmo lote, do qual era proprietário, *uma casa com cacos de tijolos*, que segundo ela, *era mais feia que a casa de madeira*. Sobre a aquisição do terreno ela contou que *o pai pagou baratinho e com uma única moeda*, o que demonstra que a família, apesar dos poucos recursos, conseguiu, certamente com muito trabalho, juntar dinheiro para adquirir o terreno. Nesse espaço Sebastiana viveu toda sua infância e parte da adolescência. Das brincadeiras de criança, ela se recorda, de fazer *pocinhos*⁴⁸³ junto com os irmãos no quintal; de brincar com as bonecas de milho feitas por sua mãe, e para as quais, ela dava nomes, os mesmos que posteriormente deu às suas filhas. Dos momentos de necessidades vivenciados pelos Ananias, ela se recorda da tristeza que sentia por não ter sapatos e do empenho do pai em tentar realizar o sonho da

filha que aos prantos, com seis anos de idade, lhe pedia sapatos, que até então, nunca tinha usado.

Quando criança, eu queria um sapato, até chorei porque todo mundo tinha, e eu não. Então meu pai trouxe da cidade, como é triste lembrar, um pé de sapato [lágrimas] que ele achou no lixo e disse, você calça esse sapato e no outro pé você amarra uma tira e faz de conta que está com o pé machucado. E foi assim que foi feito, porque ele não tinha condições de comprar⁴⁸⁴.

Sebastiana, não conseguiu frequentar a escola quando criança, pois os pais não tinham condições de providenciar roupas e material escolar. Aprendeu o básico com Doraí, uma senhora negra que alfabetizava crianças pobres em sua casa, localizada na Rua Treze de Maio, próximo da Vila Monteiro. *Meu caderno era de folhas de papel de pão. Hoje a gente vê folha de caderno jogado e naquela época só filho de rico tinha caderno*. A impossibilidade de acesso à educação formal marcou Sebastiana, *mas eu queria ter ido, nossa como eu queria ter ido pra escola, eu via outras crianças com uniforme e achava legal, bonito, mas a gente não tinha condição, era triste, muito triste. Eu iria nem se fosse para ir descalça, mas não podia*⁴⁸⁵.

Sebastiana era a responsável pela casa quando os pais estavam trabalhando, ela cuidava

⁴⁸² Silva, Sebastiana Ananias da. Entrevista concedida a autora da tese na casa da entrevistada na Vila Izabel, São Carlos, 2013.

⁴⁸³ O pocinho consistia, segundo Sebastiana, na abertura, no quintal, de pequeno buraco, onde eles colocavam água, fincavam um pauzinho e fazia uma manivelinha. Numa latinha que davam para o pai furar, amarravam um barbante, com o qual desciam e subiam a latinha cheia de água com barro. Assim, eles reproduziam a atividade que era exercida pelo pai.

⁴⁸⁴ Silva, Sebastiana Ananias da. Entrevista concedida a autora da tese na casa da entrevistada na Vila Izabel, São Carlos, 2013.

⁴⁸⁵ Silva, Sebastiana Ananias da. Entrevista concedida a autora da tese na casa da entrevistada na Vila Izabel, São Carlos, 2013.

dos afazeres domésticos e dos irmãos pequenos. Quando os pais chegavam a *água estava quente pra eles tomarem banho, a roupa estava em cima da cama e depois minha mãe fazia a janta com feijão, retalho de macarrão, verdura e legumes do quintal, pois a carne era muito rara*. Depois do jantar, a família se reunia no quintal, onde contavam histórias e o pai cantava. Estes eram os momentos de lazer vivenciados por eles, que tinham uma rotina dedicada ao trabalho. Dirceu Ananias, um dos irmãos de Sebastiana, se lembra com saudade das noites alegres no quintal, a *gente ficava aí fora conversando, contando história, depois ia dormir. E nós todos contava, um contava uma, outro contava outra. Meu pai cantava, tocava violão. Ele e minha mãe cantavam essa música:*

Lá na oficina, onde trabalhava moça Maria.
Ela trabalhava de cabeça baixa e chorava noite e dia.
Ai, ai meu Deus eu não posso mais suportar.
Esta pobre moça fica louca ou morre de pensar.
E a benção papai, e a benção mamãe que, pois a chorar.
Não chores Maria que tu morre louca de tanto pensar.
Chegas à tarde, convida a amiga para distrair.
Perdoe amiga, que agora é tarde, eu não posso ir.
Perdoe amiga, que agora é tarde eu não posso ir⁴⁸⁶.

Sebastiana, além destes momentos de alegria no quintal, gostava de ir à catedral aos domingos, porque era uma forma de passear pela

cidade. Ela nos contou ainda, que a ausência de negros na igreja matriz a incomodava, *não tinham negros na catedral, eu ficava até chateada de ficar ali, estava descalça, as meninas olhava em mim e fazia assim, [desdém], e eu ficava num cantinho, mas ficava até terminar a missa*.

Minha mãe era católica, mas não tinha tempo de ir à igreja, mas ela tinha um oratório em casa, lá tinha Nossa Senhora Aparecida, São Sebastião que ganhei quando eu nasci. E tudo que acontecia comigo minha mãe colocava ele no meio, ele era meu padrinho⁴⁸⁷.

Aos nove anos de idade Sebastiana, devido às dificuldades financeiras da família, começou a trabalhar como faxineira para a família “De Santis”. Sua adaptação ao trabalho ocorreu de maneira lenta, pois, sem conseguir ficar longe da mãe, ela não conseguia prestar atenção no que a patroa falava e ensinava. *Por várias vezes fugi, ela era boa* [sobre a patroa], *mas eu fugia*. Benedita, no entanto, aconselhava a filha a voltar para o emprego, com o qual ela acabou se acostumando e lá ficou por um ano, tendo que deixá-lo para ficar com a irmã Amália, que estava doente, em São Paulo. Depois de dois meses, ela e a irmã voltaram para São Carlos, acompanhadas da mãe que foi buscá-las. Chegando à cidade ela decidiu procurar por um novo emprego e acabou encontrando um *próximo a Escola Normal*, mas,

⁴⁸⁶ Ananias, Dirceu. Entrevista concedida à autora da tese na casa do entrevistado na Vila Izabel, São Carlos, 2013.

⁴⁸⁷ Silva, Sebastiana Ananias da. Entrevista concedida a autora da tese na casa da entrevistada na Vila Izabel, São Carlos, 2013.

segundo ela, *a mulher queria para posar, eu casquei fora e fui trabalhar na cana, na lavoura. Eu gostava, pois era livre.* Dona de uma personalidade forte e destemida, Sebastiana preferia o trabalhado pesado na lavoura, a se submeter ao controle e ordens das patroas, destacando que não aguentava lidar com as ordens sequentes e repetitivas que elas davam, *nem bem terminava uma coisa tinha que fazer outra.*

Depois de moça, independente financeiramente, Sebastiana complementava a renda da família e podia ainda comprar roupas e sapatos. Fazia questão, sempre acompanhada do irmão mais velho, de passear aos finais de semana, pelo largo da Igreja São Benedito, ou ir até o Clube Flor de Maio. Num desses passeios, como já vimos anteriormente, ela conheceu Ramiro, com quem namorou e se casou, em 1958. O sonho da menina pobre, negra e discriminada foi realizado, pois o casamento aconteceu na igreja matriz da cidade. Depois da cerimônia os noivos fizeram uma pequena festa no quintal do sogro, na Vila Izabel, e foi exatamente neste bairro que eles foram morar, depois de casados, numa casa cedida pelo irmão mais velho de Sebastiana, mas, nela não ficaram por muito tempo, pois segundo Ramiro:

Eu vim pra Vila Izabel e nós fomo morar numa casinha pequena que tinha do lado do meu sogro, do lado dali onde é o meu cunhado agora, a casa era do meu outro cunhado que mora aqui no

Cruzeiro do Sul, ele tinha três cômodos ali, ai fomo morar ali. Moramo ali um pouco, depois, a casa não era ruim, só que não era pra um casal de noivo né, não era aquilo que eu queria, não era aquilo que eu queria. Ai um dia eu falei pra minha sogra: òoh Dona Mariquinha, eu vou pegar e alugar uma casa, não tá certo eu não tô pagando nada aqui, tá de graça, eu não tô pagando nada, não chove dentro da casa, tudo, mais eu não quero isso ai, eu quero uma coisa melhor. Ela era de barro, tinha só a cozinha que era pedaço de tijolo, sabe, o resto era feito de barro, sabe, aquelas casas que cruza os bambu, assim, depois bate, bate do lado, pro lado. A gente chamava de casa feita ao pé do ouvido, dava aqueles tapa, aquelas pelota de barro. Ai peguei e fui morar numa casinha de três cômodos, na rua de cima, na esquina perto da casa do Ceará [um conhecido], da casa do serralheiro, ali também, era três cômodos também, mas era de tijolo bem feitinha⁴⁸⁸.

O bairro, nessa época, como já vimos anteriormente, era desprovido de infraestrutura, suas ruas eram de terra, as casas de madeira e barro, nas divisas dos lotes as cercas eram de aveloz, não tinha água e nem esgoto encanados, o que fazia com que todos usassem poços e fossas instalados no fundo do lote, assim como nos disse Sebastiana: *as ruas eram caminhos de terra. As cercas eram de leiteiras. O asfalto demorou, veio depois. Luz elétrica tinha, quando casei já tinha.* Sobre os moradores, ela destacou que tinham brancos e negros, brancos mais ricos em meio a outros pobres, ao contrário dos negros, que todos eram

⁴⁸⁸ Silva, Ramiro Antônio da. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado na Vila Izabel, São Carlos, 2013.

pobres. Era uma mistura racial desigual, em que *nenhuma família negra tinha condições financeiras boas, não tinha família de cor bem, tinha era gente em pior condição que nós.*

O casal teve cinco filhos: Eliana, Lilian, Sandro, César e Júnior. Segundo ela, porém os meninos morreram todos, durante o parto domiciliar. Apesar dos contextos sociais divergentes em que foram criados, tanto ele quanto ela, valorizavam a educação, e fizeram questão de proporcionar às filhas o acesso aos estudos. Ramiro trabalhava como pedreiro e carregador, Sebastiana, como lavradora, doméstica e vendedora ambulante. Foi com muito trabalho que conseguiram criar as filhas e realizar o maior sonho de Sebastiana: o acesso à educação. Mas não bastava ir à escola, tinha que ir bem-vestida e arrumada. Sobre a educação das filhas, ela nos contou:

Minhas filhas estudaram no Adolpho Lobbe e na escola Normal. Nossa eu vivia orgulhosa, muito cheia. Nunca deixei minhas filhas, nunca deixei que vestisse a menos, sempre tinha mais, mais. Se eu via uma menina com vestido de granfina, ah não tinha jeito, eu comprava um melhor. Pra isso eu trabalhei, trabalhei muito e sempre fiz o melhor e não me arrependo⁴⁸⁹.

A permanência na casa de aluguel não passou de um ano, pois Ramiro não gostava da forma com que o proprietário vinha cobrar o



Figura 39: Ramiro Antônio da Silva. São Carlos. 1974.



Figura 40: Sebastiana Ananias da Silva. Vila Izabel, São Carlos. Década de 1970.

⁴⁸⁹ Silva, Sebastiana Ananias da. Entrevista concedida a autora da tese na casa da entrevistada na Vila Izabel, São Carlos, 2013.

aluguel, *ele chegava às sete horas da manhã e do meio da rua gritava, "ôoh eu vim buscar o aluguel", isso foi me subindo, subindo que decidi a mudar a situação e conversei com meu o sogro, o qual intermediou a compra do lote vizinho ao seu para a filha e o genro. O terreno foi pago em pequenas prestações e, mesmo em meio a uma gama variada de problemas, eles conseguiram quitar a dívida adquirida. Neste lote, construíram uma pequena casa de tijolos, ampliada posteriormente para abrigar a filha Eliana e os netos. Construíram uma casa para a filha Lilian e sua família, mantendo assim, por perto, suas duas filhas. Segundo Sebastiana, a família deveria ser tudo assim, sempre unida. Algumas comemorações, como aniversários, batizados e reuniões, também eram realizadas no **quintal**, que além das casas⁴⁹⁰, abrigava algumas plantações e criações de animais, para o consumo de todos.*

Sobre o preconceito racial, Ramiro e Sebastiana, foram e continuam bem críticos. Ele ainda se lembra de um episódio que o marcou profundamente. Limpo e bem alinhado, como ele costumava andar, não se conformou com a situação que vivenciou, quando decidiu cortar os cabelos no Salão Sofia, no centro da cidade.

Tinha o salão, era cabeleireiro, barbeiro, ali na esquina do calçadão com a Episcopal. Então, ali não entrava, ele não fazia nada pra gente de cor, corte de cabelo, manicure, essas coisas, ali

eles não aceitavam negro. Era Salão Sofia. Um dia, inclusive, eu fui lá cortar o cabelo, eu não sabia né, não tinha nada escrito, tava bem né, que quando eu era solteiro eu sempre fui e até hoje eu sou, eu sempre fui meio nojento pra roupa, sempre fui, aquela época não saía de casa sem um terno, sem gravata, sem um lencinho no bolso, era sapato brilhando, eu sempre fui assim. Entrei lá pra cortar o cabelo e sentei, ele tava de costa lá cortando o cabelo do cliente dele, a esposa que tava fazendo unha de outra lá, pegou, olhou em mim e falou: *ôh moço, o senhor tá esperando o que?* Cortar o cabelo, respondi. Ela falou: *o senhor vai me desculpa, mas não cortamo cabelo de gente de cor aqui*, ai eu falei, então a senhora me desculpe, eu não sabia, não tem nada escrito, a senhora me desculpe, aí, peguei e saí, fiquei meio assim, falei, poxa, mais por que se eu tô limpo, não tô com praga nenhuma, por que não pode cortar cabelo de negro, por quê?⁴⁹¹

Em outro episódio, quando já estava casado, Ramiro discutiu com uma secretária de um consultório médico, pois ele não era chamado para a consulta, e todos que chegavam, depois dele, eram atendidos preferencialmente. Indignado, ele questionou a moça dizendo: *você acha que essa cor aqui é sujeira? Isso não tá certo não moça, essa cor aqui não é sujeira!* E depois de expor seu descontentamento, ele se retirou e *nunca mais, nem na frente do consultório passou*. Sebastiana, que sofreu preconceito desde criança, destacou não se

⁴⁹⁰ As casas que estão no lote de Sebastião e Ramiro, foram muito alteradas e por tal motivo, não trouxemos as plantas à tese.

⁴⁹¹ Silva, Ramiro Antônio da. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado na Vila Izabel, São Carlos, 2013.

conformar com tal comportamento e indignar-se, sempre, quando vai a algum recinto comercial e não é *tratada como as madames e bonequinhas, pois apesar da diferença de cor, todos têm os mesmo direitos.*

Mesmo passando por muitas dificuldades, o casal, Ramiro e Sebastiana, avaliou que teve uma vida boa, e bem diferente daquela vivida por seus antepassados. Mesmo achando que existem

muitos problemas sociais com relação aos negros hoje, eles destacam que a liberdade não tem preço. Finalizando, ela afirmou que *resistiria com a morte à escravidão*, como fizeram seus antepassados e destacou o orgulho que sente quando vê um negro em ascensão, ocupando uma boa posição social.

Quando vi um padre negro, em São Paulo, me senti tão superior, me senti muito orgulhosa.



Figura 41: Localização da casa de Sebastiana. Vila Izabel, São Carlos. 2015.



Figura 42: Ramiro e Sebastiana. Década de 1980.

Quando vi uma irmã [freira] lá no Paraguai, uma irmã de cor, de cor mesmo, negra, bonita, nossa! Vi médico aqui em Descalvado. Nossa é bom!⁴⁹²

Vivendo na Vila Izabel há 75 anos, Sebastiana pôde acompanhar todo o processo de urbanização do bairro e viu os aspectos rurais serem substituídos lentamente, a rua de terra recebeu o asfalto, e equipamentos como água e esgoto chegaram à população que ali mora. Aos poucos foram instalados: escola pública, posto de saúde, centro comunitário, creche e a igreja Santa Izabel foi reformada. Além desses serviços, o bairro ainda contou com a organização de um grupo, liderado pelo seu João Francisco, que

criou a escola de samba Vila Izabel, que durante o carnaval, levava aspectos da cultura negra para o restante da cidade. Apesar das mudanças, o bairro mantém a fama de espaço de desordem e, por conta dela, muitos dos entrevistados foram e ainda são discriminados.

Vale destacarmos que, mesmo prejudgados constantemente por conta da cor da pele, pela condição socioeconômica e pelo bairro em que vivem, Sebastiana e seu Irmão Dirceu, que lá mora há 67 anos na mesma casa que foi construída pelo pai, mantêm uma relação de amor com o local, convictos que de lá jamais sairão. E assim, finaliza Dirceu, *Ah eu nasci aqui, eu tenho fé em Deus que só saio daqui se eu morrer.*

⁴⁹² Silva, Sebastiana Ananias da. Entrevista concedida a autora da tese na casa da entrevistada na Vila Izabel, São Carlos, 2013.

4.6. Sebastião Nunes, do pai, escravo fugido, herdou o gosto pela liberdade

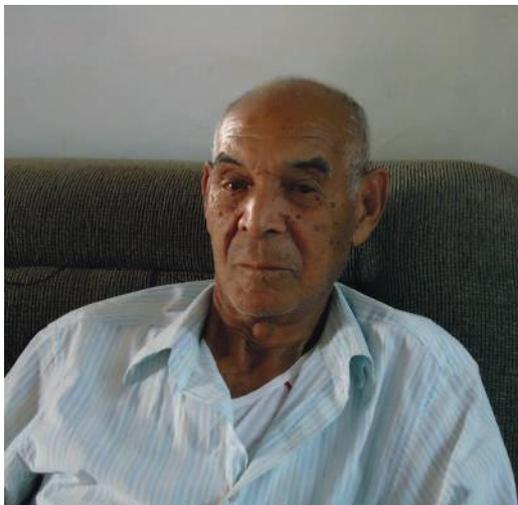


Figura 43: Sebastião Nunes. Jardim Centenário, São Carlos. 2013.

Assim como Ramiro, Sebastião Nunes destacou que sua vida foi marcada pelas *andanças mundo afora*. Natural de São Carlos, ele fez questão de enfatizar o lugar em que nasceu, na Vila Pureza, no dia seis de março de 1927. Sua mãe Autília de Araújo Nunes, *linda morena de bons dentes*, nasceu também em São Carlos na Chácara Mattos. O pai nasceu na Bahia, onde segundo Sebastião, foi escravo e de lá fugiu para Minas Gerais, determinado a mudar a condição a que estava submetido. De Minas Gerais, ele veio parar em São Carlos, porém não sabemos ao certo, se aqui ele trabalhava como negro livre, ou se era escravo

do senhor José Mattos, onde trabalhou, como lavrador, por muitos anos. Nesse local conheceu a jovem Autília e com ela conviveu na lida, até que *ela cresceu, formou e casou* com José Nunes.

Depois de casados, Autília e José, receberam um pedaço de terra do patrão na própria Chácara Mattos, que estava em processo de loteamento, e ali construíram a casa da família. Ela deixou a lida no campo e passou a cuidar da casa e dos treze filhos que tiveram. Nesta época, a nascente Vila Pureza tinha *meia dúzia de casas feitas de barro* e entre elas estava a casa da família Nunes que, segundo Sebastião, possuía um programa simples, não divergente, dos programas das moradias da Vila Izabel que analisamos anteriormente, onde apenas algumas das necessidades básicas da família eram atendidas:

A casa, nossa, tinha dois quartão, tinha a sala, a cozinha e a dispensa. Tudo isso de barro. Primeiro fazia aquele rodo em volta, depois então fazia aquelas paredes de barro no meio. Pra separar o quarto do meu pai e da minha mãe era uma parte, tinha um pedaço que era uma sala. O chão era terra embaixo e pegava aquela cinza e ponhava terra, amassava bem e fazia o piso, ficava duro, ficava um chumbo, podia varrer, a mesma coisa do ladrilho. Não tinha banheiro, era uma fossa pra fora de casa, distância, assim, de uns dez, quinze metros, então, tinha uma casinha ali, era a fossa ali. Pra tomar banho tomava na dispensa, tomava na gambela [gamela]. Na cozinha tinha uns paus enfiados [jirau], assim, e o fogão era feito de barro também. Era um fogão a lenha⁴⁹³.

⁴⁹³ Nunes, Sebastião. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado no Jardim Centenário, São Carlos, 2013.

Sebastião Nunes, ao contar um pouco sobre o processo de formação do bairro, destacou que antes de receber o nome de Vila Pureza o local teve outro nome, talvez mais inspirado nas pessoas do lugar. Ele enfatizou também o bom convívio entre os indivíduos e o início da urbanização, nos apresentando a sua visão sobre o processo de constituição do bairro:

Primeiro era Vila São João. São João por que era os caras que moravam lá, era João não sei do que, João não sei do que, tudo mundo se tratava de João, aí pois o nome na vila de São João, depois que ela passou pra Vila Pureza. Falaram: *não, aqui é uma vila, então vai ser Vila Pureza, porque é uma vila boa, tem tantas coisas*, então passou Vila Pureza. Ali era todo mundo um irmão. Foi José de Mattos que deu um pedaço de terra pra cada um morar. Depois ele vendeu. Aí quando começou a vir gente, ele começou a picar os lotes, aí abriu as ruas⁴⁹⁴.

Vale destacarmos que a venda de lotes por José Manoel Antonio de Matos, de acordo com Natália Costa⁴⁹⁵, *possibilitou que ele tivesse controle sobre o destino dado aos terrenos e ruas do bairro*. Vemos assim, que desde a sua fundação, que ocorreu em 1891, a Vila Pureza contava com uma presença negra que na percepção de Sebastião Nunes, ainda quando criança, *era tudo negro*. Entretanto, destacamos que o bairro, depois de dezesseis anos, em 1907, de acordo com o censo,

havia um equilíbrio entre as duas etnias. Desse modo, é muito provável que mesmo na época de Sebastião essa situação se mantivesse embora, os entrevistados com frequência se refiram ao bairro como espaço majoritariamente negro impelidos pelo círculo de suas relações, ou seja, Sebastião via o bairro com a presença majoritária de negros porque era com eles que sua família se relacionava.

Tinha o Seu Delfino, era o que morava embaixo, depois pra cima tinha o Lídio, mas era como distância daqui, na esquina lá de cima, a casa um do outro, depois tinha um que, aquele lá era o coiso, como é que chamava aquele lá. Era tudo negro. Branco tinha umas duas, três famílias. A maioria era tudo negro. Tinha o Seu Alcides também que tinha uma carrada de filho, preto também. Tinha o Massá era família preta, também que vivia lá, pra cima tinha o Seu Albano, preto, tinha o Seu Otávio, preto, tinha o Seu Genô que era branco. Tinha um lá que todo mundo tratava ele de padrinho, porque ele era o mais velho, ele foi o primeiro que mudou ali. Era negro também. Ele chamava Seu Massá. E tinha o Luis Venção também, esse era branco, também era antigo, ele trabalhou na prefeitura. [Sobre a relação] Era bom, eles tratavam tudo bem, se davam, um ia na casa do outro. Não tinha preconceito não. Não tinha briga. Não tinha discussão quase. Discussão, era difícil, quando tinha⁴⁹⁶.

Apesar de Sebastião destacar a boa relação entre os moradores da Vila Pureza, no final, ele

⁴⁹⁴ Nunes, Sebastião. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado no Jardim Centenário, São Carlos, 2013.

⁴⁹⁵ Costa, Natália Alexandre. Espaços negros na cidade do pós-abolição. São Carlos, um estudo de caso.

⁴⁹⁶ Nunes, Sebastião. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado no Jardim Centenário, São Carlos, 2013.

não negou a existência de conflitos, que podiam ser poucos e raros, mas existiram. A rotina da família era marcada pela vivência das crianças no quintal, pela dedicação da mãe aos afazeres domésticos e ao trabalho na lavoura que José Nunes começava logo cedo. Autília e José não permitiram que os filhos frequentassem a escola, impedindo que tivessem acesso à educação formal, entretanto eram rígidos, cuidadosos e não deixavam com que saíssem do território familiar, configurado pela casa e quintal. Sobre a escola Sebastião foi enfático e afirmou que *nunca fui não senhora porque a vida da gente era no meio do mato*. Essa observação de José Nunes nos remete aos aspectos extremante rurais que marcavam ainda a Vila Pureza na década de 1930. Sobre a mãe, o pai e as brincadeiras ele nos contou:

Ali [Vila Pureza] nós brincava no fundo do quintal porque a minha família não era de soltar criança pra sair. Era dentro do quintal, quando a mãe ia conversar com uma pessoa todo mundo ficava lá no canto, eu não vinha perto, ela corria o zóio. O pai não era um homem de chegar e brincar com o filho não, se ele tivesse aqui conversando com a senhora nós não podia nem passar aqui. Eu brincava com meus irmãos de pegar carretel, fazer caminhazinho, brincava dessas coisas ⁴⁹⁷.

Assim como nos outros espaços que analisamos, o quintal também abrigava algumas

plantações, hortas e criação de animais, destinado ao consumo da família. O cardápio se restringia a verduras, arroz, feijão com farinha e jabá. Na hora das refeições, cada um se dirigia a algum lugar da casa, hábito resultante, a nosso ver, por conta do pequeno tamanho do espaço destinado às refeições e também pelas poucas peças de mobiliário. Além da falta de espaço e mobiliário, a família era desprovida de utensílios de mesa. *Tinha uma gamelinha, então, cada um catava a sua gamelinha, e ficava um pra cá, outro pra lá, e outro saía lá pro quintal comendo, era assim, e a gente pegava na boca, comia com a mão*. Vale destacarmos que a alimentação que era oferecida para as crianças, era diferente do virado que era feito para o pai, que adorava pimenta. Sobre o processo de preparo do virado de José Nunes, Sebastião destacou a participação dos membros da família:

Fazia no pilão, então ficava um da banda de cá e outro na banda de lá, cada um com uma mão, sabe as mão de pilão, então, ali socava aquela farinha com aquele jabá, ia socando até virar um pó, depois ela [mãe] tirava dali depois que tava bem socada, aí pegava e socava uma concha daquela pimenta malagueta e ponhava ali dentro, aí nós socava mais, aí era a hora triste (*risos*) porque aquilo conforme socava, o zóio queimava tudo, mais socava bem socado, depois aí era a hora do trabalho dele [pai], aí ele pegava aquela comida, aquela farofa e jogava num tachinho assim, colocava ali e pegava uma, duas, conchas de gordura colocava ali dentro e mexia bem, mexia, mexia, mexia até dá o ponto certinho, aí ele ponhava numa lata

⁴⁹⁷ Nunes, Sebastião. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado no Jardim Centenário, São Carlos, 2013.

com a tampa, ponhava em cima e deixava lá, então conforme ele ia pra um serviço ou outra coisa ele ia lá, tinha uma latinha, ele pegava, uma latinha e meia e ponhava num picuazinho, e aquilo ele levava, e uma garrafa de café⁴⁹⁸.

Os únicos momentos de lazer vivenciados pela família Nunes eram *as pescas que faziam aos domingos de manhã com o pai*, onde também nadavam. Havia ainda, a ida a igreja Matriz da cidade, a qual exigia um empenho considerável de todos, devido, aos obstáculos existentes no percurso, que faziam a pé. O depoimento de Sebastião nos demonstra o quanto o poder público local, dificultava a vinda dos moradores, geralmente pobres, ao centro da cidade. Mesmo assim, Sebastião salientou que via brancos e negros assistirem a missa na Catedral, demonstrando também que a presença negra, na região central, era uma estratégia adotada por eles de empoderamento e inserção social.

O único lugar que nós ia aquele tempo era lá na Catedral. Era longe, era uma barreira, ali também pra descer, que não tinha paralelepípedo, nada na calçada, era só terra. Da Vila Pureza pra ir lá nós subia no estradão, aquela estrada que ia pra Araraquara, Ibaté, nós subia no estradão, depois do estradão subia até o canto do posto e de lá subia pra pegar a Avenida Carlos Botelho, até chegar na Avenida São Carlos. E lá tinha branco e negro, tudo misturado⁴⁹⁹.

Quando Sebastião Nunes estava com sete anos de idade, no ano de 1934, sua mãe Autilia faleceu e, diante da situação, José Nunes pegou os filhos menores e levou para morar com os filhos mais velhos deixando a Vila Pureza. Desse modo, Sebastião foi levado para Descalvado para morar com um irmão que acabara de se casar e *trabalhava de carpir café numa fazenda, lá*. Neste momento, tiveram início *as andanças pelo mundo afora* e a inserção do pequeno Sebastião na vida de trabalho. Em Descalvado ele permaneceu até os 10 anos de idade e, depois disso, foi para Córrego Fundo-MG para morar e trabalhar com o pai em uma propriedade de Carlos Facchina. José Nunes se dedicava às atividades na lavoura e Sebastião era candeeiro, que segundo ele, consistia em guiar boiada: *candeeiro é aquele que vai com a varinha na frente da boiada, então os bois vai e eu vou com a varinha, pra eles vim tudo atrás*. Apesar de estar perto do pai, ele não gostava do trabalho que fazia, pois, *era duro com aquela geada, ficava varrendo descalço*. Porém, não foi o descontentamento com a atividade que exercia que fez Sebastião *sumir dali* de Córrego Fundo aos quatorze anos, e sim, um desentendimento com o pai.

Aconteceu um negócio em casa do Paulino Fagundes, eu ganhei um cavalinho, então eu saía com esse cavalinho pra todo canto, eu gostava, aí o meu pai pegou o cavalinho um dia, e falou assim: *de hoje em diante o cavalo seu vai ficar pra dona dele e eu vou te dar aquela mula*, que era a mula empacadeira, aí eu pensei, pensei, falei: *não*,

⁴⁹⁸ Nunes, Sebastião. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado no Jardim Centenário, São Carlos, 2013.

⁴⁹⁹ Nunes, Sebastião. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado no Jardim Centenário, São Carlos, 2013.

eu não dou. Juntei uma calça e uma camisa e saí, naquele tempo a gente já tava cortando lenha néh, aí quando chegou na beirada da picada eu puis o corote d'água, o machado ali, deixei ali com aquela calça e aquela camisa, o meu pai já tava lá no meio da picada, deixei ali e cai fora, eu sumi⁵⁰⁰.

O grau de autonomia exercido por homens e mulheres no pós-abolição nos salta como divergente e altamente determinado pela questão de gênero. Claro que houve mulheres que quebraram regras morais e agiram de acordo com seus interesses e vontades, nós mesmos acompanhamos algumas delas no capítulo anterior, porém, para a maioria das mulheres negras, o seu destino era influenciado pelo homem, fosse ele, pai, marido ou filho. Dentre as possibilidades de autonomia, a mobilidade espacial era muito mais praticada pelos homens do que pelas mulheres, como por exemplo, no caso de Sebastião: era jovem quando decidiu deixar o pai, sem lhe dar nenhuma satisfação e seguir a sua vida, algo praticamente inaceitável na conduta feminina.

Depois de deixar o pai no Estado de Minas Gerais, Sebastião voltou para São Carlos e *ficou batendo um tempo, trabalhava pra um, pra outro, a troca da comida.* Mas com medo que seu pai viesse atrás dele, logo tratou de ir para Jacaré, para trabalhar na construção de estradas. Lá, insatisfeito com as péssimas condições de trabalho, ele foi ajudado por um agenciador, que conseguiu emprego para ele em Bauru. Mas não

havia limites espaciais para Sebastião que, sem pensar duas vezes, seguiu depois com o agenciador para a Bolívia, aos 16 anos de idade.

Na Bolívia eu fui ser piloto, daqueles que trabalhava na carroça pra lá e pra cá, e o piloto ficava no meio, quando o burro ia devagar a gente ia e chacoalhava o reio com a carroça de terra pra levar pro lugar, então tinha um piloto de cada canto e eu fui trabalhar lá⁵⁰¹.

Dono de suas vontades e destino, assim como seu pai que havia sido escravo fugido, Sebastião não aceitou novamente, as condições que eram oferecidas aos trabalhadores na Bolívia. Depois de quatro meses, ele reuniu um grupo de amigos e organizou a volta para o Brasil, que aconteceu em um caminhão. O grupo desembarcou no município de Corumbá-MS e de lá seguiu para Campo Grande-MT, onde conseguiu trabalho na estrada de ferro. Neste local Sebastião nos contou: *ali fiquei uma temporada trabalhando, não saía dinheiro, não saía nada, aí falei: tá mal.* Contou ainda, que as condições ruins de trabalho se estendiam à precariedade das cabanas em que dormiam:

A gente vivia no trabalho. Nós fazia aquelas cabanas e as pontas desciam no chão e cobria com aquelas folhas de coqueiro. Fazia assim, um pau lá, vamos supor um pau lá no canto da casa, pegava

⁵⁰⁰ Nunes, Sebastião. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado no Jardim Centenário, São Carlos, 2013.

⁵⁰¹ Nunes, Sebastião. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado no Jardim Centenário, São Carlos, 2013.

um varão grande e ponhava em cima, daqui de cima eu descí uns paus assim, ele era bem alto assim, descia assim e caía no chão, conforme caía no chão aí ia amarrando aquelas varas, pra modo depois de por o sapé, sapé, coqueiro em cima, não tinha um tijolo, não tinha nada⁵⁰².

Depois de um ano e meio trabalhando lá, ele nos contou que conseguiu comprar uma passagem de trem para Bauru-SP. E quando desceu do trem na estação ferroviária, seguiu pela estrada caminhando, chegando a um sítio, cujo proprietário era um homem chamado Alexandre, ao qual ofereceu os seus serviços em troca de salário, teto e comida. Mas, mesmo gostando da família Sebastião decidiu, depois de três meses, não permanecer no sítio, e sem avisar ninguém, *engoliu a lua*⁵⁰³. De lá seguiu para Itirapina, onde permaneceu por sete ou oito dias, trabalhando numa fazenda como carregador, e finalmente, voltou a São Carlos, com dezessete anos de idade. Ao chegar foi procurar pela irmã que morava na Vila Monteiro para saber notícias da família e do pai. Depois de *matar a saudade*, ele foi trabalhar como *carreiro e carroceiro, todos os serviços que o pai ensinou*, na fazenda da família Dória, em São Carlos, e lá *ficou mais uma temporada*. Cansado do trabalho no meio rural, ele decidiu vir para a cidade trabalhar e morar com a irmã. Mas os planos de Sebastião não saíram de acordo com

o que havia pensado, pois acabou conhecendo, Sebastiana de Oliveira e decidiu *passar a mão nela e engolir a lua de novo*. O casal seguiu para o município de Santa Rosa e com ajuda do irmão de Sebastiana, o senhor José Nunes, o pai de Sebastião acabou assinando a autorização para o casamento do filho.

Depois de casados, eles vieram para São Carlos morar nas proximidades da Igreja São Sebastião, numa garagem, cedida por um amigo do sogro, com a incumbência de ambos *olharem o quintal*. Nessa época, Sebastião começou a trabalhar na Prefeitura e, quando estava com 22 anos de idade e três filhos, por volta de 1949, a família se mudou para a Vila Pureza, no terreno onde morou quando criança, em uma *casinha de barrote*, construída por eles. A permanência no lote do seu pai não durou muito tempo, e vendo que aquilo não *tava dando certo*, Sebastião decidiu migrar com a família para Ibaté, onde alugou uma casa e foi trabalhar no corte de lenha. *Larguei a casinha e fui embora pra Ibaté, quando tava cortando lenha, pagava quinhentos reis o metro, falei agora vamo arrumar a vida mesmo, aí fui pra lá, pagar dez merréis numa casinha de dois cômodos*. Em Ibaté, eles ficaram por três anos, depois voltaram para São Carlos e se estabeleceram no Jardim Bandeirantes. As andanças de Sebastião e sua família, não parariam por aí, pois, depois de algum tempo, voltaram para a Vila Pureza,

⁵⁰² Nunes, Sebastião. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado no Jardim Centenário, São Carlos, 2013.

⁵⁰³ Foi embora durante a noite.

numa casinha comprada por eles. *A casa era de tijolo bem assentado. Tinha quatro cômodos, o piso era chão. Não tinha banheiro, era fossa.*

Na Vila Pureza a família Nunes morou por *bastante tempo*. De lá, Sebastiana pegava o Bonde na Santa Casa e ia até a Estação Ferroviária para fazer compras na cidade. Os filhos, que no total eram oito, estudaram até o quarto ano em escolas próximas ao bairro e não tiveram momentos de lazer com o pai, que destacou *nunca* os ter levado para passear e *não ter tempo* para brincar, ou contar histórias, mas fazia questão de lhes ensinar algumas lições, como, respeitar os mais velhos e não mexer em nada de ninguém. A vida parecia caminhar bem, até que, a pedido de sua esposa, Sebastião decidiu sair da Vila Pureza e se estabeleceu com a família no Jardim Centenário, em uma casa que *barganhou* com a sua e na qual se fixou definitivamente. Dentre os motivos da saída do bairro, ele alegou que a esposa não gostava do barulho praticado por um dos vizinhos. *Ali [Vila Pureza] ficamos bastante tempo, aí a mulher não gostava de lá porque tinha essa turma que morava pra baixo, era uma família de preto e era batucada, sábado ninguém dormia, domingo ninguém dormia.*

O incômodo de Sebastiana com os vizinhos nos traz à tona a prática das manifestações culturais dos negros no bairro. Os batuques, as rodas de samba e capoeira encontravam nos territórios (casa e quintal), como já apontamos, espaços de liberdade, o que não significava que fossem

aceitos e compartilhados por outros moradores, fossem eles, brancos ou negros. No caso da família Nunes, a prática os incomodou a ponto de os fazerem sair do bairro, demonstrando mais uma vez, como pudemos perceber nos processos criminais, que os conflitos também se estendiam entre os negros. Essa constatação é fundamental, para desmitificar a despersonalização dos negros em análises que tendem a colocá-los como sujeitos passíveis de serem englobados em um único comportamento social.

Depois de se mudarem para o Jardim Centenário, Sebastião continuou a trabalhar na Prefeitura e Sebastiana a cuidar da casa e dos filhos. Quando estavam completando 63 anos de casados, eles resolveram se separar e Sebastião construiu um *barrotinho* no mesmo lote para morar enquanto construía uma casa de alvenaria de tijolos no fundo. Para lá se mudou e permaneceu até a morte da ex-esposa que ocorreu por volta do ano 2000. Sebastião não ficou viúvo por muito tempo, conheceu Eunice Gonçalves e com ela mora, na casa principal, há bastante tempo. Na casinha dos fundos, mora um neto com a esposa. Hoje Sebastião, que alega *nunca* ter sofrido preconceito na vida, mas já ter visto *outros negros sofrerem*, destaca ter muito orgulho em ser filho de escravo fugido e foi com muita emoção que nos contou um dos principais ensinamentos de seu pai sobre a importância da liberdade.

Meu pai falava, agora sim que tamo bem, porque nós somo o dono de nós, nós comemo, nós



Figura 44: Primeira comunhão dos filhos de Sebastião e Sebastiana. Da esq. Benedito, Carlos Roberto, Ademir Spedito. Sem data.



Figura 45: Sebastiana Oliveira Nunes. Foto da carteira de identidade. São Carlos. 1983.

trabalha, eles são obrigado a pagar nós, pra nós comer, naquele tempo não né, comia naquelas gambela [gamela] né, que nem porco, comia tudo com a mão e daquele jeito⁵⁰⁴.

Com muito orgulho também, Sebastião destaca que aprendeu, há pouco tempo, *ler e escrever algumas coisas*. Hoje ele dedica seu dia aos cuidados com o quintal onde tem muitas plantas, galinhas e uma pequena horta e também à troca de conversas e carinho com sua companheira. Sobre sua vida enfatizou, *apesar de ter sido sofrida, foi quase um romance né*.

⁵⁰⁴ Nunes, Sebastião. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado no Jardim Centenário, São Carlos, 2013.

4.7. Romilda dos Santos Silva, com a mãe cozinheira aprendeu a importância da educação

Romilda ainda se lembra da exaustiva jornada de trabalho realizada por sua mãe Iracema dos Santos, de domingo a domingo, para criar sozinha, seus quatro filhos. Ela nasceu em 10 de fevereiro de 1932 em São Carlos e sobre seus avós nada soube, pois, a mãe foi criada desde pequena por seus patrões e não gostava de compartilhar com os filhos a sua triste história, certamente marcada por constantes abusos de poder por parte daqueles que eram seus tutores. Autores como Maria Helena Machado, destacam que a tutela, foi uma estratégia encontrada pelo ex-senhor de escravo para manter, crianças negras sob as suas responsabilidades, com o objetivo de usá-las como empregadas em suas residências, no campo, ou na cidade, em condições análogas à escravidão. Muitos processos foram movidos por mães negras que exigiram, muitas vezes sem sucesso, a guarda de seus filhos. O silenciamento de Iracema nos leva a sugerir que sua história deve ter sido marcada por questões semelhantes. Sobre a mãe, Romilda sabe apenas que ela viveu por muito tempo no Estado de Minas Gerais e que de lá, por algum motivo, veio para São Carlos, onde se relacionou com um italiano, cujo nome não é pronunciado por ninguém da família, e teve quatro filhos. Por algum motivo, eles não permaneceram juntos e Iracema então, se tornou a responsável pela criação e manutenção dos filhos. Apesar de sua rotina extensa, ela fazia questão



Figura 46: Romilda dos Santos Silva. Vila Pureza, São Carlos. 2010.

que todos fossem à escola, e eles, em retribuição à dedicação da mãe, faziam *com gosto* os serviços da casa e cuidavam um do outro, deixando o espaço de moradia sempre *organizado e limpinho*.

Nossa infância era simples, a mais velha tinha que ficar em casa para cuidar dos mais novos, fazia as tarefas de casa depois da escola, com muito sacrifício minha mãe formou todos nós até o quarto ano⁵⁰⁵.

⁵⁰⁵ Silva, Romilda dos Santos. Entrevista concedida a autora da tese em sua casa na Vila Pureza. São Carlos, 2010.

Romilda morou em uma pequena casa, antes de ir com a mãe para a Vila Pureza. O imóvel ficava localizado próximo à Rádio São Carlos, região nobre da cidade ocupada majoritariamente por brancos. Apesar da boa localização a casa era modesta e possuía apenas dois cômodos.

A casa era simples de chão batido, tinha dois cômodos, cozinha e um quarto grande para nós, bastante simples, era o que minha mãe podia pagar de aluguel, só ela que trabalhava, mas era limpa, tudo em ordem, minha mãe era muito caprichosa com a gente, com os meus irmãos, comigo, muito cuidadosa, a casa era simples, mas era boa. Meu irmão dormia na cozinha e as meninas com a mamãe no quarto. A casa era de tijolos, rebocada, não tinha forro, mas era bem-arrumada⁵⁰⁶.

Apesar da vida simples que a mãe oferecia aos filhos, Romilda destaca, que ela sempre cuidava deles com *muito carinho*, prezava pela educação não permitindo que *faltassem de jeito nenhum da escola* e também não abria mão de levá-los para passear sempre que podia. Segundo Casimiro Paschoal Silva, neto de Iracema, a avó

era *uma negra bonita e vaidosa que gostava muito de viajar e se divertir*⁵⁰⁷. Com a mãe, Romilda aprendeu a gostar de música e do carnaval, ao qual, sempre iam para assistir a escola de samba da carnavalesca Odette dos Santos⁵⁰⁸. Depois de algum tempo, Romilda se mudou com a mãe e os irmãos para a Vila Pureza, para uma *casa bem melhor*, pois era *maior e tinha dois quartos*. A mudança de endereço não alterou a rotina pesada de Iracema, que acordava cedo para ir ao trabalho e voltava perto do escurecer, quando ainda lavava roupas e cuidava do jantar dos filhos. A alimentação era composta *por frutas, verduras, legumes, arroz, feijão, leite e pão*, mas, *macarrão e frango assado a família consumia apenas no Natal*. Os filhos, além de cuidarem um do outro, eram responsáveis pela ida à escola.

A minha mãe ia cedo pro serviço trabalhar, trabalhava até os domingos, até as duas horas, que ela sempre cozinhava, ela era cozinheira e depois do almoço ela vinha lavava toda roupa e já preparava tudo pra segunda-feira, os nossos uniformes para ir a escola, então ela deixava tudo arrumadinho, às duas horas ela servia o almoço e vinha para casa, já preparava a janta

⁵⁰⁶ Silva, Romilda dos Santos. Entrevista concedida a autora da tese em sua casa na Vila Pureza. São Carlos, 2010.

⁵⁰⁷ Silva, Casimiro Paschoal da. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado no Jardim Bandeirantes, São Carlos, 2013.

⁵⁰⁸ Odette dos Santos nasceu em 1929 numa família que teve uma importante participação, juntos às famílias dos trabalhadores negros da Cia Paulista, na fundação do Grêmio Recreativo Flôr de Maio em maio de 1928. Ela foi uma das criadoras da primeira escola de dança de salão em São Carlos. Era conhecedora de muitos instrumentos de percussão, tinha ritmo e sensibilidade para a música. Fundou a primeira escola de Samba de São Carlos: Odette e sua Escola de Samba, participando dos programas pré-carnavalescos da rádio local e também no teatro. Foi reconhecida como a principal carnavalesca da cidade. Recebeu os títulos de “Dama do Samba” e “Madrinha dos Sambistas e das Escolas de Samba de São Carlos”. Ela faleceu no ano de 1961 e há alguns anos foi homenageada com a inauguração do Centro Municipal de Cultura Afro-brasileira Odette dos Santos, que além de preservar e divulgar a história de vida de Odette ainda destaca o papel e a contribuição da mulher negra à cultura.

para gente, nós íamos para a escola e chegava de tarde e [durante a semana] não demorava ela já chegava fazia janta e dava banho na gente, era tudo organizado⁵⁰⁹.

Além das tarefas diárias, as crianças tinham o compromisso de ir ao catecismo aos domingos. Apesar de todos serem católicos, a mãe não tinha tempo para ir à igreja, pois, segundo Romilda, *faltava muito tempo pra ela, por que trabalhava muito, às vezes ela trabalhava de manhã até de noite, cozinhando a noite em restaurantes, então ela não tinha muito tempo para ir à igreja*. Ao terminar os estudos, Romilda foi trabalhar como doméstica e nessa atividade se manteve até completar dezessete anos, quando conheceu Oscar Vicente da Silva, rapaz negro, morador da Vila Pureza e filho de Tereza Braga, *uma negra muito fina, que fumava cachimbo* e que junto com o marido Casimiro Vicente da Silva, eram proprietários de grande parte de terras na Vila Pureza. No seu quintal, Teresa Braga sempre fazia festas, que segundo o neto Casemiro⁵¹⁰, *começavam na sexta-feira e se estendiam ao final de semana, aonde iam muitos compadres e comadres do bairro*. Logo que se casaram, Romilda e Oscar foram morar no **quintal** de Tereza, mãe de Oscar. Depois de algum tempo, com a mãe de Romilda até construir a casa em que Romilda mora até hoje. Oscar trabalhava como funcionário

público na Escola de Engenharia de São Carlos, era responsável pela portaria e pela realização de alguns reparos na instituição. Romilda cuidava da casa e dos sete filhos do casal: Sueli, Regina Célia (falecida), Vera Lúcia, Maria José, Luís Heleno e o Casimiro. Com a proibição do marido para trabalhar fora, ela que precisava complementar a renda para *garantir uma boa educação* aos filhos, passou a lavar roupa para algumas famílias ricas da cidade.

Eu trabalhei muito pouco de doméstica, foi mas em casa mesmo com as crianças, tinha bastante filho, todo ano tinha um, então eu cuidava da casa, das crianças e trabalhava dentro de casa lavando roupa, trabalhava porque queria que minhas filhas estudassem então meu marido não queria que eu fosse trabalhar fora então eu pegava roupa pra lavar em casa⁵¹¹.

Romilda e Oscar trabalharam muito para que todos os filhos pudessem estudar e fizeram questão de lhes proporcionar momentos de lazer, levando-os a parques, circos, teatro e ao carnaval. Além disso, o casal também frequentava os bailes no Clube Flor de Maio, onde Romilda ia sempre muito elegante e com vestidos novos que eram confeccionados especialmente para as ocasiões, pois o marido gostava muito de vê-la *bonita e arrumada. Ele tinha orgulho de mim*, frisou ela.

⁵⁰⁹ Silva, Romilda dos Santos. Entrevista concedida a autora da tese em sua casa na Vila Pureza. São Carlos, 2010.

⁵¹⁰ Silva, Casimiro Paschoal da. Entrevista concedida a autora da tese na casa do entrevistado no Jardim Bandeirantes, São Carlos, 2013.

⁵¹¹ Silva, Romilda dos Santos. Entrevista concedida a autora da tese em sua casa na Vila Pureza. São Carlos, 2010.

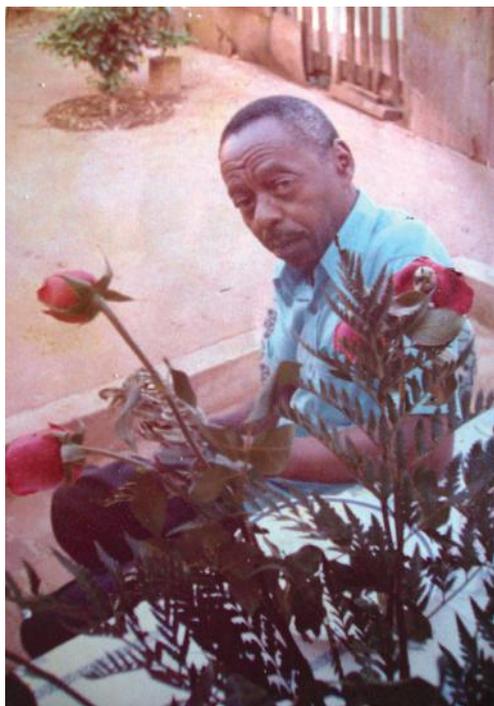


Figura 47: Oscar Vicente da Silva. São Carlos. Sem data.

Passeava normal, nos parques, quando tinha circo, quando tinha algum evento normal assim, ele levava, nunca deixou de levar, juntava a turma e ia embora, carnaval, natal, tudo a gente levava. No Flor de Maio mesmo, a gente saía pro Carnaval com as crianças todas, a gente a vida inteira vivia muito bem⁵¹².

Diferentemente das famílias moradoras da Vila Izabel, que viviam os momentos de lazer restritamente em seus **quintais**, a família

Vicente da Silva se apropriava de *espaços outros*, fora da casa e do lote, e se inseriam num cenário urbano mais amplo. Ainda que os espaços mais frequentados fossem clubes de cultura negra, eles se apropriavam de espaços públicos como praças e dos serviços culturais que eram oferecidos na cidade. Oscar, além de valorizar a educação, também foi ator e dentre as peças que fez, seu filho Casimiro destacou “*Eles não usam Black Tie*”. Romilda salientou que não era fácil ocupar outros espaços, sempre tinha um comentário, tipo, *olha aqueles negrinhos*, mas ela não deixava se abater e ensinou os filhos a se apropriarem de seus direitos como educação, lazer e cultura.

Romilda ficou viúva por volta de 1990, quando os filhos já estavam *todos encaminhados*. Ela ainda mora com uma sobrinha na casa que viveu a maior parte de sua vida e que foi reformada e dotada de equipamentos que lhe garantem uma vida muito mais prática e confortável nos dias de hoje. Dentre os costumes, ela ainda mantém a leitura e faz questão de acompanhar as políticas públicas voltadas para os negros, destacando que, apesar de faltar muita coisa ainda, o negro consegue *não ser mandado por ninguém, mas ainda é o mais crucificado*. Dentre os orgulhos que carrega da vida, ela ressalta a atuação do filho caçula Casimiro, que *até hoje não para de estudar*. Casimiro se tornou sociólogo e é uma importante liderança do movimento negro no município. Além de sua luta pela igualdade e respeito aos direitos da população negra, foi um divulgador da cultura afro-brasileira com o grupo Congada.

⁵¹² Silva, Romilda dos Santos. Entrevista concedida a autora da tese em sua casa na Vila Pureza. São Carlos, 2010

4.8. Benedita Ribeiro: mulher desquitada protagonista de sua história (1929-2016)

Benedita Ribeiro, nasceu em Ibaté-SP no dia 10 de outubro de 1929, filha de Ana Esmere e José Ribeiro, os quais tiveram dez filhos. Segundo Benedita, tanto a mãe como o pai, trabalhavam na *Fazenda Cascata como empreiteiros* e traziam consigo toda a família para ajudarem na lida: *tudo nós trabalhava, tudo na roça, nós era empreiteiro né, tocava roça de café, colhia algodão né, cana né, era o que tinha mais aquele tempo né, laranja, foi os nossos serviço, o que tinha, nós fazia*⁵¹³.

Sem nenhuma informação sobre seus avós e nem sobre a origem de seus pais, ela lembra que o pai, que *não foi escravo* mas chegou a *conhecer a escravidão*, contava para ela e os irmãos as tristezas daquela época. O fato de José Ribeiro não ter sido escravo, mas ter conhecido a escravidão, nos leva a supor que ele tenha nascido de ventre livre, o que não o absolveu de vivenciar os horrores do sistema. Em suas histórias, ele enfatizava os constantes maus tratos e abusos aos que os negros eram submetidos. *Ah, meu pai fala que a escravidão foi muito triste né, que eles apanhava na escravidão né, meu pai chegou até a falar que arrancou um pedaço* [referiu-se a ferimentos muito graves]⁵¹⁴.

Além das tristes lembranças da escravidão que marcaram sua trajetória, José Ribeiro teve que lidar com a morte da esposa quando Benedita ainda era pequena, o que fez com que ele assumisse



Figura 48: Benedita Ribeiro. Parque Sabará, São Carlos. 2013.

a criação de todos os filhos do casal, *meu pai que acabou de criar nós*. No dia em que sua mãe faleceu, Benedita estava na escola da fazenda e foi lá que recebeu a triste notícia por intermédio da professora. Aos gritos e muito assustada ela seguiu até a sua casa e constatou de fato que *a mãe estava morta*. A partir desse acontecimento, decidiu nunca mais estudar. Sem frequentar a escola, restava à Benedita se dedicar ao trabalho na roça e também ajudar o pai com os afazeres domésticos. O pai era *um grande companheiro* e fazia questão

⁵¹³ Ribeiro, Benedita. Entrevista concedida a autora da tese no quintal da entrevistada bairro Vila Nery. São Carlos, 2013.

⁵¹⁴ Ribeiro, Benedita. Entrevista concedida a autora da tese no quintal da entrevistada bairro Vila Nery. São Carlos, 2013.

de, dentro de suas possibilidades, comprar roupas para os filhos, levá-los à Catedral em São Carlos, passear e, depois que estavam maiores, por volta dos quatorze anos, levá-los também aos bailes que eram realizados nas fazendas nos finais de semana. Vale destacarmos, que mesmo trabalhando na roça e em casa, Benedita e seus irmãos ainda encontravam tempo para brincar:

Ah, nós brincava de boneca, *vish* casinha, de fazer comidinha. A boneca de pano. Sabe o que a gente fazia? Nós pegava sabugo pra fazer boneca, nós fazia casinha pra brincar, fazia comidinha né, e juntava as coleguinhas assim, a menina nunca ninguém brigava, nós brincava contente, nunca brigamos. Nós brincava de roda, nós brincava aquela “ciranda, cirandinha, vamos todos cirandar, vamos dar a volta e meia, volta e meia vamos dá” essa era do nosso gosto né, nós brincava, a menina tudo cantava, olha era uma belezinha sim, e nós pulava corda né, nós pulava corda também eu lembro até hoje nossa vida⁵¹⁵.

Nas fazendas em que morou, Benedita salientou uma presença equilibrada entre brancos e negros que se distribuíam no trabalho no campo e nas casas da colônia. Segundo ela essas casas eram *era tudo grande feita de tijolo* e destacou, ainda, que a relação entre eles era de respeito e companheirismo, demonstrando mais uma vez, como pudemos perceber ao longo das análises, que as relações sociais estabelecidas entre brancos

e negros no meio rural foram marcadas por proximidade e compartilhamento, ao contrário das estabelecidas no meio urbano.

Ah, eles iam na nossa casa conversar. [sobre os brancos] eles eram tudo bom, ali, se eles matavam um porco, eles mandavam pra nós, fazia pão, a gente repartia, repartia com nós e nós repartia com eles né, não é que nem hoje em dia que ninguém reparte nada, nós não, nós matava um porco dava pros outros, fazia pão, aquele forno que eu tenho ali, eu faço pão ali né, então a gente fazia pão repartia de um pra outro, era assim, era uma amizade gostosa né⁵¹⁶.

Porém, é importante destacarmos, que esse bom convívio não se estendia a todas as relações estabelecidas nas fazendas, pois, por mais que houvesse esse espírito de compartilhar alimentos e conversas, Benedita frisou que seus amigos eram majoritariamente *pretos*, o que nos leva a sugerir que havia uma aproximação determinada por questões étnicas e raciais. Sobre suas amigas ela falou: *a maioria era preta que nem nós, aquele tempo a gente não via, assim, branco né, só as negriadas brincava tudo junto*.

Quando Benedita estava com aproximadamente 15 anos, seu pai foi assassinado, na casa da família em Ibaté-SP. Traumatizada com a morte do pai e triste por *não ter pai e mãe*, e desfrutando do apoio dos irmãos mais velhos,

⁵¹⁵ Ribeiro, Benedita. Entrevista concedida a autora da tese no quintal da entrevistada bairro Vila Nery. São Carlos, 2013.

⁵¹⁶ Ribeiro, Benedita. Entrevista concedida a autora da tese no quintal da entrevistada bairro Vila Nery. São Carlos, 2013.

decidiu, a contragosto deles, casar com Onofre dos Santos, de quem *gostava* e já se relacionava. Depois de casados, eles seguiram para a Usina da Serra, em Ibaté-SP, e foi lá que tiveram duas filhas. Depois de um desentendimento, Benedita e Onofre se separaram e ela seguiu com as filhas pequenas para a casa da sogra em São Paulo, porém, depois de três meses eles decidiram reatar o relacionamento, quando engravidou do terceiro filho. Nessa época a família estava morando em São Carlos, numa casa de aluguel, da qual Benedita não recorda a localização. Depois disso, o casamento não durou muito tempo e Benedita decidiu não mais voltar com Onofre, assumindo sozinha a criação dos filhos e dando início a uma jornada marcada por muitas dificuldades materiais, físicas e emocionais. Benedita não teria apenas que trabalhar para complementar a renda da família e sim, gerar sozinha, o dinheiro para garantir as necessidades básicas de seus filhos. Apesar de essa condição ser comum às mulheres pobres, salientamos que eram muito mais complexas para as negras, pois de acordo com Weimer⁵¹⁷, *a cor do indivíduo contava substancialmente para as vivências e possibilidades sociais disponíveis*.

Dentre as atividades que desempenhou, ela destacou a ocupação de doméstica que passou a exercer quando já morava no espaço urbano. Sozinha e com seus três filhos, ela nos contou ter

recebido de um dos patrões, um *pedaço de terra para morar*. De acordo com Benedita, o patrão lhe falou: *“você é uma negra direita, não é uma negra vagabunda, é uma preta limpa, trabalhadeira, então vamos te dar um pedacinho de terra pra você morar*. Vemos assim, que o patrão reproduz o estereótipo desenvolvido no pós-abolição sobre os negros, que os coloca como “desajustados” socialmente: ele, ao considerá-la uma exceção, lhe fez o “favor” de dar a terra para morar.

O terreno que Benedita recebeu era localizado na Vila Nery na parte mais afastada do núcleo central⁵¹⁸ e segundo ela, não possuía nenhuma infraestrutura e havia poucos habitantes: *“Não morava ninguém aqui, era uma mata, aí carpimo eu e o meu filho, limpamos tudo aqui e fizemos uma casinha de barro. Aqui não tinha nenhuma casa, tinha só nós morando aqui, tinha só o ranchinho meu*. Sobre o processo construtivo ela nos contou: *“nós fizemo a casinha de barro e as paredes com aqueles pau, tudo infiadinho assim, e a parede nós fazia de pedacinho de tijolo e batia o barro com a mão*. O programa da casa de Benedita era simples e possuía apenas três cômodos e nas aberturas, em vez de janelas, colocava *sacos de cebola*. Era uma cozinha, uma sala e um quarto, onde a família não tinha *móveis quase nenhum*.

Na cozinha, eu tinha uma mesa, uma prateleira, hoje quase ninguém usa prateleira né, e tinha

⁵¹⁷ Weimer, Rodrigo de Azevedo. *A gente de Felisberta*. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral riograndense no pós-emancipação. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2013. (p. 32).

⁵¹⁸ Atualmente o terreno da família está inserido no Parque Sabará e se tornou espaço de valorização imobiliária. A família resiste firme às tentativas de compra de investidores.

um fogãozinho de lenha. No quarto tinha, só cabia, uma caminha onde dormia os meus filhos tudo comigo né. A minha cama era de pau-a-pique [cama de varas], sabe pau-a-pique. Pau-a-pique é um pau enfiado aqui, outro ali e outro lá, é como se fosse uma mesa, nem colchão bom existia aquele tempo, eu tenho uma filha aí que nasceu na folha de banana você acredita, era o meu colchão⁵¹⁹.

A precariedade da casa e do mobiliário era completada pela ausência de banheiro, água e esgoto encanados. Em contrapartida, o lote que abrigava o espaço de morar da família Ribeiro era grande e permitia, assim como vimos nos casos anteriores, a plantação de hortaliças, árvores frutíferas e legumes.

O dia de Benedita começava cedo, pois a distância, de sua casa ao trabalho próximo à Santa Casa, era percorrida a pé. Quando lá chegava, fazia os serviços de limpeza, o almoço e cuidava da roupa, voltando para casa somente à noite por volta das sete horas. Os filhos ficavam com algumas vizinhas, para quem Benedita pagava uma pequena quantia. Nesse intermeio, ela conheceu Francisco Lima com quem se amasiou e teve mais uma filha. Segundo ela, ele era *ruim* e costumava lhe agredir fisicamente, o que a fez *largar dele*. Aos 24 anos e mais uma vez sozinha, ela precisou também trabalhar nos finais de semana para *dar conta de criar os filhos*, inclusive, contando com a ajuda deles. *Na fazenda do Agenor, nós ia a pé,*

roçar pasto, meus filhos passava mão na cestinha de comida e ia embora. Com uma jornada intensa de trabalho, Benedita não tinha tempo em proporcionar nenhum tipo de lazer para a família e nem mesmo para ela, que alegava ter dinheiro apenas para comida. Mas, algumas vezes ia com os quatro filhos, três mulheres e um homem, até a Catedral e, também na Igreja São Sebastião, onde recolhia doações: *eles me ajudou a tratar os meus filhos, eles me davam muitas coisas pra mim ali também, então eu chamava os meus filhos cedo pra ir na missa né, a gente ia na missa, eu gostava muito de ir na missa daquela igreja lá.*

Depois que chegava do trabalho, ela cuidava do banho das crianças, que era feito *na bacia* e do jantar que era feito com alimentos produzidos no quintal e com *quirela de arroz, polenta e os ossos de carne* que ganhava nos açougues da cidade. No domingo, quando podia, ela *fazia macarronada e fritava batata-doce.*

Eu chegava era sete horas, sete e meia, que era muito escuro aquele tempo né, não tinha luz que nem agora. Vinha a pé, porque não tinha ônibus que nem agora, tinha que vim de a pé. Chegava fazia janta pros meus filhos, dava banho neles, não tinha água tinha que pegar água, ai eu vou falar viu, pela mor de Deus, que vida difícil⁵²⁰.

Cada vez mais apartada da vida cultural e social da cidade, a família Ribeiro encontrou

⁵¹⁹ Ribeiro, Benedita. Entrevista concedida a autora da tese no quintal da entrevistada bairro Vila Nery. São Carlos, 2013.

⁵²⁰ Ribeiro, Benedita. Entrevista concedida a autora da tese no quintal da entrevistada bairro Vila Nery. São Carlos, 2013.

em seu **quintal** um território para a realização de pequenas comemorações, encontros e rodas de conversas. Com o passar do tempo, outras moradias foram construídas próximas ao lote de Benedita, ampliando o repertório de relações sociais da família. Sobre os vizinhos ela afirmou categoricamente: *aqui no meu pedacinho era tudo negriada*. A observação de nossa interlocutora nos leva a constatar que a presença negra na Vila Nery, estava majoritariamente concentrada nas franjas do bairro, uma região ainda inóspita. Os deslocamentos poderiam ser feitos a pé até o balão do bonde, onde encontrariam transporte para outras partes da cidade, mas não era o que acontecia com Benedita e sua família, pois sempre com os recursos financeiros limitados, se deslocavam a pé, o que fazia com que as idas à região central, fossem muito raras.

À medida que os filhos foram se emancipando, deixaram de morar com a mãe na mesma casa e construíram suas residências no lote com a autorização de Benedita. Sobre a presença de seus filhos, noras, genros e netos, ela destaca que nunca pensou em outra forma, pois sempre quis *os filhos por perto*. As relações estabelecidas entre todos se pautam em respeito, companheirismo e compartilhamento. Se um dos filhos resolve fazer uma feijoada, todos participam, e um simples almoço se transforma em festa de família, deixando as dificuldades do passado cada vez mais distantes.

Benedita, atualmente, mora em dois cômodos no fundo do lote, e se orgulha das casas que foram construídas e do banheiro comum feito *há pouco tempo*. Todos os seus filhos moram

no **quintal**, cuja organização e controle foram transferidos para a única liderança masculina da família, o filho de Benedita. Dentre os orgulhos que carrega na vida, destacou o de *ter conseguido criar sozinha os filhos com muito trabalho*.

Assim, como a maioria dos entrevistados, Benedita alegou nunca ter sofrido preconceito por ser negra, mas salientou que foi maltratada ao longo de sua vida por *ser pobre*, e percebia que as pessoas *reparavam nela e na sua casa*. Fato esse, que a levava a não ir à casa de ninguém e não trazer nenhum estranho em seu território. Por fim, ela nos contou que, além da alegria de *ter todos por perto*, ela gosta muito de seu quintal, onde *construiu e plantou* tudo que ali se encontra e onde se sentiu à vontade para nos receber e compartilhar suas memórias.

Diante do exposto, podemos observar que as trajetórias de negros e negras descendentes de ex-escravos foi, assim como a de seus antepassados, marcada por forte mobilidade espacial, principalmente no caso dos homens, e também pelo desejo de vivenciar a liberdade pautada em seus princípios, crenças e tradições. Donos de seus destinos, homens e mulheres negros, negociaram trabalhos, moradias, espaços e condições mais dignas de vida, dando importância circunstancial à família e principalmente aos filhos, que fizeram questão de mantê-los próximos de si. Nesta conjuntura, as casas e quintais negros se tornaram territórios de preservação da unidade da família e de manifestação de sua cultura, onde o olhar preconceituoso da rua não tinha autorização para entrar.

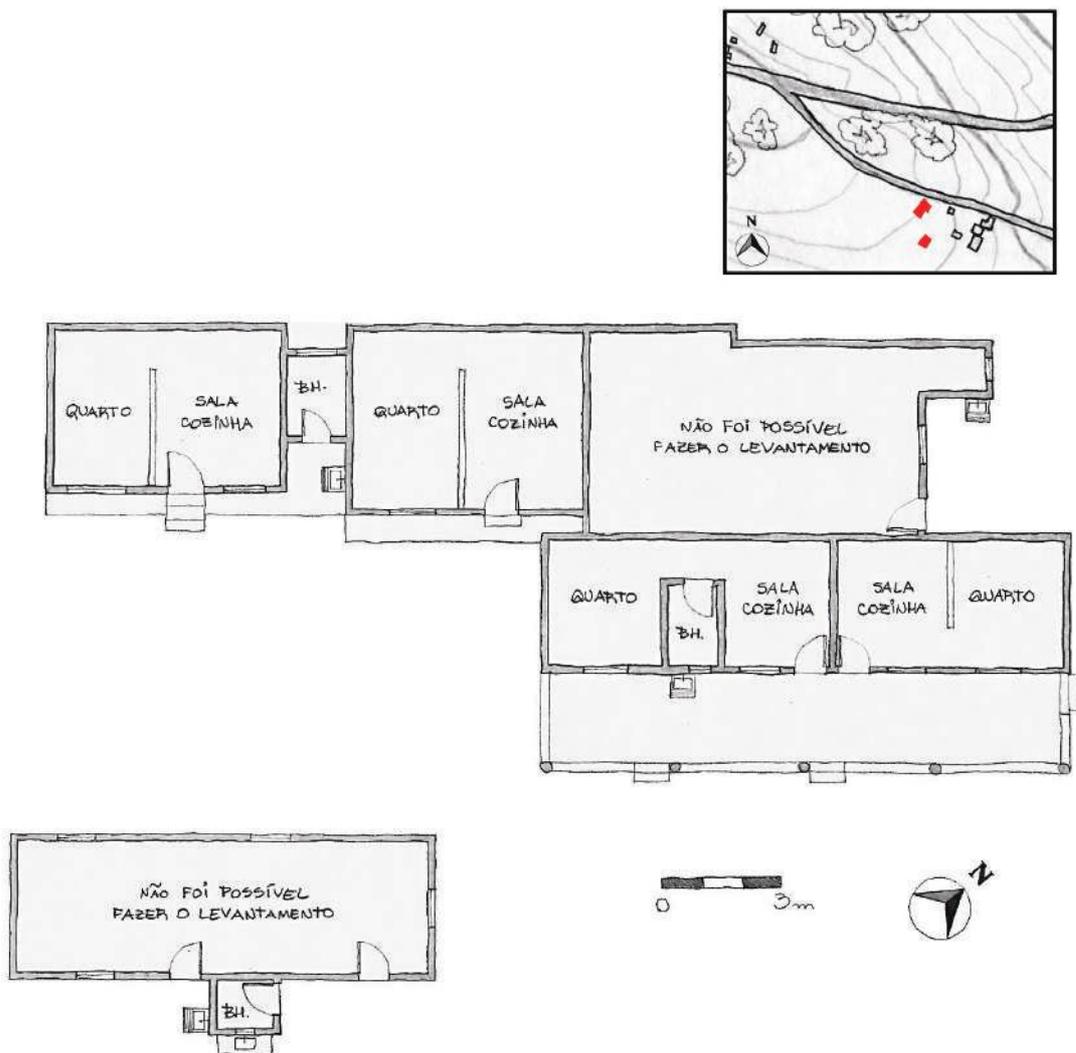


Figura 49: Planta da casa de Benedita. Parque Sabará, São Carlos. 2014.



Figura 50: Casa Principal de Benedita. Parque Sabará, São Carlos. 2014.



Figura 51: Quintal de Benedita. Parque Sabará, São Carlos. 2014.

Conclusão

Após caminhar pelos meandros da história vasculhando arquivos, recolhendo e observando detalhes praticamente ocultos nas entrelinhas das mais variadas fontes documentais, chegamos ao fim de nossas análises. Através da documentação acompanhamos o desmonte da escravidão no município e a luta de homens e mulheres negros para tornarem-se livres, ainda na vigência do sistema escravista. Vimos Felício, Hylário, Perpétua e outros, conquistarem a carta de alforria, ao mesmo tempo que senhores tentavam, por meio das condições estabelecidas, garantir a manutenção do escravo. Ainda assim, a conquista dependeu de uma série de estratégias comportamentais desses sujeitos. Acompanhamos a obstinação de Raimunda, que possuindo recursos próprios, recorreu à Justiça para comprar sua alforria quando da morte de seu senhor, impedindo, assim, que os herdeiros tivessem direito de posse sobre ela. Seguimos também os meandros da luta na Justiça do casal Paulino e Jesuína. Eles constituíram família, e foram contemplados com a liberdade pelo Fundo de Emancipação, a qual, entretanto, não foi prontamente aceita pela proprietária de ambos, mesmo assim, depois de idas e vindas do processo, o casal saiu-se vitorioso.

As estratégias não pararam por aí, uma vez que, ao analisar inventários de proprietários de escravos, registramos as fugas de José, Ana, Rufino, entre outros, que, sem cogitar, deixaram para trás a vida no cativeiro em São Carlos.

Encontramos também o registro de fugas coletivas, uma delas organizada pelo escravo Tito que, inconformado com as condições a que estava submetido, elaborou um plano de fuga com alguns companheiros. Apesar da brava tentativa, Tito perdeu a vida durante o ocorrido, quando o grupo foi alcançado por capangas do proprietário. Ainda que o desfecho seja triste, a revolta de Tito fica gravada como mais um não à escravidão.

E foram muitos os conflitos, entre brancos e negros, entre negros e negros, a nosso ver, com o intuito exclusivo de possibilitar a saída das fazendas e o encaminhamento para as prisões, pois dos males, a cadeia seria o menor. Os senhores não aceitavam e lutaram para trazer de volta seus cativos. Todavia suas estratégias de dominação não foram suficientes para calar as vozes da liberdade que ecoavam cada vez mais fortes, denunciando o fim próximo da escravidão. Como protagonistas nessa luta, escravos e escravas, não estavam alheios aos acontecimentos que fervilhavam no período, como nos ensinou a história oficial. Estavam atentos às possibilidades, às formas de organizações e às entrelinhas das leis, para encontrar uma brecha que lhes proporcionasse o fim da vida em cativeiro.

Durante a nossa caminhada, conhecemos um pouco sobre as defensivas dos senhores e vimos o movimento abolicionista ganhar cada vez mais força a ponto de amedrontar a elite escravista, que não mediu esforços para tornar

o processo de abolição, como destacou Rebeca Scott, um processo lento e gradual. Apoiados pelo Governo Imperial, os proprietários de escravos encontraram uma forma de retardar a abolição nas leis emancipacionistas, em contrapartida, escravos e abolicionistas convictos encontraram nelas, oportunidades de conquista da liberdade e muito mais força e vigor para continuar na luta pela abolição, finalmente concretizada no dia 13 de maio de 1888, encheu de esperanças aqueles que lutaram com tanto afino e com tanto sacrifício. Enfim, tantos Titos, espalhados pelo país, foram justificados.

Mas, e depois do dia 13 de maio, o que mudou na vida de homens e mulheres negros depois da conquista da liberdade? Como foram, a partir de então, organizadas as suas vidas? Para onde foram? Em que trabalharam? E foi na tentativa de responder essas questões, que nos embrenhamos pelos caminhos tortuosos de uma história não escrita, recolhendo fragmentos, pistas e memórias. Em meio a um emaranhado de informações que se cruzam, se intercalam, se chocam e também se completam, conhecemos um cenário complexo e multifacetado de onde emergiram diversidades e adversidades, evidenciando que negro e negra, cada qual a sua maneira, tiveram que elaborar uma série de estratégias de sobrevivência para se inserirem numa sociedade cujos dirigentes estavam empenhados em expulsá-los.

Como num jogo de disputa, a elite e o Governo Republicano se armaram para conter a massa de libertos, que acreditavam trazer a desordem para a sociedade, e trataram de criar

uma série de representações sobre o negro, estabelecendo um estereótipo desse sujeito. Foi assim que os negros passaram a ser sinônimo de desordem, embriaguez, vagabundagem, imoralidade e perigo. Enfim, criminosos, que precisavam ser perseguidos, vigiados, controlados e detidos. A busca foi cruel, desigual e impiedosa. Bastava uma roda de conversa ou capoeira, o consumo de álcool em local público, o exercício da prostituição, a realização de um culto, ou manifestação religiosa, a falta de moradia fixa, ou o simples transitar pela cidade em *horário útil*, para que a sociedade branca civil e seus dirigentes se empenhassem em retirar do convívio social: os *vadios, vagabundos e desordeiros*. E foi nesse papel que encontramos muitos homens e mulheres negros sendo forçados pela Justiça local a fim de pagarem por seus “delitos”, mas foi também, nesse mesmo cenário que vimos emergir sujeitos empoderados de seus valores, que exerciam ocupações formais ou informais, possuíam família e moradia fixa, se defenderem das garras da sociedade. Na maioria dos processos criminais que analisamos os indivíduos negros que deveriam, de acordo com a mentalidade racista, serem os culpados, eram na verdade as vítimas, as quais, no entanto, localizadas no centro ou nos bairros da cidade, buscaram resolver na Justiça os ataques sofridos. Essa Justiça, no entanto, como pudemos observar, na maioria dos casos não se ateve apenas à veracidade dos fatos, mas se deixou levar pela cor de pele dos envolvidos.

Percebemos também que em 1907, tendo como aporte documental o recenseamento

populacional realizado no município, os negros estavam majoritariamente no meio rural e uma pequena parcela vivia no espaço urbano. Foi atrás dessa pequena parcela que decidimos nos enveredar, na tentativa de responder àquelas questões em torno da vida em liberdade na cidade do pós-abolição. Considerando que ainda no final do século XIX, com a instalação do Governo Republicano, uma série de questões urbanas começou a emergir tendo como focos principais o sanitário higienista e o embelezamento das cidades. Segundo Ramos⁵²¹, as remodelações urbanas no Brasil empreendidas no início da República, que tinham como objetivos principais higienizar, embelezar e construir uma fluidez viária, acabaram por dismantelar territórios negros (ruas, pontos de quitanda, bicas e tanques das lavadeiras, encontros no mercado, espaços de irmandade). Assim, a rua que funcionava como espaço das vivências cotidianas, das trocas, das festas religiosas e cortejos passou a representar, para a elite, espaço de ninguém, onde a mistura de classes sociais colocaria em risco a vida no espaço urbano. Dentro dessa perspectiva, as populações pobres foram direcionadas para as franjas da malha urbana, em condições péssimas de saneamento e infraestrutura, mas longe dos olhares burgueses dos dominantes.

Na contramão desse processo de expulsão urbana, encontramos na região central, uma parcela significativa de homens e mulheres negros

movidos por uma força quase inesgotável de resistência. Ocupando-se em serviços domésticos e manuais, formais e informais, eles habitavam cortiços ou casas de aluguel, demarcando assim, sua presença neste espaço. Estavam também, assim como os brancos pobres, nos bairros mais distantes, os quais, apesar de serem ocupados equilibradamente por brancos e negros, se afirmaram como bairros negros, provavelmente porque fosse nos quintais ou nas ruas das vilas, que a cultura negra efervescia com os batuques, as rodas de capoeiras, as festas de carnaval e as manifestações religiosas, inaceitáveis na região central. Nestes espaços nos deparamos com sujeitos dispostos a se deslocarem, de acordo com suas possibilidades, a todos os cantos da cidade e percebemos também que, apesar de alguns exercerem atividades tipicamente urbanas, a maioria trabalhava ainda no meio rural, ou em atividades rurais.

Foi analisando os processos criminais registrados no espaço urbano no pós-abolição que surgiram homens e mulheres (vítimas, réus ou testemunhas) nos dando pistas e informações sobre os seus cotidianos. Assim percebemos o quanto eram extensas as jornadas de trabalho, vivenciadas por estes sujeitos que saíam de suas casas logo ao amanhecer e retornavam à noite. Percebemos, ainda, o quanto eram mais pesadas para as mulheres que, ao retornarem do trabalho, se deparavam com os afazeres domésticos e os

⁵²¹ Ver mais sobre esse assunto em: Ramos, Maria Estela Rocha. Origens da segregação espacial da população afrodescendente em cidades brasileiras. In: _____, Cunha Jr, Henrique. (orgs) Espaço Urbano e afrodescendência: estudos da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas. Fortaleza: Edições UFC, 2007. (pp. 108/109).

cuidados com os filhos, maridos ou amásios. E havia também aquelas que sozinhas enfrentaram, além dos obstáculos sociais, as dificuldades em gerar renda para garantir a manutenção da família. Algumas recorreram à prostituição, barganharam melhores condições, conquistaram um espaço na cidade e foram protagonistas de suas histórias. Outras viveram precariamente e não tiveram condições financeiras, devido à informalidade de suas ocupações, de suprir suas principais necessidades, como a lavadeira Anna Mendes, que não conseguia manter em dia o pagamento do aluguel do espaço em que habitava num cortiço da região central e, numas das cobranças, acabou perdendo a vida. Vimos também, homens e mulheres negros chegarem, irem, ou retornarem à São Carlos, movidos incessantemente pela busca por melhores condições de vida, fazendo da mobilidade espacial, o símbolo maior da liberdade. Dentre os motivos, o reencontro com os membros da família, foi o principal. Destacamos, porém, que o modelo de família negra está muito longe dos princípios reconhecidos pela Igreja Católica e proclamados pela cultura de base europeia: nuclear e monogâmico. Muito pelo contrário, foram laços afetivos, sanguíneos e de amizade que pautaram a constituição das famílias negras no pós-abolição.

Na tentativa de buscar o legado de todas essas histórias de luta e sobrevivência, partimos para as leituras e análises das histórias de vida dos descendentes destes sujeitos, que construíram a história do negro em São Carlos, história essa marcada por pluralidades, diversidades, redes de

solidariedade e também por conflitos. A partir dos depoimentos construímos um importante acervo documental, cuja análise nos permitiu perceber a manutenção de muitos traços, comportamentos e valores culturais e morais. Mais uma vez, vieram à tona sujeitos ativos, determinados também por vezes acuados que, assim como seus antepassados, reelaboram “estratégias outras” de resistência, frente à decisão e ao empenho do poder público e da sociedade branca na tentativa de calar as “vozes negras” que ecoavam nos e dos bairros da cidade.

Nesta conjuntura encontramos novamente com mulheres protagonistas de suas histórias, dedicadas, sobretudo à lida, no campo ou no trabalho doméstico, e aos cuidados com os seus familiares. Mulheres corajosas, que driblaram preconceitos e violências, na rua ou em casa, e que, ainda sim, fizeram questão de ensinar aos filhos a importância da aprendizagem, da educação e do respeito. Vale destacarmos, que mesmo aquelas que não puderam oferecer aos filhos acesso à educação formal, fizeram questão de lhes ensinar os princípios culturais e morais que regiam suas vidas. Mulheres separadas, desquitadas, casadas e amasiadas, que, com a força e determinação, enfrentaram o preconceito racial, elaborando e reelaborando “estratégias outras” de sobrevivência. Dentre as estratégias o **quintal** que, de acordo com Simoni Guedes, congrega a casa principal e demais moradias destinadas principalmente aos filhos, despontou como o principal território negro urbano, onde as manifestações e crenças culturais e religiosas, proibidas na rua, encontraram espaço para serem

praticadas, ainda que sob o olhar vigilante de vizinhos e da polícia local.

Além do território negro configurado nos **quintais**, outra estratégia de resistência que se destacou foi a importância dada às famílias. Muito provavelmente marcados pela triste recordação da separação entre filhos e mães, maridos e esposas, durante a vigência do sistema escravista, eles fizeram da preservação da família o grande símbolo da liberdade. E para tal, não mediram esforços e estavam sempre dispostos a buscar as melhores alternativas para garantir os cuidados e a proteção dos membros da família. Por esta razão muitos pais proibiram o livre deslocamento dos filhos pela cidade, restringindo o convívio deles ao **quintal**, certos de que, se fossem nos locais onde eram intolerados, poderiam sofrer discriminação. Neste sentido, constatamos que, entre os entrevistados, apenas alguns conseguiram afirmar claramente terem sofrido qualquer tipo de preconceito na vida. Contudo, nas entrelinhas de suas narrativas, percebemos que a negação era mais uma estratégia de sobrevivência. Negando o preconceito e silenciando a escravidão, eles

reelaboram alternativas constantes para o enfrentamento das desigualdades sociais.

E depois de tudo isso e nos identificando com as recentes pesquisas no campo da história social que destacam a agência dos negros tanto na escravidão como no pós-abolição, constatamos que estes sujeitos, em São Carlos-SP, não foram indiferentes aceitando passivamente a escravidão, ou ainda, que foram deformados pelo sistema escravista e se tornaram incapazes de viver em sociedade, como propôs a precoce teoria de Florestan Fernandes⁵²². Muito pelo contrário, ao longo da pesquisa, nos deparamos com sujeitos ativos e determinados a reescreverem suas trajetórias e que não se cansaram de buscar por condições melhores. E com eles aprendemos que se nada desse certo bastava tentar novamente! Indo e vindo, quantas vezes fosse preciso, fazendo da mobilidade espacial a maior representação da liberdade. E por último, respondendo à questão central dessa pesquisa: da senzala para onde? A resposta será: para onde a vontade determinar, afinal, como salientou José Nunes⁵²³: *agora sim que tamo bem, porque nós são o dono de nós!*

⁵²² Fernandez, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

⁵²³ José Nunes, escravo na Bahia e inconformado com sua situação fugiu e reconstruiu sua história em São Carlos onde constituiu família e vivenciou, no pós-abolição, como bem entendeu a sua liberdade. Pai de Sebastião Nunes, que colaborou com seu depoimento para a pesquisa.

Referências

- Albuquerque, Wlamyra R. de. Fraga Filho, Walter. Uma história do Negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- Albuquerque, Wlamyra. A vala comum da “raça emancipada”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. In: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/317>, p. 98. 2010.
- Almanach/Editora da Universidade Federal de São Carlos. Ano 1, nº1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; São Carlos (SP): EdUFSCar, 2007.
- Andrews, George Reid. Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988). Trad. Magda Lopes. Bauru: EdUSC, 1998.
- Azevedo, Célia Maria Marinho de. Onda Negra, Medo Branco: O negro no imaginário das elites - Século XIX. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- Azevedo, Elciene. O Direito dos Escravos: lutas jurídicas e o abolicionismo na província de São Paulo. Campinas: Editora Unicamp. 2010.
- Benincasa, Vladimir. Velhas Fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930. São Carlos/São Paulo: EdUFSCar/Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- Beiguelman, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. São Paulo. Pioneira. 1978
- Bortolucci, Maria Ângela. Moradias Urbanas Construídas em São Carlos No Período Cafeeiro. São Paulo: FAU-USP. Tese de Doutorado, 1991.
- Bourdieu, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- Carril, Lourdes. Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume, FAPESP. 2006.
- Chalhoub, Sidney. Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- Chalhoub, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/315>
- Chalhoub, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3ª ed. Campinas, SP: EdUNICAMP, 2012.
- Costa, Emília Viotti da. Da senzala à Colônia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- Costa, Emília Viotti da. Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue: A rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Costa, Natália. Espaços negros na cidade do pós-abolição. São Carlos, um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. IAU-USP. São Carlos, 2015.
- Cowling, Camillia. Como escrava e como mãe: mulheres e abolição em Havana e no Rio de Janeiro. In: Machado, Maria Helena P. T. Castilho, Celso. Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo. EdUSP, 2015.
- Cunha, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: Gomes, Flávio dos Santos e Cunha, Olívia Maria Gomes. (organizadores). Quase Cidadão: histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- DaMattta, Roberto da. A casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- Dean, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920). Tradução de Waldívia Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- Dias, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- Duarte, Luiz Fernando Dias, Gomes, Edilaine de Campos. Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- Elias, Norbert; e Scotson, John. L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade; tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Süssekind - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

- Fernandez, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus Editora, 1965.
- Ferreira, Lania Stefanoni. *Racismo na família ferroviária: brancos e negros na Companhia Paulista em São Carlos*. Dissertação de Mestrado. São Carlos: UFSCar, 2004.
- Fraga Filho, Walter. *Migrações, Itinerários e esperança de mobilidade social no Recôncavo Baiano após a abolição*. Cad. AEL, v.14, nº26, 2009.
- _____. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. Salvador: EdUFBA, 1996.
- _____. *Encruzilhadas da Liberdade*. Campinas: EdUNICAMP, 2006.
- Freire, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1958.
- Foner, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Genovese, Eugene D. *A terra prometida, o mundo que os escravos criaram*. Tradução de Maria Inês Rolim, Donaldson Magalhaes Garschagem, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Gomes, Flávio dos Santos e Cunha, Olívia Maria Gomes. (organizadores). *Quase Cidadão: histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- _____, Petrónio. (org.) *Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.
- _____, et al. *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda. 2 edição, 2006.
- _____, Reis, João José, (orgs.). *Liberdade por um Fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.
- Gordinho, Margarida Cintra. *Casa do Pinhal*. São Paulo: Knapp, 1985, p. 86.
- Graham, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1880-1910)*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1992.
- Grimberg, Keila. *O racismo de Louis Agassiz*. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/em-tempo/o-racismo-de-louis-agassiz>, 2009.
- Guedes, Simoni L. *Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais*. Caderno CRH, nº29, pp. 189-208, 1998. (p. 197)
- Guttman, Herbert G. *The Blach Family in Slavery and Freedom, 1750-1925*, Nova York, Pantheon Books, 1976.
- Johnson, Walter. "On Agency". *Journal of Social History* nº37.1 (2003), pp 113-124.
- Lara, Sílvia Hunold. Prefácio. In: *Azevedo, Elciene. O Direito dos Escravos: lutas jurídicas e o abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas. EdUNICAMP. 2010.
- Lima, Renata Priore. *Limites da Legislação e o (des)controle da expansão urbana: São Carlos (1857-1977)*. São Carlos: EdUFSCar, 2008.
- Lima, Henrique de Espada. *A família de Maria do Espírito Santo e Luís de Miranda Ribeiro: "agências e artes" de libertos e seus descendentes no Desterro do século XIX*. In: Lima, Regina Xavier (org). *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. Alameda: São Paulo, 2012.
- Machado, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro e São Paulo: EdUFRJ/ EdUSP, 1994.
- _____. *Crime e Escravidão: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- _____. *A emancipação gradual*. Resenha Publicada na Folha de São Paulo, Jornal de Resenhas, 13/05/2000.
- _____. *Corpo, Gênero e Identidade no Limiar da Abolição: o caso de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Benedicta, escrava (Sudeste, 1880)*, Revista Afro-Ásia, nº42, 2010, pp. 157-193.
- _____. *Aula proferida na disciplina A abolição da escravidão e a construção dos conceitos de liberdade, raça e tutela nas Américas*. São Paulo, 14/08/2012.

- _____. Aula proferida na disciplina: Abolição da escravidão e a construção dos conceitos de liberdade, raça e tutela nas Américas, USP, São Paulo, 09/10/2012.
- _____. Aula proferida na disciplina: Abolição da escravidão e a construção dos conceitos de liberdade, raça e tutela nas Américas, USP, São Paulo, 11/09/2012.
- Martins, Robson Luís Machado. Os caminhos da liberdade, abolicionistas, escravos e senhores na província do Espírito Santo. CMU Publicações, Campinas, 2005.
- Mattos, Hebe Maria. Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Mattos, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. Pós-Abolição no Mundo Atlântico. In: <http://conversadehistoriadoras.com/2014/09/15/pos-abolicao-no-mundo-atlantico/>. 2014.
- _____. Rios, Ana Lugão. Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. Rios, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. In: Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, v. 5, nº8, jan.-jun. 2004 (pp. 170-198).
- Mattoso, Kátia de Queirós. A carta de alforria como fonte complementar para o estudo da rentabilidade da mão-de-obra escrava (1819/1888). In: Pelaez, M.; Besci, M. (Ed.) A moderna história econômica. São Paulo: Apec, 1975.
- Mattoso, Kátia de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 2003.
- Mattos, Wilson Roberto de. Negros contra a ordem: astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador- BA 1850-1888). Tese de Doutorado. Programas de Estudos Pós-Graduados em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2000.
- Neves, Ary Pinto das. São Carlos na esteira do tempo. São Carlos: s/e, 1984. (Álbum comemorativo do Centenário da Ferrovia).
- Monsma, Karl. A Polícia e as populações “perigosas” no Interior Paulista, 1880-1900. In: http://www.brasa.org/_sitemason/files/lwNnkQ/Monsma%20Karl.pdf
- _____. Identidades, desigualdade e conflito: imigrantes e negros em um município do interior paulista, 1888-1914. Revista de História Unisinos janeiro/abril, 2007.
- _____. Vantagens de Imigrantes e Desvantagens de Negros: Emprego, Propriedade, Estrutura Familiar e Alfabetização Depois da Abolição no Oeste Paulista. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, nº3, 2010, pp. 509 a 543.
- Moura, Carlos Eugênio Marcondes de. Vida cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações. São Paulo: Ateliê Editorial: Fundação EdUNESP: Imprensa Oficial do Estado, Secretária de Estado da Cultura, 1998.
- Oliveira, Joana D’arc. Olhares Invisíveis: Arquitetura e Poder na Fazenda São Roberto. Dissertação de Mestrado. IAU-USP, São Carlos, 2008.
- Paiva, Clotilde Andrade. Libertos em uma economia escravista: Minas Gerais em 1831. Estudos Econômicos, São Paulo, USP/IPE, v.27, nº2, pp. 177-335, 1997.
- Pereira, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas: A dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição. Anais Anphu, 2011.
- Ramos, Maria Estela Rocha. Contextos da construção da territorialidade negra em áreas urbanas. In: Revista África e Africanidades. Ano 3 - nº9, maio de 2010. Disponível em: www.africaeaficanidades.com.br
- Reis, João José. SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1989.
- _____. Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- Rizzoli, Álvaro. Inventário Analítico da Escravidão em São Carlos. Pesquisa CNPQ. São Carlos, 1995.
- Santos, Myriam Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. TOPOI, v. 5, nº8, jan.- jun. 2004, pp. 138-169.

Schwarcz, Lilia Moritz. Dos males da Dádiva: sobre as ambiguidades no processo de Abolição Brasileira. In: Gomes, Flávio dos Santos e Cunha, Olívia Maria Gomes. (organizadores). Quase Cidadão: histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Schwarcz, Lilia Moritz. Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Scott, Rebecca. Emancipação Escrava em Cuba: A transição para o trabalho livre 1860/1899. Tradutor: Lamounier, Maria Lúcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, SP: EdUNICAMP, 1991.

Silva, Lucia. H. O. Construindo uma nova vida: migrantes paulistas e afrodescendentes na cidade do Rio de Janeiro no pós-abolição (1888-1926). Tese de Doutorado, Campinas: Unicamp, 2001.

Silva, Lúcia Helena Oliveira. Diásporas de afrodescendentes. In: Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de Análise. Regina Célia Lima Xavier (org.). São Paulo: Alameda, 2012.

Soares, Aline Mendes. “Precisa-se de um pequeno”: negociação, conflito e estratégia de vida da mão-de-obra infantil negra no pós-abolição no Rio de Janeiro (1888-1927). In: Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil / Martha Abreu e Matheus Serva Pereira (orgs.). Niterói: Ppg- história- UFF, 2011.

Telles, Lorena Feres da Silva. Libertas Entre Sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920). São Paulo: Alameda, 2014.

Toplin, Robert Brent. Upheaval, Violence, and the Abolition of Slavery in Brazil: the case of São Paulo. *The Hispanic American Historical Review*, vol. 49, nº4, nov., 1969.

Truzzi, Oswaldo. Café e Indústria. São Carlos: 1850-1950. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea- UFSCAR, 2007.

Weimer, Rodrigo de Azevedo. A gente da Felisberta. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. 2013.

Wissenbach, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à Liberdade: Dimensões de uma privacidade possível. In: Novais, Fernando A. (Coord. Geral) História da Vida Privada no Brasil. Vol. 2. Império: a corte e a modernidade nacional. Alencastro, Luiz Felipe de. (Org. do vol.) São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Xavier, Regina Célia Freire. Histórias e vidas de libertos em Campinas na segunda metade do século XIX. Dissertação de Mestrado. Campinas, 1993.

_____. A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX. São Paulo: CMU Publicações. 1996.

Leis e arquivos digitais

Lei 2.040 de 1871. In: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00846400#page/1/mode/1up>

Jornal do Senado. Rio de Janeiro, 14 de maio de 1888. In: http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/arquivos_jornal/arquivosPdf/encarte_abolicao.pdf

Código Penal Brasileiro de 1890. In: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>.

Código Criminal de 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm

Código Penal de 1890. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/55636995/Codigo-Penal-de-1890-Completo#scribd>

Ações de Liberdade

Processo de Libertação de escravos de São Carlos do Pinhal, 1882-1884. Arquivo do Estado de São Paulo. Arquivo Digital disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/escravos.php>.

Processo de Liberdade de escravos de São Carlos do Pinhal, 1882-1884. Arquivo do Estado de São Paulo. Arquivo Digital disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/escravos.php>.

Petição de Liberdade. São Carlos do Pinhal, 1884. Caixa nº49. Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos. Processo Indicado no inventário Analítico da Escravidão em São Carlos do Professor Álvaro Rizzoli.

Petição de Liberdade em favor da escrava Raimunda. São Carlos do Pinhal, 1883. Processo nº2647. Caixa nº10/11. Arquivo Público de São Carlos. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Processos Criminais

Processo Crime nº3080, Caixa nº210, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1903.

Processo Crime nº3150, Caixa nº194. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1907.

Processo Crime nº3153, Caixa nº194. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1909.

Processo Crime nº3174, Caixa nº192. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1907.

Processo Crime nº3234, Caixa nº 193, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

Processo Crime nº3259, Caixa nº197. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1909.

Processo Crime nº3322, Caixa nº209. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1902.

Processo Crime nº3412, Caixa nº270. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

Processo Crime nº3511, Caixa nº248. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1910.

Processo Crime nº3695, Caixa nº233, São Carlos. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1908.

Processo Crime nº3695, Caixa nº233, São Carlos. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1908.

Processo Crime nº4078, Caixa nº294, São Carlos, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1901.

Processo Crime nº4329, Caixa nº297. São Carlos. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1908.

Processo Crime nº6019, Caixa nº447. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1906.

Processo Crime nº6199, Caixa nº464 São Carlos. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1901.

Processo Crime nº6431, Caixa nº322. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1907.

Processo Crime nº3323, Maço 209. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1909.

Processo Crime nº3324, Maço 211, São Carlos. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1880..

Processo Crime nº3461, Caixa nº260. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1905.

Processo Crime nº4217, Maço 279, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1898.

Processo Crime nº6803, Maço, 256, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1892.

Processo Crime nº3134, Maço 200, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1894.

Processo Crime nº3431, Maço 266, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1902.

Processo Crime, nº3792, Maço 286, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1893.

Processo nº3077, Maço 210, São Carlos. Fundação Pró-Memória de São Carlos, de 1879.

Processo nº6015, Maço 447, São Carlos. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1879.

Ouras Fontes Primárias

Baptista, Manoel. Atestado de Óbito, Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1922.

Inventário de Partilha de Joaquim Antônio de Paula em favor de Maria Umbelina de Barros. 1883. In: Rizzoli. Álvaro. Inventário Analítico da Escravidão em São Carlos. Pesquisa CNPQ. São Carlos, 1995.

Jornal "O São Carlos do Pinhal", 05 e 07 de maio de 1896. Arquivo do Estado de São Paulo. Imagens Natália Costa, 2014.

Luiz, Vicente Manoel. Atestado de óbito. São Carlos, 1922. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Oliveira, Maria Aparecida. Atestado de óbito. Fundação Pró-Memória de São Carlos, 1955.

Recenseamento Populacional de São Carlos do Pinhal, Fundação Pró-memória de São Carlos, 1907.

Cartas de Liberdade

Carta de Liberdade em favor do escravo Tobias. 1º Tabelião de Notas e Ofícios de São Carlos. Livro 37, fls.34, 1884.

Carta de Liberdade em favor do escravo Albino. 1º Tabelião de Notas e Ofícios de São Carlos. Livro 8, fls.50, 1874.

Carta de liberdade registrada no livro de notas nº40, f. 67v.. 1º Tabelião de notas e Protestos de São Carlos. 1887.

Carta de liberdade registrada no livro de notas nº40, f. 80. 1º Tabelião de notas e Protestos de São Carlos. 1887.

Carta de liberdade registrada no livro de notas nº41. F. 68 v. 1º Tabelião de notas e Protestos de São Carlos. 1887.

Carta de liberdade registrada no livro de notas nº41. F. 68. 1º Tabelião de notas e Protestos de São Carlos. 1887.

Carta de liberdade registrada no livro de notas nº41. F. 68 v. 1º Tabelião de notas e Protestos de São Carlos. 1887.

Carta de liberdade registrada no livro de notas nº41. F. 68 v. 1º Tabelião de notas e Protestos de São Carlos. 1887.

Carta de liberdade registrada no livro de notas nº40, f. 80. 1º Tabelião de notas e Protestos de São Carlos. 1887.

Carta de liberdade registrada no livro de notas nº41. F. 68. 1º Tabelião de notas e Protestos de São Carlos. 1887.

Carta de liberdade registrada no livro de notas nº41. F. 68 v. 1º Tabelião de notas e Protestos de São Carlos. 1887.

Entrevistas

Ananias, Dirceu. Entrevista concedida a autora da tese. São Carlos, 2013.

Cipriano, José. Entrevista concedida a autora da tese. São Carlos, 2013.

Fermiano, Francisco, entrevista concedida à autora da tese. São Carlos, 2013.

Nunes, Sebastião. Entrevista concedida a autora da tese, São Carlos, 2013.

Oliveira, Aparecido de Oliveira. Entrevista concedida a autora da tese. São Carlos, 2012.

Ramos, Maria Margarida Estevam. Entrevista concedida a autora da tese. São Carlos, 2013.

Ramos, Nelson Pereira. Entrevista concedida a autora da tese, São Carlos, 2013.

Ribeiro, Benedita. Entrevista concedida a autora da tese. Vila Nery. São Carlos, 2013.

Silva, Casimiro Paschoal da. Entrevista concedida a autora da tese, São Carlos, 2013.

Silva, Dirce Felício Gomes da. Entrevista concedida a autora da tese, São Carlos, 2011.

Silva, Geralda Fermiano. Entrevista concedida à autora da tese. São Carlos, 2010.

Silva, Jorge Henrique Gomes. Entrevista concedida a autora da tese. São Carlos, 2010.

Silva, Ramiro Antônio da. Entrevista concedida a autora da tese. São Carlos, 2013.

Silva, Romilda dos Santos. Entrevista concedida a autora da tese. São Carlos, 2010.

Silva, Sebastiana Ananias da. Entrevista concedida a autora da tese, São Carlos, 2013.

Lista de Figuras

Figura 1: Petição de Liberdade, 1883. Acervo: Fundação Pró-memória de São Carlos.

Figura 2: Edital publicado solicitando a demolição de cortiços. Jornal *O São Carlos do Pinhal*, 1896. Arquivo do Estado de São Paulo. Reprodução: Costa, Natália.

Figura 3: Menino negro, vendedor de leite. Sem data. Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Figura 4: Jardim Público de São Carlos. Início do século XX. Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Figura 5: Colônia Correccional de Três Porcos. Sem data. Disponível em: <http://ubatubense.blogspot.com.br/2011/05/vista-geral-da-colonia-correccional-da.html>

Figura 6: Planta da cidade de São Carlos. Início do século XX. Adaptações Natália Costa, Acervo UEIM-UFSCAR.

Figura 7: José Cipriano. Vila Izabel, São Carlos. 2013. Foto da autora.

Figura 8: Localização da casa de José Cipriano na Vila Izabel. 2013. Desenho Natália Costa.

Figura 9: Dirce Felício Gomes da Silva. São Carlos. 2014. Foto: Paulo Ceneviva.

Figura 10: Turma de alunas do curso de corte e costura. Dirce é a primeira sentada à esquerda. 1956. Acervo da família Gomes da Silva.

Figura 11: Dirce Felício e Sebastião Gomes da Silva. Studio Túlio. São Carlos. 1960. Acervo da família Gomes da Silva.

Figura 12: Dirce Felício Gomes da Silva. Studio Túlio. São Carlos. 1960. Acervo da família Gomes da Silva.

Figura 13: Januário Gomes da Silva e Francisca Felisberto Mendes da Silva, sogros de Dirce. Década de 1930. Acervo Família Gomes da Silva.

Figura 14: Januário e Francisca na Chácara na Vila Izabel, São Carlos. Década de 1950. Acervo Família Gomes da Silva.

Figura 15: Januário, Francisca e família em Aparecida do Norte-SP. Sem data. Acervo Família Gomes da Silva.

Figura 16: Aparecida Gomes da Silva. Primeira filha do casal Dirce e Sebastião. 1961. Acervo Família Gomes da Silva.

Figura 17: Jorge Henrique Gomes da Silva. Segundo filho do casal. 1962. Acervo família Gomes da Silva.

Figura 18: Carlos Gomes da Silva. Terceiro filho do casal. 1964. Acervo família Gomes da Silva.

Figura 19: Rita, filha de Dirce e Sebastião, com uniforme escolar. São Carlos. Década de 1960. Acervo Família Gomes da Silva.

Figura 20: Altar religioso reservado aos santos padroeiros. Casa de Dirce Felício Gomes da Silva. São Carlos. 2014. Foto: Paulo Ceneviva.

Figura 21: Margarida Estevam Ramos. Vila Izabel, São Carlos. 2013. Foto Paulo Ceneviva.

Figura 22: Laudelino Pereira Ramos. Barra Bonita-SP. 1940. Acervo Família Pereira Ramos.

Figura 23: Maria Margarida Estevam Ramos. Barra Bonita-SP. 1951. Acervo Família Pereira Ramos.

Figura 24: Planta baixa e cortes da Casa da Família Ramos. Desenho original: Mateus Rosada, 2013. Intervenções: Rodrigo Sartori Jabur, 2014.

Figura 25: Família Ramos em frente a fachada frontal da casa de morada. Década de 1980. Acervo família Pereira Ramos.

Figura 26: Almoço da família Ramos realizado no quintal da casa-família. Década de 1980. Acervo família Pereira Ramos.

Figura 27: Laudelino Pereira Ramos aos 86 anos de idade. São Carlos. 2006. Acervo família Pereira Ramos.

Figura 28: Geralda Fermiano da Silva. Vila Izabel, São Carlos. 2013. Foto Mateus Rosada.

Figura 29: Geralda Fermiano ainda jovem. Acervo Família Fermiano.

Figura 30: Vanda da Silva com 04 anos de idade. Filha de Geralda. Década de 1960. Acervo família Fermiano.

Figura 31: Barraco da Gegê. Vila Izabel, São Carlos. 2013. Foto Mateus Rosada.

Figura 32: Banheiro comum, construído depois de 20 anos em que a família de Geralda foi morar no imóvel. Vila Izabel, São Carlos. 2014. Foto: Paulo Ceneviva.

Figura 33: Detalhe do canto onde funcionava a cozinha no Barraco da Gegê. Vila Izabel, São Carlos. 2014. Foto: Paulo Ceneviva.

Figura 34: Dona Benedita mãe de Geralda. Vila Izabel, São Carlos. Sem data. Acervo da família Fermiano.

Figura 35: Planta baixa e cortes do Barraco da Gegê. Desenho Mateus Rosada, adaptações, Rodrigo Sartori Jabur, 2013.

Figura 36: Vista do Barraco da Gegê. Vila Izabel, São Carlos. 2010. Foto da autora.

Figura 37: Ramiro Antônio da Silva. Vila Izabel, São Carlos. 2014. Foto Paulo Ceneviva.

Figura 38: Sebastiana Ananias da Silva. Vila Izabel, São Carlos. 2013. Foto da autora.

Figura 39: Ramiro Antônio da Silva. São Carlos. 1974. Acervo Família Silva.

Figura 40: Sebastiana Ananias da Silva. Vila Izabel, São Carlos. Década de 1970. Acervo Família Silva.

Figura 41: Localização da casa de Sebastiana. Vila Izabel, São Carlos. 2015. Foto Natália Costa.

Figura 42: Ramiro e Sebastiana, Década de 1980. Acervo família Silva.

Figura 43: Sebastião Nunes. Jardim Centenário, São Carlos, 2013. Foto da autora.

Figura 44: Primeira comunhão dos filhos de Sebastião e Sebastiana. Da esq. Benedito, Carlos Roberto, Ademir Spedito. Sem data. Acervo Família Nunes.

Figura 45: Sebastiana Oliveira Nunes. Foto da carteira de identidade. São Carlos. 1983. Acervo Família Nunes.

Figura 46: Romilda dos Santos Silva. Vila Pureza, São Carlos. 2010. Foto da autora.

Figura 47: Oscar Vicente da Silva. São Carlos. Sem data. Acervo Família Vicente da Silva.

Figura 48: Benedita Ribeiro. Parque Sabará, São Carlo. 2013. Foto da autora.

Figura 49: Planta da casa de Benedita. Parque Sabará, São Carlos. 2014. Desenho de Natália Costa.

Lista de Tabelas

Tabela 1: Registro de nascimento de filhos de escravas (1871-1880). Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Tabela 2: Cartas de Liberdade Registrada pelo Conde do Pinhal. Livros de notas de São Carlos. Acervo 1º Tabelião de Notas de São Carlos. Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Tabela 3: Processos Criminais registrados em São Carlos do Pinhal (1892-1910). Dados obtidos por meio do Inventário Analítico da Escravidão de Álvaro Rizzoli.

Tabela 4: Faixa etária da população negra no Centro. Recenseamento Populacional de 1907. Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Tabela 5: Ocupações exercidas por homens e mulheres negros no centro. Recenseamento Populacional de 1907. Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Tabela 6: Faixa etária da população negra na Vila Nery. Recenseamento Populacional de 1907. Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Tabela 7: Ocupações exercidas por homens e mulheres negros na Vila Nery. Recenseamento Populacional de 1907. Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Tabela 8: Faixa etária da população negra da Vila Nery. Recenseamento Populacional de 1907. Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Tabela 9: Ocupações exercidas por negros e negras na Vila Pureza. Recenseamento Populacional de 1907. Acervo:

Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Tabela 10: Faixa etária da população negra na Vila Izabel. Recenseamento Populacional de 1907. Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Tabela 11: Ocupações exercidas por negros e negras na Vila Izabel. Recenseamento Populacional de 1907. Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Tabela 12: Faixa etária da população negra do Subúrbio. Recenseamento Populacional de 1907. Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Tabela 13: Ocupações de negros e negras no Subúrbio. Recenseamento Populacional de 1907. Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

São Carlos.

Gráfico 4: Presença negra em São Carlos. Recenseamento Populacional de 1907. Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Gráfico 5: Presença negra no espaço urbano em São Carlos. Recenseamento Populacional de 1907. Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Gráfico 6: Presença negra nos bairros urbanos em São Carlos. Recenseamento Populacional de 1907. Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Gráfico 7: Presença negra no centro de São Carlos do Pinhal. Recenseamento Populacional de 1907. Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Gráfico 8: Estado Civil de negros e negras na Vila Pureza. Recenseamento Populacional de 1907. Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Registros Criminais (1892-1910). Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Gráfico 2: Cor dos indivíduos envolvidos nos processos de Lesão Corporal em São Carlos do Pinhal. (1880/1910). Acervo: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Gráfico 3: População de São Carlos por cor. Recenseamento Populacional de 1907. Acervo: Fundação Pró-Memória de

Lista de Mapas

Mapa 1: Parcelamentos realizados no município de São Carlos de 1857 a 1929. LIMA, Renata Priore. Limites da Legislação e o (Des)controle da expansão urbana. 1a. ed. São Carlos: Edufscar : FAPESP, 2008.



Doutora e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP). Graduou-se em Ciências Sociais pela Unesp em 2005. Seus principais temas de interesse são: História da Arquitetura e do Urbanismo, Arquiteturas Africanas e Afro-brasileiras, Patrimônio Cultural Afro-brasileiro. Escravidão e Pós-abolição numa perspectiva transatlântica, Territórios Negros e Memórias Negras. Tem experiência em docência, pesquisa e gestão cultural. Foi contemplada em 2023 com o Prêmio Pós-doc. USP na área de Ciências Sociais Aplicadas com o projeto Black Memories supervisionada pela Profa. Dra. Eulalia Portela Negrelos do IAU-USP.

Atualmente é pós-doutoranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo FAU/USP sob a supervisão da Profa. Dra. Ana Castilho Barone com o Projeto Territórios Negros Urbanos e Diáspora: conexões Brasil /Angola, financiado pelo Edital para Pesquisadores Negros da PRIP/USP. Atua como docente colaboradora no Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP, como consultora na Fazenda do Pinhal e como pesquisadora no Labdias (Laboratório de Estudos de Cultura, Cidade e Diáspora) coordenado pela Profa. Dra. Ana Barone da FAU-USP.

